

ESPAÇO, PODER E MEMÓRIA
A CATEDRAL DE LAMEGO

SÉCS. XII A XX

Coordenação

Anísio Miguel de Sousa Saraiva

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



Ficha Técnica

Título: Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX.

Coordenação: Anísio Miguel de Sousa Saraiva

Apoio à coordenação: Alexandra Braga

Concepção gráfica: Rita Gaspar

Imagem de capa e contracapa: Sé de Lamego (exterior sul, pormenor). c. 1920 © Arquivo do Museu de Lamego. *Reproduzida na íntegra na p. 5.*

Fotografias: Arquivo Distrital de Braga; Arquivo do Museu de Grão Vasco; Arquivo do Museu de Lamego; Arquivo Nacional de Fotografia; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca Nacional de Portugal; Diocese de Lamego / Kymagem; Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas / Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Arquivo Distrital de Bragança; Direcção-Geral do Património Cultural / Divisão de Documentação, Comunicação e Informática; Duarte Frias; Eduardo Carrero Santamaría; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. / Sistema de Informação para o Património Arquitectónico; Joaquim Inácio Caetano; José F. Maciel; LABFOTO-Lamego; Museu do Mosteiro de S. Vicente de Fora; Museu Tesouro da Sé Patriarcal de Lisboa; Nuno Resende; Paulo Cintra & Laura Castro Caldas; Paulo Guerra; Rádio Clube de Lamego; Rui Ramos; Rui Sousa; Universidade Católica Portuguesa / Escola das Artes.

Tradução e revisão dos textos em inglês: Sofia Leitão Söndergaard

ISBN: 978-972-8361-57-0

Edição:

Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)

Faculdade de Teologia | Universidade Católica Portuguesa

Palma de Cima | 1649-023 Lisboa

secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt | www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt

Edição em parceria com:



SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

CULTURA
NORTE



Apoios:



Esta edição é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «PEst-OE-HIS-UI0647»

ESPAÇO, PODER E MEMÓRIA
A CATEDRAL DE LAMEGO

SÉCS. XII A XX

Coordenação

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

LISBOA 2013



Introdução / Introduction

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA 7

Construir e Organizar

A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal | Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO 15

La *Sé* medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido | Eduardo CARRERO SANTAMARÍA 47

A Renovação e os seus Mecenas

O episcopado lamecense desde D. João de Madureira (1502) a D. Miguel de Portugal (1644) | José Pedro PAIVA 81

Do *romano* ao *ouro bornido*: a arte na Sé de Lamego entre o Renascimento e o Barroco | Pedro FLOR 105

A Marca de Trento

Um patriarca em Lamego: D. Tomás de Almeida (1706-1709) | António Filipe PIMENTEL 143

Lamego e a sua catedral entre 1679-1712 no *Códice 390* da Coleção António Capucho: espaços e dinâmicas segundo um livro de despesas do cabido | Nuno RESENDE 183

A fábrica barroca da Sé de Lamego e a pintura decorativa de Nicolau Nasoni | Duarte FRIAS 223

Restaurar e Recriar

A Sé de Lamego no século XX: restauro e conservação | Lúcia Maria Cardoso ROSAS 245

Os limites da conservação e restauro. Algumas considerações a propósito do restauro das pinturas murais da Sé de Lamego | Joaquim Inácio CAETANO 257

Resumos/Abstracts 273

Biobibliografia dos autores 283



Sé de Lamego © Rui Ramos

Introdução

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Construído a partir da segunda metade do século XII em sucessivas etapas, o complexo catedralício da Sé de Lamego constitui um dos monumentos históricos mais emblemáticos não apenas da cidade de Lamego, mas de toda a região do Douro, razão pela qual sempre despertou grande interesse e tem sido objecto frequente de investigação e de problematização. No entanto, apesar deste lugar de relevo que ocupa no panorama patrimonial e historiográfico local e nacional, verificamos que os estudos até hoje dedicados a este edifício e às suas sucessivas fábricas construtivas resultam em grande parte de investigações pontuais e dispersas, na sua maioria realizadas a partir de leituras parciais e lacunares da documentação e do próprio edifício, que não concorrem para uma sólida interpretação de conjunto no tempo longo.

Com este livro – *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego, sécs. XII a XX* – pretendemos, de algum modo, colmatar essa lacuna, infelizmente ainda comum à maioria das catedrais portuguesas, procurando promover a investigação e o debate interdisciplinar em torno destes monumentos nacionais, assim como incentivar a elaboração de sínteses coerentes e actualizadas sobre estes edifícios, neste caso concreto sobre a Sé Duriense e os seus mais de 800 anos de história. Ao aliarmos o rigor da informação, a interligação temática e cronológica das diferentes abordagens por nós seleccionadas, a um discurso rigoroso mas ao mesmo tempo acessível, procurámos não só elaborar uma monografia de interesse científico, mas também uma actualizada e abrangente fonte de estudo e

de informação, escrita e gráfica, adequada ao público em geral e à população escolar em particular, tão carente entre nós de obras com conteúdos simultaneamente apelativos e bem fundamentados do ponto vista científico.

A divulgação consistente do percurso histórico e artístico deste complexo monumental junto do grande público abre um caminho seguro para que este o possa melhor compreender, valorizar e preservar. Esta preocupação assume particular pertinência e oportunidade pela dinamização cultural e promoção histórico-cultural que recentemente têm recebido as catedrais portuguesas, enquanto espaços de religiosidade, arte e poder, quer no âmbito do turismo religioso, quer dos vários programas de musealização e de conservação em curso.

Dando seguimento ao nosso propósito, considerámos importante reunir neste livro as contribuições de um leque de nove investigadores nacionais e estrangeiros, especialistas em diferentes áreas de trabalho, como a História, a História da Arte, a Arquitectura, a Conservação e o Restauro, e em diferentes períodos históricos, desde a Idade Média à Época Contemporânea, que na sua maioria foram sumariamente apresentadas pelos respectivos autores no Encontro Internacional “Espaço, Poder e Memória: a Sé de Lamego em oito séculos de história”, realizado no Museu de Lamego, em Abril de 2010, sob nossa coordenação e da Dr^a. Alexandra Braga, técnica superior deste mesmo Museu.

O esforço de contextualização e de síntese impresso neste evento científico ganha agora a sua forma definitiva e ampliada, através de uma organização temática, representativa dos principais momentos da história da catedral de Lamego: desde a nebulosa e pouco estudada fase inicial de restauração da diocese e de construção da catedral românica e gótica; passando pelo período áureo de renovação renascentista da Sé, fortemente impulsionada pela actividade mecénica dos bispos de então, até aos séculos da Contra-Reforma e ao impacto que tiveram na organização da estrutura da diocese e na sua *praxis* governativa, plasmada na reformulação arquitectónica e artística que a catedral então sofreu e

que lhe conferiu a forma e a projecção que ainda hoje apresenta, sem esquecermos o período da sua história recente marcada pelas sempre interpeladoras intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e abordagens técnicas de restauro que a catedral conheceu ao longo do século XX. Todos estes temas encontram-se agora desenvolvidos e fundamentados nos diferentes capítulos da autoria de Maria do Rosário Barbosa Morujão (Univ. Coimbra), Eduardo Carrero Santamaría (Univ. Autónoma de Barcelona), José Pedro Paiva (Univ. Coimbra), Pedro Flor (Univ. Aberta), António Filipe Pimentel (Univ. Coimbra), Nuno Resende (Univ. Porto), Duarte Frias (Univ. Coimbra), Maria Lúcia Cardoso Rosas (Univ. Porto) e Joaquim Inácio Caetano (Empresa *Mural da História*).

Deixando o juízo da obra aos seus leitores, cumpre-nos registar o nosso muito amigo e sentido agradecimento à Dr.^a Alexandra Braga, que connosco partilhou desde o primeiro momento o esforço de concretização deste projecto, com reconhecida competência, incondicional entrega e elevado sentido de serviço público. Este agradecimento é extensível ao Museu de Lamego, como instituição promotora deste trabalho, nas pessoas do seu antigo director Dr. Agostinho Ribeiro e do actual director Doutor Luís Sebastián, pela forma como sempre o acolheram e proporcionaram todas as condições necessárias para que chegasse a bom termo. Por fim, agradecemos também ao Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e à sua direcção, na pessoa do seu director, Professor Doutor António Matos Ferreira, por desde o primeiro instante ter reconhecido a qualidade científica e o alcance deste projecto editorial, honrando o coordenador e os autores com a inclusão deste livro no prestigiado elenco das suas publicações.

Coimbra, 26 de Março de 2013

Introduction

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Built during the second half of the twelfth century, the complex that forms the Lamego Cathedral is one of the most representative historic monuments, not just of the city of Lamego, but also of the whole Douro region. Hence, it has always raised great interest and has frequently been an object for research and enquiry. Despite the important place the cathedral takes in the local and national heritage, and historiographic panorama, we have however noticed that the studies so far dedicated to this building and its successive constructions result mostly from sporadic and sparse researches, composed mostly from partial and incomplete readings of the documentation and the building itself. These studies do not concur to a solid interpretation along time of the whole history of the cathedral.

With this book – *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego, sécs. XII a XX* – we intend to somehow close this gap, which unfortunately is still common to most Portuguese cathedrals. We do so by promoting the research and the interdisciplinary debate around these national monuments, as well as by promoting the creation of coherent and updated syntheses on these buildings, specifically on the Lamego cathedral with its over 800 years of history. By putting together accurate information, including a theme and chronological interconnection of the various approaches selected by us, as well as a thorough but accessible discourse, we try not only to produce a scientifically interesting monograph but also an updated and broad source for study and information,

both with texts and graphs. We also try to make it appropriate to the public in general and to the school population in particular, as both lack books with appealing and scientifically well-founded content.

Consistent dissemination of the historic and artistic path of this monumental complex to the general public opens a safe way for the public to better understand, value and preserve this monument. This concern is especially pertinent and timely given the fact that Portuguese cathedrals, as spaces for religiousness, art and power, have recently experienced cultural activities and historic and cultural promotion, either in the form of religious tourism or in various ongoing museum and conservation programmes.

Following our purpose, we considered important to collect in this book the contributions of nine national and foreign researchers specialised in different work areas, such as History, Art History, Architecture, Conservation and Restoration, and specialised in different historic periods, from the Middle Ages to the Contemporary Era. Most of these contributions were presented by the respective authors at the International Conference “Space, Power and Memory: Lamego’s Cathedral in eight centuries of history”, at the Lamego Museum in April 2010, under both our coordination and that of Dr. Alexandra Braga, technician of this museum.

The effort to contextualise and summarise what was put into this scientific event gains its permanent and broad context via an organisation of themes representative of the main moments in the history of the Lamego cathedral: from the hazy and little studied initial phase of restoration of the diocese and construction of the Romanesque and Gothic cathedral; through the golden period of renaissance renovation of the cathedral, strongly driven by the patronage activity of the bishops of that time; up to the Counter-Reformation centuries and the impact these had in the organization of the diocese structure and in its governing *praxis* – this being strongly shaped by the architectonic and artistic

reformulation that the cathedral underwent and that bestowed it with the shape and projection it still presents today; without forgetting the period in its recent history marked by the interventions of the National Board of Buildings and Monuments (DGEMN) and the technical restoration approaches that the cathedral underwent along the twentieth century. All these themes are now based and developed within the various chapters by the following authors: Maria do Rosário Barbosa Morujão (Univ. of Coimbra), Eduardo Carrero Santamaría (Univ. Autónoma of Barcelona), José Pedro Paiva (Univ. of Coimbra), Pedro Flor (Open Univ.), António Filipe Pimentel (Univ. of Coimbra), Nuno Resende (Univ. of Porto), Duarte Frias (Univ. of Coimbra), Maria Lúcia Cardoso Rosas (Univ. of Porto), and Joaquim Inácio Caetano (Company *Mural da História*).

Allowing readers to assess the work for themselves, we would nevertheless like to thank Dr. Alexandra Braga, who was with us from the first moment and who shared the effort put into making this project possible, with recognised competence, unconditional dedication and a high sense of public service. This acknowledgement is extended to the Lamego Museum as the institution that promoted this work, namely its former director, Dr. Agostinho Ribeiro and its current director, Doctor Luís Sebastián, for the way they always welcomed and created the necessary conditions for this project to be successful. Finally, we would also like to thank the Centre for Religious History Studies of the Catholic University of Portugal and its board, namely its director, Professor Doctor António Matos Ferreira, for recognising from the beginning the scientific quality and the reach of this publishing project, honouring the coordinator and the authors with the inclusion of this book in the prestigious list of its publications.

Coimbra, March 26, 2013

Construir e Organizar



Torre sincira (pormenor). Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego

nu' alfonſu' illuſt'ſſimū regē portugalenſiū. ꝛ ꝑ diuſas grās q̄ ibi uenit
dē. ꝛ ꝑ cōſilio ꝑfati archieꝑi ꝛ omniū ſupꝑ dictozꝝ eꝑozꝝ ꝑfeſſio aꝛc

Ego menendus ſcē lamecenſis ecclē uocatus eꝑs ſubiectio nē ꝛ
caſcis patibꝫ conſtituta ſcām ꝑcepta canonū ecclē bracarū ꝛ
uobis eidē ecclē archieꝑi ꝑpetuo me tributu ꝑmittō. ꝛ ſup ſcām al
neciꝑ capitulatio. xiiii.

xv k defernando ſuomacigu
iiii testamētū de geluita galindici defrancellos. xv t de pelagio tedor

v testamētū de odorū louesendici. xvi t ꝛ plazū de fernando ſu

vi Testamētum de umudꝫ galindici xvii t de galindo gondefindiz in

vii k de pelagio gonuzo xviii. testamētū de plagio ꝑlaici de sꝫ

viii Testamētū de cendonū xviiii. t dꝫ lauretū uenegas ꝛ maragonū

iiii k de uarzena de comes rodricꝫ ꝑet x k de ſcō ifidrio tupa

A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

A diocese de Lamego nas suas origens

Para melhor se compreender a história da diocese de Lamego, inserida primeiro no reino suevo, depois no visigodo, em seguida no Condado de Coimbra e, finalmente, no Condado Portucalense e no emergente reino português, forçoso é recuar até ao mais antigo passado de Lamego como sede de bispado.

Foi ainda durante o Império Romano que a religião cristã foi introduzida na Península Ibérica e se começaram a organizar, neste extremo ocidental da Europa, as primeiras comunidades de seguidores de Cristo¹; assim também sucedeu na região de Lamego, onde sabemos que a romanização se fizera fortemente sentir².

O desenvolvimento do cristianismo na zona levou a que Lamego se tornasse sede episcopal no século VI, durante o domínio suevo da parte norte do

¹ Sobre os mais recuados tempos do cristianismo na província da Lusitânia, onde se integrava Lamego, vid. JORGE, Ana Maria – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe-VIe siècles)*. Lisboa: IPA, 2002. Da mesma Autora, pode-se ver uma breve síntese relativa à introdução do cristianismo na Península em JORGE, Ana Maria – O sincretismo religioso hispânico e a penetração do cristianismo. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 13-20; Do combate contra o paganismo ao controlo das “superstições”. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal...*, p. 20-25; O eclodir da dissidência: a querela arianista. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal...*, p. 25-29; O repto do priscilianismo e a emergência de novas correntes heterodoxas. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal...*, p. 29-34; e Organização eclesiástica do espaço: do império romano ao reino asturiano-leonês. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal...*, p. 137-141.

² Sobre a romanização em Lamego, vid. a recente síntese de VAZ, João Inês – *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*. Lamego: AVDPVD, 2007.

território futuramente português, e no tempo da acção missionadora levada a cabo por S. Martinho de Dume, a partir do mosteiro, próximo de Braga, ao qual o seu nome ficou para sempre associado³.

É nas actas do II Concílio realizado nesta cidade, em 572, que surge a mais antiga subscrição de um bispo de Lamego, Sardinário⁴. Existem referências a anteriores prelados, que relevam provavelmente apenas do domínio da lenda ou, pelo menos, não têm qualquer comprovação documental; por isso, devemos considerar Sardinário como o primeiro bispo de Lamego de que há certeza, de acordo com as investigações mais seguras e recentes acerca desta difícil temática⁵.

Difícil, essencialmente, porque as fontes ao dispor dos investigadores são poucas e lacunares. Até ao final do século VII, provêm quase sempre, e unicamente, das subscrições episcopais conservadas nas actas dos concílios realizados pela Igreja hispânica⁶; por esta via conhecemos oito prelados, de 572 a 693 (vid. Quadro I), cujos nomes, quase todos germânicos, formam uma sequência a que não podemos ter a certeza de não faltar alguém⁷.

³ Vid. SOALHEIRO, João – Lamego, diocese de. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. P-V. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, p. 419-421. Acerca de S. Martinho de Dume e a sua época, vid. LEGUAY, Jean-Pierre – A vida religiosa no tempo de S. Martinho e S. Frutuoso (séculos VI e VII). In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Vol. 2: *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*. Lisboa: Presença, 1993, p. 80-92; e JORGE, Ana Maria – O sincretismo religioso hispânico..., p. 22-25.

⁴ Vid. JORGE, Ana Maria – *L'épiscopat de Lusitanie...*, p. 123; e MARQUES, José – As dioceses portuguesas até 1150. *Biblos*. 78-3 (2002) 35.

⁵ Vid. SOALHEIRO, João – Lamego, diocese de..., p. 420; e COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 1: *Idade Média: a mitra e o município*. Lamego: [s.n.], 1977, p. 50-53.

⁶ Acerca destes concílios da Igreja hispânica e a sua importância na vida cristã peninsular, vid. MARTÍNEZ, G. – Concilios nacionales y provinciales. In *DICCIONARIO de Historia Eclesiástica de España*. Dir. Q. ALDEA VAQUERO, T. MARIN MARTÍNEZ, J. VIVES GATELL. Vol. I. Madrid: CSIC, 1972, p. 537-538; MARQUES, Maria Alegria – Concílios nacionais. I. Época medieval. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. A-C. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 413-418. As actas das reuniões conciliares foram publicadas em *Concílios visigóticos e hispano-romanos*. Ed. José Vives [et al.]. Barcelona-Madrid: CSIC-Instituto Enrique Floréz, 1963.

⁷ Para a elaboração deste quadro, foram-nos especialmente úteis as seguintes obras: JORGE, Ana Maria – Episcopologio. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. C-I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 132; e MARQUES, José – As dioceses portuguesas..., p. 35.

É possível que Fiôncio tenha tido um ou mais sucessores, antes da queda da cidade em poder dos muçulmanos, poucos anos volvidos sobre a travessia do estreito de Gibraltar pelas tropas de Tarique, em 711. O seu rápido avanço em direcção ao norte peninsular provocou a desorganização das estruturas do reino visigodo, não apenas civis, mas também eclesiásticas; não admira, pois, que deixe de haver menções a preladados, tanto em Lamego como em grande parte dos bispados hispânicos, sobretudo à medida que iam ficando sob domínio muçulmano⁸.

QUADRO I – Bispos de Lamego (Sécs. VI e VII)

Data	Concílio	Bispo
572	II de Braga	Sardinário
589	III de Toledo	Filipe
633 e 638	IV e VI de Toledo	Profuturo
646	VII de Toledo	Vitarico
653	VIII de Toledo	Filimiro
666	Mérida	Teodiscló
681 e 683	XII e XIII de Toledo	Gundulfo
688 e 693	XV e XVI de Toledo	Fiôncio

À semelhança de outras dioceses, Lamego talvez tenha mantido durante a ocupação sarracena bispos não residentes, que se acolhiam mais a norte, em terras cristãs, como indiciam as notícias das décadas iniciais do século X⁹. Mas os seus nomes permanecem-nos desconhecidos, só voltando a haver referências a bispos na diocese depois de a cidade ter regressado a mãos cristãs, no último quartel do

⁸ Sobre a forma como, rapidamente, as tropas árabes dominaram o território peninsular, vid. MARQUES, A. H. de Oliveira – O «Portugal» islâmico. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Vol. 2, p. 121-128; e ARAÚJO, Luís Manuel de – Os Muçulmanos no Ocidente peninsular. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Hermano Saraiva. Vol. 1. Lisboa: Alfa, 1983, p. 245-253. Acerca de Lamego sob o domínio muçulmano, vid. PINTO, Manuel da Cerveira – *O Douro no Garb Al-Ándalus: a região de Lamego durante a presença árabe*. Braga: [s.n.], 2004 (tese de mestrado policopiada).

⁹ Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 67, que cita um diploma de Ordonho II de 915, referindo a presença dos bispos de Lamego e Tui no norte da Galiza; MATTOSO, José – Portugal no reino Asturiano-Leonês. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. 2: *Antes de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 212.

século IX, graças às acções militares do rei Afonso III (866-910), que permitiram devolver aos cristãos vastas zonas, desde o Minho ao Mondego¹⁰.

O domínio cristão da cidade permitiu que as suas estruturas eclesiásticas se reactivassem e a igreja conhecesse um verdadeiro florescimento, bem patente nos fragmentos de importantes códices dessa época que ainda hoje se conservam¹¹ (Fig.1).



Fig. 1 – Fragmento das Actas do XIII Concílio de Toledo (Séc. X) © ADBG, F.C.S.P., nº 260.

¹⁰ Relativamente à conjuntura vivida no tempo de Afonso III e às suas conquistas, vid. MATTOSO, José – Portugal no reino Asturiano-Leonês..., p. 183-188; BEIRANTE, Maria Ângela – A «Reconquista» cristã. In *NOVA História de Portugal*. Vol. 2, p. 257-261; e BARROCA, Mário – Da Reconquista a D. Dinis. In *NOVA História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA. Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 25-33.

¹¹ Vid. SOALHEIRO, João – Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, diocese de Lamego: breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais. In *FOZ CÔA: inventário e memória*. Coord. João SOALHEIRO. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000, p. 39. Um desses fragmentos é o que se reproduz na Fig. 1, hoje conservado no Arquivo Distrital de Bragança (ADBG).

Neste período, temos de novo menções a bispos da diocese, muitas vezes incertas, porém, pois quase todas surgem em cópias tardias, a maioria das quais sofreu erros de leitura, interpolações ou falsificações¹². Seguindo um dos historiadores que com maior profundidade e de forma sistemática se tem, recentemente, empenhado no estudo destas matérias, Manuel Carriedo Tejedo¹³, podemos associar aos nomes acima indicados mais sete prelados de Lamego (vid. Quadro II).

QUADRO II – Bispos de Lamego (Sécs. IX e X)

Bispos	Cronologia
Branderico	877-886 ¹⁴
Argimiro	893-899 ¹⁵
Juvário (?)	911 ¹⁶
Pantaleão	920-935 ¹⁷
Ornato	943-956 (?) ¹⁸
Ataúlfo (?)	959-961 ¹⁹
Jacobo	961-982 (?) ²⁰

¹² Sobre as dificuldades colocadas pelas fontes para a definição de um episcopologio destes recuados tempos, vid. CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos bispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI. *Bracara Augusta*. 101-102 (1998-99) 311-312.

¹³ Referimo-nos, em especial, à obra citada na nota anterior, em que o Autor esclarece diversas dúvidas que têm subsistido acerca dos episcopologios portugueses dos séculos IX a XI a partir dos exemplos de dois bispos do Porto.

¹⁴ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 316-317; este autor coloca a hipótese de Branderico já ser bispo de Lamego em 867, a partir de uma menção insegura a seu respeito citada na nota 31.

¹⁵ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 319-320.

¹⁶ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 320 e 376, nota 110. Costuma-se apontar Ornato I como o bispo seguinte de Lamego, mas, segundo este autor, essa referência é errada para as datas usualmente indicadas de 916 (vid. p. 321 e 380, notas 124 e 125), 920 (p. 328 e 385, notas 179 e 180) e 921 (p. 329 e 386, notas 188 e 189).

¹⁷ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 328-329.

¹⁸ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 329-330.

¹⁹ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 330, que nas p. 394-395, notas 232 e 233, justifica a hipótese de este bispo, cuja diocese não é indicada pelas fontes que o referem, ter sido prelado de Lamego.

²⁰ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses..., p. 330 e 395, nota 240.

No início da década de 80 do século X cessam, porém, uma vez mais, tais referências. Por essa altura, os exércitos do célebre Almançor avançavam pela península, chegando mesmo a ameaçar Santiago de Compostela. Diversas praças já recuperadas pela monarquia astur-leonesa voltaram ao domínio sarraceno²¹. Foi o caso de Lamego, que ficou durante mais de sessenta anos sob autoridade muçulmana, e se tornou a mais importante e bem fortificada cidade da região, tendo chegado a fazer parte do reino taifa de Badajoz²². Assim permaneceu até que, em meados do século XI, Fernando Magno se lançou numa acção conquistadora de larga escala, conhecida como “Campanha da Beira”, aproveitando a conjuntura favorável aos cristãos provocada pela fragmentação do califado de Córdova em pequenos reinos de *taifas*, que rivalizavam entre si²³.

A reconquista da cidade e a primeira tentativa de restauração da diocese

As incursões vitoriosas de Fernando Magno levadas a cabo entre 1055 e 1064 lograram recuperar para a coroa leonesa os territórios beirões perdidos no tempo de Almançor, como as fortalezas de Seia, Trancoso, Lamego, Tarouca, Viseu, Penalva e Coimbra²⁴.

²¹ Sobre os ataques de Almançor, vid. ARAÚJO, Luís Manuel de – Os muçulmanos..., p. 273; TORRES, Cláudio – O Garb-al-Andaluz. In *HISTÓRIA de Portugal...* Vol. 2, p. 154; e BARROCA, Mário – A Reconquista cristã (1064-1249). In *NOVA História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 27-28.

²² Para melhor conhecermos a situação de Lamego durante essas décadas de domínio muçulmano, vid. PINTO, Manuel da Cerveira – *O Douro no Garb Al-Ándalus...*, p. 119-120.

²³ Sobre a conjuntura vivida no tempo de Fernando Magno, vid. ARAÚJO, Luís Manuel de – Os muçulmanos no Ocidente peninsular..., p. 273-277; TORRES, Cláudio – O Garb-al-Andaluz..., p. 154-157; MATTOSO, José – A política. In *HISTÓRIA de Portugal*. Vol. 2, p. 301-304; BEIRANTE, Maria Ângela – A conjuntura. In *NOVA História de Portugal*. Vol. 2, p. 263-265; BARROCA, Mário – A Reconquista cristã..., p. 28-33. Para uma visão mais específica sobre o reinado de Fernando Magno, vid. SÁNCHEZ CANDEIRA, Alfonso – *Castilla y León en el siglo XI. Estudio del reinado de Fernando I*. Ed. Rosa MONTERO TEJADA. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999.

²⁴ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 10 (2010) 11-36, assim como a bibliografia indicada na nota anterior.

Das três cidades citadas (Lamego, Viseu e Coimbra), a primeira a ser conquistada foi Lamego, em 1057; no ano seguinte, recuperou-se Viseu, e Coimbra caiu em poder dos cristãos em 1064. Várias fontes, como o *Chronicon Lusitanum* e o Obituário Lamecense, informam-nos sobre o dia exacto em que Lamego foi reconquistada: sábado, 29 de Novembro de 1057, dia da festa de S. Saturnino (Fig. 2)²⁵, graças a uma operação militar de grande envergadura, devido às fortes muralhas que rodeavam o castelo, já de si de difícil acesso, obrigando à utilização de engenhos de guerra, de torres de madeira e catapultas, como nos relatam as velhas páginas da *Historia Silense*²⁶.

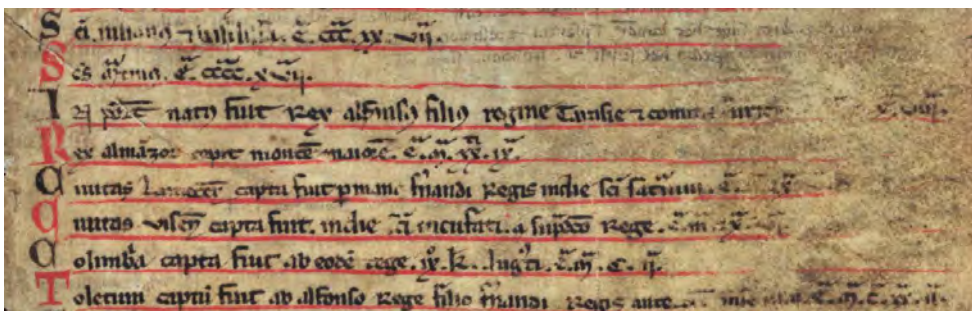


Fig. 2 – Referência à reconquista de Lamego por Fernando Magno © ANTT, Martirologio Obituario da Sé de Lamego, fl. 1 (pormenor).

Na sequência destas conquistas, a fronteira entre cristãos e muçulmanos passou a ter como limite o rio Mondego, e o monarca procedeu a profundas alterações na administração do território sob seu domínio. O antigo condado de Coimbra foi entregue ao moçárabe D. Sesnando, recompensado pelo precioso auxílio prestado a Fernando Magno com o governo desse vasto espaço, que se

²⁵ Vid. *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Introd. António CRUZ. Porto: BPMP, 1968, p. 69; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Martirologio Obituario da Sé de Lamego*, fl. 1 (*Civitas Lamecensis capta fuit per manus (sic) Fernandi regis in die Sancti Saturnini Era M^a LX^{va} V^o*).

²⁶ Vid. CARRIEDO TEJEDO, Manuel – *Los episcopologios portugueses...*, p. 338; e COSTA, M. Gonçalves da – *Historia do bispado...* Vol. 1, p. 75.

estendia desde a terra de Santa Maria, a norte, até à fronteira sarracena, a sul, abarcando a leste os territórios de Lamego e Viseu²⁷.

À reconquista de uma sede de diocese seguia-se, por via de regra, a restauração da sua dignidade episcopal. Assim terá pretendido fazer o rei leonês, mas não chegou a concretizar tal intento, a não ser, segundo parece, em Viseu, onde, logo após a ocupação da cidade, encontramos um bispo de nome Sesnando (homónimo, pois, do conde conimbricense), que terá acompanhado o rei na conquista de Coimbra de 1064²⁸; de seguida, porém, cessam as notícias a seu respeito.

Em Lamego, terá sido o filho de Fernando Magno, Sancho II, a nomear D. Pedro como bispo, em 1071, à semelhança do que fez em Braga, onde, também nesse ano, colocou na cátedra episcopal o célebre prelado do mesmo nome cuja actuação foi magistralmente estudada por Avelino de Jesus da Costa²⁹. Ao contrário, porém, do que se passou em Braga, o bispo de Lamego teve um episcopado efémero, e não conheceu sucessor³⁰.

²⁷ Sobre a importância de Coimbra na época e o governo do conde D. Sesnando, vid. COELHO, Maria Helena da Cruz – Nos alvares da história de Coimbra: D. Sesnando e a Sé Velha. In *SÉ Velha de Coimbra: culto e cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria, 2005, p. 17-29; COSTA, Avelino de Jesus da – Sesnando (século XI). In *DICIONÁRIO de História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO. Vol. 5. Porto: Liv. Figueirinhas, [s.d.], p. 546-547; e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010, p. 39-50.

²⁸ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 13-14, em especial a nota 8.

²⁹ Referimo-nos, naturalmente, à sua tese de doutoramento, de que usamos a 2ª edição, refundida e ampliada: COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2ª ed. 2 Vols. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000. Na primeira versão desta obra, o autor sustentara que a restauração das duas dioceses, Lamego e Braga, fora levada a cabo pelo rei Garcia e não por seu irmão Sancho II; na segunda edição, e partindo da descoberta de um novo documento, fica certo que o responsável pela colocação nas cátedras dos seus primeiros bispos pós-Reconquista foi, efectivamente, Sancho II, depois de ter vencido o seu irmão Garcia, como nos diz no vol. 1, p. 219-223.

³⁰ As únicas referências a seu respeito datam somente desse ano de 1071. COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga...* Vol. 1, p. 222, gravura 1, reproduz parte de uma carta da infanta D. Urraca, filha de Fernando Magno, datada de 13 de Junho de 1071, onde, abaixo da subscrição do bispo de Braga, surge a do bispo de Lamego D. Pedro (Archivo de la catedral de Tui, 1/2). Este é o último documento que o refere, seguindo-se o silêncio a seu respeito e de qualquer eventual sucessor. Podemos pensar que D. Pedro terá resignado ao cargo ou, então, falecido precocemente.

Em Coimbra, a restauração da diocese, que fora planeada por Fernando Magno e Sesnando, só se verificou com Afonso VI, que, pelo ano de 1080, colocou na cátedra da cidade D. Paterno³¹. Coimbra foi, pois, a única das três sedes episcopais portuguesas reconquistadas por Fernando Magno a conhecer uma efectiva restauração, tendo D. Paterno sido seguido por toda uma série de prelados, numa sucessão ininterrupta que vem até aos nossos dias. Em Lamego e Viseu, pelo contrário, foi necessário aguardar por meados do século XII para haver prelados nas suas cátedras, tendo ambas as dioceses ficado, entretanto, subordinados à autoridade da Sé de Coimbra.

A dependência face a Coimbra

A subordinação destes dois bispados à diocese de Coimbra prendeu-se com vários factores. Em primeiro lugar, há que ter em conta a importância primordial que esta cidade então assumia³². Antiga sede de condado, mantivera essa primazia ao ser entregue a Sesnando; a sua conquista transformou-a em guarda avançada da fronteira meridional com os muçulmanos no extremo ocidente hispânico, papel que desempenhou até à passagem da linha fronteira do Mondego para o Tejo, em 1147. Coimbra exercia, pois, nas décadas finais do século XI, uma hegemonia incontestada no território governado por Sesnando, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista estratégico e militar. A sua hegemonia eclesiástica seria também desejada pelo conde moçárabe, que não veria qualquer vantagem em minorizar a importância da cidade com a restauração de mais dioceses no interior do condado. Importava mais, ao invés, manter o poder eclesiástico sobre toda a região concentrado nas mãos de um único prelado,

³¹ Vid., por todos, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 40-42.

³² Sobre a conjuntura então vivida, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 39-50.

D. Paterno, com quem Sesnando tinha uma relação de grande proximidade, e utilizar os rendimentos de Lamego e Viseu para colmatar a as necessidades de Coimbra, que tinha ainda boa parte dos seus territórios sob domínio árabe³³.

Depois da morte de Sesnando, em 1091, o governo do condado passou para seu genro, Martim Moniz, sendo poucos anos depois entregue pelo imperador Afonso VI a D. Raimundo, e, em 1096, a D. Henrique, passando então a integrar o recém-formado Condado Portucalense³⁴. A situação das dioceses do interior beirão não mudou, porém, com as alterações políticas sofridas; pelo contrário, a sua subordinação a Coimbra foi ratificada pela bula *Apostolicae Sedis*, outorgada pelo papa Pascoal II, a 24 de Março de 1101, a favor do bispo D. Maurício Burdino (Fig. 3), bula essa que, curiosamente, foi a primeira carta pontifícia destinada a um prelado conimbricense³⁵.

O governo das dioceses dependentes seria feito por intermédio de arcediagos ou priores, assim se tem dito, como se os termos fossem sinónimos³⁶. Começemos por perceber as diferenças entre uns e outros, para depois vermos o que nos dizem as fontes a este respeito.

A designação de prior, nesta época, em Coimbra – e centramo-nos em Coimbra por ser o espaço que nos importa de momento, mas o essencial do que for dito é válido para as outras dioceses do reino – incidia sobre aquele que

³³ Vid. as obras citadas na nota 29 e ainda SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 15-16.

³⁴ Acerca das circunstâncias da sucessão de Sesnando e da vinda para a Península Ibérica destes dois cavaleiros da Borgonha a quem veio a ser entregue o governo do ocidente peninsular, vid. MATTOSO, José – O condado portucalense..., p. 419-452; Portugal no reino Asturiano-Leonês..., p. 562; Dois séculos de vicissitudes políticas. A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139). In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. 3: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 36-58; e MARQUES, A. H. de Oliveira – A constituição de um condado. In *NOVA História de Portugal*. Vol. 3: *Portugal em Definição de Fronteiras*. Lisboa: Presença, 1995, p. 13-20.

³⁵ Publicada por ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927, nº 2. Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra*..., p. 56-57 e 91-92.

³⁶ Assim o diz, por exemplo, COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado*... Vol. 1, p. 83.

PASCOALIS EPS SEKWSERIKVOI DE VENGALILFRU MAVRIGO COLMBRIENSIO CIVIS SUCCESSORIBVS CANONICE PROMOVENDIS INTER RE
 postolice sedis conuatore dno de feruni auc-bonafinos debunusq' compellit. & de solaz celisul prouidete. & ad solaz patna sollicitudine spouere. Cas maxime que barbaroy
 fortati uenit & habitacionib' circumspice. Et a ppr' p'rationib' eius hinc ff' maurici patne caritati affectione inclinand' audiri. & colmbriensem eccliam cui do dispone
 p'fidei p'sentia deo uerit pugna communit'. Statum enim utquecumque bona quatinusq' diocesim imp'formari eadem ecclia ite possit & ut inficuri ite itaq' canonice
 poterit ad p'p'ca forma et eius successores & illibata p'maneant. Nesido deantiquis p'p'ochie eminis q's hodie m'ari & moabite possideant auxiliante do inficuri
 reparari potuerit eadom redintegretur ecclie. Interim acolumbra usq' adedistum antea set redonari regis temporib' abep'i diuisio facta e. ecclie colmbriensis possessio
 p'fuerit. dual p'reca episcopalium condam k'atredarū ecclias lamocum. & uesum cui euo q' sucefforū p'fisioni curat' cōtinetur. donec dispōnente dno. aut conuimbrē
 diocesis sua restituar. aut ille p'p'ochus p'p'os' d'oluitate cardinalis ep'os' h'abere nequuerit. Nullam q' uacuriam cum eccl'is & colomis ac p'dissus subuure p'p'ro episcopo
 colmbriensiu' efirmant' set ab egrigo comite ramundo colmbriens' ecclie donata & scriptoy. testimonis oblatā e. ad hoc decorem' ut nulli omnino hominum
 liceat eandem eccliam uenire p'p'ochare aut ei possessione' auferre ut ablatas p'p'ochas hanc nre efirmacionis p'p'ocham sciont' e'ra ea uenire uenire temptauerit. secundo
 quam clericoy & p'p'ochi usq' profutura. Si qua uenit efirmacione p'p'ochas hanc nre efirmacionis p'p'ocham sciont' e'ra ea uenire uenire temptauerit. secundo
 reuocare cōmone' simoniaci' fradione egrua emen dauere p'p'ochas honoriss' sui dignitate exeat. remq'se diuino iudicio exstere depp'entata unq'itate cognofcat
 & abieratissimo corpore ac sanguine di & dñi redemptoris nri ihu xpi aliena far. atq' inextremo examine dist'p'ete ultioni subacet. Cunctis aut eadē loco iusta
 seruatis' set pax dñi ihu xpi quaten' & hic fructum bone actioms p'p'ochat. & apud dist'ictū iudicē p'mia & eme p'p'ochat. amet
 Scriptum p'manum petri notari regionari & seruarii sacri palatii.
 Datum lateranis p'manum iohannis s'c' romane ecclie diaconi cardinalis. ix. k. ap'lis. Indictione. ix.



BE

Ego paschalis catholice ecclie p'p'ochat.



Domine incarnationis. m. c. l. anno. Pontificatus domini paschalis sedis pape. sedo.

Fig. 3 – Cópia da bula Apostolicae Sedis de Pascoal II, 1101 (24 Mar.) © ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., D.E., M. 1, nº 1.

presidia ao cabido, e que veio mais tarde a ser chamado deão³⁷. De acordo com as mais antigas informações acerca da organização capitular da catedral de Coimbra, em finais do século XI, o prior, escolhido de entre os cónegos, tinha a seu cargo a administração patrimonial, assim como funções que vieram a ser atribuídas ao mestre-escola e ao tesoureiro³⁸. Segundo os estatutos de 1127, o prior era o encarregado dos mais diversos aspectos da vida material e litúrgica da comunidade canonical ligada à Sé³⁹. Os arcediagos, por seu turno, eram os *oculi episcopi* (os olhos do bispo), encarregados de o coadjuvar na administração dos territórios diocesanos, visitando-os em seu nome, julgando querelas, prolongando a sua acção pastoral⁴⁰. Encontram-se documentados na diocese desde cerca de 1090; mas é difícil perceber se têm ou não alguma relação com o governo de Lamego e Viseu.

Na verdade, a presença dos delegados de Coimbra na administração destas duas dioceses é muito difícil de captar. Assim nos mostra, claramente, o exemplo do mosteiro de Arouca, a instituição monástica do bispado de Lamego que maior número de documentos conservou: em 93 diplomas referentes ao período de subordinação a Coimbra, um só faz menção clara à existência de um arcediago à frente do governo de Lamego⁴¹; precisamente o mesmo que, entre todos os documentos conhecidos outorgados pelos condes portugalenses e por D. Afonso Henriques, é o único a indicar expressamente os agentes da diocese de Coimbra naqueles dois bispados.

³⁷ Nesta diocese, o termo prior foi o preferido, até 1184, para designar aquele que chefiava o cabido e que, após essa data, passará a ser chamado deão. Note-se que, em Braga, a nova designação entrou nas práticas correntes cerca de vinte anos mais cedo, a partir de 1165 (vid. CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*. Noia: Ed. Toxosoutos, 2005, p. 93). Sobre as atribuições do cargo e a respectiva evolução em Coimbra, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 210-213.

³⁸ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 210-211.

³⁹ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 212.

⁴⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 232-234.

⁴¹ Vid. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal-Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, p. 8.

Observemos mais de perto as informações deste diploma, uma carta outorgada por D. Teresa a 31 de Março de 1128, que inclui na data a menção ao arcebispo de Braga, ao bispo do Porto e aos responsáveis pelas três outras dioceses do condado à época: *in Colimbria archediacono Tello, in Uiseo Odorio priore, in sede Lameco archediacono Monino*⁴².

No caso de Coimbra, o governante referido é o arcebispo D. Telo, que viria a ser um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz⁴³; a Sé encontrava-se vaga após a morte do bispo, D. Gonçalo, ocorrida no ano anterior⁴⁴. Para Viseu, é indicado o prior Odório, que presidia ao cabido da catedral⁴⁵. À frente de Lamego, encontramos um arcebispo, Mónio, a respeito do qual dispomos somente desta informação que nos dá a saber que, no final de Março de 1128, era sobre ele que recaía a autoridade eclesiástica na diocese.

Odório estava directamente ligado à catedral cujo governo assegurava, na sua qualidade de membro e dirigente do cabido viseense. Porque há que ter em conta que a inexistência de um prelado próprio não era impeditiva do desenvolvimento da igreja local, no sentido de existir um templo principal na cidade, em torno do qual se agrupava um conjunto de cónegos, formando um cabido, como sucedia (e sucede ainda hoje) em todas as catedrais. Em Viseu, a realidade capitular deste século de dependência face a Coimbra começa a ser mais

⁴² *Documentos medievais portugueses*. Ed. Rui de AZEVEDO. Vol. 1. T. 1: *Documentos régios*. Lisboa: APH, 1941, doc. 81.

⁴³ De entre a extensa bibliografia sobre D. Telo, destacamos como mais actualizadas as seguintes obras: GOMES, Saul António – In limine conscriptionis. *Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage, 2007, p. 121-142; MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade, 2003, p. 190-193; e, naturalmente, o relato hagiográfico sobre a sua vida, publicado em *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Sour*. Ed. Aires Augusto do NASCIMENTO. Lisboa: Colibri, 1998.

⁴⁴ Efectivamente, D. Gonçalo faleceu a 17 de Abril de 1127, e o seu sucessor, D. Bernardo, só se encontra documentado com segurança a partir de 1 de Julho de 1128, de acordo com os dados indicados por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 97-99.

⁴⁵ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 33.

bem conhecida, graças às investigações levadas a cabo por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, que mostram a importância que o colégio canonical viseense tinha já por volta de 1110, período em que os condes portucalenses fizeram de Viseu a sua capital, que se manteve como sede política do condado até ao afastamento de D. Teresa, após a Batalha de S. Mamede⁴⁶. A Sé de Viseu foi beneficiada por D. Henrique e por sua mulher com a transferência da antiga catedral moçárabe, localizada na zona baixa da cidade, para o cimo da colina, onde ganhava não só um novo edifício, mas também uma renovada importância.

Foi igualmente beneficiada com o apoio que D. Teresa não pode ter deixado de dar à tentativa de autonomização do bispado ocorrida por volta de 1119-1120, quando o cabido elegeu o prior Odório como bispo⁴⁷. Foi uma tentativa gorada, pois logo Coimbra se lhe opôs, fazendo valer os seus direitos de episcopado administrante⁴⁸; mas mostra bem o grau de desenvolvimento que, por essa altura, já tinha atingido a canónica viseense e, por consequência, a igreja local.

Em Lamego, a situação seria diversa, assim nos parece. Uma diferença fundamental, logo à partida, é que, aqui, a presença e o apoio condal não se fizeram sentir como em Viseu. Quanto ao cabido, é provável que, como diz a tradição, tenha tido origem num templo da invocação de S. Sebastião, situado fora do espaço muralhado, e na comunidade eclesiástica que aí se teria desenvolvido qual, a certa altura, aparece designada como colegiada⁴⁹. Segundo M. Gonçalves

⁴⁶ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 17-27; aguardamos com grande expectativa as novidades que a tese de doutoramento deste autor não deixará de trazer a respeito desta fase da história de Viseu.

⁴⁷ Vid. artigo citado na nota anterior e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 96.

⁴⁸ Assim o comprova o documento copiado, por duas vezes, no *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Ed. crítica. Texto integral*. Dir. científico Avelino de Jesus da COSTA. Coimbra: AUC, 1999, docs. 451 e 637, pelo qual Odório renuncia ao episcopado de Viseu e jura obediência ao prelado conimbricense D. Gonçalo.

⁴⁹ Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 84, que remete para um documento referido por VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. crítica de Mário FIÚZA. Vol. 2. Porto:

da Costa, seria este o embrião do futuro cabido catedralício, o que parece muito provável, dado que S. Sebastião foi, efectivamente, o primeiro orago da catedral lamecense, antes de ser construído o edifício dedicado a Santa Maria⁵⁰ (Fig. 4).



Fig. 4 – *Sé de Lamego* © LABFOTO–Lamego.

Afirma este mesmo Autor que, à frente desta comunidade, estaria um arcebispo ou prior, que governava a diocese nomeado por Coimbra⁵¹. Discordamos desta afirmação; como vimos, estes dignitários tinham diferentes funções e naturezas; à frente de uma comunidade canonical está um prior ou um deão, não um arcebispo⁵².

Liv. Civilização Editora, 1984, s.v. “Casar”, p. 77-78. Ambos se baseiam em documento publicado em *Tarouca Monumenta Historica. I: Livro das Doações de Tarouca. Vol. I/1: Documenta*. Leitura, sumários e notas de A. de Almeida FERNANDES. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991, doc. 144.

⁵⁰ Além das obras citadas na nota anterior, vid. também a este respeito SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Ed. Magno, 2003, p. 25.

⁵¹ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 83-84.

⁵² Note-se que, no entanto, o exercício das duas funções podia estar ligado a uma mesma pessoa, como sucedia, no caso português, na Sé de Braga, cujo deão era também, por via de regra, o arcebispo do

Todos os dados que encontrámos apontam para que o governo de Lamego fosse feito por um arcediogo, o que significa, a nosso ver, que, e ao contrário do que se passava em Viseu, não seria aquele que presidia ao cabido – o prior – a pessoa que estaria encarregada de administrar a diocese sob as ordens de Coimbra.

Vejamos os elementos que conseguimos obter a partir das fontes compulsadas – e sabendo que mais seria preciso analisar, a começar pelos valiosíssimos manuscritos deixados por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, hoje depositados na Biblioteca Municipal de Viseu, que contêm a cópia de múltiplos documentos por ele examinados e que mais tarde se perderam no incêndio que, no século XIX, destruiu o seminário dessa cidade⁵³.

Sem abonação que nos permita conhecer em que se baseou, M. Gonçalves da Costa refere Domingos como primeiro arcediogo à frente de Lamego, entre 1089 e 1099⁵⁴, a quem se seguiu, nesse último ano, um outro arcediogo, de nome Ero. De facto, em doação ao mosteiro de Anreade (c. Resende) de 3 de Setembro de 1099⁵⁵, a corroboração é feita *per jussionem*, isto é, por ordem de Ero, arcediogo da Sé de Lamego, que volta a surgir em venda concretizada dois anos mais tarde, em 1101⁵⁶ (Fig. 5), e cujo período de actuação M. Gonçalves da Costa estende até 1108⁵⁷. Este mesmo autor cita, depois, um Martinho, que o teria substituído

Couto; vid. CUNHA, Maria Cristina – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga...*, p. 97. Também em Castela são vários os exemplos de acumulação das duas funções, como nos diz SUAREZ BELTRÁN, Soledad – *El cabildo de la catedral de Oviedo en la Edad Media*. Oviedo: Universidad, 1986, p. 67.

⁵³ Sobre o trabalho levado a cabo por Viterbo, vid. TORRES, Ruy d'Abreu – Viterbo. Fr. Joaquim de Santa Rosa de. In *DICIONÁRIO de História de Portugal...* Vol. 6, p. 338-339.

⁵⁴ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 84.

⁵⁵ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*. Vol. 1. Lisboa: ACL, 1867, doc. 916, que COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 84, indica, erradamente, como sendo o doc. 62 e data de 13 de Setembro desse mesmo ano.

⁵⁶ ANTT, Mosteiro de S. João de Pendorada, M. 4, n° 7 (fig. 5); vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 236, quadro n° 9.

⁵⁷ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 84.

nesse mesmo ano, mas que designa-se como prior, remetendo para um documento do mosteiro de S. João de Pendorada⁵⁸. Não refere o arcediogo David que, em 1119, confirma uma doação a favor do mosteiro de Arouca⁵⁹. Finalmente, como último arcediogo conhecido, temos o já mencionado Mónio, em 1128.

Estes arcediogos seriam os agentes da autoridade do bispo de Coimbra. Se faziam ou não parte da formação canonical lamecense, ignoramos. Não seriam, decerto, os seus líderes. Um arcediogo, repetimos, não é um prior, e as funções de ambos não se confundem⁶⁰. O cabido de Lamego teria nesta altura priores, cujos nomes, infelizmente, não conhecemos – a não ser o de um Suintila, que M. Gonçalves da Costa cita a partir de documento visto por Viterbo, que apresenta, contudo, uma série de elementos que o tornam de autenticidade e data duvidosa⁶¹; e o de Paio, em Novembro de 1145, referido em diploma copiado no *Livro das Doações de S. João de Tarouca*⁶². Se, em Viseu, a autoridade para presidir à administração do bispado era delegada nos priores do cabido, em Lamego a realidade que transparece dos lacunares documentos subsistentes apontam para que a ligação entre as duas dioceses tivesse sido feita através de arcediogos.

⁵⁸ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 84; o documento do mosteiro de S. João de Pendorada que refere é citado a partir de João Pedro Ribeiro, em obra que desconhecemos.

⁵⁹ Vid. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca...*, doc. 10.

⁶⁰ Pese embora o que acima dissemos sobre a possibilidade de acumulação dos dois ofícios, os cargos em si mantêm-se diferentes. Há que ter em conta que, pelo menos em dois períodos da história da diocese de Coimbra, em caso de ausência do bispo, quem ficou a governar a diocese foram arcediogos, e não os priores ou deões do cabido: um desses episódios, já referido, foi protagonizado pelo arcediogo D. Telo, em 1128, na vacância que se seguiu à morte de D. Gonçalo; outro coincidiu com a deposição do bispo D. João Anaia, em 1155, tendo ficado à frente da diocese o arcediogo D. Domingos (vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 259). Estes exemplos apontam para que fosse tradição em Coimbra entregar a administração diocesana a arcediogos, sendo a diferente situação vivida em Viseu devida, provavelmente, ao desenvolvimento entretanto alcançado pelo cabido dessa catedral, que levava a que o seu prior fosse o representante na diocese da autoridade episcopal de Coimbra.

⁶¹ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 84, nota 2. De facto, o autor refere um documento que data de 1087 onde são apresentados como bispos Paio de Braga e Sennando do Porto, que não exerciam então tais cargos, assim como Odório na qualidade de prior de Viseu, o que não terá sucedido antes de 1119 (vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 33).

⁶² *Taroucae Monumenta Historica...* Vol. I/1, doc. 144.

Ainda quanto a este tempo em que o governo da diocese lamecense dependia de Coimbra, há que ter em conta que não foi apenas a jurisdição do bispo conimbricense a exercida naquele território. De acordo com certos testemunhos de uma inquirição de 1182⁶³, também o arcebispo de Braga D. João Peculiar (1138-1175†) desempenhou funções prelatícias em parte da diocese de Lamego⁶⁴; e encontram-se testemunhos da sua participação na sacração de templos nela situados⁶⁵.

Estes episódios conjugam-se com interferências do mesmo arcebispo em outros territórios tutelados pelo bispo de Coimbra e sobrepondo-se à autoridade deste, como as ordenações a que procedeu no mosteiro de Santa Cruz da cidade e a consagração do altar-mor da sua igreja⁶⁶; ou a sacração do abade de S. Cristóvão de Lafões, na diocese de Viseu⁶⁷. São vários, pois, os exemplos de ingerências do poderoso D. João Peculiar na esfera de acção do bispo de Coimbra, as quais estão por certo na base das difíceis relações entre os dois prelados, e de que constitui prova a tomada de posição a favor de Compostela por parte do bispo conimbricense, D. Bernardo, no concílio de Valladolid de 1143⁶⁸.

Na verdade, a jurisdição conimbricense sobre Lamego não foi posta em causa apenas por Braga, mas cobiçada também, anos antes, pelo primeiro bispo

⁶³ Publicada por MARQUES, Maria Alegria – A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela. In 2º CONGRESSO Histórico de Guimarães... Vol. 5, p. 66-84.

⁶⁴ MARQUES, Maria Alegria – A restauração das dioceses..., p. 66-76; Uma bula do século XV: pretexto e contexto. In MUSEU de Lamego. Pergaminhos. [Lisboa]: IPM, 2002, p. 14-15; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 30.

⁶⁵ SOALHEIRO, João – Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa..., p. 45, refere os casos das igrejas de Fonte Arcada (c. Sernancelhe), Numão (c. Vila Nova de Foz Côa), Penedono e Penela (c. Penedono).

⁶⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 101-102

⁶⁷ Esta sacração foi motivo de repreensão papal a D. João Peculiar, pela bula de Inocêncio II *Gravamen et molestias*, de 8 de Fevereiro de [1140-43] (*Papsturkunden*, nº 35); outra bula que se pode relacionar com estas intromissões de D. João Peculiar nos territórios submetidos, com o título *In eminenti*, foi endereçada a D. Bernardo de Coimbra provavelmente na mesma altura, proibindo qualquer outra autoridade eclesiástica de julgar, excomungar ou ordenar clérigos na diocese sem o consentimento do bispo (*Papsturkunden*, nº 36); vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 102.

⁶⁸ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 102; MARQUES, Maria Alegria e SOALHEIRO, João – *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I, Afonso II*. Gijón: Ed. Trea, 2009, p. 121.

do Porto, D. Hugo (1112-1136†)⁶⁹. Desejoso de alargar o território da diocese a que presidia, e depois de procurar fazer incluir nele a chamada terra de Santa Maria, D. Hugo conseguiu em 1116⁷⁰ que Pascoal II transferisse a administração de Lamego para o Porto, transmitindo-lhe a informação de que Coimbra já vivia de forma desafogada e deixara de precisar dos réditos de Lamego, muito mais necessários à sobrevivência do recém-restaurado bispado do Porto (Fig. 6). Esclarecido pelo bispo de Coimbra sobre areal situação da sua diocese, o papa acabou por lhe devolver os direitos sobre Lamego⁷¹.

Este episódio é não apenas ilustrativo dos conflitos que ocorriam com frequência nos inícios do século XII entre as várias dioceses relativamente à definição das suas fronteiras⁷², mas demonstra, também, que os réditos de Lamego, neste período, não seriam despidiendos, caso contrário não valeria a pena lutar por eles⁷³; interessaria, ao Porto, certamente, em especial, o controlo sobre o rio Douro, a que os direitos sobre Lamego dariam acesso. Seja como for, estes factos provam, uma vez mais, que a não restauração efectiva deste bispado,

⁶⁹ Sobre os conflitos entre D. Hugo e a Sé de Coimbra devido às fronteiras diocesanas e às pretensões do primeiro relativamente a Lamego, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 56-60. Sobre D. Hugo e o seu governo à frente da diocese do Porto, vid. também SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008, p. 23-25.

⁷⁰ Através da bula também chamada *Apostolice Sedis*, de 1116 Abril, 12 (*Papsturkunden*, nº 15).

⁷¹ Através da bula *Fratrum nostrorum*, de [1116] Junho, 18 (*Papsturkunden*, nº 16).

⁷² A respeito desses conflitos fronteiriços, vid. MARQUES, José – *A organização eclesiástica medieval na região do Tâmega*. In *ACTAS do 1º Congresso Histórico de Amarante*. Amarante: [s.n.], 2000, p. 143-161; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 55-65; OLIVEIRA, Miguel de – Os territórios diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria. *Lusitania Sacra*. 1 (1956) 29-50; VILAR, Hermínia Vasconcelos – Uma fronteira entre dioceses: as dioceses de Évora e da Guarda no Nordeste Alentejano. In *2º CONGRESSO Histórico de Guimarães...* Vol. 4, p. 205-219. COSTA, António Domingues de Sousa – *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Ed. Franciscana, 1963, refere muitos destes conflitos inter-diocesanos e publica grande número de documentos pontifícios com eles relacionados.

⁷³ Não se pense, porém, apesar disso, que tais réditos seriam muito elevados. Quando, em 1189, após a conquista de Silves, D. Sancho I pediu às dioceses do seu reino para contribuírem a favor da criação nessa cidade de uma sede episcopal, o valor mais pequeno foi o solicitado a Lamego: 10 morabitinos apenas, pagando Viseu o dobro, Porto, Coimbra e Lisboa o triplo, Braga cinco vezes mais (vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 114). Nas primeiras décadas do século XIII, na conhecida lista dos rendimentos eclesiásticos de 1320, Lamego continua a ser a catedral mais pobre (vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 46, nota 47).

AD HANC SERRVS SEVOR D. GERALD HONORABILISS GOSM
ET APTELIO BENEDICTIOE; APTECE SEDIS CUI LICET IDEM LUSITANAE DNO PRIDANUS SOLLECANDO NOS
 admonere: dicitur curam ritaruacionis ipse dicit. Unde iunius ritaruacione qndā columbr
 anis dicit. Lantā spulān pntes amprib sedē. columbrāns epō nos etāsse mātūm. donē eudān
 columbrāns ritaruā dēt dēta. Nūc itaq qm lusitāns dno columbrāns dēta. ipso chie simb
 uatū. et elerī ac pū malacū dōne dēta e. quā didm. eandē sedē lamēti cū simb suis. porauca
 lantē dēte ad ritaruacionē sub dōtū adicēte. iunus. Que malā. rōo amprib dicitur. idē solua.
 nē opitalāe di qm. plindus qm aū rēligionē. kine s. h. v. s. o. r. o. s. p. s. i. q. c. a. d. h. e. s. t. e.
 edam spūis dētam. Lantā. cū pūrochie sue simb. are kine p. r. o. s. p. e. h. v. s. o. a. u. o. r. q. s. u. c. e. s. s. o. r.
 pūssom castē dētam. donē disponēte dno porauca alāns dēta ritaruā suo ritaruā. uacē pte
 lamēti locat. lusitāns sui colūm rēducas. curā uale rēpē mēte dēta. Si quā dēta ritaruā sēta
 lusitāns psona cāta hūis lusitācionē dētam. uacē ampauitā pōctā. honōis q sui dicit
 aue curā. et uacē ritaruā corpore dēta nri ihu x. alāna fuit. Cūcas aūm ritaruā sēta pax
 auctē rē dētam nri ihu x. lān. lān. lān.
 Nūcā albe. p. m. a. n. a. i. h. u. s. d. e. o. n. i. u. c. o. n. i. b. l. i. o. a. n. t. i. i. d. e. a. p. t. i. l. i. d. i. c. a. t. x. i. l. u. s. i. t. a. n. a. c. i. o. n. i. s. d. i. c. a. t.



Fig. 6 – Cópia da bula Apostolice Sedis, de Pascoal II, 1116 (12 de Abr.), transferindo a administração de Lamego para a diocese do Porto © ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., D.E., M. 1, nº 3.

assim como do de Viseu, teria como principal razão de ser o favorecimento da hegemonia de Coimbra.

A restauração da dignidade episcopal

Em 1147, Lamego e Viseu passam a ter bispos próprios. Usualmente, associa-se esta mudança na política eclesiástica à conquista de Santarém e Lisboa por Afonso Henriques, ocorrida nesse mesmo ano⁷⁴.

Com o avançar da fronteira cristã mais para Sul, de facto, Coimbra recuperava a totalidade dos territórios da sua diocese e deixava de precisar dos rendimentos de Lamego e Viseu para se sustentar. Por outro lado, a sua importância estratégica diminuía, pois Lisboa passava a assumir o papel de guarda avançada da fronteira que Coimbra tinha desempenhado desde 1064, e a conquista da futura capital do reino dava origem, também, à restauração de mais uma diocese, em cuja catedral o monarca colocou um dos cruzados ingleses que colaboraram na tomada da cidade⁷⁵. Se tudo isto faz sentido e deve ser tido em mente, outros aspectos devem igualmente ser considerados ao estudarmos a restauração efectiva das dioceses beirãs.

Antes de mais, há que ter em conta que as primeiras notícias sobre a existência de prelados nesses dois bispados são anteriores à conquista de Lisboa. O primeiro diploma que os menciona é o pacto celebrado pelo rei, após a queda da praça escalabitana, com os cruzados francos que vinham participar na conquista de Lisboa, pacto esse que não apresenta data mas se pode com

⁷⁴ Vid. MATTOSO, José – Dois séculos de vicissitudes políticas..., p. 84-87; e BARROCA, Mário – Da Reconquista a D. Dinis..., p. 33-45.

⁷⁵ Sobre a restauração da diocese de Lisboa e a escolha de Gilberto de Hastings para seu primeiro prelado, vid. CLEMENTE, Manuel – Lisboa, diocese e patriarcado de. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal...* Vol. J-P, p. 93-113; e BRANCO, Maria João – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 55-94.

segurança considerar ter sido lavrado em Junho de 1147⁷⁶. Nas subscrições, surge D. João Peculiar, arcebispo de Braga; D. Pedro, bispo do Porto; e os bispos de Lamego e Viseu, cujo nome, estranhamente, não é referido. O prelado de Coimbra não é mencionado porque, na altura, a Sé estava de novo vaga, após a morte de D. Bernardo, ocorrida no final de Janeiro do ano anterior⁷⁷.

Este é um dado a salientar, como foi já feito em obras recentes⁷⁸: a vacância da cátedra conimbricense era propícia à restauração das dioceses que dela dependiam. Sem bispo em Coimbra, mais ainda, sem D. Bernardo, a cujas más relações com o arcebispo de Braga já aludimos, era mais fácil libertar Viseu e Lamego de uma tutela que dava poder a Coimbra e que o seu bispo teria, decerto, vontade de manter. Os planos conquistadores de Afonso Henriques faziam prever que, se a sorte lhe fosse favorável, brevemente mais uma sede episcopal passaria a fazer parte do seu reino; e ao desejado alargamento territorial somar-se-iam os seus sucessos no ordenamento eclesiástico do território português, com a colocação de bispos próprios em Lamego e Viseu e a restauração da diocese de Lisboa; ambos os factos agradariam ao papa e demonstrariam o seu zelo de príncipe cristão. Uma vez mais, os planos políticos e eclesiásticos de D. Afonso Henriques e D. João Peculiar convergiam. A eles os dois se deve, por certo, a escolha dos prelados das duas dioceses entre os cónegos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por ambos fundado e protegido⁷⁹.

⁷⁶ *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, doc. n.º 223.

⁷⁷ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 99.

⁷⁸ Vid. MARQUES, Maria Alegria; SOALHEIRO, João – *A corte dos primeiros reis...*, p. 121; e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques...*, p. 32.

⁷⁹ Sobre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a sua importância no tempo de D. Afonso Henriques, vid. não apenas as já citadas obras de GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis...* e de MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz...*, mas também o importante artigo de MATTOSO, José – *Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal*. In *OBRAS Completas*. Vol. 8: *Portugal medieval: novas interpretações*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 79-93. A figura de D. João Peculiar, a nosso ver uma personalidade fascinante que mereceria um estudo aprofundado, é abordada também nessas obras, mas a seu respeito vale a pena ver, ainda, COSTA, Avelino de Jesus da – *D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga*.

Com efeito, são crúzios os novos bispos: o de Viseu, D. Odório, era até então prior do cabido, escolhido já para prelado na referida tentativa frustrada de restauração do bispado no tempo de D. Teresa, e que deixara o priorado da canónica viseense para se tornar cónego agostinho⁸⁰; o de Lamego era D. Mendo, a quem alguns cronistas dão o patronímico de Godinho, um dos primeiros membros da comunidade crúzia, companheiro de D. Telo e S. Teotónio (Fig. 7)⁸¹.

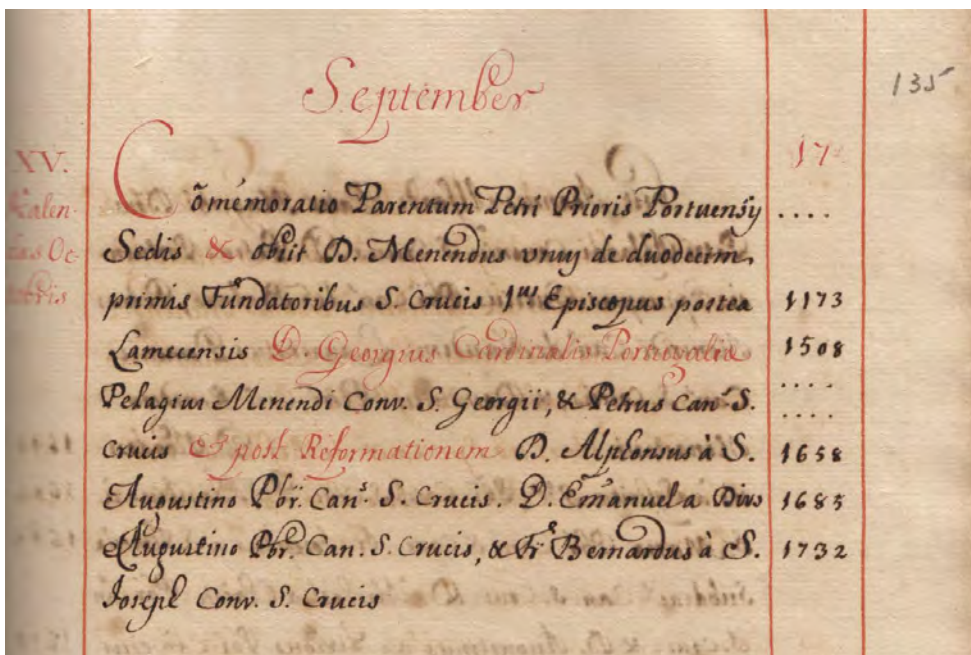


Fig. 7 – Registo do óbito de D. Mendo, bispo de Lamego, como sendo um dos fundadores do mosteiro de Sta. Cruz © BGUC, Livro dos Óbitos de Sta. Cruz de Coimbra, Ms. 1629, fl. 135 (pormenor).

In *SANTA CRUZ de Coimbra do século XI ao século XX. Estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio*. Coimbra: [s.n.], 1984, p. 59-83.

⁸⁰ A seu respeito, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 33.

⁸¹ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 90. A certeza de que D. Mendo, bispo de Lamego, foi um dos doze fundadores da canónica é-nos atestada pelo registo da sua morte patente no obituário de Santa Cruz de Coimbra – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), *Livro dos Óbitos de Sta. Cruz*, Ms. 1629, fl. 135, entrada respeitante a 17 de Setembro: *XV Kalendas Octobris obiit domnus Menendus unus de duodecim primis fundatoribus Sancte Crucis primus episcopus postea Lamecensis* (Fig. 7). Agradecemos ao Anísio Saraiva esta importante informação.

Esta escolha não constituía uma mera coincidência: obedecia, sem a menor dúvida, a um plano, gizado pelo rei e pelo arcebispo de Braga, para colocar nas cátedras episcopais portuguesas prelados da sua confiança, religiosos formados naquele mosteiro que constituía um dos principais esteios em homens e ideias de Afonso Henriques⁸².

Aliás, poucos anos volvidos, seriam em maior número os bispos portugueses oriundos da canónica regrante de Coimbra. Em 1163, D. João Peculiar procedeu aí à canonização do primeiro abade crúzio, S. Teotónio⁸³, na presença de todos os prelados do reino, à excepção do de Lisboa, D. Gilberto de Hastings, provavelmente falecido e ainda não substituído no cargo⁸⁴. Todos os presentes tinham uma relação próxima com o mosteiro: o arcebispo de Braga fora seu fundador, e os bispos D. Pedro Sénior, do Porto; D. Mendo, de Lamego; D. Odório, de Viseu; e D. Miguel Salomão, de Coimbra, segundo parece, tinham todos sido membros da canónica crúzia⁸⁵. Santa Cruz foi ainda o alfobre onde D. Afonso Henriques terá encontrado pelo menos mais cinco outros prelados, entre os quais o segundo bispo de Lamego, D. Godinho (1174-1189†)⁸⁶.

⁸² Ver a este respeito MATTOSO, José – Cluny, crúzios e cistercienses..., p. 79-93.

⁸³ Sobre a canonização de S. Teotónio, vid. MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz...*, p. 297-300.

⁸⁴ Encontramos o registo da morte de D. Gilberto no obituário de S. Vicente de Fora, no dia 3 de Março, sem, porém, ser indicado o ano em que faleceu (vid. SANTOS, Maria José Azevedo – *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*. Lisboa: APH, 2008, p. 57). O ano poderá ser 1162, já que, a partir de Março desse ano, D. Gilberto desaparece da documentação régia, e só em Outubro de 1164 é que o seu sucessor, D. Álvaro, surge como confirmante de diplomas de D. Afonso Henriques (vid. BRANCO, Maria João – *Reis, bispos e cabidos...*, p. 64).

⁸⁵ A dúvida só se pode colocar quanto ao bispo do Porto, D. Pedro Sénior. De acordo com MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz...*, p. 297, tinha sido cônego crúzio antes de ascender à cátedra portuense; no entanto, GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis...*, p. 164 indica como membro da canónica regrante ou, pelo menos, familiar espiritual do mosteiro, não D. Pedro Sénior, mas sim o seu antecessor, D. Pedro Rabaldes. SILVA, Maria João – *Scriptores et notatores...*, p. 28, afirma nada saber acerca do passado de D. Pedro Sénior antes de ascender ao episcopado do Porto. No que toca aos antecedentes crúzios de D. Miguel Salomão, bispo de Coimbra, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 108.

⁸⁶ Referimo-nos ao bispo de Viseu e depois arcebispo de Braga D. Godinho (1171-1176 e 1176-1188†, respectivamente); a D. Martinho Gonçalves de Coimbra (1183-1191†); a D. Godinho de Lamego, sucessor de D. Mendo (1174-1189†); a D. Álvaro de Lisboa (1164-1184†) e a D. Fernando Martins do

D. Mendo, primeiro bispo de Lamego após a restauração da diocese, protagonizou, assim o cremos, um episcopado de acordo com os desígnios de Afonso Henriques e de João Peculiar. Procuremos analisar as principais linhas da sua actuação que os documentos nos desvendam.

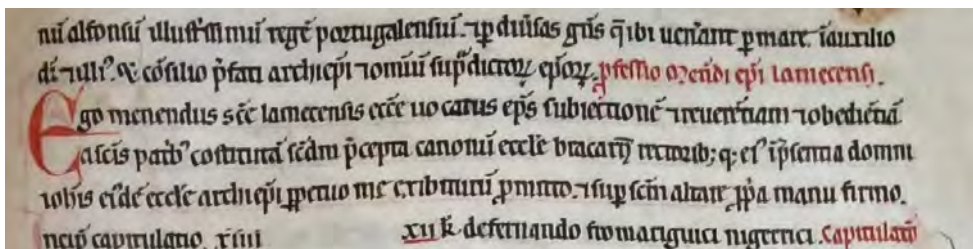


Fig. 8 – Juramento de obediência do bispo de Lamego D. Mendo ao arcebispo de Braga D. João Peculiar © ADB, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, fl. 118, doc. 418 (pormenor).

A ligação a Braga fica desde logo estabelecida através da sagração que o novo prelado recebeu das mãos do arcebispo bracarense e o juramento de fidelidade que lhe prestou (Fig. 8)⁸⁷, aceitando assim a dependência face a essa metrópole, apesar de, por direito, Lamego fazer parte das dioceses sufragâneas de Compostela⁸⁸. Não pretendendo retomar aqui a problemática da subordinação à época das dioceses hispânicas a diferentes sedes metropolitanas, basta recordar que era do interesse do arcebispo bracarense, tal como da monarquia portuguesa, que

Porto (1176-1185†), que como tal são referidos por MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz...*, p. 315 e GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis...*, p. 164, baseando-se nas antigas crónicas crúzias. Note-se que BRANCO, Maria João – *Reis, bispos e cabidos...*, p. 64-65, diz desconhecer o passado do bispo de Lisboa D. Álvaro, e SILVA, Maria João – *Scriptores et notatores...*, p. 29, não refere o prelado do Porto D. Fernando Martins como antigo crúzio, indicando, isso sim, o seu percurso anterior como arceediago e deão de Braga e elucidando os seus laços familiares com a família dos Rabaldes. Também VENTURA, Leontina – *O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes. Revista Portuguesa de História*. 26-1 (2002-2003) 89-114, nos dados que aponta, quer em relação a D. Pedro Rabaldes, quer em relação a D. Fernando Martins, não faz também qualquer alusão aos seus passados crúzios. Será um assunto para dilucidar, em trabalhos futuros, que permitam avaliar, a partir de dados seguros, a real importância de Santa Cruz como local de recrutamento preferencial dos bispos por parte de D. Afonso Henriques e de D. João Peculiar.

⁸⁷ Esse juramento encontra-se copiado no cartulário da Sé de Braga: *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Ed. crítica de Avelino de Jesus da COSTA. Vol. 2. Braga: Assembleia Distrital, 1978, doc. 418.

⁸⁸ O mesmo conclui de idêntico facto, relativamente a Viseu, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques...*, p. 32.

as fronteiras políticas e diocesanas coincidissem, e para isso D. João Peculiar procurava fazer submeter à sua autoridade dioceses, como Lamego, que, por direitos antigos, não pertenciam à sua província eclesiástica⁸⁹.

A sintonia de D. Mendo com o rei transparece da frequência com que foi subscritor de documentos régios⁹⁰. Nota-se, também, o seu acordo com a monarquia e a Igreja portuguesa nos privilégios que concedeu aos mosteiros cistercienses localizados na sua diocese, a desejo ou por ordem, mesmo, de Afonso Henriques e de D. João Peculiar.

Como é sabido, desde os seus inícios, a Ordem de Cister recebeu forte apoio do nosso primeiro rei; o arcebispo D. João, por seu turno, esteve ligado à introdução desta regra em Portugal⁹¹, não admirando, pois, que ambos desejassem que os seus mosteiros, tal como os de cónegos regrantes de Santo Agostinho (como era o caso de Santa Cruz de Coimbra), recebessem por parte das autoridades diocesanas um tratamento privilegiado⁹². Assim se compreende que

⁸⁹ Sobre a complicada questão da obediência das dioceses do futuro Portugal à metrópole de Braga ou à de Compostela, vid. as sínteses apresentadas por MARQUES, Maria Alegria – A restauração das dioceses..., p. 66-84; e MATTOSO, José – Dois séculos de vicissitudes políticas..., p. 48-52 e 93-95; assim como os estudos de ERDMANN, Carl – *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade, 1935; FEIGE, Peter – La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga. In *LA INTRODUCCIÓN del Cister en España y Portugal*. [s.l.]: Fundación Santa María de Bujedo, 1991, p. 61-132; MANSILLA, Demetrio – Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XV. In *GEOGRAFÍA eclesiástica de España: estudio histórico-geográfico de las diócesis*. T. 2. Roma: Iglesia Nacional Española, 1994, p. 91-130; e SOTO RÁBANOS, José María – Braga y Toledo en la polémica primacial. *Hispania*. 174 (1990) 5-37.

⁹⁰ Efectivamente, encontramos-lo a subscrever dezoito diplomas de D. Afonso Henriques, como se pode ver em *Documentos medievais portugueses*. Vol. 1, t. 1: *Documentos régios*, docs. 227, 232, 238, 254, 255 (que é uma falsificação), 260, 270, 271, 275, 277, 292, 293, 294, 296, 300, 301 e 303. O doc. 286, de 1164 Março, é uma doação a favor da Sé de Lamego e do bispo D. Mendo.

⁹¹ Sobre a introdução de Cister em Portugal e o apoio recebido quer do rei, quer de D. João Peculiar, vid. MARQUES, Maria Alegria – A introdução da Ordem de Cister em Portugal. In *ESTUDOS sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri-FLUC, 1998, p. 29-73; MATTOSO, José – Cluny, cruzios e cistercienses..., p. 79-93; TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la – Evolução histórica de Cister no Vale do Douro. In *CISTER no Vale do Douro*. Coord. Geraldo Coelho DIAS e Luís Miguel DUARTE. Porto: GEHVID-Afrontamento, 1999, p. 69-116.

⁹² Referimo-nos, especificamente, às cartas de liberdade concedidas pelos bispos de Coimbra ao mosteiro de Santa Cruz da cidade e ao mosteiro de Grijó, que os isentavam da jurisdição episcopal. Acerca da carta de liberdade concedida pelo bispo D. Bernardo a Grijó, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 102, nota 123. Sobre o diploma outorgado por D. Miguel

D. Mendo, em 1164, tenha isentado o mosteiro de Salzedas da jurisdição episcopal, por documento subscrito pelo rei e pelos infantes seus filhos, assim como pelo arcebispo de Braga⁹³. Nesse mesmo ano, D. Mendo também fez um acordo com os monges cistercienses de S. João de Tarouca, relativamente a dízimas e coimas das terras situadas dentro dos limites do couto que D. Afonso Henriques lhes outorgara, isentando-os de tais pagamentos⁹⁴. Cinco anos mais tarde, em 1169, o bispo esteve presente na sagração da igreja do cenóbio, a que D. João Peculiar não deixou de presidir⁹⁵. Ainda outro mosteiro, à época de cónegos regantes de Santo Agostinho, mais tarde de monjas beneditinas, Santa Maria da Tarouquela, foi beneficiado por D. Mendo, que, em Agosto de 1171, o dispensou do pagamento dos direitos que a Sé aí podia ter, com algumas exceções⁹⁶.

Por tudo isto nos diz M. Gonçalves da Costa que o bispo *...deu provas dum espírito extraordinariamente conciliador, que o levou talvez a não defender como era de esperar os direitos e interesses da mitra*⁹⁷ – ou seja, D. Mendo agiu não tanto de acordo com o que seria o interesse da sua Sé, mas teve em conta, sobretudo, a vontade de terceiros, como seria afinal suposto que tivesse, já que por esses terceiros – o rei e o arcebispo – tinha sido colocado no cargo.

Salomão ao mosteiro de Santa Cruz, vid. AZEVEDO, Rui de – *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)*. Lisboa: José Fernandes Júnior, 1932, p. 24-29; MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz...*, p. 284-292; GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis...*, p. 847-855; e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 109-111.

⁹³ ANTT, Sé de Lamego, Doações, M. 1, n.º 2, de 1164 (Mar.). Sobre esta questão e o período fundacional do mosteiro de Salzedas, vid. FERNANDES, A. de Almeida – Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzeda, até à morte da fundadora. *Comentários e defesa. Revista de Guimarães*. 94 (1984) 5-115; 95 (1985) 6-96.

⁹⁴ Documento resumido por VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário...* Vol. I, s.v. “Abbade magnate”, p. 140-146; é a partir daqui que o refere COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 102.

⁹⁵ BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Vol. 2. T. 1. Lisboa: FCG, 2000, inscr. n.º 131.

⁹⁶ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário...* Vol. II, s.v. “Deovota”, p. 184; a partir daí refere-o COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 102.

⁹⁷ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 99.

Nos poucos documentos que nos chegaram ilustrativos da actividade governativa de D. Mendo, o bispo aparece sempre acompanhado pelo seu cabido. Sobre este, se os dados são quase inexistentes para o tempo anterior à restauração da cátedra episcopal, não são muito mais numerosos relativamente ao primeiro episcopado lamecense. Sabemos da existência do prior Paio em 1145, que teria encomendado uma bíblia ao *scriptorium* de S. João de Tarouca⁹⁸; e de um outro de nome Gonçalo, que trouxera de França livros que estavam na biblioteca desse mesmo mosteiro⁹⁹. M. Gonçalves da Costa dá-nos conta de seis cônegos para todo o século XII, o que é, manifestamente, um muito escasso número, e ainda podemos duvidar de que alguns dos nomes por ele apontados correspondam, efectivamente, a membros da canónica¹⁰⁰. Apenas uma análise sistemática da documentação de todas as instituições eclesiásticas da diocese, e mesmo dos bispados vizinhos, permitirá conhecer melhor a composição do cabido de Lamego nestes recuados tempos¹⁰¹. Cabido com o qual D. Mendo procurou dividir as rendas do bispado, à semelhança do que D. João Peculiar fizera em Braga em 1145, e que outros prelados intentaram levar a cabo nas suas dioceses ao longo da segunda metade do século XII e da primeira do XIII¹⁰². Não nos chegou o texto da distribuição de bens efectuada, que conheceu a confirmação do seu sucessor; constituiu ela, no entanto, reconhecidamente, a base

⁹⁸ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 242-243, baseando-se nos manuscritos deixados por Viterbo, hoje depositados na Biblioteca Municipal D. Miguel de Silva, de Viseu.

⁹⁹ Vid. nota anterior.

¹⁰⁰ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, 244. Sobre a estruturação do cabido lamecense em período posterior, desde que existem documentos a seu respeito, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 96-108.

¹⁰¹ A consulta da base de dados constituída no âmbito do projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, que desejamos poder ser disponibilizada *on-line* muito em breve, permitirá, sem dúvida, avançar no conhecimento dos primeiros membros da canónica lamecense. Sobre este projecto de investigação sediado no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vid. JORGE, Ana Maria – *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325). Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 665-666.

¹⁰² Sobre a divisão dos rendimentos entre as mesas episcopais e capitulares nas dioceses portuguesas, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 96, nota 11; e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 197-200 e 207-208.

da divisão das rendas das duas mesas, episcopal e capitular, que só veio, porém, a tornar-se realmente efectiva já no decurso de Duzentos¹⁰³.

Todos os elementos colhidos a respeito do episcopado de D. Mendo mostram-nos um prelado actuando de acordo com a política régia e eclesiástica delineada pelo rei e pelo arcebispo de Braga, à frente de um bispado que recuperara, finalmente, a sua autonomia e dotado de um cabido organizado que caminhava para a secularização, com um primeiro esboço da divisão das rendas já intentado.

Conclusão

D. Mendo permaneceu à frente dos destinos de Lamego durante 26 anos, até 1173, quando resignou do cargo e regressou à casa onde se tornara cónego regrante, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Três anos depois faleceu, como, em muito sintéticas linhas, regista, para a posteridade, o Obituário da Sé de Lamego (Fig. 9): *Obiit domnus Menendus episcopus qui primitus ordinatus fuit in ecclesia Lamecensi Era M^a.CC^a. XIII^a* (morreu o bispo D. Mendo, que foi o primeiro ordenado na igreja de Lamego)¹⁰⁴.

Ao resignar, assim como à hora da morte, D. Mendo teria, decerto, o sentimento do dever cumprido. Tinha levado a bom termo a missão para a qual fora nomeado por D. Afonso Henriques e D. João Peculiar. Governara a diocese de Lamego e dera-lhe vida própria, garantindo a sua identidade eclesiástica depois de quase um século de subordinação a Coimbra. Daí em diante, Lamego não mais perdeu a dignidade episcopal, que com D. Mendo ficou perfeitamente

¹⁰³ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 96 e doc. 16, p. 460-466.

¹⁰⁴ ANTI, *Martirologio Obituário da Sé de Lamego*, fl. 105v. Note-se que este obituário indica 16 de Abril como o dia do falecimento de D. Mendo, enquanto o *Livro de Óbitos de Santa Cruz* (que apenas conhecemos por cópia moderna) o regista a 17 de Setembro (vid. *supra*, nota 81).

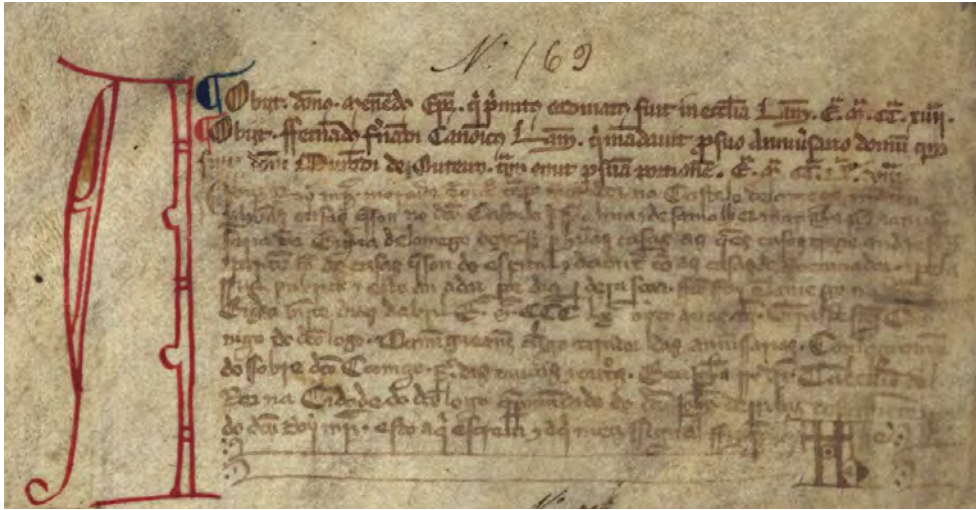


Fig. 9 – Registo do óbito do bispo D. Mendo © ANTT, Martirologio Obituário da Sé de Lamego, fl. 105v (pormenor).

estabelecida, constituindo o seu episcopado o elo de ligação entre a antiquíssima história diocesana e os novos tempos que se seguiram à sua restauração, que correspondem ao início da reorganização do bispado e se confundem com o próprio processo de construção e organização do reino de Portugal.



Torre sincera. Sé de Lamego © João Melo

La *Sé* medieval de Lamego. Vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido

Eduardo CARRERO SANTAMARÍA

“No interior do templo não ha vestigio algum de antiguidade, sendo a obra toda do seculo pasado, e feita em duas secções, uma até ao arco cruzeiro, outra d’ahí para cima abrangendo a capella do Sacramento e da sacristia”. In AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. Jornal do Porto, 1877.

Cuando en 1147 la restauración de la sede de Lamego fue puesta en manos del *crúzio* D. Mendo, la catedral estaba ubicada en una ignota iglesia de San Sebastián. El mismo prelado fue el encargado de establecer las bases institucionales y económicas de la comunidad de canónigos que vivían junto a su templo mayor y que se ocupaban del culto y de la administración de la diócesis. Es a partir de este momento – la institución del cabildo y su legislación económica –, cuando podemos presuponer una efectiva dedicación a la construcción de un edificio como correspondía.

Poco sabemos de la catedral medieval. M. Gonçalves da Costa recogió un total de diecisiete advocaciones de capillas funerarias hasta su sustitución por la catedral barroca, fundaciones de las que prácticamente no sabemos más que su año de creación y el nombre de sus patronos. También conocemos el apodo de sus naves laterales, como es habitual condicionadas por la dedicación de las capillas que las remataban: al norte la de San Sebastián y al sur la del Santísimo.

Las obras modernas supusieron la desaparición de lo que debió ser un edificio de cierta envergadura. En primer lugar, un claustro quinientista suprimió las viejas dependencias, oficinas y la propia estructura de su predecesor medieval. En segundo, y algo más tarde, también la iglesia fue transformada. Durante la Edad Moderna, las catedrales portuguesas sufrieron modificaciones destinadas a reordenar su espacio litúrgico y redefinir los lugares reservados al clero. Por un lado, se elevaron coros en alto a los pies de cada templo, mientras por otro – y a excepción de Coimbra y Silves – se reedificaron sus capillas mayores, cambiándolas por una estructura de dimensiones significativas en la que colocar el destinado a convertirse en típico retrocoro catedralicio portugués, directamente importado de Italia¹. En el caso concreto de Lamego y, aún habida cuenta de haberse realizado estas mismas obras de modernización entre los siglos XVI y XVII – obras que insistían en el mal estado de conservación del edificio, que había sufrido el incendio de su sacristía y serios daños en su retablo mayor –, en el XVIII volvió a intervenir en la catedral sólo que ahora en todo el templo: naves, transepto y cabecera fueron reconstruidos dando lugar a la actual fábrica barroca (Fig. 1).

La práctica desaparición del conjunto catedralicio medieval y la ausencia de intervenciones arqueológicas que pudieran aportar alguna nueva perspectiva sobre el perdido edificio parecen limitar nuestras aspiraciones a saber algo más. La información que nos ofrece la colección documental lamecense – al menos hasta la Edad Moderna – es muy limitada. Incluso su libro de óbitos es escueto en noticias y, a diferencia de otros más sabrosos en referencias topográficas como los de Coimbra o Zamora, el *Obituario de Lamego* resulta tan parco como rico es su

¹ Sobre el problema de las actualizaciones corales en las catedrales de Portugal durante las primeras décadas del siglo XVI, es de obligada referencia el trabajo de GOMES, Paulo Varela – *In Choro Clerum: o coro nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*. *Museu*. 10 (2001) 29-61.

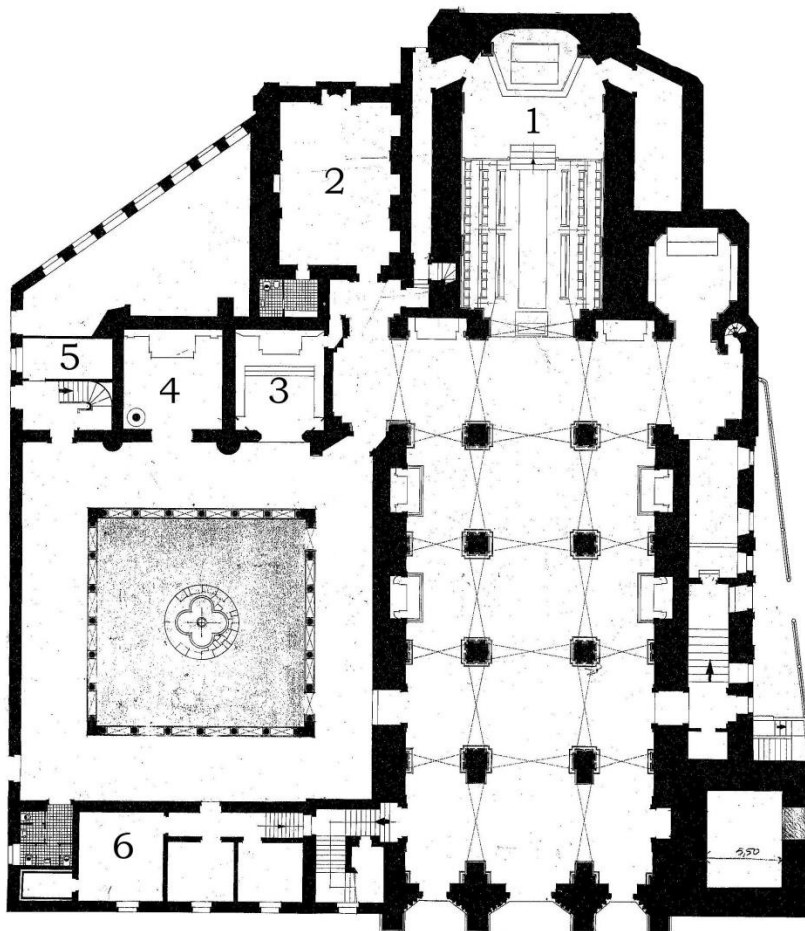


Fig. 1 – *Planta de la catedral de Lamego* © DGEMN. 1. Capilla Mayor y coro; 2. Sacristía; 3. Capilla de San Antonio; 4. Capilla de San Nicolás; 5. Restos de la capilla de San Juan Bautista; 6. Casa del cabildo.

Martirologio, digno de un estudio litúrgico monográfico². Por lo tanto, es muy difícil hacerse una idea de la realidad material de la Sé de Lamego entre los siglos

² GOMES, Saul António – A memória dos féis defuntos no Obituário da Sé de Lamego. *Biblos*. 72 (1996) 149-174. Alguna noticia sí es de especial importancia, como la que reconoce a Alfonso III las mil libras dejadas a su muerte en 1279 para las obras de la catedral y los ornamentos de su altar, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 2: *Idade Média: paróquias e conventos*. Lamego: [s.n.], 1979, p. 28. Los datos del códice fueron bien utilizados desde una perspectiva prosopográfica para el episcopologio trazado por AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. Jornal do Porto, 1877. Tocante a los paralelos citados, el libro de aniversarios de Coimbra fue publicado hace más de cincuenta años (*Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis*.

XII y XVI. La documentación y los escasos restos arquitectónicos que nos ha dejado este naufragio no parecen poder ayudarnos, será entonces su contexto, su comparación con otras catedrales peninsulares y, claro, europeas, el que nos permitirá acercarnos – siquiera tímidamente – a cuál fue la imagen medieval del conjunto catedralicio lamecense.

El *couto da sé*, un precioso testimonio urbanístico

Como bien es sabido, Lamego nació en base a dos burgos: el coto de la catedral al sur del arroyo Coura, mientras al otro lado se dispuso la ciudad civil, rodeando el castillo (Fig. 2)³. Lamego tiene así el privilegio de, junto a la Seo de Urgel, el Burgo de Osma, Sigüenza y Tarazona, constituir el grupo de ciudades catedralicias peninsulares que nacieron en dos núcleos urbanos bien claros y delimitados. En todas ellas, excepto Tarazona, la ciudad eclesiástica terminó venciendo a la civil, que desapareció en favor del barrio catedralicio, si no llegó a darse una efectiva unión entre ambas, como ocurrió en Sigüenza⁴. Por el contrario, en Tarazona – donde la tradición de una iglesia cristiana de resistencia bajo dominio musulmán y separada de la ciudad civil por un río es compartida con la propia *Sé* lamecense –, fue en el único lugar donde un conflicto bélico

Ed. Pierre DAVID e Torquato de Sousa SOARES. 2 Vols. Coimbra: Universidade, 1947-1948) y sus datos ya habían sido utilizados en la aún vigente monografía de DAVID, Pierre – *A Sé Velha de Coimbra, das origens ao século XV*. Porto: Portucalense Ed., 1943. Sobre las posibilidades de interpretación de una fuente de estas características, vid. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: la catedral de Zamora. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo*. 15 (1998) 201-252.

³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *CATEDRAL y ciudad medieval en la Península Ibérica*. Ed. Eduardo CARRERO y Daniel RICO. Murcia: Nausicäa, 2005, p. 243-280.

⁴ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Un barrio, un fortín: la segregación del espacio urbano medieval alrededor de las catedrales del centro-norte peninsular. In *A GUERRA e a sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. Vol. 1. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 131-148.

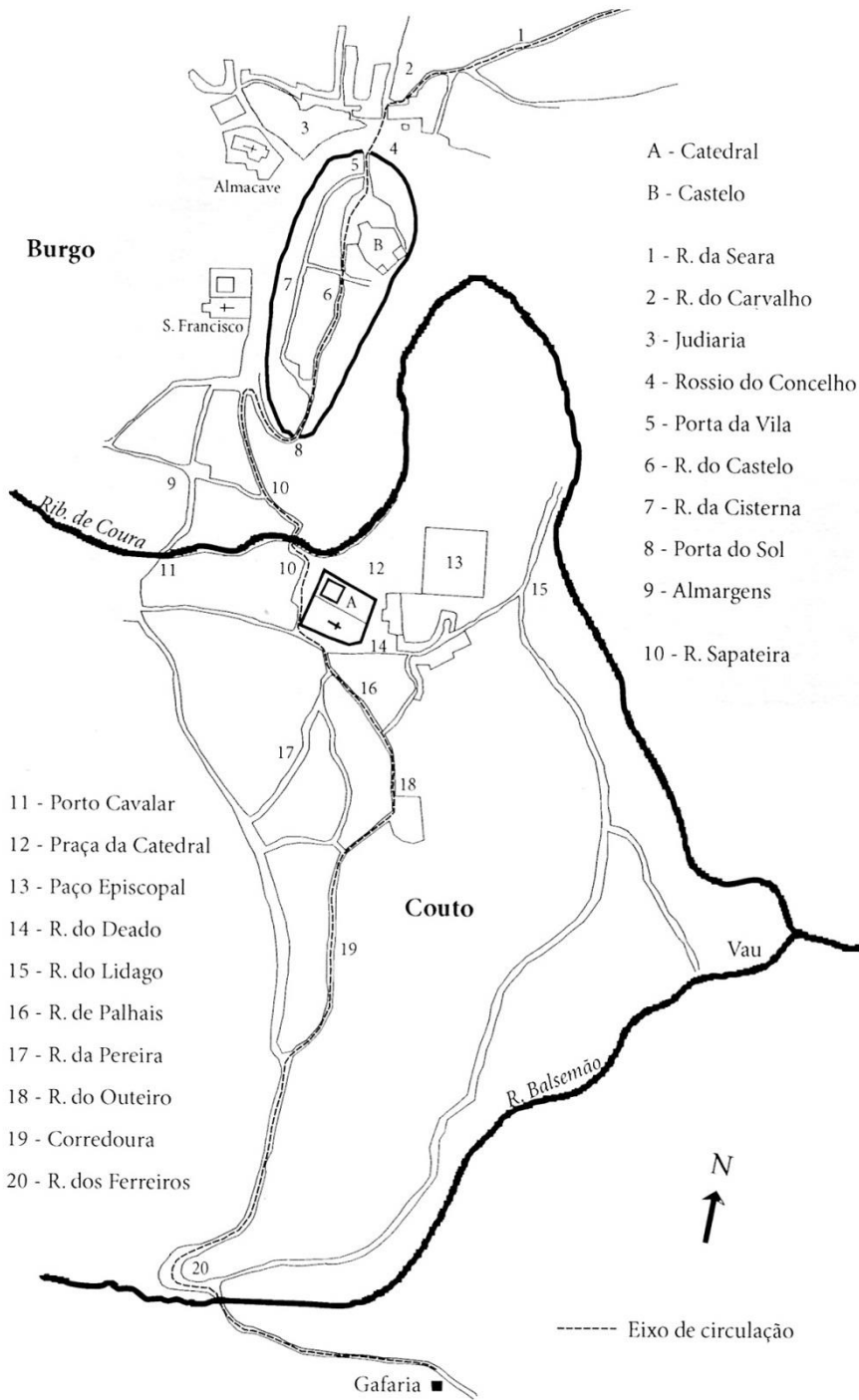


Fig. 2 – *La ciudad medieval de Lamego* (según Anísio Miguel de Sousa Saraiva)

tardío, la guerra de los Pedros (1356-1369), llevó a concentrar a la población en la ciudad civil, en tanto que la catedral quedaba aislada en un barrio extramuros⁵. Y es que la cuestión de las murallas no dejó de tener su importancia. En todos los ejemplos citados, la catedral y sus dependencias, el palacio del obispo, las viviendas de las dignidades capitulares, el mercado, el hospital y las más tardías casas canónicas no poseyeron inicialmente protección alguna. Las murallas de Urgel datan del siglo XIV, las de Osma del XV, en Sigüenza se documenta una cerca que fue derribada en 1320 para unir ambos burgos. Sólo se registran cercas que en épocas difíciles se convirtieron en murallas y que, a veces, condujeron a la efectiva separación del barrio de la catedral del resto de la ciudad. En algunos lugares de Francia y sobre todo en Inglaterra, la segregación de la catedral y su medio llevó a un urbanismo singular de ciudadelas catedralicias dotadas de su muralla desde el siglo XIV en adelante⁶.

Este espacio abierto, centrado por una catedral rodeada de sus edificios de servicios, es la imagen que debemos evocar cuando queremos descubrir cómo pudieron ser la Seo de Urgel, el Burgo de Osma, la primera Sigüenza y, por supuesto, el *Coto* de la catedral de Lamego. Un camino dividía la ciudad de norte a sur, pasando frente a la fachada catedralicia y dividiendo el coto en dos. Hacia el lado de poniente residían sirvientes del cabildo y gentes de toda condición que, a comienzos del siglo XVI, integraban una comunidad de más de doscientos vecinos. No es ésta la zona que nos interesa. Sí lo es, por el contrario, la que se desarrollaba hacia oriente, en la que se daban cita la catedral y su claustro, el

⁵ TAMBO MOROS, Javier – El aspecto religioso en la evolución del entramado urbano de Tarazona (Zaragoza). In *EL ESPACIO urbano en la Europa medieval*. Ed. Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU y Jesús A. SOLÓRZANO TELECHEA. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2006, p. 433-448.

⁶ COULSON, Charles L. H. – Hierarchism in conventual crenellation. An essay in the sociology and metaphysics of medieval fortification. *Medieval Archaeology*. 26 (1982) 69-100; y PICARD, Jean-Charles – Les quartiers canoniaux des cathédrales en France. In *LE CLERC séculier au Moyen Âge*. Paris: Publ. de la Sorbonne, 1993, p. 191-202.

palacio del obispo, la gran explanada que se disponía entre ambos y las viviendas de las dignidades, que se sucedían hacia el sur del templo⁷.

El atrio, *adro*, enlosado o *parvis* catedralicio fue el lugar de celebración de actos religiosos y procesiones. No conozco el grado de conservación de los libros litúrgicos lamecenses, pero lo podemos suponer el escenario de la liturgia estacional del Domingo de Ramos y de las procesiones que llevaban al obispo desde el palacio hasta la catedral cruzando parte del mismo en ocasiones de importancia, como su propia toma de posesión⁸. Las constituciones sinodales de comienzos de mediados del siglo XVI nos proporcionan otra imagen en este mismo sentido. El carácter pre-tridentino de las mismas afectaba muy especialmente al tipo de celebración: se prohibían cantos y danzas, juglerías, actos deshonestos y bufonadas durante los actos litúrgicos⁹. Al igual que ocurriría en un primer momento con las emanadas del Concilio de Trento (1545-1563), las constituciones lamecenses no tuvieron mucho efecto. No en vano, hay evidencias documentales de noches y vísperas con todo tipo festejos poco piadosos desde la óptica de la cultura humanista y la reforma católica. No eran sino los restos de la fiesta litúrgica medieval que, aún a comienzos del siglo XVIII, continuaba en pleno esplendor popular, a pesar de las continuas prohibiciones en sinodales y otros textos legislativos.

Desde una perspectiva económica, la zona también era un lugar de transacciones y mercado. En 1328, el rey D. Alfonso IV juzgaba a favor del *Couto* de la catedral en cuestiones comerciales, ante las progresivas intromisiones de los

⁷ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais..., p. 253. El número de vecinos del *Couto* en el Quinientos lo recoge COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 3: *Renascimento I*. Lamego: [s.n.], 1982, p. 356.

⁸ Aunque sea de pleno siglo XVII, la celebración del sínodo de 1639 nos relata la salida en procesión del prelado D. Miguel de Portugal desde su residencia vestido de pontifical y bajo palio, acompañado de sus acólitos, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 82.

⁹ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 350-351. Sobre las constituciones, vid. RESENDE, Nuno – *Constituições sinodais da diocese de Lamego (1563 e 1683)*. In *O COMPASSO da terra: a arte enquanto caminho para Deus*. Coord. Nuno RESENDE. Vol. 1. Lamego: Diocese, 2006, p. 244-251.

oficiales del concejo civil, que desviaban las transacciones hacia la zona del castillo¹⁰. Un documento de 1442 recoge expresamente cómo el almotacén de Lamego no podía entrar en el azogue catedralicio y, en 1475, se resolvía un pleito con la autoridad civil del castillo sobre su pretensión de prohibir la feria en el atrio de la catedral durante la festividad de la Virgen de Agosto¹¹.



Fig. 3 – Sé de Lamego. *Fachada*, Frederick William Flower (c. 1840-1859)
© Arquivo Nacional de Fotografia.

Este espacio – me gustaría insistir sobre el adjetivo – abierto, en cuyas plazas se celebraban los mercados y las procesiones, separado de la ciudad civil por el arroyo Coura, sólo salvado por algunos puentes, se mantuvo hasta el siglo XVI. El gran vuelco urbanístico y, al fin y al cabo, el acta de defunción del barrio catedralicio medieval se firmó en 1522, con la decisión del obispo D. Fernando de Meneses Coutinho (1513-1540) de cambiar el cauce del río a su paso junto al

¹⁰ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Ed. Magno, 2003, p. 633-634, doc. 116.

¹¹ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 64; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 660.

palacio episcopal y el propio exterior meridional de la catedral y sus claustros. Esta reordenación espacial creó el *Rossio da Sé* y monopolizó definitivamente la vida comercial de la ciudad hacia la zona catedralicia en detrimento del antiguo barrio civil del castillo¹². Los restos del viejo *adro* medieval rodearon a la catedral hasta fechas recientes: una cerca con su correspondiente reja, abierta por cuatro puertas, retratada aún en antiguas fotografías de la ciudad¹³ (Fig. 3).

La iglesia catedral medieval: Evidencias e hipótesis de trabajo para su interpretación

Todo son suposiciones alrededor de la primera catedral lamecense. Como veíamos líneas arriba, pudo haber un templo cristiano dedicado a San Sebastián, que se habría mantenido bajo gobierno musulmán hasta la reconquista de Fernando Magno en 1057. La primera noticia documental del edificio románico se hace esperar hasta 1191, cuando D. Sancho I hacía donación del coto de la iglesia de Santa María y San Sebastián, refiriéndose a nuestra catedral, a la misma a la que entregaría un frontal de altar en 1210¹⁴. Casi ciento cincuenta años de vacío arquitectónico y diplomático, coincidente con la difícil historia inicial de la sede y su cabildo y hasta la definitiva consolidación del obispado en el último tercio del siglo XI. Por lo tanto, entre las escurridizas noticias sobre D. Pedro, el primer obispo de la Lamego cristiana en 1071, hasta las de D. Mendo (1147-1173) su sucesor lineal, en la segunda mitad del siglo XII, imaginar una catedral – ni tan siquiera en obras – no deja de ser un planteamiento algo ingenuo.

¹² COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 358-359; y SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego. In *PROPAGANDA e poder. Congresso peninsular de História da Arte*. Coord. Marisa COSTA. Lisboa: Colibri, 2001, p. 259-283.

¹³ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 441.

¹⁴ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 36-37; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 26. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Ed. Rui de AZEVEDO, Avelino de Jesus da COSTA e Marcelino Rodrigues PEREIRA. Vol. 1. Coimbra: Universidade, 1979, p. 88-90, doc. 56.

Es precisamente a partir del citado D. Mendo y el ulterior encadenamiento de preladados en un episcopologio completo cuando podemos suponer una auténtica catedral, de léxico tardorrománico, a la que ahora trataremos de acercarnos.

Las pistas conservadas

Entre la fábrica barroca, aún restan una monumental torre de campanas y la vecina fachada, con sus tres arcos entre cresterías y pináculos tardogóticos. La primera se sitúa en el lado sur de la fachada occidental (Fig. 4) y tradicionalmente se ha datado en el siglo XII, como la obra más antigua del conjunto que ha llegado a nuestros días, con sus abocinadas ventanas en arco de medio punto. Como veremos más adelante, a nuestro interés, lo más importante no es la misma torre, sino la efectiva existencia de una segunda, que hacía juego con ésta y con la que debía integrar una fenomenal estructura en fachada.

El cierre occidental del edificio, es una interesante obra tardogótica, una gran pantalla que, según se extrae del estudio de Beatriz Correia de Albuquerque, fue realizada en dos fases entre 1508 y 1514, bajo el maestrazgo de João Lopes y entre los obispados de sus promotores los preladados D. João Camelo de Madureira (1502-1513†) y D. Fernando de Meneses Coutinho (1513-1540) (Fig. 5)¹⁵.

Las obras se iniciaron a comienzos del siglo XVI, como colofón al proceso de transformación que la catedral sufrió desde mediados del siglo XV y que finalizaría con la obra de la fachada occidental y con el nuevo retablo mayor, encargado al pintor Vasco Fernandes¹⁶. Más allá del retablo, el coro y la fachada

¹⁵ ALBUQUERQUE, Maria Beatriz – O Manuelino na fachada da Sé de Lamego e na matriz de Vila Nova de Foz Côa. In *FOZ CÔA: inventário e memória*. Coord. João SOALHEIRO. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000, p. 57-67. Agradezco a la autora que me facilitara una copia de este trabajo.

¹⁶ De este largo proceso de cambios en la fábrica dio cuenta COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 37-38. Para el retablo mayor, vid. el clásico de CORREIA, Vergílio – *Vasco Fernandes, mestre do retábulo da Sé de Lamego*. 2ª ed. Coimbra: Universidade, 1992.

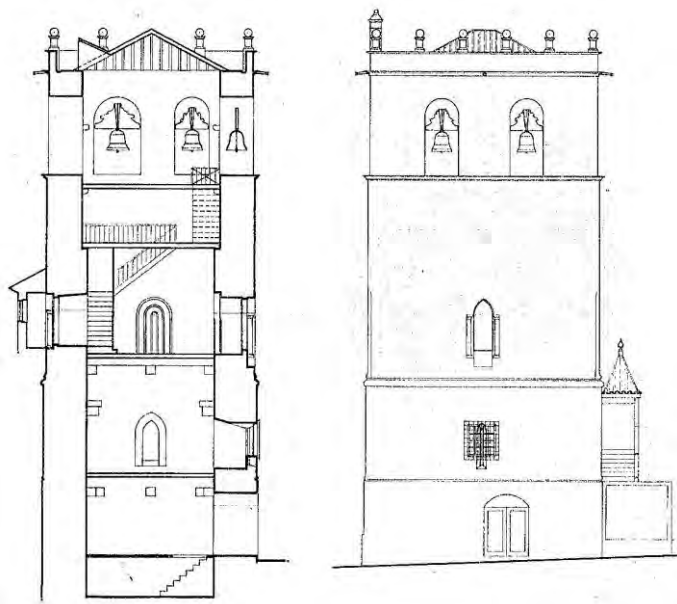


Fig. 4 – Catedral de Lamego. *Sección y alzado meridional de la torre* © DGEMN.

occidental, se nos escapan las motivaciones funcionales de esta readaptación de la catedral entre los siglos XV y XVI. Recordemos las noticias recogidas en el obituario sobre la nueva consagración de la iglesia por el obispo D. João Vicente en 1445 y, en 1446, la del altar mayor por el prelado D. João da Costa tras haberlo cambiado de lugar: *...consercravit altare majus praedicta Sedis cum reliquiis Beatorum Martyrum Joannis, et Pauli, et Beati Nicolai confessoris episcopi, eo quod mutavit dictum altare, et statuit ubi nunc est situm*¹⁷. El documento principal sobre la continuación y finalización de las obras en la fachada está datado en febrero de 1514, aclarando asuntos importantes. Por un lado, del texto se infiere que se trabajaba sobre el edificio abierto y reutilizando la piedra de la catedral que se estaba transformando – *asy o dicto Jobam Lopes tomara toda a pedra que lhe for necessária per a dicto obra daquella que sayo da dicta see* –, por otra, que la obra no sólo incluía la fachada, sino el hoy

¹⁷ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 62 y 64; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 207-208 y Vol. 2, p. 29.



Fig. 5 – Catedral de Lamego. *Fachada occidental y parte del conjunto* © Rui Sousa.

desparecido tramo de bóveda que la conectaba con la iglesia y que debía haberse desmantelado en fechas inmediatas al inicio de los trabajos en la zona. Además, entre las obligaciones del maestro Lopes ya estaba la construcción del coro a los pies, adosado a la cara interna de la portada, que sería dotado algo después de su sillería correspondiente y cuyo proyecto, tradicionalmente, siempre se había imputado a D. Fernando de Meneses Coutinho según documento de 1523¹⁸. Por el contrario, el contrato de 1514 no deja lugar a dudas: ... *fara duas escadas pera o coro cada hua de sua parte do coro com seu maybell todo de pedra de cantarja [todo] bem laurada branca e os degraaos e a outra cantarja de dentro das duas escadas e pasadas sera de pedra preta bem laurada e asy fara cinco arcos de pedraria pera o coro taaes como o que esta debaixo dos orgaaos e no dianteiro lbes fara hum peytorj11 de pedraria aberto [...] que sua sennhorya da e asy fara no cimo dos estrados dous portaaes de pedra de cantarja pera o auto coro honde mjlbhor*

¹⁸ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 71.

*se poderam fazer (...) e as escadas do coro seram de vollta que vão de mandar as portas que ham de entrar pera ante o coro e hiram feitas sobre arcos em vaãos*¹⁹.

Las deducciones

Aunque resulte irónico, un dato básico a la hora de imaginar la catedral medieval lamecense, es la propia iglesia barroca. El estudio de su planimetría y su medio urbano nos revela un detalle crucial: que la obra nueva se vio constreñida por un urbanismo perfectamente consolidado en el siglo XVIII y que obligaba a respetar las dimensiones del viejo edificio medieval. Cómo fue la planta de la catedral no plantea demasiados quebraderos de cabeza, ya que la barroca respetó en gran medida el volumen de aquél, aunque actualizando su léxico arquitectónico y convirtiendo las hasta entonces capillas laterales en grandes altares inter-capillas (Figs. 1 y 6). Nuestros conocimientos sobre sus altares permiten aproximarnos aún más a su realidad material. Se trataba de un edificio de tres naves, con un amplio transepto sobresaliente en planta, como demuestra la articulación entre el transepto barroco y las capillas claustrales del siglo XVI.

La cabecera tenía una organización especialmente interesante, dotada de cinco capillas en batería, más una sexta localizada en el soporte entre dos de las anteriores. El altar mayor estaba dedicado a la Virgen en un profundo presbiterio, con dos altares laterales consagrados al Crucificado – lado norte – y a la Virgen del Rosario – lado sur –²⁰. Allí se encontraba el común de los obispos de Lamego, según recogen los estatutos capitulares modernos, en paralelo al del cabildo que se

¹⁹ El documento del obispo D. Fernando de Meneses Coutinho y João Lopes fue publicado fragmentariamente por CORREIA, Vergílio – Ciclo Manuelino. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. Damião PERES. Vol. 6. Porto: Portucalense Ed., 1933, p. 457-458, y transcrito y dado a conocer en su totalidad por Maria Beatriz Alburquerque (vid. *supra* nota 15). La fachada sería alterada de nuevo a comienzos del siglo XIX para hacerla entestar con la nave de la catedral barroca (COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 577), intervención a la que pertenecen los restos del engatillado y la difícil relación entre las dos estructuras, visible en los laterales de la junta entre ambas.

²⁰ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 445.

encontraba en la sala capitular, lugares en los que – si conocemos las costumbres del bajo medievo, reconoceremos como habituales a buena parte de las catedrales europeas²¹. En cualquier caso debe subrayarse que la capilla mayor ya había sido remodelada a mediados del siglo XVII, cuando en 1650 el cabildo decidió acometer su reforma con el fin de instalar en su interior el típico retrocoro portugués de época moderna, al que aludimos líneas arriba²².

En el lado meridional de la capilla mayor se abría la del Santísimo, a la que seguía la dedicada a la Trinidad. Ambas fueron modificadas en fechas modernas, especialmente la primera por el obispo D. Frei Luís da Silva (1677-1685) que a finales del siglo XVII la encontró deslucida y oscura, cercana a la ruina, lo que le llevó a reconstruirla ...*a fundamentis novam aediculam erigi feci*, para dotarla después de numerosas reliquias²³. Al norte, la capilla mayor limitaba con la de San Sebastián y entre ambas se ubicaba el altar de Santa Catalina²⁴. La capilla de San Sebastián debió ser una de las más importantes del conjunto, por recoger la advocación de la primera iglesia que dio paso a la catedral y, sobre todo, porque D. Dinis la convirtió en capilla para la memoria de los reyes de Portugal. Así, el 15 de abril de 1301 dotó a la catedral con dos capellanes encargados de cantar misas y rezar las horas en recuerdo de la reina doña Teresa y sus descendientes; tres años después sufragó el mantenimiento de dos capellanes para la capilla: ...*ponante et manuteneant duos perpetuos capelanos in ecclesia cathedrali in capella regum que dicitur capella S. Sebastiani*²⁵. En 1349, el obispo D. Frei Salvado Martins (1331-1349†) fue enterrado en su interior, en un monumento elevado que pronto comenzó a recibir

²¹ Refiere el estatuto en cuestión COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 173.

²² COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 579-580.

²³ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 122 y 443-444.

²⁴ La primera fue modificada en el siglo XVII como capilla eucarística y rededicada a San Pedro (COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 446).

²⁵ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 469-470 y 476-478, docs. 20 y 24 y p. 820-822, doc. 8.

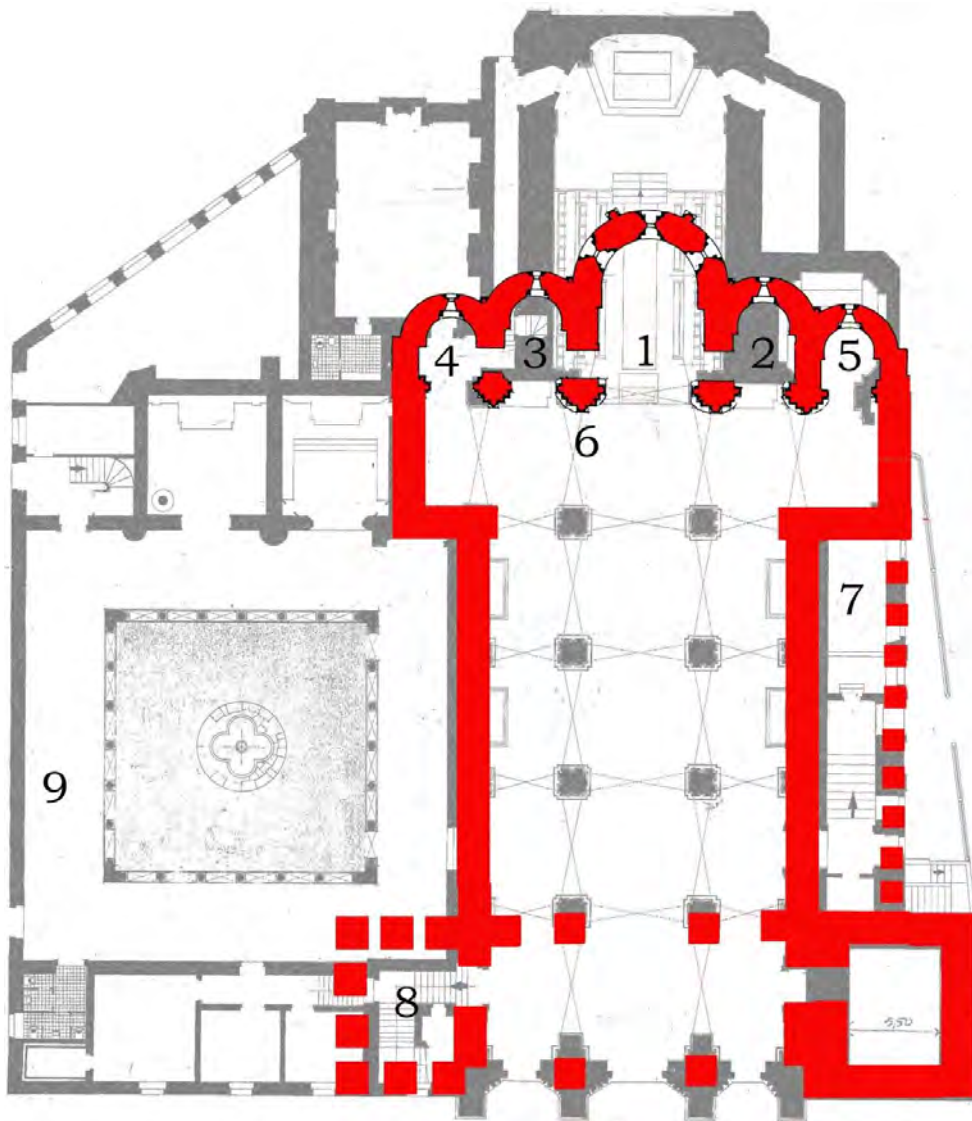


Fig. 6 – Catedral de Lamego. *Reconstrucción hipotética de la planta de la catedral medieval y las advocaciones de su cabecera.* 1. Capilla mayor, altar de Santa María. 2. Capilla del Santísimo. 3. Capilla real de San Sebastián, con el sepulcro milagroso del obispo D. Frei Salvado Martins (1331-1349†). 4. Capilla de Santa María del Tesoro (luego San Miguel). 5. Capilla de la Trinidad. 6. Altar de Santa Catalina. 7. Alpendre. 8. Posición hipotética de la torre norte. 9. Claustro. Superficie ampliada en el siglo XIV.

la visita de fieles y peregrinos, siguiendo un inconfundible modelo de canonización popular. En la yacija del sepulcro se abrió un orificio para favorecer paraliturgias taumátúrgicas, consistentes en la introducción de las manos, piezas

de tela o rosarios que favorecían la sanación por contacto. Las prácticas terapéuticas continuaron hasta el obispado de D. Antonio de Vasconcelos e Sousa (1692-1705), que decidió acabar con unas costumbres ya consideradas supersticiosas por la aristocracia eclesiástica. A tal fin, enrasó el monumento episcopal e impidió el acceso al mismo colocando delante el Sepulcro litúrgico para el Santo Entierro del Triduo Pascual, que imposibilitaba la visita a la tumba del prelado seudosanto²⁶. Tocante a la capilla de Santa Catalina, debía ser un altar de soporte, ubicado entre la de San Sebastián y la siguiente (Fig. 6). Quizás se tratara de la fundación funeraria del obispo de Évora D. Geraldo Domingues (1313-1321†), quien dejaba una dote dedicada a la santa en 1317 con el fin de que rezaran por su alma en la catedral de Lamego²⁷.

Rematando el transepto, estaba la capilla de San Miguel, en cuyos alrededores se localizó la tribuna de los órganos y que originalmente, debió realizar las funciones de sacristía. Precisamente, fue adaptada como espacio previo de acceso a la sacristía moderna, construida adyacente a su muro oriental y que ardió en un incendio en 1626²⁸. Otras noticias más sugerentes parecen permitirnos poder identificar de forma certera la capilla de San Miguel con la advocación medieval de Santa María del Tesoro. Ésta última fue fundada por el obispo D. Vasco Martins de Avelos en 1302, después de ser promocionado a la catedral de Guarda, en la que sería enterrado a su muerte en 1313. La voluntad del prelado fue la de establecer un patronato *pro anima* dedicado a la Virgen del Tesoro, en la que hasta entonces había sido su catedral. Como el propio documento pone de manifiesto, el espacio a tal fin se localizaba junto a la capilla real de San Sebastián: *huma cappella que se diz Thezouro a cerca da cappella de S. Sebastião*

²⁶ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 51; y SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 92 y la semblanza biográfica de D. Frei Salvado Martins, p. 83-91.

²⁷ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 547-553, doc. 59; y VILAR, Hemínia; BRANCO, Marta Castelo – *Servir, gouverner et leguer: P'êvêque Geraldo Domingues (1285-1321)*. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CHER-UCP, 2005, p. 95-116.

²⁸ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 442.

*a louvor e serviço da bem aventurada Virgem Maria e Senhor Jeus Christo seu filho*²⁹. El diploma es claro: se trataba de una dependencia ya existente, conocida como "el tesoro" y que se encontraba junto a la capilla de San Sebastián. Por lo tanto, no creo que haya muchas dudas en establecer una premisa de base: ésta era el espacio dedicado a sacristía-tesoro, quizás una pequeña absidiola en el norte de la cabecera catedralicia, siguiendo una costumbre perfectamente documentada en los espacios auxiliares al culto de la arquitectura catedralicia de la época³⁰. D. Vasco Martins la utilizó como capilla propia, con una fundación por su alma y la de su madre y de la que quedaría como responsable su hermano en línea familiar directa. Con el tiempo, la memoria funeraria fundacional se perdió, dedicándose de nuevo, ahora a San Miguel, y abriéndose en sus muros el paso a la sacristía que se amplió desde la misma, de manera muy semejante a como ocurrió en la *Sé* de Coimbra, con la capilla situada en la misma posición de su transepto sur (Fig. 7).

Por último, debemos indicar que las intervenciones modernas reconstruyendo la capilla mayor y las vecinas del Santísimo, la Trinidad y San Miguel debieron contribuir a la actualización estilística de la zona del transepto a los gustos modernos, retrasando una restauración perentoria que sí afectó al resto del edificio. Así parece deducirse de que, en la en la década de los treinta del siglo XVIII, la reconstrucción barroca se iniciara justamente desde el propio transepto y hacia las naves, por expreso deseo del cabildo³¹. No sería hasta unos años después cuando se decidió continuar la obra por la cabecera y, finalmente, el transepto y su cimborrio, dejando la fábrica hoy visible: la relectura dieciochesca de una catedral románica.

²⁹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 728-730, doc. 180, y 818-820, doc. 7. La semblanza biográfica del prelado ha sido realizada por este autor, p. 34-45.

³⁰ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La sacristía catedralicia en los reinos hispanos: evolución topográfica y tipo arquitectónico. *Liño*. 11 (2005) 49-60.

³¹ BRANDÃO, Domingos de Pinho – Nicolau Nasoni e a reconstrução da catedral de Lamego. *Beira Alta*. 36-1 (1977) 171-201; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 582.

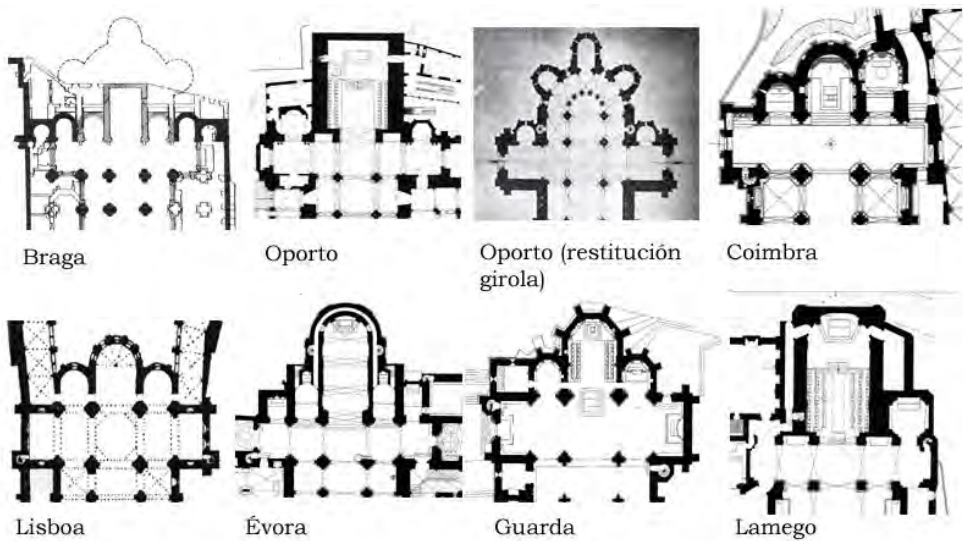


Fig. 7 – Tabla comparativa de las cabeceras catedralicias portuguesas edificadas entre los siglos XII y XV, no sujetas a escala. 1. Braga; 2. Porto; 3. Coimbra; 4. Lisboa; 5. Évora; 6. Guarda.

De toda esta organización lo que podría ofrecer una lectura más dificultosa es si las dos capillas de los extremos, es decir, la de Santa María del Tesoro y la de la Trinidad al sur tuvieron una entidad material suficiente como capillas, creando una cabecera de cinco ábsides o, por el contrario, se trató de capillas-arcosolio o simples altares adosados. En un contexto parejo, la catedral de Ourense contó con cinco ábsides en batería, otros dos altares inter-capillas y capillas-arcosolio en los muros testeros del transepto, aunque posiblemente la iglesia de Santa María del Azogue, en Benavente (Zamora), con sus cinco ábsides en batería, sea la que mejor nos ofrece una imagen pareja a lo que pudo haber en Lamego (Fig. 8)³².

³² Para Ourense, VÁZQUEZ CASTRO, Julio – Las obras góticas de la catedral de Ourense (1471-1498). *Porta da Aira*. 6 (1994-1995) 37-98; y CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – De la catedral medieval de Ourense y sus inmediaciones: nuevas hipótesis sobre viejas teorías. *Porta da Aira*. 9 (2002) 9-29. También la monumental catedral románica de Pamplona contó con altares inter-capillas en una gran cabecera de tres ábsides (vid. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La cathédrale romane de Pampelune: espaces et fonctions, certitudes et hypothèses. In *L'image médiévale: fonctions dans l'espace sacré et structuration de l'espace cultuel*. Dir. Cécile BOYER y Eric SPARHUBERT. Turnhout: Brepols, 2012, p. 9-40). De Santa María del Azogue, HIDALGO MUÑOZ, Elena – *La iglesia de Santa María del Azogue de Benavente*. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos 'Ledo del Pozo', 1995.



Fig. 8 – Santa María del Azogue (Zamora). *Vista de la cabecera* © Eduardo Carrero.

En el medio arquitectónico catedralicio portugués, una planta como la de la Sé lamecense pasaba por ser lo habitual. Pensemos que en el contexto del tardorrománico se habían elevado las capillas mayores de Braga, Porto, Viseo, Coimbra, Lisboa y Évora (Fig. 7). Las coincidencias con las seis pasaban por compartir cabeceras absidadas con un transepto marcado. Sólo en los casos de Braga y Porto se ha planteado la posibilidad de que el proyecto inicial hubiera contemplado la construcción de una girola aunque, después transformado, concluyera generando una sucesión de siete y cinco ábsides, respectivamente³³. En Lisboa, hasta su desaparición tras el levantamiento de la girola gótica por D. Alfonso IV, la cabecera románica triabsidada fue rodeada por el claustro del siglo XIII, que enlazó sus galerías norte y sur en el muro Este del transepto, donde pudieron existir capillas abiertas en el muro o adosadas al mismo. Las

³³ Para Braga, vid. REAL, Manuel – O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*. Vol. 1. Braga: UCP-FTB-CMPB, 1990, p. 435-489, hipótesis recogidas en el más reciente SILVA, José Custodio Vieira da, y AFONSO, Luís Urbano – A arquitectura e a produção artística. In *A CATEDRAL de Braga: arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Coord. Ana Maria RODRIGUES y Manuel Pedro FERREIRA. Lisboa: Arte das Musas, 2009, p. 27-67. Sobre Porto, el destacado trabajo de BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Liv. Horizonte, 2006, p. 121-125; y Sé do Porto. In *ARTE românica em Portugal*. Coord. Lúcia ROSAS y Maria Leonor BOTELHO. Aguilar de Campó: Fundación Santa María la Real, 2010, p. 201-208.

dimensiones del transepto de Viseo parecen indicarnos lo mismo. Mientras, Coimbra sigue siendo el proyecto más sólido y mejor rematado, con una cabecera perfectamente delimitada a sus tres ábsides y – con toda seguridad – otras dos capillas rematando el muro oriental de los brazos del transepto, posiblemente limitadas a simples hornacinas. Por último, las cabeceras más tardías en Évora y Guarda, a pesar de sus muchas remodelaciones posteriores debieron presentar el esquema de cinco y tres capillas en batería abiertas al transepto³⁴.

De lo que no tenemos constancia pero que podemos considerar muy posible es de la elevación de un cimborrio en el tramo de crucero. La reconstrucción moderna de la catedral lo contempló, hecho que parece indicarnos su existencia original, al igual que en las obras paralelas de Coimbra, Lisboa y algo posteriores de Évora. Un buen número de capillas y altares funerarios, a los que dedicaremos un momento en apartado siguiente, entorpecían la circulación por el espacio interno. A pesar de tratarse de un cabildo modesto y que no requería de grandes instalaciones litúrgicas, la nave central debió quedar ocupada por el coro de los canónigos, lugar en el que se perpetuó también hasta el siglo XVI en Coimbra, Viseo, Lisboa o Braga. A los pies, las dos grandes torres enmarcaban la fachada con un posible nártex de entrada. Por último, paralelo y adosado a la nave norte corría un alpendre, un espacio porticado que servía para la administración de justicia civil, pero que oscurecía – *tenebrosum omnique luce privatum* – el interior meridional del templo³⁵. Lo más interesante es que dicho pórtico se conservó traducido al léxico constructivo barroco en la planta general de la nueva catedral dieciochesca, siendo una más entre las pistas que nos indican el preciso seguimiento que las obras modernas tuvieron sobre la planta y estructura del

³⁴ De Coimbra, se ocupó DAVID, Pierre – *A Sé Velha de Coimbra...* Sobre Lisboa, vid. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La catedral, el santo y el rey: Alfonso IV de Portugal, San Vicente mártir y la capilla mayor de la *Sé* de Lisboa. In *HAGIOGRAFIA peninsular en els segles medievals*. Ed. FRANCISCA ESPAÑOL y FRANCESC FITÉ. Lérida: Universitat, 2008, p. 73-92. Para Évora y la reconstrucción de su cabecera, vid. CHICÓ, Mário Tavares – *A catedral de Évora na Idade Média*. Évora: Ed. Nazareth, 1946, p. 13-16.

³⁵ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 30-37.

edificio medieval (Fig. 5). Desgraciadamente nada sabemos de la localización de los que se citan en la documentación del siglo XIV y que, evidentemente, debiéramos relacionar con el situado al sur de la iglesia. En 1326, se trasladaba una carta real en el alpendre junto al azogue de la catedral – *ao alpendre da d'apar de o açongue* – y que quizá pudiera relacionarse con el *tendal que sta a par de a porta da eigreja catedral de Lamego*, del que se trataba un año después; en 1330 vuelve a registrarse una transacción *no Couto da See de Lamego no loguar que dizem o alpendre*, aunque el documento más explícito es el traslado testamentario que en 1331 se realizó *no alpendre ante a See de Lamego*³⁶.

...d'arco e de gradizelha:

Una breve idea de las capillas funerarias de la catedral

Fuera de las dedicaciones de la cabecera, conocemos un puñado de advocaciones y fundaciones de las restantes capillas distribuidas entre el templo y el vecino claustro. Según el análisis documental de Anísio Miguel de Sousa Saraiva, hasta comienzos del siglo XV su número ascendía a trece, aunque no podamos puntualizar mayores precisiones topográficas en el conjunto³⁷. Las primeras capillas privadas fueron las dedicadas a Santa Marina por el deán Nicolau Peres en 1299 y a Santa María Magdalena por el canónigo Pedro Peres de Távora, en 1300³⁸. Algo después, en 1316, un tal João Durães donaba un vaso de plata para hacer un cáliz con el que officiar en el altar de San Lourenço de la catedral, mientras entre 1351 y 1418 fueron apareciendo las dedicadas a San Miguel, Santa Margarita, San Blas, Santa Lucía y San Nicolás³⁹.

³⁶ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 622-623, 628-629, 646-647 y 652-653, docs. 106, 110, 123 y 130.

³⁷ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A inserção urbana das catedrais medievais...*, p. 252.

³⁸ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 451-453 y 455-457, docs. 10 y 13.

³⁹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 536, doc. 54; y *A inserção urbana das catedrais medievais...*, p. 268, nota 39.

En 1342, D. Guiomar Eanes de Berredo, la nieta bastarda de D. Alfonso III, fundaba la capilla funeraria de San Juan, en la catedral: *e mando soterrar o meu corpo na See de Lamego dentro na eygreja na capella de San Jhoanne*. El sepulcro de la aristócrata contaba con su representación yacente, rodeada de otros personajes que podemos suponer santos: *huum muymento assy como comigo an posto e que o façam com a mba figura em cima e com as outras de redor assi como lhi perteecem*. Además, la capilla fue dotada con un rico ajuar litúrgico, en el que se incluían desde lámparas a una cruz decorada con camafeos procedentes de las joyas de D. Guiomar, paños de altar, vestimentas, un cáliz de oro y debía cerrarse con una reja y su consiguiente cerradura⁴⁰. Fuera del templo, en el claustro, en 1344, Domingas de Penude pedía ser enterrada en la *See de Lamego en a capella de Sancto Anton*, vecina a la de Santa Cruz, datada en 1467⁴¹. De todas ellas, lo único realmente destacable es que siempre se trata de fundaciones de tipo funerario: altares e incluso sepulcros-altar que se abrían y disponían entre los muros perimetrales y los soportes de la catedral, creando la imagen arquetípica de catedral medieval por cuyo espacio, entre los siglos XV y XVI, era difícil transitar sin encontrarse con una reja delimitando un sepulcro con su consiguiente altar.

La fachada bitorreada

El análisis de la zona occidental de la catedral nos lleva a una conclusión básica. A diferencia del resto de las catedrales portuguesas de la época, las torres de Lamego no estaban alineadas con las naves laterales, esto quiere decir que sobresalían notablemente del encintado del edificio, como bien nos revela su planta (Fig. 1). Una torre situada al sur y, como anunciaba en el apartado previo, noticias sobre otra que se elevaba al norte. A mediados del siglo XVI el obispo

⁴⁰ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 719-726, doc. 178. Joaquim de Azevedo recogía la tradición según la cual el sepulcro de doña Guiomar estuvo en el lado norte de la iglesia, en la llamada capilla del Sacramento, vid. AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 120.

⁴¹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 747-748, doc. 190.

D. Manuel de Noronha (1551-1569†) continuó la reconstrucción del claustro con la casa del cabildo – el edificio dedicado a albergar las oficinas para la administración de éste –, adosada a la galería occidental, y la batería de capillas del lado Este. Siguiendo a M. Gonçalves da Costa, para la elevación de la casa capitular y hacerla entestar con la catedral fue necesario desmontar la torre norte, al fin y al cabo un estorbo que sobresalía de la línea general de fachada, y sus campanas fueron trasladadas hasta la torre sur, cuya estructura se recreció un piso más según demuestran las armas del obispo D. Manuel de Noronha allí esculpidas⁴². Bien parece que parte de la estructura de la torre se mantuvo en la caja de escalera que se ubicó en esta zona (Figs. 1 y 5), aunque no podamos aventurar si sus dimensiones reales fueron mayores o menores que las de la torre conservada. De hecho, la sillería de la zona inferior de esta zona revela mayor antigüedad que el resto de la fachada exterior de la casa del cabildo, en tanto que el espacio que se habría correspondido con la torre se eleva sobre la línea general del conjunto claustral. En cualquier caso, lo que sí es bien cierto es que ambos baluartes enmarcando la fachada, sitios fuera del perímetro del edificio, carecen de paralelo en las restantes catedrales portuguesas. Por el contrario, este modelo nos avoca a otro tipo de soluciones en fachada, visibles en lugares cercanos de la Península Ibérica. Me refiero fundamentalmente al de fachada bitorreada enmarcando un nártex de entrada de tres tramos de anchura y con torres independientes, a la manera de las catedrales de Santiago de Compostela y Orense (Fig. 9)⁴³.

Más datos parecen apoyar esta hipótesis. Cuando a comienzos del siglo XV en Lamego se decidió realizar la fachada pantalla conservada hoy, se eligió un prototipo singular: tres arcadas que parecían estar repitiendo un ejemplo previo,

⁴² COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 30 y Vol. 3, p. 39 y 442, nota 2.

⁴³ Para los macizos occidentales que aquí nos interesan, vid. el trabajo de referencia de SENRA GABRIEL Y GALÁN, José Luis – Les massifs occidentaux des églises dans les Royaumes du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. In *AVANT-NEFS & espaces d'accueil dans l'église entre le IV^e et le XII^e siècle*. Dir. Christian SAPIN. Paris: CNRS, 2002, p. 336-350.

de idéntica manera a como se articularon los cierres modernos de Compostela y Orense, en lugar de utilizar una más económica portada única. Pensemos además que la solución de cerrar un nártex para dar mayor amplitud a un edificio no sería la única de estas características tomada en un edificio en fechas parejas. En Ávila, en pleno siglo XV, se decidió agrandar el cuerpo de naves de la catedral tomando el tramo de nártex entre sus torres y trasladando la portada gótica original hasta el brazo norte del transepto⁴⁴.

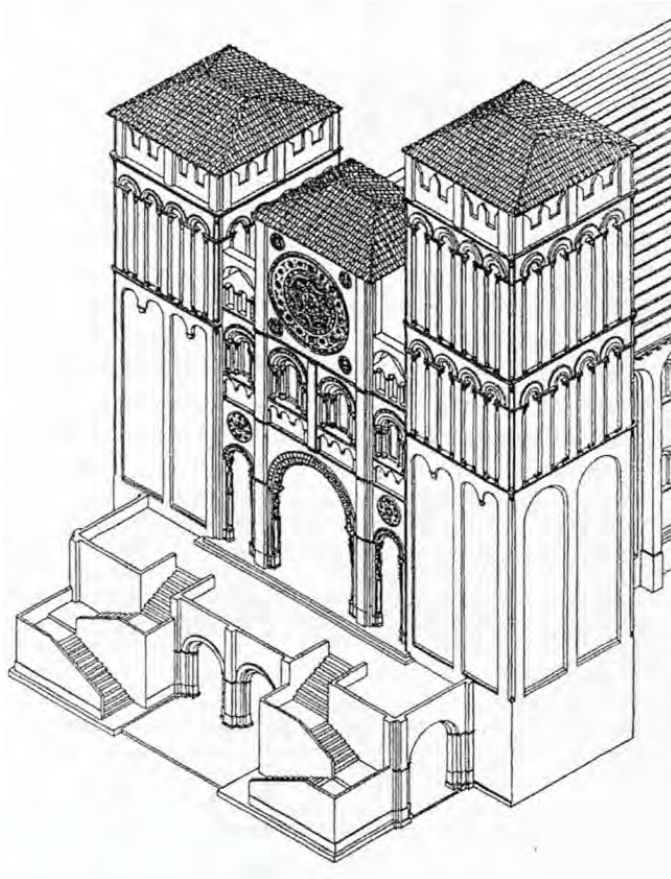


Fig. 9 – Catedral de Santiago de Compostela. *Reconstrucción hipotética de su fachada occidental* (según Puente Míguez).

⁴⁴ En primera instancia, GUTIÉRREZ ROBLEDO, José Luis – La Catedral de Ávila. In *SACRAS Moles. Catedrales de Castilla y León*. Vol. 2. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1996, p. 15-23.

Respecto a las campanas, entre ellas se debió encontrar el excelente ejemplar fundido entre los siglos XV y XVI que ha llegado a nuestros días, junto a las realizadas a comienzos del siglo XVIII⁴⁵. Citemos aquí que Lamego conserva un sugerente documento sobre toques de campana, expedido con motivo de la visita a la catedral del obispo D. Lourenço en 1371. El diploma nos relata el estado de relajación litúrgica que se vivía en la catedral, instando a su recuperación y al mantenimiento y observancia de los viejos estatutos capitulares y constituciones sinodais. Dejándonos una preciosa instantánea de la vida litúrgica y el paisaje sonoro de la ciudad, narra cómo el tesorero debía tener a uno o dos clérigos encargados de tañer las campanas en la siguiente forma: *...aas matinhas huã das sigillas huum bom pedaço, e se for festa repiquem despois ou corram os synos grandes, e se for dia de feira tangam as outrasampaas meoris, ou as repiquem quando for festa pequena assim que em dia de festa dobrada tangam bem cedo, e huum pedaço bem grande, e nos outros dias tangam mays pouco, e ante manhaã assi que a alva da manhaã comencem nos dias de feira a rezar, e os clerigos, e os coonigos venham aa eigresa em quanto tangerem, e quando començarem de rezar destangam do coro, e entom quedem na torre de tanger, e aa terça, e vespera tangam per spaço que possam vir de Vayuues [Juvandes], ou de Souto Covo; e se for festa dobrada tangam primero hua campãa, e depois repiquem, ou corram os synos mayores*⁴⁶.

A proveyto dos vivos e dos mortos: la sucesión de claustros

No sé si, como se ha afirmado, el cabildo colegial que en principio habitó la iglesita de São Sebastião y que concluyó generando el cabildo catedralicio, hizo vida comunitaria regido desde sus comienzos por la regla de San Agustín⁴⁷. Las noticias sobre este período son mínimas desde una perspectiva institucional, así que las relativas a la arquitectura que acogió al protocabildo lamecense son

⁴⁵ SEBASTIAN, Luís – O sino manuelino. In *O COMPASSO da terra...*, Vol. 1, p. 255-283; sobre las nuevas campanas dieciochescas, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 581.

⁴⁶ Publ. AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 54-55.

⁴⁷ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 242.

simplemente inexistentes. Podemos imaginar una *domus communis* centrando un patio, como las documentadas en Lisboa o Coimbra o las conservadas en Lérida o Huesca⁴⁸, pero de un claustro no existen evidencias hasta el siglo XIII y que debió elevarse a la par que la propia catedral del XII en adelante. Desde comienzos del siglo XIV, la documentación insiste en situar distintas reuniones capitulares *in claustro predictae Sedis ubi capitulum ejusdem fieri consuevit*⁴⁹. No sabemos nada de las dependencias a las que daba acceso, incluida la biblioteca que pudo estar en su entorno y de la que se tiene alguna noticia tardía. En 1393 el obispo D. Lourenço (1363-1393†) testó varios libros con la condición de que *se ponham na livraria para estudarem por elles os conegos que quiseren estudar*⁵⁰.

Hasta aquí las noticias sobre el claustro anterior al siglo XIV. El 31 de julio de 1332, el obispo D. Frei Salvado Martins (1331-1349†) hizo donación pro anima de los terrenos en los que se ampliaría el viejo claustro, un terreno adyacente a éste en el que se encontraba el cillero del obispado: *...o tereo nosso que he aalem da crasta da dicta See hu snya de ser o celeiro en tempo dos nosos antecessores o qual tereo lhi damos pera se fazer em ele bua boa crasta al louvor e aa honra e serviço de Deos e de Santa Maria sa madre e a proveyto dos vivos e dos mortos*⁵¹.

¿Cuál fue la real intervención realizada sobre el claustro, a voluntad de D. Frei Salvado? Diez años después de la misma se seguían refiriendo reuniones capitulares y transacciones comerciales en el mismo, sin noticia alguna de obras⁵².

⁴⁸ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La *vita communis* en las catedrales peninsulares: del registro diplomático a la evidencia arquitectónica. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu...*, p. 171-194.

⁴⁹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 538 y 699-700, docs. 55 y 165.

⁵⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTI), Sé de Lamego, Testamentos, M. 2, n° 34 y 35; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 184 y 543. No debe confundirse con la librería del coro – *hum almario fechado que sia no coro da dita See* –, documentada en época del propio D. Lourenço, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 181.

⁵¹ Publ. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 656-657, doc. 135. Una simple curiosidad: D. Frei Salvado puso como condición que por el nuevo claustro pudieran pasar las gentes hacia la bodega episcopal y los animales cargados con destino al vecino molino de aceite, como lo habían hecho hasta entonces por el terreno que ahora donaba para ampliar sus galerías.

⁵² SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 712-713, 732-734 y 753-755, docs. 176, 182, 183 y 195.

Por el contrario, otros documentos de la década de los cuarenta nos aportan una noticia clave sobre el asunto. Se trata de aquéllos en los que los miembros del cabildo se reconocen reunidos *na casa nova hu o dicto cabidoo soe a celebrar*⁵³. Es decir, que antes de cumplirse las medianías del siglo XIV se había edificado una dependencia dedicada a las reuniones capitulares, coincidente además con la voluntad episcopal de levantar un nuevo claustro y que, quizás, pudiéramos considerar como sala capitular dentro del proyecto⁵⁴. Dejando a un lado la realidad de esta *casa nova*, la cuestión aquí está en valorar el alcance material de los deseos de D. Frei Salvador. En mi opinión, la nueva claustra a construir y para la que el obispo entregó un terreno de su propiedad no debía ser otra cosa que la ampliación del claustro antiguo del que, por otra parte y como aludí líneas arriba, no sabemos prácticamente nada. ¿La construcción de una nueva galería hacia el norte? ¿El aumento de su superficie con la elevación de las pandas que lo agrandaran sobre el terreno donado por el prelado? No sería un caso único. En la catedral de Astorga se documentan galerías antiguas y nuevas que parecen responder a un proceso similar, pero es en Huesca aún podemos contemplar un singular claustro edificado en dos etapas constructivas, en las que se yuxtapusieron dos galerías góticas a otras dos románicas, conformando una planta trapezoidal totalmente irregular⁵⁵.

Respecto a los motivos para la construcción y/o ampliación del claustro lamecense a mediados del siglo XIV, no creo muy arriesgado proponer aquí que se realizó con la intención de consolidar un gran cementerio urbano. Las palabras

⁵³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 713 y 732-734 (docs. 177 y 182).

⁵⁴ Así lo expone también SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A inserção urbana das catedrais medievais...*, p. 268-269, nota 42. En fechas tardías se documenta un capítulo en la capilla dedicada a la Santa Cruz, aunque también en la superficie claustral se registraran las reuniones del cuerpo de beneficiados y capellanes, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 37 y Vol. 3, p. 450.

⁵⁵ Sobre Astorga, vid. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La claustra y la canónica medieval de la catedral de Astorga. In *LA CATEDRAL de Astorga*. Astorga: Centro de Estudios astorganos Marcelo Macías, 2001, p. 85-156. Para el claustro oscense, vid. DURÁN GUDIOL, Antonio – *Historia de la catedral de Huesca*. Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 1991.

del propio obispo subrayando que la obra tendría beneficios tanto para los vivos como para los muertos – *a proveyto dos vivos e dos mortos* – está evidentemente aludiendo a la cuestión que nos ocupa: la engrandecimiento de un ámbito cementerial. Sus deseos no se hicieron esperar. Desde el mismo siglo XIV se suceden las noticias sobre enterramientos en su interior, aunque quizás sea la más definitiva aquella en la que dos habitantes del *Conto* de la catedral solicitaban al cabildo *dous jazigos na dicta crasta per dous muimentos*⁵⁶. Quizás incluso la nueva fábrica se organizara siguiendo el modelo de arcosolios perimetrales que permitieran una perfecta articulación de sus muros con el fin de albergar sepulcros, de modo semejante a otros patios funerarios europeos construidos desde el siglo XII y del que, en una catedral cercana, Porto, contamos con un fascinante ejemplo. Se trata del claustro viejo portuense, sito entre la catedral y el palacio episcopal, y uno de los más ilustrativos modelos de estructura cementerial conservados en la península, a pesar de la restauración a la que se vio sometido en los años treinta del siglo XX (Fig. 10).

Sus muros aparecen modulados mediante arcosolios con destino a cobijar sepulcros, constituyendo un interesante caso de arquitectura prefabricada con fines funerarios. En este mismo sentido, la organización de la corona de capillas privadas que, dispuestas en batería, rodean las galerías del claustro de la catedral de Lisboa es también un buen ejemplo de lo que aquí tratamos⁵⁷. Al mismo tiempo, podemos presuponer que nuestro desaparecido claustro debió presentar una topografía sin dependencias. Con esto me refiero a que, más allá de una o dos capillas funerarias, su estructura debió limitarse a las galerías claustrales, dispuestas para recibir las procesiones del cabildo y con su solado perfectamente organizado

⁵⁶ Publ. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A inserção urbana das catedrais medievais...*, p. 269, nota 43.

⁵⁷ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – El claustro funerario en el medievo o los requisitos de una arquitectura de uso cementerial. *Liño*. 12 (2006) 31-43. Sobre la restauración de los claustros de la *Sé* de Porto, vid. BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto...*, p. 101-104 y, para Lisboa, vid. FERNANDES, Paulo Almeida – O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura *cheia de imperfeições?* *Murphy*. 1 (2006) 18-69.

en fosas y carneros. No sería un caso único, entre las catedrales de Portugal. Coimbra, Porto y Évora presentan tres de los claustros más monumentales con sus dependencias limitadas a aisladas capillas funerarias durante la Edad Media.

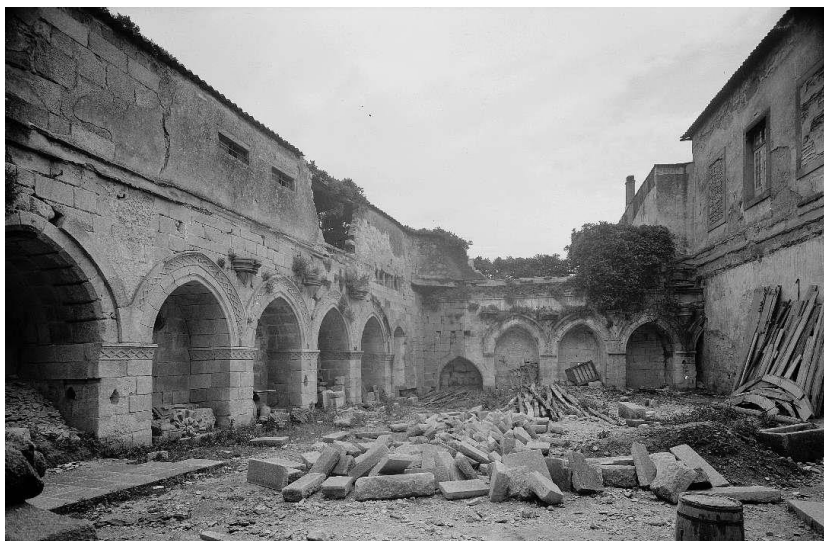


Fig. 10 – Catedral de Porto. *Cemeterio llamado el claustro viejo* © IHRU/SIPA.

Esta tónica y aspecto fue la que se siguió con el proyecto de reconstrucción quinientista del claustro de Lamego. La primera intención al respecto se la debemos a D. Fernando Meneses Coutinho (1513-1540). Como vimos líneas atrás, el prelado se encargó de retomar y finalizar las obras de la fachada occidental de su iglesia iniciadas unas décadas antes, de reconstruir y mejorar los accesos del palacio episcopal – sustituido por el actual inmueble barroco entre 1772 y 1786 –, que creó el *Rossio* catedralicio con el desvío del arroyo Coura y mandó elevar el coro alto de la catedral⁵⁸. Además, el 3 de noviembre de 1524 contrataba al maestro cantero Duarte Coelho, quien presentaba la traza de un

⁵⁸ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 71-72; COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 17-18; y SERRÃO, Vitor – *O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho...*, p. 266-269.

claustro del que, siendo sinceros, no debió construirse mucho⁵⁹. Sólo unos años después, el prelado D. Manuel de Noronha (1551-1569†) actuó de nuevo en la zona, donde mandó construir el bloque de la galería Este, compuesto por la desaparecida capilla de São João Baptista, la de São Nicolau y la de Santo António. Parece que en 1563 las capillas ya estaban terminadas y, además, se encargó de finalizar la obra del claustro y su sobreclaustro – hoy parcialmente desmontado, tras las intervenciones restauradoras contemporáneas –, según se recogió en su institución del colegio de San Nicolás, fundado por él mismo (Fig. 11): *...as quais crastas eu acabei com suas varandas por riba, sendo começadas pello Senhor D. Fernando de Meneses arcebispo de Lisboa, sendo bispo deste bispado, e fiz nellas tres capellas, duas de abobada e outra forrada de madeira*⁶⁰.



Fig. 11 – Catedral de Lamego. *Claustro, ángulo noroeste* © LABFOTO–Lamego.

⁵⁹ *Diccionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*. Coord. Francisco Marques de Sousa VITERBO. Vol. 1. Lisboa: Imp. Nacional, 1899-1922, p. 541-542; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 319-320.

⁶⁰ AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 75-76 y 119; y COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 36 y 442.

El claustro renacentista tuvo un proceso constructivo más complejo de lo que parece a primera vista. Sólo un vistazo a los muros perimetrales de sus galerías revela varios parones en las obras y cambios de material. Además, en el siglo XIX fue objeto de intervenciones de cierta enjundia como la que, en 1832, llevó al cantero Francisco José Fernandes a reparar una pared arruinada del claustro y las humedades de la casa del cabildo, motivadas por la cercanía del cauce del Coura⁶¹. Volviendo a las capillas, la de San Nicolás era la destinada a convertirse en su capilla funeraria. Sólo ésta y la vecina desaparecida de San Juan Bautista se cubrieron con una retardataria bóveda de crucería con terceletes. San Nicolás fue beneficiada por bula papal en 1564 y contó con un reglamento litúrgico específico para sus capellanes, como se recoge en su expresivo epígrafe: *D. Manoel de Noronha, bispo de Lamego no espirital e temporal, restauro esta Sé de obras, ornamentos e prata, e fez esta capella para sua sepultura. Dotou-a para que n'ella haja capellães, e mestre que leia casos de consciencia para cura das igrejas e salvação das almas. Anno de 1569*⁶². Como vemos, la función funeraria medieval del claustro y sus dependencias continuó con un lenguaje arquitectónico diferente. Sabemos que, además, fue lugar de impartición de doctrina y que sus capillas y galerías también funcionaron en época moderna como escenario de la toma de posesión del cargo por las dignidades capitulares⁶³. Sólo quedaría por hablar aquí de la casa del cabildo, el edificio con acceso desde la galería occidental del claustro y al que aludimos al tratar la existencia de un campanario cuya estructura fuera diezmada y embebida en la nueva construcción quinientista. Un nuevo edificio para las necesidades de un cabildo moderno, una historia que contar en otro lugar.

⁶¹ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 39.

⁶² La bula de Pío IV en la festividad del santo titular en MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa y SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “Catálogo”. In *MUSEU de Lamego. Pergaminhos*. [Lisboa]: IPM, 2002, p. 51, doc. 3. En el siglo XIX, la ampliación de la calle que fragmentó el atrio de la catedral en dos también supuso la eliminación de la capilla de *São João* del claustro y el segundo traslado de una antigua memoria funeraria catedralicia – la de D. Guiomar de Berredo, la nieta de Alfonso III – hasta la vecina capilla de *São Nicolau*, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 2, p. 35, nota 27.

⁶³ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 158.

Reflexiones finales

Llegado el final de concluir estas líneas sobre la catedral medieval de Lamego, debemos hacer constar que el trabajo sobre pistas deslavazadas, tanto arquitectónicas como documentales, no es siempre agradecido. Aquí, he pretendido trazar unas líneas argumentales sobre un edificio del que no nos ha restado prácticamente nada. Está claro que la necesidad de una excavación arqueológica se impone aunque, como bien saben los responsables, la intervención por debajo de la cota cero no siempre es fácil: hacer concordar los intereses de las instituciones implicadas, cerrar el edificio al culto, remover su subsuelo. En cualquier caso sería muy interesante para nuestro conocimiento de la catedral y, por extensión, de la arquitectura catedralicia medieval portuguesa. Algo semejante ocurre con el oportuno análisis petrológico de los irregulares sillares de piedra, hoy visibles en los muros laterales de la nave central barroca, tras una intervención restauradora no demasiado acertada que la liberó del enfoscado blanco que aún lucen las naves laterales. ¿Se trata de fragmentos pétreos de la catedral medieval? Eso parecen a todas luces, muy posiblemente piezas semejantes también se encuentren enmascaradas en otras zonas de la iglesia moderna: en su solado o en los paramentos laterales, bajo los yesos que los cubren. Un simple principio de economía de medios parece sugerírnoslo y es que era mucha piedra la que elevaba los muros del edificio románico como para deshacerse de ella en una nueva construcción, construcción que siguió a pies juntillas la estructura y volúmenes de su predecesor: la catedral medieval de Lamego.

A Renovação e os seus Mecenas



Retrato do bispo D. António Teles de Meneses, 1598†. Santa Casa da Misericórdia de Lamego © LABFOTO-Lamego



Armas do bispo D. Manuel de Noronha, 1569† (lápide tumular). Claustro da Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego

O episcopado lamecense desde D. João Madureira (1502) a D. Miguel de Portugal (1644)

José Pedro PAIVA

O processo normativo seguido na escolha dos bispos

Desde o reinado de D. Manuel I, mais concretamente após a escolha de D. Jorge da Costa, o cardeal de Alpedrinha, para arcebispo de Braga, em Agosto de 1501, facto que abriu dura controvérsia entre o rei e a cúria romana a propósito das competências de provimentos das dioceses portuguesas, que os bispos de todas as dioceses de Portugal passaram a ser escolhidos pelos monarcas¹. Como bem viu Fortunato de Almeida, tal não significa que os monarcas detivessem, do ponto de vista jurídico-legal, o direito de apresentação ou nomeação dos bispos, muito menos o designado direito de padroado, como veio a suceder após 1514 com as dioceses ultramarinas e, com todas as novas que se criaram no reino já depois do falecimento de D. Manuel I². Formalmente, o soberano “suplicava” ou “apresentava” ao papa o seu eleito para ocupar um bispado vago, mas era à cabeça da Igreja romana que competia o direito de nomeação. E assim foi até 1740³, sendo este o enquadramento que se verificava na diocese de Lamego no período abrangido por este estudo.

¹ Todo este processo, com as devidas abonações documentais, foi já reconstituído e explicado em PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do império 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 38-49.

² Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Ed. Damião PERES. Vol. 2. Porto: Portucalense Ed., 1968, p. 47.

³ Vid. PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, p. 70-78.

A questão de que se parte é a de saber como é que, de facto, os bispos eram escolhidos pelo rei. Isto é, sondar os mecanismos da decisão régia.

Não é fácil encontrar vestígios que explicitem os meandros deste processo, ou que clarifiquem os pressupostos da escolha do monarca, sobretudo para o período anterior a 1580. Tal decorria do facto de estas decisões fazerem parte integrante de um sistema de relações pessoais, cujos contornos, para cada conjuntura concreta da escolha de um prelado singular, são extraordinariamente difíceis de identificar.

O processo não foi sempre o mesmo no decurso do âmbito cronológico aqui considerado, sendo detectáveis dois períodos distintos⁴. O primeiro, desde o reinado de D. Manuel I até 1580, altura em que D. Felipe II de Espanha assumiu a coroa portuguesa⁵. Nesta fase o mecanismo da eleição dos bispos era bastante informal, não sendo regulado por normas escritas ou por procedimentos previamente estipulados e sistematizados. É provável que antes da decisão última, a qual competia sempre ao rei, este ouvisse conselheiros, confessores, membros da nobreza cortesã, bispos titulares já no activo, religiosos ilustres do clero regular, e até que auscultasse opiniões de alguns conselhos da administração central, de tribunais superiores da coroa e de cabidos de catedrais. Ou que todos, ou pelo menos alguns destes conselheiros e instituições fizessem chegar directamente ao rei ou àqueles que com ele de mais perto privavam e exerciam alguma influência sobre as suas decisões, pareceres, influências e pretensões. Com probabilidade, estas movimentações, por vezes bastante agitadas e disputadas, seriam mantidas discretamente, nos corredores do paço real, à saída de um acto de confissão, durante uma ida à caça, ou num serão musical realizado na corte. A corte era, de facto, um lugar decisivo para a tomada destas decisões. É bom exemplo dessa agitação criadora de grande efervescência na corte, a escolha para

⁴ Para uma visão de pormenorizada, vid. PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, p. 215-223.

⁵ No caso dos reis da dinastia filipina, para evitar equívocos, utilizar-se-á sempre a sua titulação castelhana.

o arcebispado de Braga do célebre D. Frei Bartolomeu dos Mártires (confirmado em 1559)⁶. Todavia, por norma, estes episódios deixavam ténues vestígios e o que se pode saber resulta sobretudo de inferências, da análise de indícios e da comparação com o que se passava, tanto no provimento de bispos noutras monarquias europeias como de outros cargos palatinos, da administração central, da milícia ou de governo do reino e do império⁷.

Iniciou-se um segundo ciclo, pouco depois da integração de Portugal na monarquia hispânica, em 1580, tendo-se verificado grandes transformações no modo de eleição dos bispos. Como era marca da governação castelhana, criou-se um sistema mais institucionalizado e, por conseguinte, mais formalizado e burocratizado para a eleição episcopal. Isso não significou que tivesse sido totalmente banida muita da informalidade que sempre marcava estes processos, sobretudo a relacionada com as sugestões e pressões que eram feitas sobre quem, por qualquer forma, tinha neles interferência. Mas não haja dúvidas de que os canais através dos quais tudo se passou a decidir e os procedimentos que isso obrigava, passaram a ser melhor regulados e, logo, controlados.

O processo, no qual havia várias etapas que apontam no sentido de uma escolha partilhada, mas cuja decisão final era do total arbítrio do rei, passou a ter a seguinte tramitação. Quando vagava um bispado o vice-rei ou os governadores, residentes em Lisboa, depois de ouvirem o Conselho de Estado, enviavam uma proposta ordenada de nomes, por norma três, para o Conselho de Portugal, que acompanhava o monarca normalmente entre Valladolid e Madrid. Neste Conselho, avaliavam-se as sugestões chegadas de Lisboa, podiam adicionar-se novos nomes, e/ou eliminar outros. Daqui seguia, posteriormente, um parecer com os candidatos devidamente ordenados e, por vezes, com indicações sobre as

⁶ Vid. PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, p. 330-332.

⁷ Para o caso de França e Espanha vid., respectivamente, BERGIN, Joseph – *The making of the French episcopate, 1589-1661*. New Haven; London: Yale University Press, 1996; e BARRIO GOZALO, Maximiliano – *El real patronato y los obispos españoles del Antiguo Régimen (1556-1834)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2004.

rendas da diocese e sugestões de pensões e pessoas a quem se deviam dar. Esse parecer era depois avaliado pelo rei, podendo para tal contar com sugestões do secretário para os assuntos de Portugal, do seu confessor ou, no período de D. Felipe III e no de D. Felipe IV, com a interferência dos respectivos validos, duque de Lerma e conde-duque de Olivares. Em algumas circunstâncias, raras, o monarca podia ainda pedir que se efectuassem algumas diligências extraordinárias e depois decidia. A sua escolha era comunicada ao vice-rei ou governadores em Lisboa, os quais deviam notificar o eleito.

O sistema descrito, tal como se demonstrou, conheceu flutuações no decurso do período em observação, e apesar de centrar no rei a decisão final, estava aberto à interferência de vários agentes com interesses pessoais, familiares ou grupais discrepantes e conflitantes. O rei não decidia na solidão da sua câmara. Mas a sua decisão era a última e a definitiva, mesmo que fosse contrária a todos os pareceres previamente recebidos.

A equação da nomeação episcopal

Partindo destes pressupostos, o que agora importa é saber quais os critérios ou princípios que eram ponderados por todos aqueles que interferiam na eleição de um bispo, e de modo especial o rei, a quem competia a decisão final.

A escolha resultaria daquilo que designo por equação de nomeação episcopal. Tratava-se de fórmula bastante complexa, na qual, por norma, se avaliavam e tentavam conciliar seis factores de forma conjugada: o mérito do escolhido em função dos padrões daquilo que seria o modelo ideal de prelado, os serviços que o candidato ou seus familiares tivessem prestado anteriormente ao monarca, as relações de parentesco que possuía, as redes clientelares em que se inseria, a oportunidade da escolha no âmbito da conjuntura política geral, por

último, a adequação entre a diocese concreta que era necessário prover e o eleito⁸. É de admitir que nem sempre todos os termos de tão subjectiva equação tiveram o mesmo peso na decisão. Tal como é plausível que numa ou noutra eleição alguns não fossem ponderados. Na decisão final, a arbitrariedade do rei era decisiva.

Avaliem-se, sinteticamente, mas com um pouco mais de pormenor cada um dos factores da equação episcopal.

Em primeiro lugar o mérito, isto é, as virtudes pessoais dos indivíduos potenciais candidatos a bispos. Esse mérito era avaliado no quadro dos parâmetros que numa determinada época se consideravam ser os mais ajustados ao padrão ideal de bispo, os quais foram variando no decurso do tempo. E esse padrão era desde logo moldado pelas imposições que vinham de Roma e que a após o Concílio de Trento (1545-1563) exigiam alguns requisitos dos candidatos, como serem filhos legítimos, terem ordens sacras, idade superior a 30 anos, serem graduados em direito ou teologia, terem uma vida moral e um comportamento exemplares.

Em muitas cartas relativas a estes processos, de facto, encontram-se referência aos méritos, à formação académica, às virtudes pessoais, à boa capacidade de governo já demonstradas anteriormente no exercício de outros cargos, a experiência governativa de dioceses adquirida por via do exercício pretérito do cargo de governador ou vigário-geral, a prática missionária, considerada de grande utilidade para os bispos ultramarinos em geral. Estes eram factores que, em escala difícil de quantificar, estavam presentes no processo de eleição episcopal.

Apesar de haver quem considerasse que, na prática, o mérito pessoal seria um bem insuficiente, ou que, pelo menos, se via frequentemente ultrapassado por outros factores. O já referido D. Frei Bartolomeu dos Mártires chegou a declarar

⁸ Retomo propostas desenvolvidas em PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, p. 229-277.

em Trento que os indivíduos eram elevados ao episcopado “por amizades, por pressões humanas, por distinção social, por ambição e avareza e até por dinheiro”⁹. Ou seja, até a suspeição de que estes lugares podiam ser venais foi publicamente denunciada.

O segundo factor da equação episcopal era a posse de um percurso de serviços prestados à monarquia, pelo próprio e/ou pelos seus familiares, isto é, pelos avós, pais, tios ou irmãos. Esses serviços podiam ser de variada natureza, consistindo, na maior parte das vezes, na ocupação de certos cargos ou funções para os quais os futuros bispos já tinham sido nomeados pelo rei anteriormente (por exemplo, confessores ou pregadores régios) ou então pela participação de familiares em várias áreas da vida política, judicial, militar ou na casa real. E o facto de os monarcas assumirem esta concepção ia a par com o comportamento dos súbditos, que sabiam que para se chegar a bispo era útil servir o rei. Esta necessidade de serviço à coroa era uma dimensão intrínseca da cultura da nobreza, no âmbito da qual eram recrutados a maioria dos bispos do reino. No fundo, servir o rei era uma porta para eventualmente se poder chegar a bispo. E esse serviço era tanto mais apreciado quanto ele não se circunscrevia ao próprio, antes tinha o prestígio de se prolongar por várias gerações.

O terceiro factor da equação era a origem familiar dos pretendentes. Este aspecto tinha, quase sempre, grande peso. Tanto maior quanto mais importante era a diocese a preencher e, conseqüentemente, de mais alta estirpe aqueles que a ela eram candidatos. Já foi mesmo sugerido que em sistemas de tipo personalista (“*person-oriented systems*”), entre os vários tipos de relações que influenciavam a tomada de decisões e particularmente as referentes à distribuição do poder e da

⁹ Citado por ROLO, Raul Almeida – *O bispo e a sua missão pastoral: segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano, 1964, p. 34-35.

riqueza, a mais importante era a família¹⁰. Isso era tanto mais verdade quanto no sistema de preservação e reprodução da casa aristocrática a abertura de carreiras eclesiásticas para os secundogénitos, que por norma não casavam, era um aspecto decisivo. Chegar a bispo trazia proventos materiais e simbólicos, para o próprio, é certo, mas alguns podiam reverter a favor da própria casa. Basta dizer que os bispos tinham à sua disposição benefícios e cargos para distribuir nas suas dioceses e que muitos deles podiam ser oferecidos a irmãos, primos e, sobretudo, a sobrinhos.

A análise do episcopado de Portugal e do seu império ultramarino, não autoriza declarar que a família era elemento central na escolha de um bispo. Mas não deixa quaisquer dúvidas sobre a enormíssima influência que este factor jogava no processo, repito, sobretudo nas dioceses de maior destaque. O facto de se encontrarem imensos casos de bispos irmãos, primos, tios-sobrinhos e até, exclusivamente no século XVI, pais-filhos é mais um argumento de peso a favor da importância da família na altura da eleição das mitras. O exemplo mais impressionante do peso da família no contexto do episcopado português, é o dos Lencastres, com ligações à casa de Aveiro, descendentes do Mestre de Santiago e 2º duque de Coimbra D. Jorge, por sua vez filho ilegítimo de D. João II, pelo que se tratava de linhagem com sangue real, ainda que por via bastarda. Desta família, entre o reinado de D. João III e 1770, saíram oito bispos.

Atente-se agora na importância das relações de tipo clientelar no processo da eleição episcopal, ou seja, o quarto factor da equação. A estrutura distributiva dos recursos, cargos e poder dependia muito de arranjos e composições, maioritariamente determinadas por formas de regulação baseadas em relações clientelares de base personalista, isto é, cuja essência eram os contactos e as

¹⁰ Vid. LIND, Gunner – Great friends and small friends: clientelism and the power elite. In *POWER elites and state building*. Ed. Wolfgang REINHARD. Oxford: Clarendon Press/European Science Foundation, 1996, p. 123.

alianças interpessoais, ou de grupos de indivíduos¹¹. Neste complexo e fluido universo, lugares, favores e vantagens eram intensamente disputados, num quadro onde o poder do protector sobre as suas criaturas resultava da sua capacidade de decidir ou de inclinar decisões e dos favores que já tinha recebido no passado. Note-se ainda que, neste âmbito, as alianças entre as partes envolvidas não eram formalizadas ou contratualizadas por escrito, digamos que decorriam de um acordo tácito, de uma convergência prospectiva de vantagens potenciais para ambas, sendo que os benefícios que cada uma vislumbrava alcançar através deste acordo não eram definidos à partida e podiam oscilar ao sabor da conjuntura.

No caso concreto em análise, esta cultura do exercício do poder e das relações sociais suscitava a emergência, nas alturas que precediam a escolha episcopal, de um sistema pluriarticulado composto por vários níveis/estratos, correspondentes a distintos pólos de decisão, sobre os quais se exerciam pressões oriundas de pontos diferentes. Essas pressões não tinham origem, exclusivamente, numa matriz de relações de tipo clientelar, mas também, como se expôs a abrir este tópico, em relações de parentesco, amizade e solidariedades de grupo. Esta rede era composta por cinco pólos habitualmente envolvidos num processo de eleição episcopal. A saber:

- 1 - O rei, a quem cabia a decisão final;
- 2 - Um círculo muito restrito de pessoas, como a rainha, um confessor, um valido, um ministro, com quem ele tomava decisões;
- 3 - Pessoas com as quais os candidatos a bispos e os do seu círculo mais próximo cultivavam relações de vários tipos, e que por sua vez mantinham relações do mesmo género como todos os outros pólos deste sistema, funcionando assim como intermediários, ou mediadores (*brokers*);

¹¹ Sobre o assunto em geral é de toda a utilidade a consulta de EISENSTADT, S. N. e RONIGER, Louis – Patron-client relations as a model of structuring social exchange. *Comparative Studies in Society and History*. 22-1 (1980) 42-77.

4 - Um grupo mais amplo de indivíduos que, em função de cargos que ocupavam, eram auscultados antes de o monarca escolher um bispo. Estão neste caso vice-reis, governadores do reino, membros do conselho do rei ou conselheiros de Estado, representantes do Conselho de Portugal;

5 - O candidato a bispo e a sua família (estrita ou mais alargada) e amigos próximos.

É no âmbito deste complexo quadro, no qual as múltiplas relações potencialmente realizáveis entre os diversos estratos do sistema se podiam fazer, que se processavam as mais ou menos informais influências com vista à nomeação de um bispo, reguladas pelas normas/regras dos sistemas clientelares de base pessoal.

No fundo, isto significa que para se chegar a bispo, para além de outros aspectos já referidos, era necessário ter pessoas que apoiassem a sua candidatura e que tivessem influência junto daqueles que tomavam decisões nesta matéria, isto é, possuir valimentos bem distribuídos e variados.

Perante um tão vasto e emaranhado conjunto de influências pode perguntar-se qual era, afinal, o papel do rei, situado no topo da pirâmide decisória. Ele não controlava tudo. Mas não se pode esquecer que a última decisão era sempre sua. Esse poder era enorme, permitindo-lhe até decidir ao arrepio do escalonamento proposto pelos órgãos ou pessoas que tinham dado pareceres formais sobre o assunto, ou arrançando a seu modo as sugestões que recebia.

O quinto factor da equação episcopal era a oportunidade política de cada escolha em concreto. Pretende-se com isto sublinhar como se podia ser episcopável, isto é, reunir qualidades pessoais, serviço e valimentos bem distribuídos e variados durante muito tempo e nunca se vir a ser bispo. Ou porque nos momentos em que havia condições para se ser nomeado não vagavam dioceses, ou porque havia outros concorrentes que se sobrepunham, ou porque outros lugares reclamavam a presença do candidato, ou por outras quaisquer

razões nem sempre fáceis de identificar. Competia ao monarca e a alguns dos seus conselheiros ajuizar da oportunidade de cada escolha, tendo em consideração que cada caso/nomeação era apenas uma célula do amplo organismo que constituía o corpo vivo de interesses que era preciso governar e manter equilibrado. O bom funcionamento do governo em muito dependia da perícia régia e da dos seus mais directos conselheiros para manterem equilibrado todo o sistema. Daí que em cada momento era necessário ponderar a configuração política e decidir, de modo a manter equilibrado este sistema em constante alteração, o qual não era apenas composto pelos lugares para dioceses vagas mas também por toda o vasto conjunto de cargos, mercês e privilégios na casa real, na corte, nos conselhos, nos tribunais, na milícia, na governação do império, nos cabidos das catedrais, nas ordens militares, todos dependentes da escolha e da última palavra do rei.

O sexto e derradeiro elemento que devia ser ponderando ao nomear um antístite era o equilíbrio a observar entre a diocese concreta que era necessário prover e o escolhido. Neste plano é imperioso ter presente que nem todas as dioceses tinham o mesmo estatuto. Pelo contrário, elas eram diferentes do ponto de vista do prestígio e antiguidade que tinham, da sua extensão, das rendas que propiciavam, do estatuto simbólico que ostentavam, etc. Lamego era, na hierarquia das dioceses portuguesas da Época Moderna um lugar intermédio que ficaria apenas abaixo dos três arcebispados (Braga, Lisboa e Évora) e da diocese de Coimbra. Ou seja, uma diocese muito desejada. Enfim, era preciso encontrar um equilíbrio entre a pessoa e a diocese. É que umas e outras eram diferentes e governar com justiça, aquilo que sempre se esperava do rei, significava reconhecer e respeitar essa distinção dos súbditos, o que implicava observar o princípio de “dar a cada um o que é seu”.

Para além disso, o rei e os seus conselheiros estariam eticamente comprometidos nesta delicada escolha, devendo, para não incorrer em pecado, ou para se libertarem de escrúpulos, sintonizar a sua selecção com as qualidades que,

segundo o consagrado pelos cânones romanos e pela tratadística do tempo, o bispo devia ter. Isto é, estariam condicionados a acertar a eleição, se possível com a inspiração divina, mas ao menos pelo padrão do bispo modelo, o qual conheceu alguma variabilidade no decurso do período em estudo. Pode, portanto, dizer-se que este era mais um aspecto que podia influir na selecção do episcopado.

Finalmente, o monarca, que como já se sustentou era o decisor final, não estava apenas constringido pela cultura de funcionamento do sistema e por imperativos ético-morais. Era também influenciado pelos modos concretos de actuação dos interessados, no momento específico em que vagava uma diocese.

Em suma, a escolha de um bispo, era um processo bastante complexo e dependente de uma pluriarticulado conjunto de factores no qual estavam envolvidas várias pessoas e instituições, mas era ao rei, no limite, que cabia a decisão última.

Política de nomeação, sociologia e carreiras dos bispos lamecenses

Tomando como base o acima exposto, que conseqüências tiveram estes procedimentos na configuração do perfil do episcopado de Lamego, mais especificamente entre a assunção da mitra por D. João de Madureira, em 24 de Janeiro de 1502¹², e o governo de D. Miguel de Portugal, último bispo nomeado antes da *Restauração* de 1640¹³. Trata-se de um universo de doze prelados, conforme o elenco seguinte¹⁴:

¹² Este prelado foi preconizado bispo de Lamego, trasferido do Algarve, por provisão papal desta data, Archivio Segreto Vaticano (ASV), *Arch. Conclst., Acta Camerarii*, vol. 1, fl. 126.

¹³ A preconização de D. Miguel de Portugal ocorreu em 14 de Maio de 1636, ASV, *Arch. Conclst., Acta Camerarii*, vol. 17, fl. 116v. Teria tomado posse, por procurador, em 17 de Outubro deste ano, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 3: *Renascimento I*. Lamego: [s.n.], 1982, p. 81.

¹⁴ Todos os dados utilizados relativos ao episcopologio de Lamego, bem como os referentes aos percursos biográficos dos antístites, doravante aqui analisados, fazem parte de uma base de dados criada

- D. João de Madureira (1502-1513)
- D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1513-1540)
- D. Frei Agostinho Ribeiro (1540-1549)
- D. Manuel de Noronha (1551-1569†)
- D. Manuel de Meneses (1570-1573)
- D. Simão de Sá Pereira (1575-1579)
- D. António Teles de Meneses (1579-1598†)
- D. Martim Afonso de Melo (1599-1613†)
- D. Martim Afonso Mexia (1615-1619)
- D. João de Lencastre (1622-1626†)
- D. João Coutinho (1627-1635)
- D. Miguel de Portugal (1636-1644†)¹⁵.

O primeiro indicador inspeccionado foi o da naturalidade deste conjunto de bispos. Apurou-se um predomínio de prelados nascidos em Lisboa, 5 em 11, correspondentes a 45,4% do universo conhecido, pois permanece ignorado o local de nascimento de um deles (D. João de Madureira). Os restantes distribuem-se por uma grande variedade de proveniências, desde o Funchal, Serpa, Campo Maior, ou cidades de maior dimensão como Évora e Coimbra.

A centralização na capital do processo de eleição episcopal e a sedentarização

pelo autor deste texto, a qual compila informações provenientes de diversas fontes arquivísticas e de bibliotecas, de que destaco o ASV, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), o Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Arquivo do Cabido da Sé de Évora (ACSE) e a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Muitos destes elementos, da maior utilidade, ainda que, por vezes, careçam de indicação rigorosa da fonte original em que foram colhidos, podem encontrar-se em bibliografia já publicada, de que relevo o citado COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 11-104. Igualmente úteis, mas menos exaustivos, os episcopologios de ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...* Vol. 2, p. 630-631; e AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. Jornal do Porto, 1877, p. 70-85.

¹⁵ Referem-se apenas os bispos escolhidos pelos reis de Portugal e confirmados pelo papa. Assim, não se consideram algumas eventuais propostas de nomes que, todavia, jamais foram preconizados pela Santa Sé, e que, equivocadamente, alguns autores consagrados nos anais da história lamecense referiram, como, por exemplo Frei Pedro Aires de Landim ou Frei Roque do Espírito Santo, que Joaquim de Azevedo dá como bispos eleitos de Lamego a seguir a D. Manuel de Noronha, vid. AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 77. Note-se que esta obra, tendo a vantagem de ter sido compilada por alguém que compulsou várias fontes originais, apesar de raramente as explicitar, contém alguns erros, pelo que deve ser seguida com cautela. Dou apenas dois exemplos de erros de facto. Na p. 74, referindo a criação da Inquisição de Lamego, diz que o rei convidou D. Frei Agostinho Ribeiro, em 1541, para a governar, o que é certo. Mas depois diz que a Inquisição de Lamego nunca funcionou, o que é um erro. Existem no ANTT vários processos que confirmam a sua actividade, ver, por exemplo, ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 187 e 5741. Adiante, na p. 83, afirma-se que o D. João de Lencastre tomou posse de Lamego a 7 de Fevereiro de 1622, o que é impossível, pois o bispo só foi preconizado pelo papa a 21 de Junho de 1622, ASV, *Arch. Conclst., Acta Camerarii*, vol. 15, fl. 195.

progressiva da corte régia naquela urbe durante a maior parte do século XVI, ajudam a explicar este predomínio de bispos dali oriundos, como sucedia, aliás, em grande parte das restantes dioceses do reino. Este é, no fundo, mais um traço que evidencia a importância crescente da corte na configuração da vida político-eclesiástica portuguesa moderna.

O segundo critério estudado foi o da idade dos indigitados para a mitra de Lamego, na altura em que foram tornados bispos da diocese. Desconhece-se esse valor em 3 casos (D. João de Madureira, D. Manuel de Meneses e D. Simão de Sá Pereira). Em relação aos outros, destaca-se o facto de se tratar de um conjunto de indivíduos com idade muito madura. Em média tinham cerca de 43 anos quando foram preconizados. O mais novo de todos contava 33 anos na altura da provisão (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos)¹⁶, o mais idoso tinha já 60 (D. Frei Agostinho Ribeiro, o qual, todavia, já fora previamente bispo de Angra, nos Açores)¹⁷. Sinal evidente da opção por indivíduos com provas de serviço já dadas e experiência prévia, que pudessem avaliar bons desempenhos, mas também consequência das imposições colocadas por Roma e, de certo modo, definidas pelo padrão do modelo episcopal tridentino, que determinavam os 30 anos como idade mínima para se aceder ao episcopado.

A origem social deste corpo de prelados constitui o terceiro elemento da sua definição sociológica. Deve sublinhar-se como a esmagadora maioria eram oriundos da nobreza, 11 (91,6%), sendo que destes, 5 (41,6%), eram filhos ou netos de nobreza titulada e alguma cortesã, como, por exemplo, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (o pai dele era D. Afonso de Vasconcelos de

¹⁶ O bispo nasceu em 1480. Em carta dirigida ao papa, o próprio afirmava ter 33 anos de idade no ano de 1513, Arquivo Distrital de Évora (ADEVR), *Enformação de Dom Fernando de Meneses arcebispo de Lisboa para o papa sobre os agravos que dis receber do Cardeal dom Amrique irmão del rei Dom João III*, cód. CIII/2-26, fl. 238v.

¹⁷ A sua idade é referida na carta régia em que o indica ao papa para bispo, em 3 de Agosto de 1540, ver *Corpo diplomático português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o século XVI até aos nossos dias*. Vol. 4. Lisboa: Typ. Academia Real das Sciencias, 1862, p. 322-323.

Meneses, 1º conde de Penela)¹⁸ ou D. Miguel de Portugal (o seu progenitor era D. Luís de Portugal, 4º conde de Vimioso)¹⁹. Somente um dos bispos de Lamego



Fig. 1 – *Selo de chapa de D. Frei Agostinho Ribeiro, 1544 (6 Nov.)* © Arquivo do Museu de Grão Vasco, Docs. Avulsos, Correspondência, nº 80.

tinha origem social mais modesta, tratava-se de D. Martim Afonso Mexia, que não possuía ascendentes nobilitados. E assim era, basicamente, por duas ordens de razões. Por um lado, pelo elevado estatuto da diocese de Lamego e pelas ricas rendas que propiciava aos seus titulares, o que a transformava num privilégio quase exclusivo com que a monarquia remunerava serviços da nobreza. Por outro lado, por causa da capacidade de influência que estas famílias tinham na corte, onde, como vimos, estes lugares eram distribuídos, dada a sua inserção em redes familiares e clientelares cortesãs. Note-se, ainda, que tal como se estipulara em Trento, a maioria destes bispos eram filhos legítimos. Apenas um, D. João de Madureira, obviamente provido antes do Concílio, tinha origem bastarda²⁰.

¹⁸ BNP, BARBOSA, José – *Genealogia episcopal*, cód. 1099, fl. 77v.

¹⁹ BNP, Catálogo dos bispos de Lamego, cód. 49, fl. 124.

²⁰ Confirma-o SOUSA, António Caetano de, vid. BNP, *Catálogo historico das dignidades ecclesiasticas e militares do Reyno de Portugal e suas conquistas...*, cód. 47, fl. 127v.

O quarto vector a considerar é o nível e a área de formação escolar dos antístites, de que não há notícia para três deles (D. João Madureira, D. Frei Agostinho Ribeiro e D. Manuel de Noronha²¹). Um teria aprendido no mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, mas não há memória de que ostentasse estudos universitários (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos)²². A maioria, 8 (66,6%) tinha, portanto, formação académica/escolar superior (6 apresentavam o grau de doutor, 1 de licenciado e outro de bacharel). Era este D. João de Lencastre. E sabia-se bem como em Roma, depois de terminado o Concílio de Trento, se requeria aos candidatos apresentados pelos monarcas para as mitras, que a par com a idade mínima de 30 anos, fossem filhos legítimos, com ordens sacras, licenciados ou doutores em Cânones ou Teologia, de boa vida, e fama impoluta no que a comportamentos morais dizia respeito²³. Por isso, na altura da sua indicação para Lamego, o rei, D. Felipe III, escreveu ao seu embaixador em Roma, constatando como o escolhido não tinha ainda nem o grau de doutor, nem o de licenciado, *“que requiere el sancto Concilio de Trento aun que siendo en ella bachiler formado, se entiene que esta habil y que sin otra aprovacion de la Universidad en que estudio puede ser provehido del obispado. Todavia, en caso que se repare en esto se tenga por necessaria dispensacion hareis de my parte con Su Beatitude Y sus ministros toda la instancia que fuera minister para que tenga por bien de suprir este defecto como se he hecho con muchas personas [...]”*²⁴.

²¹ Todos providos antes de ter terminado o Concílio de Trento, pelo que é de presumir que não tivessem estudos superiores. Eventualmente, D. Frei Agostinho Ribeiro teria alguma preparação obtida no seio da ordem religiosa de que provinha. Já D. Manuel de Noronha, que em 1514 estava em Roma, onde era camarista do Papa, deve ter obtido aí alguma preparação.

²² Di-lo AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 71-72.

²³ Vid. este preceituado em *O sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez*. Vol. 2. Lisboa: Offic. de Simão Thadeo Ferreira, 1786, sessão XXII, decreto de reforma, cap. II, p. 121-123.

²⁴ Archivo General del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación (ACMAE), Archivo de la Embajada de España cerca de La Santa Sede, Legajo 94, fl. 25.



Fig. 2 – *Calvário* (no canto inferior esquerdo, na posição de orante, representa-se o bispo e encomendador da obra D. António Teles de Menezes), Gonçalo Guedes (2^a metade do séc. XVI), Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

De todos os que cursaram estudos superiores, seis (50%) elegeram Cânones, e só 2 (16,6%) Teologia, tendo a maior parte, 7 (58,3%) obtido a sua graduação na Universidade de Coimbra, instituição que teve um peso decisivo na formação académica do episcopado lamecense. Apenas um obteve os graus na Universidade de Salamanca (D. Martim Afonso Mexia)²⁵.

Este padrão sintoniza-se com o perfil requerido por Trento, mas também com as exigências da coroa de um episcopado intelectualmente preparado. Por outro lado, deve destacar-se o facto de a maioria dos prelados terem formação na área de Cânones. Era isso o mais comum nas dioceses do reino, onde se considerava que não havia grandes necessidades de evangelização das populações, que já eram cristãs, tarefa que segundo os padrões do tempo era melhor desempenhado por quem tinha formação em Teologia. Era esta, por conseguinte, a área de onde eram recrutados os prelados que iam para as dioceses do império. Mas não era esse, obviamente, o caso de Lamego.

O quinto traço caracterizador do episcopado é a preponderância esmagadora de clérigos seculares, 11 (91,7%), para apenas 1 (8,3%) regular, todos já presbíteros na altura em que acederam à mitra. A excepção foi D. Frei Agostinho Ribeiro, membro da congregação de S. João Evangelista, também conhecidos por Lóios²⁶. A supremacia de bispos seculares era traço comum à generalidade das dioceses do reino, mas não com um peso tão esmagador como em Lamego. Trata-se, simultaneamente, de mais um elemento denunciador do elevado estatuto da diocese, que tinha por consequência eliminar os membros das ordens regulares, os quais, por norma tinham origens mais humildes na maioria das congregações. E articula-se ainda com a preferência por canonistas para governar esta vasta e rica diocese. É que os regulares, eram esmagadoramente teólogos.

²⁵ Atesta-o uma testemunha do seu processo consistorial, ASV, *Arch. Concist., Processus Consist.*, vol. 5, fl. 380v.

²⁶ Certifica-o o registo da sua preconização, ASV, *Arch. Concist., Acta Misc.*, vol. 7, fl. 298.

Como era expectável, até em função do que ficou dito a propósito dos critérios que conformavam as decisões na escolha dos bispos, estes, no momento em que eram eleitos ostentavam, por norma, uma distinta carreira e serviços abundantes à monarquia e à Igreja. No fundo, eram méritos pessoais e serviços que tinham peso em quem decidia. Foram 5 (41,6%) os que serviram o rei como seus esmoleres, capelães e deões da capela real. O serviço à coroa manifestou-se igualmente através do exercício de funções em tribunais centrais e conselhos da Coroa, como a Mesa da Consciência e Ordens, em que se destacaram 4 (33,3%) dos promovidos ao bispado de Lamego.

Seis (50%), excluindo D. Frei Agostinho Ribeiro, que já foi inquisidor depois de ser nomeado bispo, haviam servido a Inquisição, percentagem que se torna ainda mais significativa se se considerar apenas o período posterior à criação deste tribunal, em 1536. Nesse caso mais de metade dos bispos de Lamego, 6 em 10, estavam ao serviço do Santo Ofício na altura da sua eleição. Este dado precisa de ser realçado, pois se é certo que foi comum em todo o reino a Inquisição servir como uma espécie de viveiro de recrutamento de bispos, sinal do peso que foi adquirindo da Igreja portuguesa, é evidente, no caso de Lamego, a intenção de colocar à cabeça da diocese, uma zona onde a presença de cristãos-novos era muito elevada, prelados da máxima confiança da Inquisição e que pudessem cooperar activamente na perseguição dos judaizantes da região. Conhecem-se, aliás, bispos em quem o inquisidor geral delegou poderes para actuarem autonomamente contra heréticos nos seus auditórios episcopais, como foram os casos de D. Simão de Sá Pereira e D. Manuel de Meneses²⁷. Este chegou, aliás, a ser escolhido pelo cardeal D. Henrique para seu sucessor como inquisidor geral, prova cabal da sua sintonia com os propósitos do Tribunal, e só não foi, porque,

²⁷ Para Sá Pereira, ver, por exemplo, ANTT, Inquisição de Coimbra, proc. 2092; para Manuel de Meneses, ver ANTT, Inquisição de Coimbra, M. 58, nº 3.

entretanto, faleceu na Batalha de Alcácer-Quibir, para onde tinha ido na comitiva de D. Sebastião²⁸.

Cinco (41,6%), desempenharam cargos universitários, como professores, mas sobretudo como reitores: D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, ainda com a Universidade em Lisboa, e D. Frei Agostinho Ribeiro e D. João Coutinho, já com ela em Coimbra²⁹. Trata-se de um quantitativo importante, até por comparação com outras dioceses, e indica que à semelhança do que sucedeu com a do Algarve, era vulgar a monarquia premiar os que eram reitores com a distinção de uma destas duas mitras: Lamego e Faro.

Relevem-se ainda 2 casos (16,6%) de indivíduos com passagem por Roma, ainda que em funções de diferente natureza. Um ao serviço do papa, D. Manuel de Noronha, que em 1514, com apenas 12 anos de idade, já era camarista do papa, que por ele intercedia junto do rei D. Manuel I, pedindo-lhe para o favorecer com a mitra do Funchal quando esta vagasse³⁰. Outro, D. Martim Afonso Mexia, ao serviço do rei D. Felipe III, como seu agente em Roma para os assuntos relacionados com a Igreja portuguesa³¹.

Uma significativa percentagem também tinha usufruído de benefícios em cabidos (7) (58,3%) ou em igrejas paroquiais (6) (50%), denunciando carreiras preparadas desde cedo e segura inserção nas redes clientelares que propiciavam a recepção destes lugares, os quais eram, para a maioria, apenas fontes de receita, pois gente desta estirpe, por norma, não residia nos seus benefícios. A exceção

²⁸ A bula da sua nomeação como coadjutor e futuro sucessor de D. Henrique no cargo de inquisidor geral pode ver-se em ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, liv. 136, fls. 36-38v. Já a notícia da sua morte em Marrocos atesta-se em SOUSA, António Caetano de, vid. BNP, *Catálogo histórico das dignidades eclesíásticas...*, fl. 1v.

²⁹ Para o reitorado de Coutinho, cargo que ostentou quando já era bispo, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 16. Para os de D. Agostinho Ribeiro e D. João Coutinho, vid. RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus reitores: para uma história da instituição*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1990, p. 45 e 92.

³⁰ O breve pelo qual o Sumo Pontífice pede ao rei D. Manuel a mitra do Funchal para D. Manuel de Noronha, e em que o apresenta como seu camarista, está em *Corpo diplomático Português...* Vol. 11, p. 103-104.

³¹ Vid. CASTRO, José de – *Bragança e Miranda (Bispado)*. Vol. 1. Porto: Tip. Porto Mâedico, 1946, p. 296.

teria sido D. Frei Agostinho Ribeiro, que ainda antes de ter ingressado nos Lóios, e como clérigo secular, foi pároco na Ilha do Corvo, nos Açores.

Uma nota ainda sobre a duração dos episcopados e a causa do seu término. Boa parte dos episcopados, 4 (33.3%) foram curtos, isto é, não chegaram a durar mais de 5 anos. Três (25%) demoraram entre 6 e 10 anos e os restantes 5 (41,6%), foram longos, ou seja correspondem a prelados que governaram mais de 10 anos. O mais longevo, durou o impressionante período de cerca de 27 anos e foi protagonizado por D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, mas deve sublinhar-se que isto sucedeu num tempo em que a residência episcopal na sede diocesana era rara. O espólio conhecido de correspondência do bispo para o cabido, revela a sua ausência durante longos períodos, porque estante com a corte em Évora, ou Lisboa, ou ainda passando longas temporadas em Coimbra, onde residia o seu tio e bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida (1482-1543†)³². Os mais curtos com cerca de 3 anos de duração foram os de D Manuel de Meneses e de D. João de Lencastre. Note-se ainda como a maioria destes breves episcopados ocorreram todos maioritariamente no século XVII, numa época em que foi comum a monarquia filipina utilizar uma política constante de transferência de bispos de umas para outras dioceses³³, pelo que se pergunta se este indicador, o qual seguramente também era fruto de algum acaso, não teve um impacto real na capacidade de actuação efectiva dos bispos no governo das dioceses?

E porque é que terminavam os episcopados? Em dois casos, D. João de Madureira e D. Frei Agostinho Ribeiro, foram os próprios prelados a resignar, invocando a sua avançada idade e falta de saúde. A morte significou o fim para 5 (41,6%). Igual contingente deixou de ser bispo de Lamego por transferência para outra diocese, e sempre para bispados mais distintos, com excepção de D. Simão

³² ANTT, Sé de Lamego, Correspondência, M. 1, nº 8 em diante, são algumas dezenas de cartas.

³³ Vid. PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, p. 387-388.



Fig. 3 – Pedra de armas de D. Manuel de Noronha (15551-1569). Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

de Sá Pereira, que foi para o Porto. Dos outros, dois foram promovidos para Coimbra (D. Manuel de Meneses e D. Martim Afonso Mexia), um para Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos e outro para Évora, D. João Coutinho. O que significa que, apesar de tudo o serviço em Lamego podia ser recompensado com a promoção a uma mitra de maior destaque.

Os dados atrás expostos são de grande utilidade para se poder entender melhor como é que estes bispos governaram a sua "esposa" de Lamego. Não é esta, todavia, o momento para compor essa apreciação. Pretende-se, tão só, deixar breves reflexões sobre a matéria.

A primeira para referir o já amplo conjunto de estudos existentes sobre a intervenção do episcopado lamecense no campo artístico, pesquisas que consentem ter uma noção do papel importantíssimo desempenhado na Sé e na cidade, durante os três primeiros quartéis do século XVI, por bispos como D. João de Madureira (1502-1513), e sobretudo D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1513-1540) e D. Manuel de Noronha (1551-1569†)³⁴.

A segunda para, discordando de algumas interpretações já avançadas por M. Gonçalves da Costa, na sua magna *História do bispado e cidade de Lamego*³⁵, propor pistas justificativas do processo de desaceleração e até estiolação do fulgor com que os bispos de Lamego até D. Manuel de Noronha promoveram grandes campanhas artísticas em Lamego. A meu ver isso prendeu-se com um amplo conjunto de razões que, em boa parte, ultrapassaram as intenções e projectos dos próprios titulares das mitras de D. Manuel de Meneses (1570-1573) em diante.

³⁴ Para além dos já citados trabalhos de Joaquim de AZEVEDO e de M. Gonçalves da COSTA, vid. CORREIA, Virgílio – *Artistas de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923 e do mesmo autor *Vasco Fernandes: mestre do retábulo da Sé de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924; SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego. In *PROPAGANDA e poder. Congresso peninsular de História da Arte*. Coord. Marisa COSTA. Lisboa: Colibri, 2001, p. 259-283; e RODRIGUES, Dalila – *Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)*. 2 Vols. Coimbra: [s.n.], 2000 (tese de doutoramento policopiada).

³⁵ Sobre tudo quando afirma, na p. 76 ao falar de D. João Coutinho que o seu governo manteve o “tom gris que caracterizou a época filipina”.

Em primeiro lugar algo que parece óbvio, mas que tem que ser dito. É que estes prelados após o episcopado de D. Manuel de Noronha, devido às inúmeras campanhas efectuadas até então, as quais tanto melhoraram e embelezaram dentro dos padrões da estética gótico-manuelina e renascentista a Sé e a urbe, não tinham grande margem de manobra para continuar a investir nestas áreas. Em segundo lugar, porque alguns dos propósitos determinados pela reforma tridentina da Igreja, obrigavam os bispos que queriam seguir esse modelo, a dedicarem muito maior atenção ao acompanhamento dos fiéis, à catequização, vigilância e instrução do clero paroquial, realização de visitas pastorais pessoalmente, e outras tarefas que não lhes davam azo a tão empenhadas intervenções, como no passado, pelo campo do mecenático artístico. Em terceiro lugar, há que reconhecer que os proventos materiais dos bispos foram-se gradualmente reduzindo em função da política régia de imposição de pensões para alguns dos seus servidores, sobre as rendas das mitras, na altura da nomeação dos novos titulares. Pensões, entre as quais, a partir de 1579, despontava uma precisamente para a Inquisição de Coimbra³⁶. Por último, a já referida política régia de transferência episcopal de dioceses, que se acentuou drasticamente no período filipino, não só encurtou decisivamente a duração dos episcopados, como fazia com que muitos bispos, sabendo que iriam estar transitoriamente na diocese, não quisessem investir esforço e meios financeiros em grandes empresas de que dificilmente viriam a colher frutos.

Assim se percebe melhor o estiolamento mecenático do episcopado lamecense a partir dos finais de Quinhentos, o qual não se pode associar, naturalmente, a qualquer política filipina de desprezo e abandono do reino.

³⁶ Era uma pensão de 200 mil réis, negociada na altura do provimento do bispo D. António Teles de Meneses. A bula está publicada em PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Documentos para a história da Inquisição em Portugal: século XVI*. Lisboa: [s.n.], 1987, p. 121.



Portal (pormenor). Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego

Do *romano* ao *ouro bornido*: a arte na Sé de Lamego entre o Renascimento e o Barroco

Pedro FLOR

O presente capítulo remete-nos para as fontes históricas que nos dão conta de várias campanhas de obras operadas na Sé de Lamego entre os séculos XVI e XVII. Por um lado, a expressão *ao romano* alude às características italianizantes da nova decoração renascentista que dava entrada no discurso decorativo das artes em Portugal desde os finais do século XV. Por outro lado, os termos *ouro bornido* remetem-nos para o douramento próprio dos retábulos de talha seiscentista que embelezavam os altares e instruíam os fiéis de acordo com os propósitos da Igreja contra-reformista. Esta nossa abordagem não pretende esgotar o tema nem tratá-lo de forma exaustiva, considerando o carácter monográfico desta obra. Preferimos antes coligir informação dispersa sobre o tema, sempre que possível numa perspectiva problematizante, trazendo para a discussão novos dados históricos e documentais decorrentes das pesquisas recentemente efectuadas.

Lamego conhecia desde o século XV importante fulgor em termos populacionais e económicos. Para obtermos uma noção exacta dessa importância, bastará verificar os números que nos apontam para um acentuado crescimento demográfico no aro de Lamego, só comparável com a região minhota e com núcleos urbanos tão relevantes como os de Aveiro, Coimbra e Vila Real,

exceptuando por razões óbvias os períodos de despovoamento resultantes, em grande medida, pela recorrência dos ciclos de retracção iniciados no século XIV¹.

O desenvolvimento e a recuperação socioeconómica de Lamego ao longo da centúria de Quatrocentos muito se deveram à existência da antiga feira para onde concorria um número elevado de mercadores oriundos de vários pontos do país e do estrangeiro, bem como ao dinamismo de uma rede de eixos viários de grande importância no contexto ibérico, que aproximava a cidade quer das regiões além-Douro, quer do centro e sul da vizinha Castela. É evidente que do ponto de vista económico e financeiro, a existência de um almoxarifado em Lamego e respectivas comarcas, com o firme propósito de receber as receitas da Coroa e diligenciar as despesas necessárias à gestão e organização do concelho, traduzia, de igual modo, a sua vantagem e influência geo-política na região².

A condição de cidade ostentada por Lamego, que lhe advinha do facto de albergar a sede do bispado, atraía a implantação de instituições religiosas regulares e seculares, sem esquecer nesse contexto a relevância social e económica desempenhada desde muito cedo pela colegiada de Santa Maria de Almacave e pelo mosteiro de S. Francisco³. O interesse que a hierarquia eclesiástica lamecense despertou a partir do século XV nas principais famílias da nobreza portuguesa, de que destacamos os Abreus, os Meneses e, mais tarde, os Coutinhos e os Noronhas, demonstra justamente a importância da diocese⁴.

¹ Vid., por exemplo, AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. Jornal do Porto, 1877; e COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 1: *Idade Média: a mitra e o município*; e Vol. 2: *Idade Média: paróquias e conventos*. Lamego: [s.n.], 1977-1979.

² Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...*; e TAPADINHAS, Maria Albertina Alves – *O almoxarifado de Lamego na Inquirição de D. Duarte: 1433-34*. Viseu: SACRE-Fundação Mariana Seixas, 2007.

³ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *CATEDRAL y ciudad medieval en la Península Ibérica*. Ed. Eduardo CARRERO y Daniel RICO. Murcia: Nausicã, 2005, p. 246-251.

⁴ Vid. OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999; CAMPO, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS, 2004; e SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Projecção cultural do bispado de Lamego. *Beira Alta*. 36-1 (1977) 15-38.

No século XVI, Lamego revelava ser uma cidade numerosa em termos populacionais, tendo Viseu ou Guarda menor número de fogos e habitantes⁵. O poder da Igreja estendia-se pela Beira e Trás-os-Montes, além dos patrimónios particulares de relevo como os das famílias aristocráticas atrás referidas, que dominavam em termos políticos e sociais a cidade e respectivo termo. Seria também na centúria de Quinhentos, ainda que de forma efémera, entre 1541-1547, que Lamego receberia um dos seis tribunais da Inquisição em Portugal, o que reforça o peso institucional do seu episcopado e a relevância espiritual e cultural que a diocese detinha nos meados deste século⁶. Por seu turno, as actividades comerciais, vinícolas e têxteis (algodão, linho e seda) mantinham-se prósperas na região de Lamego, beneficiando do lastro produtivo, cuja origem remontava à Idade Média.

A caracterização dos principais momentos artísticos presentes na Sé de Lamego no período considerado implica obrigatoriamente um conhecimento da actividade mecenática não só dos seus bispos, como também dos agentes sociais mais poderosos do tempo, entre os quais as irmandades e as confrarias ou simples encomendantes que buscavam a salvação da alma através de obras pias e, em simultâneo, desejavam afirmar-se socialmente⁷.

A antiga catedral de Lamego, de fundação românica, da qual resta a torre sul de feição militar, conheceu ao longo da Idade Média várias intervenções que lhe conferiam, no dealbar do século XVI, uma atmosfera comprometida com os

⁵ Vid. ALBUQUERQUE, José de Pina Manique e – *Lamego, raízes históricas*. Lamego: Câmara Municipal, 1986; e DIAS, João José Alves – A população. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Vol. 5: *Portugal: do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Presença, 1999, p. 11-52.

⁶ Vid., por exemplo, FARINHA, Maria do Carmo Dias – *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa: ANTT, 1990; e MATEUS, Susana Bastos – A acção do Santo Ofício sobre a comunidade cristã-nova de Lamego (1541-1544): o caso de Isabel Mende. *Cadernos de Estudos Sefarditas*. 7 (2007) 301-320.

⁷ Vid., por exemplo, CORREIA, Virgílio – *Artistas de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923; e SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego. In *PRÓPAGANDA e poder. Congresso peninsular de História da Arte*. Coord. Marisa COSTA. Lisboa: Colibri, 2001, p. 259-283.

valores arquitectónicos e ornamentais do gótico. Data precisamente do período medieval a construção de um novo claustro, primeiro por ordem de D. Frei Salvado Martins (1331-1349†), prelado franciscano e confessor da Rainha Santa Isabel, e depois a expensas do bispo D. João Vicente (1431-1444), figura destacada da corte de D. Duarte e de D. Afonso V⁸.



Fig. 1 – Sé de Lamego. *Claustro*, Duarte Coelho, 1ª metade do século XVI © LABFOTO–Lamego.

A aparência actual do claustro catedralício revela um acordo planimétrico e estilístico com a teoria arquitectónica do gótico austero de raiz mendicante, muito característico do reinado do Africano (Fig. 1). A sobriedade decorativa e o desenvolvimento de um registo superior não abobadado remetem-nos obrigatoriamente para os espaços claustrais do conhecido Mosteiro da Batalha ou

⁸ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Ed. Magno, 2003, p. 83-92; e COSTA, António Domingues de Sousa – *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV: revisão crítica dos autores: 1394-1463*. Braga: Ed. Franciscana, 1986, p. 185-330. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 3: *Renascimento I*. Lamego: [s.n.], 1982.

do Convento de Santo António do Varatojo (c. Torres Vedras), todos emblemáticos de uma estética da simplicidade e humildade próprias do despojamento mendicante⁹.

No entanto, a intervenção que o claustro lamecense viria a conhecer no século XVI, mais concretamente no tempo de D. Fernando Meneses Coutinho e Vasconcelos (1513-1540) e de D. Manuel de Noronha (1551-1569†), poderá ter modificado o sentido artístico deste espaço, pelo que não conseguimos apurar com certeza como seria toda esta área em meados do século XV. Apesar disso, avançamos que o claustro teria apenas um registo, sendo que a campanha de obras quatrocentista acrescentaria um registo superior nas alas norte e poente.

A título de curiosidade, refira-se que, por esses anos do episcopado de D. João Vicente, vivia um artista de nome Gonçalo de Lamego que, mais tarde, viria a ser nomeado pedreiro e carpinteiro dos reis D. Duarte (1435) e D. Afonso V (1450), benesse não muito vulgar ao tempo¹⁰. A sua associação às obras da Sé de Lamego torna-se impossível de estabelecer, dada a carência documental sobre esta matéria, pelo que fica este pequeníssimo apontamento para futuras indagações. Sabemos, sim, que existia um riquíssimo *retauollo da capella do altar moor da see a qual prata vay dourada em muytas partes de muito ouro* que seria, no início do século XVI, retirado e substituído pelo grandioso retábulo executado pelo conhecido pintor Vasco Fernandes (act. 1501-1542)¹¹.

Com efeito, a partir de 1502, com a tomada de posse da cátedra de Lamego por D. João Camelo de Madureira (1502-1513), outrora bispo do Algarve e personagem influente no círculo régio de D. João II, a Sé conhecerá nova e

⁹ Vid. SILVA, José Custódio Vieira da – *O tardo-gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 41-46.

¹⁰ Vid. *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*. Coord. Francisco Marques de Sousa VITERBO. Vols. 2 e 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904 e 1922, p. 54 e 345-346. O facto de ser mencionado como morador em Montemor-o-Novo pode apenas significar que aí se encontrava ao tempo da concessão dos privilégios reais.

¹¹ Vid. CORREIA, Virgílio – *Vasco Fernandes: mestre do retábulo da Sé de Lamego*. 2ª ed. fac-similada. Coimbra: Inst. de História da Arte, 1992, p. 94-95.

importante campanha de obras de redecoração de alinhamento artístico com as correntes dominantes na Península Ibérica entre o tardo-gótico e o Renascimento. Os trabalhos terão começado desde logo, visto que a documentação regista dois pedreiros, moradores no termo de Lamego, um de nome Simão, com o título de *mestre*, e outro Álvaro Anes, ambos testemunhas num emprazamento do cabido, em 1504¹². A designação de *mestre* aplicada ao primeiro dos pedreiros indicia um estatuto mais elevado que o seu companheiro, pelo que podemos especular acerca das funções desempenhadas por Mestre Simão, sendo provável que este tivesse responsabilidade na condução das obras, considerando os trabalhos de edificação da fachada e de outras empreitadas na Sé. Infelizmente, a documentação não nos permite por ora apurar mais sobre a actividade deste mestre pedreiro.

Além disso, de entre os mestre-de-obras conhecidos e os numerosos oficiais de pedraria activos na viragem do século XV para o XVI, não nos foi possível identificar nenhum Mestre Simão, a menos que se venha a comprovar que o pedreiro Simão Alves, associado a Pero de Trilho, em 1517, nas obras do mosteiro de Santa Maria de Belém, em Lisboa, e um ano mais tarde a Fernando da Formosa, na empreitada do refeitório e do claustro do mesmo cenóbio, seja efectivamente o mesmo. Não nos podemos esquecer que, de acordo com as fontes, outros artistas envolvidos na grande empresa dos Jerónimos em Lisboa estiveram igualmente a laborar nesta campanha de obras patrocinada por D. João Camelo de Madureira, a saber, João Lopes-o-Velho (c. 1480-1556) e João de Pamenes.

Em qualquer dos casos, a avaliar pela mão-de-obra presente e pelo legado artístico remanescente, a empreitada de Lamego deveria obedecer do ponto de vista estilístico ao sabor decorativo do tardo-gótico que bem caracterizou a

¹² Vid. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Sé de Lamego, Liv. 172, fl. 46. Surgem como testemunhas num arrendamento que fez Mem Afonso do Vilar a António Mexia de Lamego da terça parte da renda das obras da Sé. Este documento data de 8 de Maio de 1504, sendo Mestre Simão dado como morador em Figueira, no termo da cidade, e Álvaro Anes morador em Aquemede.

escultura arquitectónica da viragem da centúria. Como bem viu Paulo Pereira, estes mestres biscainhos na sua maioria trabalharam *ó xeito salmantino*, o que equivale a dizer que as obras executadas deixavam transparecer a *aculturação plateresca do Renascimento*, bem ao modo isabelino por via da influência do foco de Burgos e, mais a Sul, do foco de Sevilha. Por coincidência ou não, destes dois centros artísticos, a que se junta os oriundos da região da Galiza (Ourense, por exemplo), saíam vários artistas que, mobilizados pelo surto construtivo operado em Portugal desde o final do reinado de D. João II, parecem ter preferido as nossas paragens, em detrimento dos estaleiros mais importantes da vizinha Espanha, onde a concorrência era mais forte. A viagem das formas fez-se precisamente através da mobilidade dos artistas e artífices que pretendiam os estaleiros mais activos para se fixar, assegurando deste modo a sua subsistência.

Quando, em 1506, o bispo de Lamego D. João Camelo de Madureira acordou a execução do retábulo da capela-mor da Sé com o pintor renascentista Vasco Fernandes, a quem a história viria a apelidar de Grão Vasco, deu-se início à renovação estética do edifício e à introdução de uma nova linguagem artística na cidade de Lamego, antes ainda da intervenção de João Lopes, o Velho¹³.

A encomenda deste retábulo, que demorou cerca de cinco anos a executar, deve ser entendida num contexto mais vasto da redecoração dos interiores goticizantes das sés e das igrejas conventuais de maior importância espiritual e temporal. Na ocasião, foram substituídos os antigos altares de ourivesaria ou de madeira, dando lugar a complexas máquinas retabulares ao modo da Flandres. Na sequência do que acontecera nas catedrais de Évora (1495-1500), de Coimbra (1499-1501) e de Viseu (1501-1506) e do que viria a acontecer na de Braga

¹³ Sobre o pintor Vasco Fernandes, ver no essencial CORREIA, Virgílio – *Vasco Fernandes...*; CASIMIRO, Luís Alberto – Quatro pinturas do retábulo da Sé de Lamego: análise iconográfica e geométrica. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. 2 (2003) 443-472; e RODRIGUES, Dalila – *Grão Vasco*. Lisboa: Alêtheia Ed., 2007. Sobre o retábulo de Lamego, ver mais recentemente SERRÃO, Vítor – A arte da pintura na diocese de Lamego: séculos XVI-XVIII. In *O COMPASSO da terra: a arte enquanto caminho para Deus*. Coord. Nuno RESENDE. Vol. 1. Lamego: Diocese, 2006, p. 67-79.

(c.1509), no mosteiro de S. Francisco de Évora (1508-1511) e na catedral do Funchal (c. 1512), todos estes espaços receberam novos retábulos pintados, exceptuando o caso conimbricense que possui obra de marcenaria e o bracarense que detinha um exemplo de pedraria¹⁴. De resto, as referências à obra retabular recém-colocada no altar-mor da Sé de Viseu, ao longo do contrato estabelecido entre D. João de Madureira e Vasco Fernandes, explicam-se justamente pela competição latente entre dioceses pelas melhores e mais modernas obras, bem como pelos melhores artistas e oficiais do tempo.

Antes do início dos trabalhos, sabemos que o anterior retábulo de prata foi vendido aos ourives Antão Pires e Duarte Rodrigues, acto a que assistiu Vasco Anes, também ele do mesmo ofício, a quem coube a tarefa da pesagem da peça¹⁵.

A empreitada a cargo de Vasco Fernandes, que nos últimos anos habitou a cidade de Lamego para ultimar e supervisionar melhor os trabalhos, previa cerca de vinte tábuas de madeira de castanho, pintadas e enquadradas por fina marcenaria de *boordo de frandes* da responsabilidade dos entalhadores flamengos João de Utreque e Arnao de Carvalho subcontratados para o efeito¹⁶ (Figs. 2 a 6).

¹⁴ Vid. DIAS, Pedro – O brilho do Norte: Portugal e o mundo artístico flamengo, entre o gótico e a renascença. In *O BRILHO do Norte: escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal: época manuelina*. [Catálogo da exposição]. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 25-73; PEREIRA, Fernando António Baptista – *Imagens e histórias de devoção: espaço, tempo e narrativa na pintura portuguesa do Renascimento (1450-1550)*. 2 Vols. Lisboa: [s. n.], 2001 (tese de doutoramento policopiada); e RODRIGUES, Dalila – Os retábulos das catedrais de Viseu e Lamego e da igreja de São Francisco de Évora: uma triangulação polémica. In *PRIMITIVOS Portugueses 1450-1550: o século de Nuno Gonçalves*. [Catálogo da exposição]. Lisboa: MNAA/Athena, 2011, p. 132-155.

¹⁵ Vid. CORREIA, Virgílio – *Vasco Fernandes...*, p. 94-95.

¹⁶ A madeira de castanho foi fornecida pelo carpinteiro André Pires, morador em Lamego, de acordo com o contrato de fornecimento de 20 de Maio de 1506, vid. CORREIA, Virgílio – *Vasco Fernandes...*, p. 96-97. A madeira de carvalho do Báltico (o *bordo* de Flandres) foi empregue apenas na obra de carpintaria de marcenaria, de acordo com os contratos notariais e as análises aos suportes efectuadas por SALGUEIRO, Joana – Estudo técnico e material do suporte dos cinco painéis do retábulo-mor da Sé de Lamego (1506-1511) de Vasco Fernandes. In *MATERIAIS e técnicas de pintores do norte de Portugal* [disponível em http://artes.ucp.pt/citar/mtppnp/vasco_fernandes.php]; e Os regimentos das corporações dos ofícios mecânicos: o caso do retábulo-mor da Sé de Lamego (1506-1511) do pintor português Vasco Fernandes. *Ge-conservación/conservação*. 1 (2010) 85-98. Os trabalhos desenvolvidos por esta autora comprovam que as tábuas foram intervencionadas ao longo dos séculos (entre o XVII e a actualidade), sendo que em tempo indeterminado foram alvo de forte supressão estrutural e pictórica através do corte de alguns desses painéis.



Fig. 2 – *Criação dos Animais*, Vasco Fernandes (1506-1511). Museu de Lamego
© José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 3 – *Anunciação*, Vasco Fernandes (1506-1511). Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 4 – *Visitação*, Vasco Fernandes (1506-1511). Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 5 – *Circuncisão*, Vasco Fernandes (1506-1511). Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 6 – *Apresentação no Templo*, Vasco Fernandes (1506-1511). Museu de Lamego
© José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

Os afazeres duraram desde 1506, data do primeiro contrato estabelecido com Vasco Fernandes, até 1511, momento fixado pelo douramento e pintura por este mestre e um seu colaborador (?) Fernão Eanes de Tomar, do grupo escultórico central em execução por Arnao de Carvalho, em colaboração com o borgonhês Angelo Ravanel, desde 1509¹⁷.

A obra pictórica remanescente acusa um pintor de excelentes recursos ao nível tanto do desenho como da plasticidade emprestada às figuras. As mais recentes análises geométricas, reflectográficas e de laboratório vieram confirmar tais capacidades de Vasco Fernandes e respectiva oficina¹⁸. A ideia de que teria sido apenas Grão Vasco o único responsável por tamanha empreitada não é hoje defendida pela historiografia crítica, opinião que partilhamos dada a natureza do trabalho em regime de estreita parceria que caracteriza toda a pintura dos primitivos portugueses¹⁹.

A imponência da encomenda e a despesa a cargo do bispo D. João de Madureira exigiram cuidados especiais não só por ocasião da programação da empreitada, como também durante o processo da sua execução, na qual o prelado se terá querido fazer representar em atitude de afirmação pessoal. Com efeito, na pintura da *Circuncisão* (Fig. 5), a figura que segura o Menino tem sido identificada como o retrato do encomendador, embora não tenhamos hoje nenhuma iconografia passível de ser comparada para aferir a veracidade desta tese e os exames laboratoriais não revelarem especial cuidado no desenho da face da

¹⁷ Vid. SALGUEIRO, Joana – Os regimentos das corporações dos ofícios mecânicos..., p. 82-89.

¹⁸ Sobre a análise geométrica, vid. CASIMIRO, Luís Alberto – Quatro pinturas do retábulo..., p. 446: “O objectivo do Método Geométrico, é analisar as pinturas de forma a efectuar a leitura do «esquema geométrico de composição» que esteve na génese estrutural da pintura. Este esquema é o resultado da conjugação do delineamento definidor da perspectiva, com outras linhas de força e figuras geométricas utilizadas pelo pintor como apoio de personagens e objectos importantes, com a finalidade de reforçar o significado da mensagem iconográfica. É oportuno salientar que, salvo raras excepções, o traçado regulador que constitui a trama sobre a qual o pintor desenvolveu o seu trabalho permanece totalmente oculto, não só porque estas estruturas eram mantidas em segredo, não sendo divulgadas para fora da oficina, como, também, pelo facto das linhas traçadas irem desaparecendo com a evolução da pintura, tal como os andaimes de uma construção”.

¹⁹ Vid. RODRIGUES, Dalila – *Modos de expressão na pintura portuguesa: o processo criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)*. 2 Vols. Coimbra: [s.n.], 2000 (tese de doutoramento policopiada).

personagem, factos que devem ser tidos em conta na questão da identificação²⁰. Para fazer face a semelhante despesa (484.000 reis), D. João Madureira contraiu um empréstimo junto do influente conde de Marialva, D. Francisco Coutinho. De recordar que este nobre viria a ser o responsável pela fundação do mosteiro franciscano de Santo António de Ferreirim (c. Lamego), onde se fez sepultar, e pela sua dotação com várias obras de arte entre o gosto manuelino e o Renascimento²¹. A circunstância da sua filha D. Guiomar Coutinho se ter casado com o infante D. Fernando, duque da Guarda e filho de D. Manuel I, reforçou o poder e o prestígio da família na região a ponto de ter possibilitado a contratação de mão-de-obra de elevada categoria para a empreitada dos retábulos pintados, como foi o caso dos conhecidos pintores de corte Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes, Garcia Fernandes e Cristóvão de Utreque.

Por motivos que se desconhece, a primeira campanha de obras na Sé de Lamego, talvez dirigida por Mestre Simão, como anteriormente dissemos, terá sofrido algumas interrupções, visto que o andamento dos trabalhos se prolongou. Na verdade, foi apenas no episcopado de D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1513-1540), que se ajustou com o famoso pedreiro João Lopes, o Velho, a conclusão da fachada (onde se incluíam vitrais) que se exigia já ao romano, o que equivale dizer ao gosto clássico de pendor humanista²². Este pedreiro, documentado em Lamego já em 1511, através do emprazamento de um casal que recebera do bispo D. João de Madureira²³, era um artista de enorme valia e reputação, responsável por uma parte relevante dos trabalhos de

²⁰ Vid. FLOR, Pedro – *A arte do retrato em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010, p. 272-273.

²¹ Vid., mais recentemente, SERRÃO, Vítor – *A arte da pintura na diocese de Lamego...*, p. 67-79; e SOALHEIRO, João – *Retábulos do mosteiro de Ferreirim*. In *O COMPASSO da terra: a arte enquanto caminho para Deus*. Coord. Nuno RESENDE. Vol. 1. Lamego: Diocese, 2006, p. 154-157.

²² Vid., por exemplo, COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 441; e SERRÃO, Vítor – *O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho...*, p. 265-271.

²³ ANTT, Sé de Lamego, Liv. 176, s/fl. e fl. 35v.

arquitectura e pedraria ao gosto clássico do norte do país, alguns deles patrocinados por outro prelado e grande mecenas como foi D. Diogo de Sousa, quer enquanto bispo do Porto (1496-1505), quer depois como arcebispo de Braga (1505-1532†), sendo disso exemplo, entre outras, as intervenções realizadas por João Lopes, o Velho, na Sé do Porto e no convento de Vilar de Frades (c. Barcelos)²⁴.

Conclui-se, assim, que João Lopes-o-Velho e seus colaboradores (além dos anteriormente mencionados acrescente-se também João de Vargas), antes de se deslocarem para Lisboa, onde estarão a partir de 1517 nas obras do Mosteiro de Santa Maria de Belém, foram responsáveis pela conclusão da fachada da catedral de Lamego²⁵. A frontaria deste edifício desenvolve-se em dois registos bem distintos, sendo que o primeiro, ao centro, é dominado por um portal em arco apontado, composto de seis arquivoltas assentes em colunelos e bases prismáticas (Fig. 7). Entre as arquivoltas e colunelos, encontramos fina decoração zoomórfica e vegetalista, bem ao gosto da época e também reveladora da formação artística da mão-de-obra por ela responsável. É um vocabulário ornamental a meio caminho entre o manuelino e a primeira renascença, onde o hibridismo das formas e a confluência de correntes plásticas modelam todo o portal (Fig. 8).

A encimá-lo, rasga-se um janelão abatido, enquadrado por um alfiz, ao centro da caixa murária. Todo o corpo central, mais elevado do que os laterais, é delimitado por dois botaréis rematados por pináculos, de acordo com os modelos mais habituais na arquitectura gótica portuguesa. A existência deste

²⁴ Vid. MAURÍCIO, Rui – *O mecenato de D. Diogo de Sousa arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitectura*. 2 Vols. Leiria: Magno Ed., 2000.

²⁵ Vid. CORREIA, Virgílio – *As obras de Santa Maria de Belém de 1514 a 1519*. Lisboa: Tip. do Anuário Comercial, 1922; DIAS, Pedro – *Os portais manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos*. Coimbra: Instituto de História da Arte, 1993; e OLIVEIRA, Lina – O claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém: da fundação ao século XVIII e anexos documentais. In *Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação do claustro*. Coord. Miguel SOROMENHO, Luís Soromenho MARREIROS e Maria CORTESÃO. Lisboa: IPPAR, cop. 2006, p. 21-57 e 219-291.



Fig. 7 – Sé de Lamego. *Fachada*, João Lopes-o-Velho, 1511-1527 © LABFOTO-Lamego.



Fig. 8 – Sé de Lamego. *Pórtico* (pormenor), João Lopes-o-Velho, 1511-1527 © LABFOTO-Lamego.

enorme janelão sobre o pórtico de entrada deve encontrar justificação no facto do projecto do bispo D. Fernando de Meneses Coutinho prever a inclusão de um coro alto que, assim, obteria a iluminação necessária para a sua utilização, além de permitir maior entrada de luz em toda a igreja. O pagamento efectuado para a realização de duas escadas para o coro, obra que custou mais do que 250.000 reais revela bem as intenções do prelado.

As obras da fachada da Sé prosseguiram e apenas se deram por concluídas nos meados da década de vinte (1526/27), época coincidente com a colocação das novas portas de autoria do entalhador Arnao de Carvalho, *bem lauradas com aluguaa booa obra grossa de Romano feyta na mesma madeira*. Infelizmente, não é possível determinar a extensão da intervenção de João de Utreque, habitual colaborador/parceiro de Arnao de Carvalhor e regressado a Lamego após passagem pelo estaleiro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1523), na empreitada da porta da Sé²⁶. Fica, no entanto, mais este pequeno registo biográfico que por vezes tem escapado aos interessados nesta matéria.

Por estes anos, o bispo D. Fernando de Meneses Coutinho encomendaria também um cadeiral entalhado e decorado *ao romano* que serviria no coro alto, conforme as exigências da época, recorrendo novamente aos carpinteiros de marcenaria que tinham colaborado noutras ocasiões com o cabido lamecense.

Os autores que se têm debruçado sobre as campanhas de obras deste primeiro terço do século XVI elencam usualmente um conjunto considerável de artistas activos na cidade e arredores (Ferreirim, S. Martinho de Cambres, Malpartida, Valdigem, Armamar, S. Pedro de Gosende, Aldeia da Ponte), dos quais destacamos Gonçalo Rei, João de la Vega, João Bravo, Pero Sanchez, João Rodrigues, João de Utreque, Arnao de Carvalho e, anos mais tarde, Pero Garcia, Bastião Afonso, Cristóvão de Figueiredo, Rui Fernandes, Fernão Esteves e

²⁶ Vid. CORREIA, Virgílio – *Vasco Fernandes...*, p. 130.

Duarte Coelho²⁷. A presença avultada de artistas a laborar na região atesta bem as oportunidades de trabalho existentes e as condições mecenas favoráveis para o estabelecimento de oficinas numa relação equilibrada entre oferta e procura. A proximidade de institutos religiosos de prestígio, como são exemplo os mosteiros de Santo António de Ferreirim e de S. João de Tarouca, a influência na região de famílias aristocráticas abonadas, sem esquecer a presença assídua de elementos ligados à Casa real na hierarquia da diocese, constituíram importantes motivos de atracção artística de focos tão relevantes como Viseu, Tomar, Coimbra e Lisboa.

A toda esta movimentação de artistas e obras em torno da Sé e cabido lamecenses, não foram alheios nem o perfil humanista do poderoso D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, nem a longevidade do seu episcopado, que se estendeu por vinte e sete anos, sendo o mais longo que a diocese de Lamego conheceria entre os séculos XVI e XVIII²⁸. O percurso e a formação cultural deste prelado, a relação que mantinha com a coroa mercê do lugar de deão da capela real do Paço da Ribeira e o elevado grau de erudição artística, bem patente na encomenda do singular ciclo fresquista da igreja de Santa Leocádia (c. Chaves), de que fora abade, afiguram-se como argumentos suficientes para justificar a preponderância exercida, e por maioria de razão, na diocese onde, desde 1513 e até 1540, cumpriu o seu múnus episcopal²⁹. Recorde-se que, recentemente, ficou comprovado o cuidado que este prelado colocou na selecção da oficina que incumbiu de realizar os frescos em Santa Leocádia, contratando para o efeito um pintor, activo em Coimbra nos finais do século XV e primeiro terço do século

²⁷ Vid. SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho..., p. 266-277; e MOREIRA, Rafael – História de uma colecção. In *TAPEÇARIAS flamengas do Museu de Lamego*. Lisboa: IPM, 2005, p. 151-171.

²⁸ Vid. PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do império 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 581.

²⁹ Vid. SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho..., p. 259-261; CAETANO, Joaquim Inácio – *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Aparição, cop. 2001, p. 41 e 69-73.

XVI, responsável pela execução de importantes retábulos como, o do mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra (hoje no Museu Nacional Machado de Castro e dado durante muito tempo a um incerto Mestre Ylarius) e o retábulo dito de São Simão, outrora no mosteiro dominicano de Jesus de Aveiro e hoje no principal museu desta cidade³⁰.



Fig. 9 – Sé de Lamego. *Claustro*, Duarte Coelho, 1ª metade do século XVI © LABFOTO–Lamego.

A acção mecenática do bispo D. Fernando de Meneses Coutinho não se fez sentir apenas na igreja e seu recheio artístico. A (re)construção do claustro, sem esquecer as modificações introduzidas no paço episcopal, contíguo à Sé, insere-se precisamente no contexto de várias obras ordenadas, todas de sabor clássico, recorrendo desta vez ao pedreiro lamecense Duarte Coelho³¹ (Fig. 9). Estas

³⁰ Vid. CAETANO, Joaquim Inácio – *Motivos decorativos de estampilha na pintura a fresco dos séculos XV e XVI no norte de Portugal: relações entre pintura mural e de cavelete*. Lisboa: [s.n.], 2010, p. 141-149 (tese de doutoramento policopiada).

³¹ Segundo Francisco de Sousa Viterbo, Duarte Coelho era residente em Lamego e bom mestre de pedraria, realizando várias obras na Sé e em outras igrejas da diocese (capela de Almendra), vid. *Dicionário histórico e documental dos architectos* ..., p. 540.

alterações operadas tanto na catedral como no paço explicam-se à luz de um forte sentido de afirmação do poder espiritual e temporal na diocese, que encontram, talvez, o seu maior esplendor na encomenda das seis célebres tapeçarias de Bruxelas, hoje no Museu de Lamego (Fig. 10). A série adquirida em 1535, não tem datação exacta e o momento da execução deve ser encontrado antes de 1528, data da promulgação do édito que obrigava a colocação da marca de Bruxelas nas cercaduras das tapeçarias, o que não ocorre no exemplo de Lamego. Os cartões que estiveram subjacentes à realização desta magnífica série serão certamente do reputado pintor e desenhador Bernard Van Orley (c. 1490-1541)³².

Digna ainda de menção é a pintura, muito deteriorada, de uma *Lamentação sobre o corpo de Cristo* (c. 1535?), redescoberta há uns anos por Vítor Serrão no coro alto da Sé de Lamego³³ (Fig. 11). Trata-se de um belíssimo exemplo devedor da estética ferreirinesca, onde o seguro reconhecimento das mãos dominantes dessa parceria está ainda longe de ser conseguida, pesem embora os esforços continuados nesse sentido³⁴. Os designados Mestres de Ferreirim (os já aludidos Gregório Lopes, Garcia Fernandes, Cristóvão de Figueiredo e Cristóvão de Utreque mantêm esta designação de conveniência por justamente se tornar muito difícil a sua identificação inequívoca. Se é certo que em tábuas concretas é possível vislumbrar com maior segurança ora o pincel de Fernandes, ora a maneira de Lopes ou até de Figueiredo, o mesmo não acontece com o ainda enigmático Cristóvão de Utreque (familiar do marceneiro de carpintaria João de Utreque?), cuja identidade artística permanece ainda no desconhecimento³⁵.

³² Vid. QUINA, Maria Antónia – O núcleo de tapeçarias flamengas do Museu de Lamego. In *TAPEÇARIAS flamengas do Museu de Lamego...*, p. 11-145.

³³ Vid. SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho..., p. 272-277; e *Lamentação sobre o corpo de Cristo*. In *O COMPASSO da terra: a arte enquanto caminho para Deus*. Coord. Nuno RESENDE. Vol. 1. Lamego: Diocese, 2006, p. 148-152.

³⁴ Ainda recentemente, Joaquim Oliveira Caetano regressava a esta questão e debatia-a no livro que acompanhou a exposição *Primitivos Portugueses (1450-1550): o século de Nuno Gonçalves*, de 2010, nomeadamente nas p. 200-227.

³⁵ Vid. Joaquim Oliveira Caetano – A grande oficina. In *Primitivos Portugueses 1450-1550...*, p. 205-213.

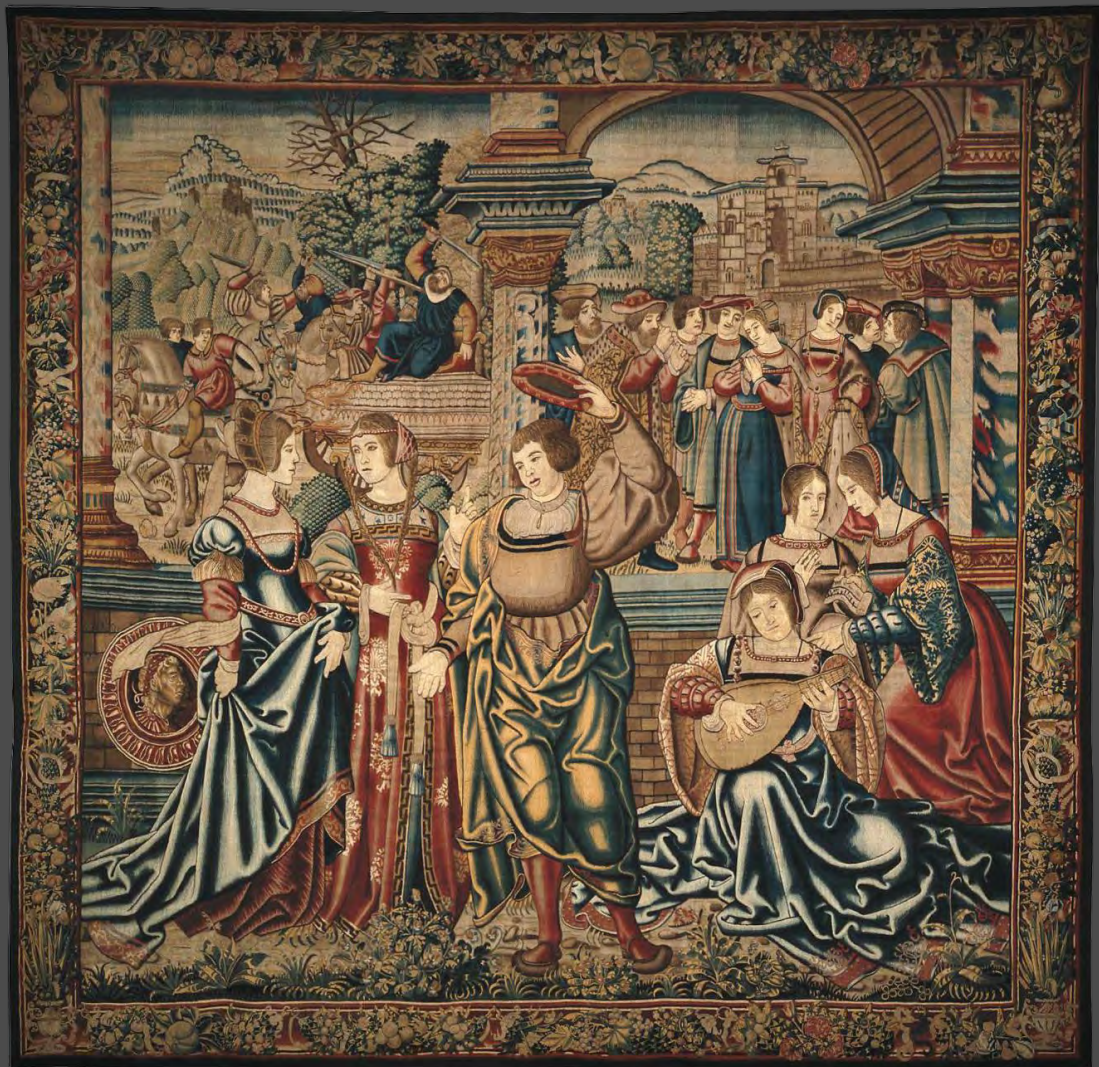


Fig. 10 – *Édipo em Tebas*, Bernard van Orley, autor do debuxo (1525-1530). Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 11 – *Lamentação sobre o corpo de Cristo*, anónimo (c. 1535?). Sé de Lamego © UCP/Escola das Artes.

No estudo anteriormente citado de Vítor Serrão, este autor procura encontrar nesta tábua lamecense, embora com enunciadas reservas, a arte de Utreque, seguindo um critério de exclusão de partes que, por vezes, tem resultado na identificação dos artistas e que neste caso, em nossa opinião, talvez não seja aplicável³⁶. Trabalhos mais recentes dedicados ao problema demonstram afinal uma enorme incerteza quanto à determinação exacta do estilo de Cristóvão de Utreque. Este mestre bem pode ser o artista dominante e responsável pelas séries do Museu de São Roque, do Museu Leonel Trindade de Torres Vedras, do Museu Carlos Machado de Ponta Delgada ou ainda de Enxara do Bispo (c. Mafra), tal como aventou e agrupou Fernando António Baptista Pereira, baseando-se na leitura de uma controversa assinatura presente num dos painéis da série do museu lisboeta³⁷. No entanto, os exames laboratoriais e o confronto dos resultados, em concordância com uma competente pesquisa de arquivo, como revela Anísio Miguel de Sousa Saraiva, poderão trazer novos dados a uma problemática que está longe de ser resolvida³⁸.

Qualquer que seja a autoria da tábua de Lamego, ainda a necessitar de um estudo integrado de laboratório, estamos sem margem para dúvida perante uma pintura de enorme valia plástica, acusando um artista (ou mais) de óptimos

³⁶ Vid. SERRÃO, Vítor – O bispo D. Fernando de Meneses..., p. 277-281.

³⁷ Vid. PEREIRA, Fernando António Baptista – *Imagens e histórias de devoção...*, p. 402-412.

³⁸ Uma primeira contribuição proveniente da investigação arquivística foi-nos apresentada por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, que avança a hipótese deste retábulo poder resultar da encomenda do bispo D. Frei Agostinho Ribeiro (1540-1549). Através da identificação da impressão sigilar deste prelado, num documento de 1544 (6 Nov.) existente no Arquivo do Museu de Grão Vasco (AMGV), DA/COR/80 (vid. *Catálogo do Arquivo do Museu de Grão Vasco: I*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Viseu: IMC, 2007 [em suporte DVD]). Como este autor indica, o campo do selo deste prelado é preenchido pelo seu escudo de armas compostas pelos cravos da Paixão, elemento que tem particular destaque na pintura *Lamentação sobre o corpo de Cristo*, onde são exibidos por José de Arimateia. Se aceitarmos a cronologia até agora proposta por Vítor Serrão, somos forçados a abandonar esta hipótese dada a coincidência com o governo de D. Fernando de Meneses Coutinho. No entanto, caso se comprove que a data do retábulo é posterior e que, portanto, coincide com os anos de episcopado de D. Frei Agostinho Ribeiro, teremos aqui um elemento iconográfico preciso que pode, efectivamente, associar a obra ao seu respectivo mecenas.

recursos gráficos, a saber compor as figuras no espaço e a utilizar a vibração cromática como modo de exprimir carnações e volumes.

O período que mediou o final do episcopado de D. Fernando de Meneses Coutinho em Lamego, antes da sua promoção a arcebispo de Lisboa, e o início do governo do seu sucessor D. Frei Agostinho Ribeiro (1540-1549), parece estar assim marcado por um certo vazio artístico, de resto bem notado pelos autores consultados³⁹, coincidente, como já referimos, com o estabelecimento do tribunal da Inquisição em Lamego, que viria a funcionar não mais do que meia dúzia de anos. No entanto, a documentação deste período não deixa de registar a presença de vários artistas e artífices a habitar a cidade, designadamente aqueles que foram associados ou denunciados em queixas ou processos inquisitoriais⁴⁰. Uma primeira leitura dessa documentação revela-nos nomes, como os de Gonçalo Luís, Pero Roiz, Gaspar Luís, Francisco Nunes, Diogo Roiz, Bartolomeu Fernandes, João Fernandes e Luís de Cáceres carpinteiros, Cristóvão Fernandes, Lourenço Rodrigues serralheiros, Francisco Fernandes ourives e, por último, Pero Anes pedreiro.

Infelizmente, nenhum destes registos nos aponta para qualquer execução de obra artística relacionada com a ornamentação da Sé de Lamego. A sua presença não deixa de ser significativa e indicia pelo menos uma cidade fértil na encomenda artística. Não sabemos tão pouco se tais carpinteiros, por exemplo, eram apenas oficiais de carpintaria ou se desempenhavam também funções de marcenaria, dado que a expressão no século XVI nem sempre foi utilizada de modo uniforme. Só novos estudos empreendidos às igrejas, capelas e casas senhoriais da região poderão trazer nova luz sobre esta questão.

³⁹ Vid. MOREIRA, Rafael – História de uma coleção..., p. 164: “D. Agostinho Ribeiro (1540-1549) é, de facto, a sua antítese: o bispo da pobreza material, da renúncia e humildade. (...) Ele representa antes, a reacção do espírito chão da Contra-Reforma à excessiva pompa mundana do fidalgo Meneses e Vasconcelos, que seria mesmo acusado de levar vida dissoluta”.

⁴⁰ ANTT, Inquisição de Lamego, Livro de Denúncias, nº 1.



Fig. 12 – Sé de Lamego. *Capela de São Nicolau* (claustro), 1ª metade do século XVI © LABFOTO–Lamego.

Em contraste, voltaremos a ver em D. Manuel de Noronha (1551-1569†) a figura de um activo encomendante. A partir de 1553, a catedral lamecense foi dotada de mais duas capelas claustrais, dedicadas a Santo António e São Nicolau, sob responsabilidade do pedreiro João do Rêgo (Fig. 12), dando, assim, uma certa continuidade às empresas anteriormente lideradas por D. Fernando Meneses Coutinho⁴¹. De acordo com a tradição, atribui-se a D. Manuel de Noronha a oferta de uma imagem de vulto vinda de Roma, que esteve no altar da Sé dedicado a Nossa Senhora do Rosário, situado no lado da Epístola, e que cremos hoje desaparecida. É também durante o governo deste bispo-mecenas que a catedral receberá em 1555, junto do altar do Santíssimo Sacramento, um retábulo pintado por Simão Antunes para ornamento à sepultura do licenciado Jorge de

⁴¹ Vid. *Dicionário histórico e documental dos architectos ...*, p. 542.

Anreade e sua mulher Leonor Nunes, onde estes surgiam como doadores seguindo uma tipologia comum ao tempo⁴².

Considerando o último quartel do século XVI, saliente-se ainda a acção mecénica do bispo D. António Teles de Meneses (1579-1598†), de quem nos chegou um belíssimo retrato proveniente da igreja do mosteiro das Chagas de Lamego, hoje à guarda da Santa Casa da Misericórdia local (Fig. 13), bem como um outro retrato integrado num *Calvário*, procedente do mesmo cenóbio e que hoje integra o acervo do Museu de Lamego. Vítor Serrão tem defendido a atribuição desse retrato ao pintor Gonçalo Guedes, protegido deste antíste e activo entre os anos de 1589 e 1595. A austeridade do modelo que nos surge despojado de sinais ostensivos de poder ou de riqueza (se exceptuarmos a cruz peitoral reluzente e um anel de rubi) remete-nos para o recato e o decoro tridentinos então exigidos no uso da imagem individual. Por esses anos, estiveram por Lamego ou trabalharam para a cidade pintores como Simão Antunes (1561-1574) ou António Leitão (act. 1565-1571), este último, importante artista que estadeou em Itália a expensas da infanta D. Maria, que o tinha como criado, promovendo em Portugal a disseminação da iconografia tridentina e os modelos maneiristas em voga, de que é bom exemplo o painel da Misericórdia lamecense⁴³.

A visita a Antuérpia, onde viria a contrair matrimónio, constituiu certamente uma etapa relevante na formação artística do pintor António Leitão. A obra que deixou na Misericórdia de Lamego, bem estudada em trabalho recente por Vítor Serrão, *atesta as qualidades e pessoalismos do artista, senhor de um estilo muito*

⁴² Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 452-452; QUEIRÓS, Carla Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional: 1680-1780*. Lamego: Câmara Municipal, 2002, p. 637-638; e FLOR, Pedro – *A arte do retrato em Portugal...*, p. 93-95.

⁴³ Vid., por exemplo, CORREIA, Virgílio – *Artistas de Lamego...*, p. 26-28; ALBUQUERQUE, Maria Beatriz – *A visitação da capela de Santana (Cepões, Lamego) na pintura maneirista da Beira Alta*. 2 Vols. Lisboa: [s.n.], 2002 (tese de mestrado policopiada); e *Visitação*. In *O COMPASSO da terra...* Vol. 1, p. 160-163. Sobre o ambiente da pintura maneirista na região de Lamego, vid. SERRÃO, Vítor – *A arte da pintura na diocese de Lamego...*, p. 72-74.



Fig. 13 – Retrato do bispo D. António Teles de Meneses, Gonçalo Guedes (2ª metade do séc. XVI). Santa Casa da Misericórdia de Lamego © LABFOTO–Lamego.

*inquieta e indisciplinado, cheio de caprichos e ousadias formais, típicas de um maneirista de cultura internacional*⁴⁴. A casa que possuía junto da Sé, onde convivía com este outro pintor Domingos Pinheiro, pronuncia a actividade do artista que, no entanto, não sabemos ter executado qualquer obra sob o patrocínio dos prelados ou do cabido catedralício de Lamego⁴⁵.

No dealbar do século XVII, em época ainda profundamente marcada pela cultura visual dimanada de Trento, que viria a dominar a estética e a iconografia das artes em Portugal por mais algumas décadas, a catedral lamecense mantinha a feição clássica de sabor renascentista, conferida no século anterior pelos bispos D. Fernando Meneses Coutinho e Vasconcelos e D. Manuel de Noronha. No altar-mor, o impressionante retábulo de Vasco Fernandes e Arnao de Carvalho concedia ainda ao templo a majestade e a narratividade necessárias à prédica contra-reformista em voga. Os altares laterais, os espaços no claustro e o adjacente paço episcopal emprestavam a toda a envolvente interior e exterior a expressão dos cânones clássicos de uma renascença fortemente enraizada, que convivera durante alguns anos com os últimos tempos do gótico tardio.

O interior da igreja parece não ter recebido grandes obras ou modificações durante a primeira metade do século XVII, o que significa que o seu programa iconográfico e decorativo servia na perfeição aos objectivos de catequese e de propaganda religiosa delineados pelos bispos e pelo cabido. Exceptua-se neste contexto a episódica encomenda da *Assunção e Coroação da Virgem* (Fig. 14) atribuída ao conhecido pintor lisboeta (de ascendência lamecense) André Reinoso

⁴⁴ Vid. SERRÃO, Vítor – Ecumenismo imagético e trans-contextualidade na arte portuguesa do século XVI: representações de asiáticos numa ignorada pintura de António Leitão. In *A IMAGÉTICA de uma nova humanidade: representações e construções identitárias no tempo e no espaço*. [Actas do encontro internacional. Coord. Maria Leonor Garcia da CRUZ. Lisboa, 2009] (no prelo).

⁴⁵ Outro pintor activo em Lamego, na transição da centúria de Quinhentos, é António Vieira (1592-1642), artista formado na órbita do conhecido pintor Gregório Antunes de Lisboa. As obras que porventura terá deixado na cidade não são por nós conhecidas, sendo que o artista se torna por isso numa referência documental sem qualquer obra atribuível. Vid. SERRÃO, Vítor – *A pintura protobarroca em Portugal*. Vol. 2. Coimbra: [s.n.], 1992, p. 441-457 (tese de doutoramento, policopiada).



Fig. 14 – *Assunção e Coroação da Virgem*, André Reinoso (1º terço do séc. XVII). Sé de Lamego © Diocese de Lamego/Kymagem.

(act. 1610-1648), figura dominante do protobarroco de cariz naturalista no nosso país⁴⁶, tal como a encomenda efectuada por D. Martim Afonso Mexia (1615-1619) a este mesmo pintor, de painéis retabulares destinados a uma das capelas do paço episcopal. Em evidente contraste com a acção mecenática destes seus antecessores encontra-se a actuação de D. João de Lencastre (1622-1626†), D. João Coutinho (1627-1635) e D. Miguel de Portugal (1636-1644†), talvez desmobilizados pelo facto da diocese de Lamego ter perdido alguma da sua importância em termos económicos e culturais, mercê não só da escassez de meios financeiros que grassava no interior do país, mas também das contingências da monarquia dual sentidas desde 1580 e do alargado período de vacância vivido na Sé, desde 1644 até ao início da década de 70 de Seiscentos⁴⁷.

A este contexto de ausência de intervenções de vulto em Lamego, acrescentamos ainda a intervenção realizada pelo cabido da catedral no retábulo da capela-mor, anos antes da nomeação de D. Luís de Sousa (1670-1677) pôr termo ao longo período de vacância da cátedra de Lamego, com a justificação do retábulo ser obra muito antiga e necessitar de reparo⁴⁸. Só mais tarde, em data ainda incerta mas que provavelmente corresponderá ao segundo quartel do século XVIII, o valioso retábulo de Vasco Fernandes viria a ser apeado para ser exposto na sala capitular da Sé de onde acabou por ser transferido em parte para o paço episcopal e, em 1917, incorporado na colecção do Museu de Lamego, quando este foi criado e instalado no mesmo edifício⁴⁹.

⁴⁶ Vid. SERRÃO, Vítor – *A pintura protobarroca em Portugal (1612-1657): o triunfo do naturalismo e do tenebrismo*. Lisboa: Colibri, 1999, p. 382-388; e Assunção e coroação da Virgem. In *O COMPASSO da terra...* Vol. 1, p. 168-169.

⁴⁷ A respeito da figura de D. Miguel, note-se que foi responsável pela actualização das constituições sinodais do bispado, embora só publicadas anos mais tarde por D. Frei Luís da Silva. Vid. VALE, Teresa Leonor – *Escultura italiana em Portugal no século XVII*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 10-17.

⁴⁸ Vid. QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – A evolução estilística dos retabulos de talha dourada nas igrejas matrizes dos arcebispos de Lamego e Tarouca. In *O COMPASSO da terra...* Vol. 1, p. 81-93.

⁴⁹ Vid. SALGUEIRO, Joana – Levantamento do estado de conservação do suporte dos cinco painéis do retábulo-mor da Sé de Lamego (1506-1511) de Vasco Fernandes. In *MATERIAIS e técnicas...* [disponível em http://artes.ucp.pt/citar/mtnp/vasco_fernandes.php].

Há notícia de que esses trabalhos operados pelo cabido, que hoje apelidaríamos de conservação e restauro, decorreram no ano de 1656, data da pintura e douramento do retábulo de Vasco Fernandes pelo pintor dourador Pedro Cardoso de Faria, artista referido como habitante na cidade de Lamego, seguindo *as trasas e rascunhos que fez Antonio de Almeida de Gouvea e dos apontamentos feitos pelo dito Pedro Cardozo ao pe da mesma trasa escolhida pelo reverendo Cabido*⁵⁰.

Ao contrário do que seria expectável de uma figura como D. Luís de Sousa, personagem influente na esfera política e eclesiástica da corte de D. Pedro II, mais tarde promovido a arcebispo de Braga e a embaixador extraordinário de Portugal em Roma junto do papa Inocêncio XI, este bispo não deixou nenhuma marca pessoal na Sé de Lamego⁵¹. O acontecimento mais relevante que com ele se relaciona prende-se com o restabelecimento da intervenção da diocese no contexto religioso da área geográfica da sua jurisdição através de visitas⁵².

Será apenas com o seu sucessor, D. Frei Luís da Silva (1677-1685), que o complexo catedralício voltará a assistir a importantes encomendas artísticas, quer na igreja, quer no claustro adjacente. Além de novas obras empreendidas no paço episcopal e da publicação das renovadas Constituições Sinodais, outrora propostas por D. Miguel de Portugal, este prelado ordenou em 1681, entre outras, a decoração e construção *primis fundamentis* da capela da Sé do Santíssimo Sacramento (ou do Senhor), junto do cruzeiro, no lado da Epístola⁵³. Para esta

⁵⁰ Vid. QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional: 1680-1780*. Lamego: Câmara Municipal, 2002, p. 639-642. A autora procede a nova leitura e transcrição integral do documento que fora publicado por ALVES, Alexandre – *Artistas e artífices nas dioceses de Lamego e Viseu. Beira Alta*. 38-4 (1979) 707-709. Acrescente-se ainda que este pintor Pedro Cardoso de Faria é referenciado como responsável pelo douramento e estofo do altar de S. Bento da Sé, obra encomendada pelo cônego António da Fonseca Cabral em 1670, conforme fica explícito no trabalho de Carla Sofia Ferreira Queirós que temos vindo a seguir.

⁵¹ Vid. VALE, Teresa Leonor – *Escultura italiana em Portugal...*, p. 68-72 e 163-172; e SERRÃO, Vítor – Retrato de D. Luís de Sousa e entrega por Inocêncio XI a D. Luís de Sousa do breve papal para a capela do Calhariz. In *UMA FAMÍLIA de colecionadores: poder e cultura: antiga coleção Palmela*. Coord. Maria MATOS. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, p. 128-129 e 130-131.

⁵² Vid., por exemplo, AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica...*, p. 90-99.

⁵³ Vid. QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego...*, p. 643-646.

empreitada contou com a arte do mestre de pedraria Manuel Rodrigues, morador em Fafel, no arrabalde cidade. Por estes anos, procedia-se igualmente à construção de um novo retábulo para a capela claustral de São Nicolau, cujo trabalho foi entregue pelo seu administrador D. António Furtado da Silva e pelo arcediogo do Côa ao pintor e dourador lamecense António Ferreira Meireles⁵⁴. Eram também os tempos da generalização decorativa por todo o país dos altares de talha barroca ao estilo nacional, numa primeira fase, e joanino, numa segunda fase, não constituindo a Sé de Lamego excepção.

Para trás ficara a maneira *ao romano*. O *ouro bornido* dominava assim nos interiores dos templos, consideráveis parcelas de caixa murária em altares profusamente decorados com *putti* e elementos vegetalistas de iconografia diversa, associada a temas eucarísticos ou à paixão e ressurreição de Cristo⁵⁵. O fervor religioso de uma sociedade devota e crente permanecia ávida de um discurso ornamental e estético que convidasse à reflexão interior e ao entendimento da mensagem católica através da imagem.

A Sé de Lamego ostenta hoje parte desse esplendor da talha, de colunas torsas e enrolamentos florais, sendo a maioria dos exemplos nos remete já para o século XVIII, quase todos datáveis do segundo e terceiro quartéis da centúria (Fig. 15). Os bispos que se sucederam à frente dos destinos da diocese, D. José de Meneses (1685-1692), D. António de Vasconcelos e Sousa (1692-1705) e D. Tomás de Almeida (1706-1709), mais tarde elevado a patriarca de Lisboa, não efectuaram obras de grande monta, concordando genericamente com o discurso plástico que já vigorava em Lamego e no resto do país, de um barroco a caminho da ambicionada (?) italianização plena, experimentada no tempo de D. João V.

⁵⁴ Vid. QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego...*, p. 647-649.

⁵⁵ Vid., por exemplo, FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego*. Vol. 1. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 127-132 (tese de mestrado policopiada); e FERREIRA, Sílvia – *A talha: esplendores de um passado ainda presente (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Nova Terra, 2008, p. 38-48.



Fig. 15 – Sé de Lamego. Retábulo da capela de Santo António (claustro), 1º quartel do século XVIII
© LABFOTO–Lamego.

Foi justamente durante o reinado do Magnífico que a utilização amiúde da talha dourada, como meio privilegiado de doutrinação e de adorno dos interiores das capelas e altares que bordejam a catedral, viria a culminar na decisão de renovação do templo, a partir de 1723. É a época da implementação de complexos programas artísticos de arte total, onde a talha dialoga iconologicamente com a azulejaria, a obra de pedraria escultórica e a prédica do clero, numa sintonia alinhada com os valores da fé católica⁵⁶.

Nicolau Nasoni (1691-1773), versátil artista do barroco português, será o principal protagonista deste novo movimento estético na Sé de Lamego, responsável pela decoração fresquista perspectivada de falsas arquitecturas, que reflecte a teatralidade e a exuberância inerentes ao estilo do tempo, onde a citação de modelos de Antonio Tempesta (1555-1630) comprova a erudição do mestre⁵⁷. Um mestre incontornável no contexto cultural e artístico de Lamego durante o período do Barroco.

⁵⁶ A arte da azulejaria na Sé de Lamego não é abundante como em outros templos catedralícios. No caso lamecense, destaquem-se os painéis dedicados a S. Nicolau de Bari (c. 1720), na capela de São João Baptista do claustro, de autoria atribuída a Policarpo de Oliveira Bernardes (1695-1778), um dos mestres mais relevantes do primeiro quartel do século XVIII no que à pintura de azulejo diz respeito. Vid. SIMÕES, João Miguel dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa: FCG, 1979, p. 119-120; e ALMEIDA, Patrícia Roque – Azulejos. In *O COMPASSO da terra...* Vol. 1, p. 236-237.

⁵⁷ Vid. MELO, Magno Morais – *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*. Lisboa: Estampa, 1998. Sobre Nasoni e o programa artístico do tecto da Sé, vid. mais recentemente FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni...*, p. 105-108 e 133-135.

A Marca de Trento



Vista do coro alto. Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego



Arco cruzeiro. Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego

Um patriarca em Lamego: D. Tomás de Almeida

António Filipe PIMENTEL

A notável figura de D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, efémero bispo de Lamego, entre 1706 e 1709, justifica que neste quadro lhe seja prestada a devida atenção, a despeito dos ténues vestígios que a sua passagem pela diocese registaria. Esta, contudo, surpreende-se no campo da política eclesiástica e da acção diplomática e, do mesmo passo que significaria um público reconhecimento a uma carreira já brilhante e em associação a magistraturas de elevado prestígio, seria determinante na meteórica ascensão que o haveria de guindar, sucessivamente, à mitra portuense, entre 1709 e 1716, e ao novo sólio lisboeta, de que muito significativamente seria eleito primeiro prelado, em 1716 – com a consequente responsabilidade na definição de um estilo de exercício que, necessariamente, deveria impor-se aos seus sucessores.

Grande e magnífico senhor, afável e cheio de equilíbrio, como o evocaria o núncio apostólico coevo, D. Tomás de Almeida caldearia em Lamego o primeiro ensaio de um estilo pessoal que, em boa parte, emulava (adaptando-o) o do seu real patrono, D. João V – que era efectivamente suposto replicar, enquanto responsável máximo pela instituição que se convertera no epicentro estético-ideológico da própria Monarquia, como o *Rei Magnânimo* a idealizara (Fig.1). Ao patrocínio explícito das artes e ao estilo sumptuoso de vida e apresentação, associaria, assim, genuínas preocupações de piedade e boa governança e um tacto e equilíbrio de atitudes que o fariam universalmente respeitado, até à morte, já longeva, aos oitenta e três anos. Se a diocese do Porto e

a obra que aí realiza (ou procuraria realizar) se configuram imediatamente na antecâmara da sua ascensão ao Patriarcado, a de Lamego configurar-se-ia como primeira demonstração de qualidades que o decorrer do tempo mais não faria que confirmar.

De facto, seis anos decorridos sobre a morte de D. Tomás de Almeida (1754) – e dois sobre a do seu breve sucessor, D. José Manuel da Câmara (1754-1758†) –, comentava José Baretti, em carta familiar, a respeito de D. Francisco de Saldanha da Gama, terceiro titular da nova cadeira patriarcal de Lisboa (1759-1776†), de que tinha sido o primeiro ocupante: *chegou o patriarca. E que patriarca! Tirante o papa, não ha no mundo um senhor ecclesiastico que se apresente com tamanha pompa*¹. E já Merveilleux, naturalista suíço que se demorara em Portugal, entre 1723 e 1726, ao serviço de D. João V, havia comentado, desta feita a seu respeito: *A magnificência com que o patriarca de Lisboa oficia, ultrapassa a do Papa nos dias de maior solenidade. E posso dizê-lo com conhecimento de causa porque vi officiar um e outro*².

O Patriarcado de Lisboa Ocidental, instituído por Clemente XI, a instâncias de D. João V, em 7 de Novembro de 1716, pela bula *In supremo apostolatus solio* e sediado na Capela Real (cuja titularidade o prelado acumulava), reunia, na verdade, todas as condições para justificar a perplexidade dos forasteiros. E mesmo que o fausto singular que rodeava a instituição não representasse mais do que a face visível de um organismo infinitamente mais complexo no seu alcance ideológico e político, é essa exteriorização que, sobretudo, impressiona os comentadores e em particular os estrangeiros. E, neles, muito especialmente – como também se compreende – os oriundos das áreas mais *racionalistas* do velho continente. Já em finais do século, Joseph Carrère (médico francês fugido à Revolução e aportado a Lisboa, donde, por instruções de Pina Manique, seria

¹ Vid. BARETTI, Giuseppe – *Portugal em 1760: cartas familiares (XV a XXXVIII)*. Lisboa: Typ. Barata & Sanches, 1896, p. 30.

² Vid. MERVEILLEUX, Charles Frédéric de – Memórias instrutivas sobre Portugal. In *O PORTUGAL de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 222.

erradicado sob a acusação de jacobinismo), constituiria um bom exemplo dessa reacção: *Ce prince [escreve] a voulu singer la cour de Rome; il a voulu avoir une espèce de pape dans ses états; il a voulu qu'il fit partie de sa cour, qu'il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l'auroit établi et don't il seroit dépendant*³.

A D. Tomás de Almeida, *um grande e magnífico senhor, afável e cheio de equilíbrio*, como o retrataria, em correspondência diplomática, o núncio apostólico Monsenhor Lucas Tempi⁴, caberia, em consequência da nomeação que o mesmo pontífice nele faria (evidentemente por indicação real), em 4 de Dezembro imediato, a responsabilidade de protagonizar a nova e singular instituição. E, por conseguinte, de personificar, em primeira instância, essa *espécie de Papa* que agora emergia em Portugal, sob os auspícios do ouro do Brasil; mas, muito especialmente, no âmbito da *política romana*, eixo central da estratégia delineada pelo monarca de reforço interno do poder real e de projecção externa do prestígio da Coroa e do país⁵. E nele concorria, com efeito, aos quarenta e seis anos, um conjunto de qualidades consubstanciadas num vasto *curriculum*, a um tempo no plano eclesiástico, político, jurídico e administrativo, que, aliadas ao berço ilustre, à relação antiga de confiança com a Casa Real e aos dotes pessoais de carácter (e temperamento, como adiante se verá), dificilmente – excepção feita ao cardeal da Mota, futuro secretário de estado – sofreriam confronto entre os antístetes do Reino. Neste contexto, a sua escolha para semelhante encargo afigura-se coerente com a prática desenvolvida pelo *Rei Magnânimo* no processo de selecção dos seus colaboradores mais próximos. Mesmo que, como é natural, as relações entre ambos não tivessem sido isentas de pontos de tensão.

³ Vid. CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François – *Voyage en Portugal, et particulièrement a Lisbonne*. Paris: chez Deterville, libraire, 1798, p. 290.

⁴ Vid. MERVEILLEUX, Charles Frédéric de – Memórias instrutivas sobre Portugal..., p. 239, nota 22.

⁵ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder: o real edifício de Mafra*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 32-35.



Fig. 1 – Retrato do patriarca D. Tomás de Almeida, (atr.) Pierre-Antoine Quillard (1ª metade do séc. XVIII). Museu do Mosteiro de S. Vicente de Fora © Museu do Mosteiro de S. Vicente de Fora.

D. Tomás nascera em Lisboa, em 11 de Setembro de 1670, sendo o nono filho do 2º conde de Avintes, D. António de Almeida – distinto militar, conselheiro de Estado e da Guerra e governador do Reino do Algarve (além de *favorecido das musas e grande corteção*, no dizer de D. António Caetano de Sousa⁶) – e da condessa D. Maria Antónia de Bourbon, filha dos 3ºs condes dos Arcos e dama da Rainha D. Maria Francisca de Sabóia-Nemours⁷. A sua formação, após a frequência das Humanidades, decorre entre os Jesuítas (com os quais conservaria, toda a vida, uma relação afectiva e próxima), no colégio lisboeta de Santo Antão, donde passaria a Coimbra, em 1688, aos dezoito anos, entrando como porcionista no Real Colégio de S. Paulo. Obtida a graduação em Cânones na Universidade, onde faz os seus actos *com aplauso*, é de imediato nomeado deputado do Santo Ofício de Lisboa, onde seria admitido em 21 de Junho de 1695.

Aos vinte e cinco anos, completara, por este modo, a formação escolar, iniciando uma carreira pública que, obviamente escorada pelas suas relações familiares, se desenvolve, contudo, com rara rapidez. Com efeito, nesse mesmo ano, *lê* no Desembargo do Paço *de jure aperto* e faz *exame vago* (*hum dos actos mais rigorosos, que tem a litteratura em Reyno algum*, informa ainda Caetano de Sousa⁸), sendo enviado como desembargador da Relação do Porto, de que toma posse a 27 de Agosto. Três anos mais tarde, porém, regressa à capital, ocupando sucessivamente lugares de prestígio entre o funcionalismo régio, do mesmo passo que não descarta a vertente eclesiástica. Assim, em Abril de 1698, transita para desembargador da Casa da Suplicação, onde exerce na *Mesa dos Agravos*, ao mesmo tempo que é apresentado por seu primo, D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira, para prior da paróquia de S. Lourenço, dele recebendo ainda

⁶ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova ed. revista. Vol. 10. Coimbra: Atlântida-Livraria Ed., 1953, p. 496.

⁷ Sobre a ilustre ascendência de D. Tomás de Almeida, vid. BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico: vida e morte do eminentíssimo e reverendíssimo D. Thomás de Almeida, I. Patriarca da Santa Igreja de Lisboa*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1754, p. 2-12.

⁸ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 497.

outros benefícios, que lhe garantiriam rendimento confortável e permitiriam ilustrar o exercício do seu múnus com uma acção mecénica que ficará, de facto, como marca de água do seu percurso pastoral. Neste caso, edificando na sua igreja paroquial uma capela dedicada ao seu santo taumaturgo – S. Tomás de Vilanova (o jesuíta em cuja festa nascera) –, além do arco cruzeiro e dos altares colaterais do Senhor Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, igualmente da sua especial devoção, que, do mesmo modo, difundirá por onde quer que exerça a sua actividade construtiva. Estava, pois, delineado um estilo pessoal, de *grande e magnífico senhor*, que os anos seguintes não fariam mais que confirmar, ampliando-o no seu raio de acção.

Entretanto, novas responsabilidades administrativas e políticas se sucederiam, ao mesmo tempo que se estreitam as suas ligações à Corte. Assim, em 1703, ingressa como deputado da Mesa da Consciência e Ordens, tendo tomado previamente, como impunha a regra, o hábito da Ordem de Cristo e exercendo, a par, as funções de sumilher da cortina, no círculo áulico de D. Pedro II. Ano e meio mais tarde, em Outubro de 1704, era guindado ao elevado posto de chanceler-mor do Reino, entrando, por essa via, no *inner circle* dos lugares da governação, que, desde então, não mais abandonaria: tinha 33 anos e oito de vida pública.

Ainda nesse ano, com efeito, assumiria funções como secretário das Mercês e Expediente, em articulação com o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real, no quadro da regência de D. Catarina de Bragança, Rainha-viúva da Bretanha, por ausência do monarca, a braços com a campanha militar da Guerra da Sucessão de Espanha. E, nesse âmbito, ver-se-ia projectado para o epicentro negocial do grande conflito internacional, ao mesmo tempo que para a gestão governativa, em tempo de particular complexidade e exigência. E o ofício terá sido exercido *com tal modo, e acolhimento das partes, que huma, e outra Magestade se derão*



Fig. 2 – Sé de Lamego. *Pormenor das janelas e das grades do cruzeiro*, 1707-1709 © LABFOTO–Lamego.

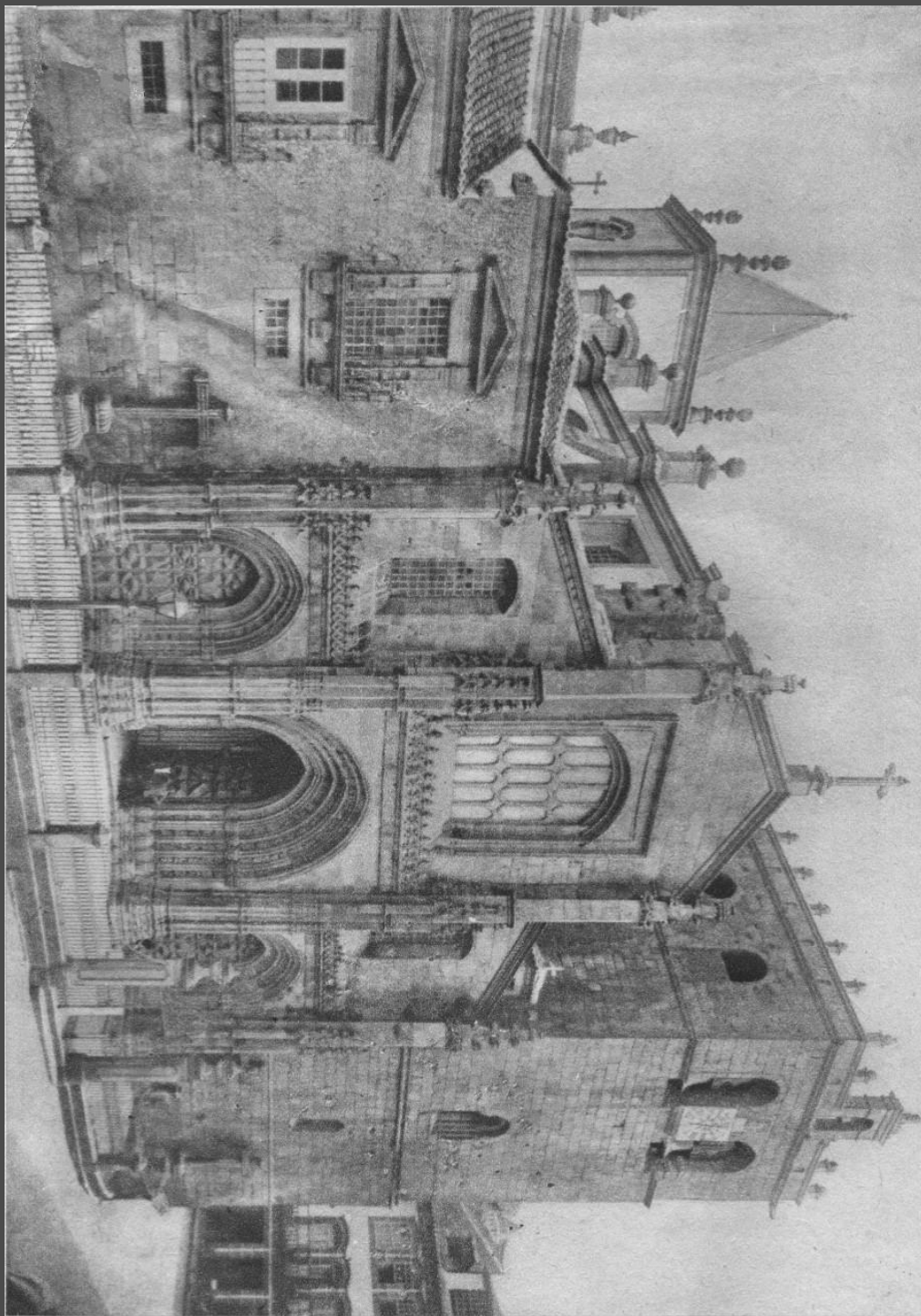


Fig. 3 – Sé de Lamego. Pormenor da fachada onde ainda se vê o gradeamento mandado colocar por D. Tomás de Almeida, 1707-1709 © Foto anónima da década de 1940.

por tão bem servidas, diz Caetano de Sousa⁹, que, regressado o soberano, se vê provido em secretário de Estado, no lugar deixado vago por D. António Pereira da Silva, bispo de Elvas (1701-1704), entretanto nomeado para o bispado do Algarve (1704-1715†). Em paralelo, exercia ainda outra função, numa área pela qual parecia revelar gosto especial: a de provedor das Obras do Paço e Casas Reais de Campo, na menoridade do seu titular, o conde de Soure D. Henrique da Costa¹⁰.

Como escreveria Barbosa Machado ainda em sua vida, estes honoríficos lugares, em que manifestou a capacidade do talento, e dezinteresse de animo, forão os degraus formados pelo merecimento, e não pela fortuna, para subir a outros mayores¹¹. E, na verdade, não tardaria a receber em prémio o seu primeiro provimento episcopal, a mitra de Lamego, para a qual é apresentado por D. Pedro II e confirmado por Clemente XI em 6 de Dezembro de 1706: três dias antes da morte do Rei. Ingressado na sua diocese em 3 de Abril de 1707 (conservando a secretaria de Estado), nela se demoraria somente vinte e um meses, sendo nomeado, logo em 1709, agora por D. João V, para a diocese do Porto, que entretanto vagara. Nesse curto tempo, contudo, ordena intervenções na sua catedral, hoje, infelizmente, irreconhecíveis – abertura de seis grandes janelas, as grades do cruzeiro (Fig. 2), novas portas, realização das varandas do claustro e lajeamento e gradeamento do adro (Fig. 3), deixando, ao partir, mais de 9000 cruzados para as obras –, ao mesmo tempo que, na diocese vizinha de Viseu, arbitra com sucesso um antigo conflito que opunha o bispo D. Jerónimo Soares

⁹ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica* ... Vol. 10, p. 497.

¹⁰ Para a descrição minuciosa do percurso escolar e profissional de D. Tomás, vid. BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico*..., p. 12-20.

¹¹ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana histórica, crítica e cronológica*. 2ª ed. Vol. 3. Lisboa: Atlântida, 1965, p. 723.

(1694-1720†) ao seu cabido, em manifestação eloquente da autoridade supra-diocesana de que estava investido¹².

Entretanto, em 1708, o jovem monarca nomeava-o visitador do Colégio Real de S. Paulo, em Coimbra, onde fora aluno, visita de que resultaria o aumento das rendas do instituto e que justificará os encómios que o respectivo cronista, D. José Barbosa, não se exime a lavrar, perpetuando a *sua pessoa, e a sua affabilidade, pela qual se pode dar com justíssima razão a este grande Prelado aquella mesma anthonomasia, que se deu ao Emperador Tito: Delicias do genero humano*¹³. Por esses anos, a pretexto das mortes de D. Catarina de Bragança (1705) e D. Pedro II (1706) e da aclamação, em inícios de 1707, do seu sucessor, uma nova faceta do prelado começava a ilustrar-se – a de coreógrafo das grandes cerimónias régias, fossem elas fúnebres ou festivas: *diga-o* (como escreveria o seu biógrafo, Fernando António da Costa de Barbosa) *aquella expedição, com que se houve nos dous funearas de ambas as Magestades, sem faltar em hum ápice aos estylos, e pratica própria da mesma Magestade em semelhantes funçoens: diga-o finalmente o acerto, e magestoso, com que dispôs tudo o que conduzio para a gloriosa elevação ao Trono do Fidelissimo Rey o Senhor D. João o V*¹⁴.

Provido, porém, no bispado do Porto, por carta régia de 30 de Abril de 1709 (confirmada por bula de Clemente XI, de 22 de Julho imediato) – muito provavelmente em razão do capital de experiência acumulado, uma década atrás, nos quase três anos em que fora desembargador da respectiva Relação –, faria a sua entrada pública a 3 de Novembro. A *extraordinária pompa* com que a leva a efeito (e que Caetano de Sousa se não se esqueceria de referir¹⁵) relevará,

¹² Sobre os contornos do episcopado de D. Jerónimo Soares em Viseu, vid. NUNES, João da Rocha – *Governar sem sobressaltos norteado pela lei: D. Jerónimo Soares, bispo de Viseu: 1694-1720*. Coimbra: [s.n.], 2003 (tese de mestrado policopiada).

¹³ Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra, e dos seus collegiaes e porcionistas. In *COLLECÇAM dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Vol. 6. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Sylva, 1726, p. 73, 370 e 372.

¹⁴ Memórias do Collegio Real..., p. 22-23.

¹⁵ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 499. Vid., também, BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico...*, p. 373.

seguramente, o seu estilo pessoal de *grande e magnífico senhor*, mas igualmente a esfera de acção inusitada que reveste a sua nova dignidade, resultante da acumulação, desde 6 de Maio, das funções de governador da Relação e Armas da cidade, com privilégios nunca antes admitidos, como o de abrir açougue e ter gados próprios¹⁶. Convertido, desse modo, no verdadeiro governante, a um tempo no espiritual e no temporal, de uma urbe que tão longa história tinha de conflitos com os seus prelados, esta parece não registar nos quase dez anos que irão seguir-se, mais que a *saudosa memoria, na suavidade da administração da justiça, no amor das ovelhas, e em outros diversos monumentos, que eternizará na posteridade o seu esclarecido nome*¹⁷. Esta situação de verdadeira delegação régia deverá compreender-se à luz do quadro, ainda vigente, da Guerra da Sucessão, em cuja gestão D. Tomás havia desempenhado papel de relevo, nas suas funções de secretário de Estado, e na lógica de uma previsível vitória da aliança austro-lusa (não tinha o marquês de Minas conquistado Madrid, em 1705?) que outorgaria à cidade, no seio de uma nova definição das fronteiras setentrionais do Reino, definida nos acordos de 1703, o papel de uma verdadeira capital do Norte: que o monarca colocava, assim, sob o seu governo¹⁸ – numa eloquente demonstração do elevado conceito em que tinha o seu tacto político e a sua capacidade administrativa.

Naquela que mais tarde seria a *cidade invicta*, o prelado estabelece rapidamente a sua marca faustosa de exercício de um poder que é realmente total, mas que, não obstante, busca ser *benigno* e esclarecido; e em cujo exercício, agora demorado, alcança, de facto, demonstrar as efectivas capacidades de governo que possui. Assim e a despeito da brandura do trato, que seria referência proverbial na

¹⁶ Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. dir. por Damião PERES. Vol. 2. Porto: Portucalense Ed. - Livr. Civilização Ed., 1968, p. 652; e BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico...*, p. 37-41.

¹⁷ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 499.

¹⁸ Vid. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII^e siècle. *Colóquio-Artes*. 8 (1972) 37.

pena dos memorialistas, a sua administração eclesiástica ficaria marcada, aqui como em toda a parte (novo traço identitário) por uma atenção particular às questões disciplinares, expressa na reunião do sínodo diocesano, logo em 1710, que adopta diversas providências nesse domínio. Do mesmo passo, como governador militar, empenha-se com a Câmara, na regularização do pagamento dos soldos às tropas, para o que defende, junto do Rei, a criação de um imposto especial (o *subsídio militar*, cobrado na alfândega), que permitiu resolver a questão em curto tempo. E, como sempre, faz prova do seu gosto pelo exercício mecenático de empreendimentos arquitectónicos e artísticos, seja construindo um edifício (que o fogo, mais tarde, haveria de destruir) para a câmara eclesiástica (em cujo tecto avultavam as suas armas), seja guarnecendo de talha dourada e pinturas a capela-mor da igreja dos Congregados do Oratório, que dotaria da grade do arco cruzeiro, de mármore e jacarandá, ofertando à mesma igreja outros *catorze painéis de grande valor* (obras onde gastaria milhares de cruzados, desaparecidas também na reedificação do século XIX). Determina ainda outras obras nas residências episcopais, como novas galerias na Quinta do Prado e novas janelas no paço da cidade¹⁹. De forma mais consistente e emblemática do seu conceito de poder, empenha-se em levar a bom termo, reformulando-o em novos e mais grandiosos moldes, o projecto de expansão da cidade entabulado entre a Câmara e o cabido da Sé desde inícios da década de 1690, mas cujas negociações se arrastavam sem sucesso.

De facto, face ao constrangimento que representavam a muralha urbana e os domínios fundiários que a circundavam, a Câmara havia empreendido, em 1691, contactos com o cabido para a urbanização do Campo das Hortas, de sua propriedade, entre a Porta do Olival e a Porta dos Carros, onde seria viável o estabelecimento de uma praça pública. A proposta obtivera acolhimento

¹⁹ Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...* Vol. 2, p. 652; e MERVEILLEUX, Charles Frédéric de – *Memórias instrutivas...*, p. 375.

favorável, mesmo pelas possibilidades de lucro que adviriam da dinamização de construções nesse local e é esse projecto, que já conheceria, certamente, dos seus tempos portuenses anteriores, que D. Tomás retoma, um ano após tomar posse da mitra, consciente das potencialidades a um tempo materiais e estratégicas que consubstanciava. Nesse sentido, ao integrá-lo nos seus desígnios pessoais de afirmação, procede à sua ampliação, orientando-o com vista à projecção de uma praça susceptível de rivalizar com a *Plaza Mayor* de Madrid, no que constituiria o plano mais importante deste género concebido em Portugal antes da Praça do Comércio de Lisboa²⁰ (Fig. 4). Com efeito, um quadrilátero regular de 120m/lado deveria permitir uma emulação eficaz com o seu modelo ideal, vincada na regularidade dos alçados, de arcarias e fachadas de balcões, compondo lotes

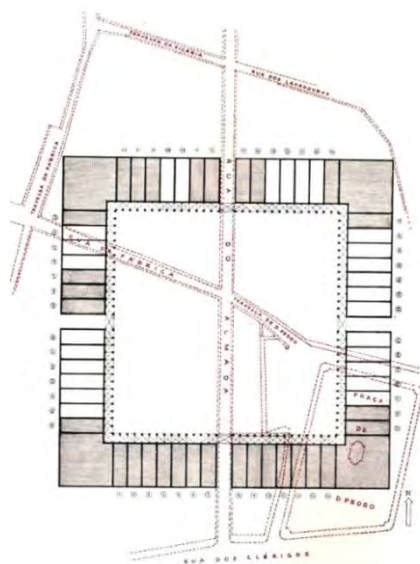


Fig. 4 – Projecto para a Praça Maior do Porto (reconst. Marie-Thérèse Mandroux-França).

prolongados nas traseiras por jardins, porém gizado no quadro de um programa áulico, em função do prelado-governante destinado a ilustrar a sua dignidade de

²⁰ Vid. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – Quatre phases..., p. 37.

grande e magnífico senhor e a ser ocupado pela nobreza nortenha, que constituiria a sua corte.

Contornados rapidamente os problemas jurídicos; demarcados os lotes e firmados os respectivos contratos, em ritmo acelerado, entre Outubro de 1710 e Março de 1711; traçado (por mão ignota) o programa urbanístico; não foi todavia possível mobilizar em número suficiente os construtores do empreendimento e nem a Câmara se envolveu com eficácia num projecto que, provavelmente, carecia de verdadeiro enraizamento cultural numa cidade que havia firmado a sua história na tenaz resistência aos poderes senhoriais e na vitalidade da sua burguesia. Em 1715, este plano seria definitivamente abandonado, meses antes de que a assinatura da paz entre Portugal e Espanha, que poria fim a um conflito longo e recheado de decepções, esvaziasse também a própria base ideológica que o havia norteado²¹. Por esse tempo, porém, ultimavam-se as negociações entre o monarca e a cúria pontifícia de que resultaria, a 7 de Novembro de 1716, a elevação da Capela Real portuguesa à dignidade de Basílica Metropolitana e Patriarcal, dividindo, em seu proveito, o velho arcebispado de Lisboa em duas dioceses: oriental e ocidental. E, nesse contexto, um novo e extraordinário papel estaria reservado a D. Tomás, que Clemente XI haveria de confirmar, um mês mais tarde, nas funções de primeiro Patriarca, condição em que faria a sua entrada pública em 13 de Fevereiro de 1717, com *magnífica e magestosa pompa* como, uma vez mais, Caetano de Sousa se não esqueceria de registar²². E a nova *excelsa dignidade*, como se lhe refere, iria fornecer-lhe, nas quase quatro décadas em que haveria de exercê-la, o melhor ensejo de manifestar, num contínuo crescendo, decorrente dos próprios objectivos para ela delineados pelo *Rei Magnânimo*, a sua índole natural, *grande e magnífica*.

²¹ Vid. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – Quatre phases..., p. 37-38.

²² SOUSA, António Caetano de – *História genealógica* ... Vol. 10, p. 499. Veja-se descrição detalhada em MERVEILLEUX, Charles Frédéric de – Memórias instrutivas sobre Portugal..., p. 376-377; e BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico*..., p. 47-48.

Na verdade, a ideia da instituição em Lisboa de um Patriarcado com prerrogativas quase pontifícias contava já uma longa e complexa história, fundamental, porém, para a compreensão do papel que nela estaria reservado a D. Tomás; história que, por sua vez, se interliga com a *política romana*, uma das vertentes mais singulares da estratégia de afirmação implementada por D. João V.

Efectivamente, entre as grandes linhas de rumo da governação do monarca avulta (a ponto de constituir uma das notas dominantes do reinado) a defesa tenaz e intransigente das prerrogativas régias e nacionais, de resto avaramente concedidas, numa Europa onde constituíam importante capital político. Isso mesmo reconhecia o governo francês nas suas instruções ao embaixador em Lisboa, Chavigny, ao aludir ao *desígnio que havia muito tinha El-Rei concebido, e executado com constância e firmeza, de elevar a sua Coroa ao mesmo grau em que se achavão as primeiras Potencias da Europa, de cujo desígnio e propósito era impossível desviá-lo, por isso que sempre nelle se saíra bem*²³. Contudo, se o monarca se revelaria a mais perfeita encarnação, à escala nacional, deste conceito *barroco* de política, não fora ele, realmente, o seu introdutor. Trata-se, ao invés, de uma orientação que se consolida gradualmente, no decurso do último quartel do século XVII, como, afinal, tantos dos aspectos da governação joanina.

Na verdade, é no reinado de D. Pedro II que, pouco a pouco, se leva a cabo a superação da longa crise inaugurada com a Restauração. Entre o reconhecimento pela Espanha da independência portuguesa (1668) e as primeiras remessas de ouro brasileiro (1699), trinta anos de paz permitem o reforço do poder real, a recuperação da economia e o lançamento de uma política de prestígio até então impraticável, em articulação com uma estratégia de participação do país nos assuntos europeus, como meio afirmação de independência política e de autonomia negocial – nesse objectivo se enquadrará a

²³ Vid. SANTARÉM, 2º Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo*. Vol. 5. Paris: J. P. Aillaud, 1845, p. 300-301.

própria participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha. Virava-se, assim, uma página amarga da nossa história recente, página em que, havia que reconhecê-lo, o Reino se vira abandonado pela Santa Sé, pressionada pela Monarquia dos Habsburgos.

Apesar disso, Portugal não deixara de constituir a cabeça de um império imenso e multirracial, que, outrora, havia conquistado para a Cristandade. Assim, na hora em que a sua estrela parecia querer brilhar de novo (e a do país vizinho decaía) será como Reino católico – entre os reinos católicos – que pretende afirmar-se, numa Europa onde, de resto, o factor religioso regista ainda uma incontestável permanência²⁴. A partir, pois, deste momento, trabalha-se na Cidade dos Papas no sentido de conseguir, para o monarca português, um tratamento idêntico ao que os pontífices reservavam para as potências católicas ditas de *primeira grandeza*: o Império, a França, a Espanha. Nascia pois, por esta via, a *política romana*, cuja aplicação metódica tenderia a intensificar-se com o final da centúria²⁵ e que, com D. João V, se configurará abertamente em termos de estratégia de poder.

De facto, sistematicamente desenvolvida a um grau de sofisticação dificilmente imaginável, constituirá o principal ingrediente da nova imagem que se pretende dar do *Portugal Joanino*, utilizando em seu benefício o ainda imenso prestígio espiritual do papado, mais vulnerável agora que começa a revelar inequívocos sintomas de declínio²⁶. Das primeiras, tímidas manifestações, até às grandes concessões, como a Patriarcal ou o título de *Majestade Fidelíssima* – que, já quase no termo do reinado, equipararia enfim, definitivamente, os monarcas lusos ao Imperador austríaco (*Majestade Apostólica*) e aos soberanos de França e Espanha (respectivamente *Majestades Cristianíssima* e *Católica*) –, a diplomacia nacional

²⁴ Vid. POMEAU, René – *L'Europe des lumières: cosmopolitisme et unité européenne au XVIII^e siècle*. Paris: Stock, 1966, p. 40-41.

²⁵ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 22-23.

²⁶ Vid. POMEAU, René – *L'Europe des lumières...*, p. 41 e 43.

canaliza para Roma uma parte substancial dos seus recursos e energias, num processo curioso, onde, não raro, se surpreende uma evidente nota de arrogância²⁷. O ritmo sempre crescente das exigências, a relutância na condescendência pontifícia e os esforços contrários envidados pelas cortes estrangeiras, atestam bem o valor político da matéria em causa²⁸. Com tudo isso, porém, estavam longe de esgotar-se nas ambições de projecção exterior da Coroa portuguesa os objectivos estratégicos perseguidos pela *política romana*; ao invés, uma parte, não menos importante, do desígnio central que a norteava relaciona-se directamente com o seu impacto interno.

Efectivamente, ao longo de todo o período de vigência do absolutismo monárquico, e mau grado as frequentes querelas de doutrina ou de jurisdição, a Igreja do Antigo Regime manteve sempre, por toda a Europa, estreitas ligações ao Estado²⁹. Mas num país como Portugal, onde o longo isolamento e as delicadas questões teológicas e eclesiásticas haviam marcado os anos da Restauração, esta união íntima de política e religião tenderia a cristalizar-se num verdadeiro modelo ideológico³⁰; e os anos imediatos à recuperação da independência tinham sido mesmo assinalados por um predomínio do religioso sobre o político. Todavia, à medida que lentamente se processa a superação da crise, a situação tende, pouco a pouco, a inverter-se e a paz interna e a prosperidade económica, fomentando o reforço do poder real, colocam-no progressivamente ao abrigo das pressões dos grupos sociais, desejosos de exercer a sua tutela, entre os quais, pela extensão dos aparelhos jurídico-políticos (e culturais) de que dispõe, se destaca, desde logo, a Igreja. Nesta conjuntura, o incremento do prestígio *católico* da realeza, uma vez

²⁷ Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...* Vol. 4, p. 274; e CARVALHO, Aires de – *D. João V e a arte do seu tempo*. Vol. 2. Mafra: [Ed. A.], 1962, p. 64-65.

²⁸ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 265, nota 93.

²⁹ Vid. GOUBERT, Pierre; ROCHE, Daniel – *Les Français et l'Ancien Regime*. Vol. 1. Paris: Armand Colin, 1984, p. 377.

³⁰ Vid. TORGAL, Luís Reis – *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Vol. 1. Coimbra: BGUC, 1981, p. 110.

firmada a sua autoridade, não deixaria de fazer realçar a sua posição, num contexto mental onde a estrutura eclesiástica ocupa ainda um lugar do maior relevo. Simultaneamente, a importância formativa da Igreja como órgão de disciplina social recomenda, não apenas o seu controlo, mas a sua utilização como instrumento ao serviço do poder³¹. A *política romana* tem, assim, o seu complemento indispensável na política regalista.

E, com efeito, é nesse período dramático em que Roma parecia ter esquecido o pequeno Reino lusitano que, nas proximidades do poder, se começa a esboçar uma tendência que, ao ultramontanismo dominante, opunha, sem negar embora a obediência a Roma, a defesa dos interesses do Estado e da Igreja nacional³². Esta corrente de opinião, que os circunstancialismos do tempo não deixariam vingar, teria de aguardar pelo século XVIII e pela política joanina para (num tempo em que o galicanismo fazia escola na Europa, simultaneamente como prática e como doutrina³³) encontrar expressão ao próprio nível governamental. Claro precursor de Pombal na defesa da autonomia do Estado em matéria eclesiástica³⁴, D. João V subordina a esta ideia central as suas relações com a Sede Apostólica e, em conformidade com ela, não hesitará chegar ao rompimento como forma de fazer respeitar a sua posição³⁵. A ela submete, ainda, as ambições de prestígio que persegue, como se confirma na afirmação que reiteradamente faz ao marquês de Fontes, de que *não fora a Roma para os negócios da*

³¹ Vid. OESTREICH, Gerhard – Problemas estruturais do absolutismo europeu. In *PODER e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*. Org. António Manuel HESPANHA. Lisboa: FCG, D. L. 1984, p. 195.

³² Vid. TORGAL, Luís Reis – *Ideologia política...*, Vol. I, p. 103.

³³ Vid. MANDROU, Robert – *L'Europe "absolutiste": raison et raison d'État, 1649-1775*. Paris: Fayard, 1977, p. 220.

³⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. 1: *Das origens às revoluções liberais*. Lisboa: Palas Ed., 1973, p. 559.

³⁵ Vid. ALMEIDA, M. Lopes de – Portugal na época de D. João V: esboço de interpretação político-cultural da primeira metade do século XVIII. In *ACTAS do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros de 1950*. Nashville: Vanderbilt University, 1953, p. 257; e MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Ed. Verbo, 1986, p. 186.

*Capella senão para os negócios da China*³⁶. Enfim, não deixa de ser especialmente significativo que algumas obras de carácter regalista redigidas na conjuntura da Restauração, viessem a ser dadas à estampa, pela primeira vez, no seu reinado³⁷. E é, certamente, neste contexto genérico que deverá ser entendida a instituição da Patriarcal.

De facto, as origens remotas de semelhante projecto radicam na doutrina galiana, que havia agitado a Igreja francesa no decurso dos séculos XVI e XVII. Fora então que, pela primeira vez, se havia formulado a ideia da organização da hierarquia eclesiástica nacional de modo administrativamente independente em relação à cadeira pastoral de Roma, colocando-a sob a autoridade de um patriarca e sujeita apenas à Sede Apostólica em matéria dogmática e moral³⁸. E é nesse contexto que a ideia ressurge em Portugal, após a Restauração e ainda em tempo de D. João IV, quando o país se debate com a dramática questão da provisão dos bispados. Com efeito, entre as várias soluções então aventadas, destaca-se a da reunião de um concílio nacional, que tomaria a seu cargo a eleição de um patriarca, o qual, por sua vez, se encarregaria de nomear prelados para as dioceses vagas³⁹. Os defensores da ortodoxia impediriam, naturalmente, que tal propósito se realizasse mas, anos volvidos e já no reinado de D. Afonso VI, uma curiosa e enigmática figura de clérigo e cortesão, Sebastião César de Meneses, retomaria, agora em termos ao que parece abertamente separatistas, o tema do Patriarcado de Lisboa⁴⁰.

A situação de debilidade do poder central que por esses anos se vivia em Portugal não era, porém, de molde a favorecer projectos desta natureza e a

³⁶ BRAZÃO, Eduardo – *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa, 1716-1740*. Porto: Liv. Civilização, 1943, p. 120.

³⁷ Vid. TORGAL, Luís Reis – *Ideologia política...*, Vol. I, p. 154, 216-217, 268-269, 279-283, e Vol. 2, p. 254.

³⁸ Vid. TORGAL, Luís Reis – *Ideologia política...*, Vol. I, p. 255, nota 1.

³⁹ Vid. TORGAL, Luís Reis – *Ideologia política...*, Vol. I, p. 265-267.

⁴⁰ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 96.

autonomia da Igreja nacional depararia, como era de esperar, com uma feroz oposição, vetada unanimemente pela junta de teólogos convocada pelo monarca com o fito de analisar esta matéria, cominada a ideia de *herética, scismatica, contra Deos, contra os Concílios e Santos Padres, injuriosa à Santa Madre Igreja Romana, à qual, como verdadeiros fieis, e ao Summo Pontifece, cabeça della, deviam estar obedientes como estavam*, seria a mesma rejeitada em toda a linha⁴¹. Não obstante e tal como se verificaria com os textos regalistas produzidos no contexto da Restauração e cuja publicação se revelara então inoportuna ou fora mesmo impedida pela vigilância inquisitorial, também o tema do Patriarcado de Lisboa ganharia subitamente actualidade na viragem da centúria, para emergir de chofre com o advento de D. João V⁴². Somente assim se compreende que, escassos dois meses decorridos sobre a sua subida ao trono, em 30 de Abril de 1707, já Soares da Silva pudesse registar: *Determinou ElRey fazer Sêe a sua Capella Real, e tem recorrido ao Papa, e de cam.º vai fazendo nella m.tas obras com noua capp.ª mor, e mil mudanças mais*⁴³.

Na verdade, a utilidade política do incremento da capela régia e o consequente realce que (num país católico) semelhante processo objectivamente traria à realeza e ao próprio reino, não passariam despercebidos aos mais atentos dos contemporâneos – e logo em Dezembro de 1708, em pleno quadro da Guerra da Sucessão e a propósito da embaixada romana do marquês de Fontes, entre assuntos tão importantes como o do Padroado do Oriente ou o dos quindénios, Cunha Brochado não deixaria de recomendar: *e bom será q. não esqueça unir, ou pensionar algumas Igr.as ao rendim.º da Cap.ª Reyal, e q. os Cónegos tenham algum privilegio de habito, e de jurisdiçam*⁴⁴. Começa aqui a contagem decrescente para o

⁴¹ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 96.

⁴² Sobre esta matéria, vejam-se as obras de BRAZÃO, Eduardo – *D. João V: subsídios para a história do seu reinado*. Porto, Portucalense Ed., 1945, p. 13; *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Vol. 2. Lisboa: Ed. Resistência, 1979, p. 163, e *Subsídios para a história do Patriarcado...*

⁴³ SILVA, José Soares da – *Gazeta em forma de carta*. Vol. 1. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1933, p. 98.

⁴⁴ BROCHADO, José da Cunha – Cartas de... ao conde de Viana. In *O INVESTIGADOR português em Inglaterra ou jornal literário, político &c*, vol. XVI. Londres : H. Bryer, 1816, p. 148.

estabelecimento da Patriarcal, mas é na pena dos memorialistas estrangeiros que podemos surpreender, *a posteriori*, uma verdadeira acuidade de análise a respeito da instituição. De facto, pouco depois dos meados da centúria, escreveria Dumouriez: *cette dignité (...) será peut-être un jour très préjudiciable à la cour de Rome, en occasionnant un schisme, don't on parle déjà avec liberté, & que la cour de Londres appuyera de toutes ses forces*⁴⁵. E opinião idêntica expressaria igualmente Bourgoing, ainda no reinado de D. Maria I: *Si le roi défunt [D. José I] eût vécu plus long-temps, ou que M. de Pombal eût toujours continué de faire les fonctions de premier ministre, cette place eût pu devenir un jour très-préjudiciable à la cour de Rome, don't le Portugal commençoit à ne plus porter le joug si patiemment. (...) Le peuple, habitué à avoir sous les yeux une image parfaite du souverain pontife, en seroit venu facilement à regarder les indulgences et les dispenses qu'il recevoit du patriarche, comme aussi valides que celles qu'il faisoit venir de Rome à grands frais*⁴⁶.

Com efeito, muito embora a dignidade patriarcal, no quadro da Igreja Católica, se tenha transformado, no decurso dos séculos, numa mera distinção honorífica, é um facto que, entre as Igrejas orientais, lhe corresponde historicamente uma real jurisdição e autonomia dogmática sobre extensas áreas da Cristandade⁴⁷. E sabemos que, no seu desejo de incrementar o esplendor da Corte de Lisboa, o monarca encomenda a Lázaro Leitão Aranha, lente de Coimbra e cónego da Patriarcal, uma memória sobre as capelas régias europeias⁴⁸; mas o que será certamente mais interessante é o empenho que terá colocado em se informar detalhadamente sobre os diversos ritos do Cristianismo oriental, onde a fórmula jurídica do Patriarcado verdadeiramente surgia em todo o seu esplendor. Do que,

⁴⁵ DUMOURIEZ, Charles-François – *État présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*. A Lausanne: Chez P. François Grasset, 1775, p. 190.

⁴⁶ BOURGOING, J. Fr. – *Voyage du ci-devant duc du Chatelet en Portugal*. Vol. 1. Paris: Chez F. Buisson 1795, p. 54.

⁴⁷ Vid. BRAZÃO, Eduardo – *Subsídios para a história do Patriarcado...*, p. 13-17.

⁴⁸ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), ms. 50 (*Notícia universal, histórica e política da origem, estilos, e privilégios das capelas reaes, e capelaens regios dos Emperadores e Reis do mundo...* [s.l.: s.d.], fls. 49 e segs.

em todo o caso, parecem não restar dúvidas, é de que terá sido o receio sentido pela Santa Sé de um possível cisma português, originado pela questão do cardinalato dos núncios, que motivaria a sua cedência nesse assunto, pondo assim termo a quase uma década de relações interrompidas⁴⁹.

Mas um último aspecto não poderá ainda deixar de ser referido. De facto, actuando numa corte sem proporções grandiosas e num país onde a sociabilidade continuava a revestir preferencialmente padrões eclesiásticos⁵⁰, o espectáculo cortês não poderia deixar de utilizar em seu proveito os recursos fornecidos pela pompa litúrgica, num processo de apropriação que era, de resto, favorecido por evidentes afinidades com o cerimonial áulico⁵¹. Na verdade, as grandes encenações religiosas forneceriam ao monarca a possibilidade de preencher de modo brilhante o quotidiano da organização cortesã sem concessões demasiadas ao sector aristocrático⁵², ao mesmo tempo que garantiriam a adesão de uma Igreja lisonjeada com a *fidelidade* régia, mas progressivamente submetida por uma política declaradamente regalista, bem como a dos tradicionalistas, que viam nas grandiosas manifestações do culto o único antídoto contra a impiedade dos tempos modernos. O caudal imenso dos presentes enviados para Roma no decurso do reinado, as enormes somas gastas em múltiplas diligências, os percalços diplomáticos que envolveram as relações com a Santa Sé e que chegariam mesmo à sua suspensão durante vários anos (1728-1737), só poderão, de facto, compreender-se, se ao capricho e à natural devoção do soberano católico se acrescentarem razões políticas de fundo, que se prendem com o prestígio régio, numa Europa onde o Papado desempenhava um papel central,

⁴⁹ Vid. BRAZÃO, Eduardo – *D. João V e a Santa Sé: as relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706-1750*. Coimbra: Coimbra Editora, 1937, p. 304.

⁵⁰ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 83-95.

⁵¹ Vid. ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987, p. 92, nota 1; LEVRON, Jacques – *La vie quotidienne à la Cour de Versailles aux XVII^e-XVIII^e siècles*. 3^a ed. Poitiers-Ligugé: Hachette, 1986, p. 65; e OROZCO DÍAZ, Emilio – *El teatro y la teatralidad del Barroco*. Barcelona: Planeta, 1969, p. 101-102.

⁵² Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 278, nota 427.

mas também com uma estratégia consciente de poder, que contextualiza a *política romana* – e, nela, a instituição da Patriarcal – e que apenas adquire verdadeiro sentido em função da conjuntura em que se inseria (Fig. 5).

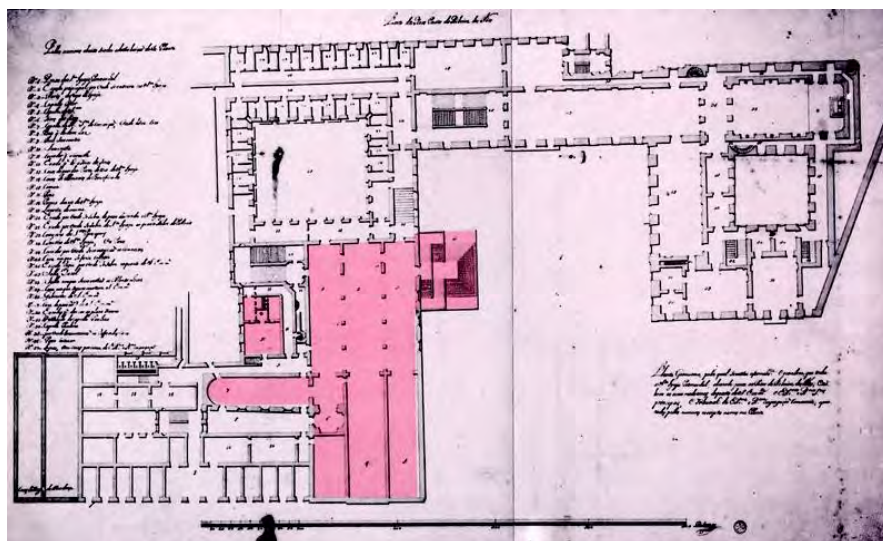


Fig. 5 – Planta da Basílica e Complexo Patriarcal. Biblioteca Nacional de Portugal © BNP.

E por este modo, instituída na Real Capela do Paço da Ribeira cuja titularidade o Patriarca acumulava, teria início um curioso processo que, em poucos anos, transformaria a metrópole lisboeta numa verdadeira miniatura do Vaticano e o seu prelado numa *espécie de papa*. De facto, o Patriarca usava vestes cardinalícias, sapatos bordados com uma cruz, camalha de veludo carmesim, chapéu preso por cordões e ostentava insígnias quase pontifícias, as suas armas eram coroadas por uma tiara e uma chave (Fig. 6) e, no tejadilho do seu coche, como no do Papa, refulgia um Espírito Santo de ouro. Encabeçava, além disso, um cortejo efectivamente impressionante de mais de duzentos dignitários: vinte e quatro *principais*, formando um sacro colégio e trajados de violeta e escarlata, à maneira do camareiro papal; setenta e dois *monsenhores*, com vestes roxas episcopais e tendo direito à mitra; vinte cônegos e setenta beneficiados, aos quais

se juntava ainda um número impressionante de músicos e cantores e uma corte notável de acólitos e funcionários, cujo total ascenderia, em 1747, a 444 pessoas.



Fig. 6 – *Matriz sigilar de D. Tomás de Almeida (1716-1754)*. Museu Nacional de Arte Antiga © Luis Pavão. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

Aos livros de cantochão copiados dos de S. Pedro de Roma, como o cerimonial de que se rodeava o metropolitano (cujo trono replicava fielmente o do Pontífice) (Fig. 7) acrescentava-se a precedência sobre todos os arcebispos e bispos do Reino (privativa antes do arcebispo de Braga, como *Prima*), a faculdade de promover ao bacharelato e doutoramento em Teologia e Cânones os dignitários patriarcais, a elevação ao cardinalato no primeiro consistório realizado após a sua eleição e, finalmente, o privilégio de sagrar os reis de Portugal⁵³.

⁵³ Para uma síntese da pompa que rodeava o Patriarca de Lisboa, vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 279, nota 444. Para uma visão detalhada, veja-se BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico...*



Fig. 7 – *Sedia gestatória e flabelos*, séc. XVIII © Museu Tesouro da Sé Patriarcal de Lisboa.

A exibição pública do Patriarca reunia, pois, todas as condições para constituir um verdadeiro acontecimento e a Patriarcal proporcionava à Corte de Lisboa o brilho que o monarca ambicionava e se via impedido de procurar nas grandiosas funções mundanas que, além-fronteiras, constituíam o cerne do espectáculo áulico. E convertia-se, por essa via, no centro emotivo da vida palaciana. Ao lado da corte secular, pois, cuja expansão os circunstancialismos da conjuntura nacional em grande parte impediriam, erguer-se-ia, assim, esplendorosa, a corte eclesiástica, que, essa, possibilitaria afinal, não somente ombrear com as suas congéneres internacionais, como ultrapassá-las mesmo, pelo fausto quase sem limites que rodeava as manifestações litúrgicas da corte de Lisboa. No Paço da Ribeira, com efeito, a presença do Patriarca e do seu séquito, ao qual se acrescentavam ainda três outros cardeais (da Cunha, da Mota e Pereira de Lacerda), impunha, na tonalidade relativamente sombria do quotidiano áulico, uma colorida e característica nota, que ajudaria a configurar Lisboa como a *Roma do Ocidente*.

Todavia, se o sumptuoso prelado precedia em tudo os bispos seus irmãos e, como eclesiástico, mesmo os grandes do Reino (entre os quais se contavam parentes da Casa Real), sobre todos imperava indiscutivelmente o Rei. Deve, aliás, reter-se que, na prática, o metropolitano não era mais que o capelão real, cujas funções lhe competia desempenhar, e a criação da diocese de Lisboa Ocidental, instituída na Real Colegiada de S. Tomé, não motivara, de facto, a edificação de uma nova catedral e, pelo contrário, fora a capela palatina que, hipertrofiando-se pela acumulação de sucessivos privilégios, adquirira uma dimensão nunca vista anteriormente em toda a Cristandade e que, de resto, explica a relutância pontifícia em aceder aos desejos do soberano português⁵⁴. Neste contexto, o extraordinário engrandecimento das funções litúrgicas do Paço reflectir-se-ia de modo directo sobre a pessoa real, a quem todo aquele fausto se dirigia e que ficava assim sendo o único príncipe católico a possuir um *papa* por capelão (Fig. 8).

Foi esta mesma realidade que Carrère bem compreendeu ao afirmar, a respeito de D. João V, que pretendia, com a sua emulação da corte pontifícia, *avoir une espèce de pape dans ses états*; ao mesmo tempo que compreendeu também que *il a voulu qu'il fût partie de sa cour, qu'il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l'auroit établi et don't il seroit dépendant*⁵⁵. E é esta complexa personagem que D. Tomás de Almeida seria chamado a encarnar em inícios de 1717, com os créditos que possuía de *grande e magnífico senhor, afável e cheio de equilíbrio*⁵⁶. Mas que o papel comportava riscos, provam-no as tensões que não deixariam de existir.

Efectivamente, no seu longo pontificado de trinta e sete anos, o patriarca D. Tomás deixaria, em torno da sua acção, um rasto eloquente de grandeza e

⁵⁴ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 280, nota 456.

⁵⁵ Vid. *supra* nota 3.

⁵⁶ Vid. *supra* nota 4.



Ideia G. o retratto do Patriarca Thomas primeiro
deu retrates, por ordem do Rey D. João V.
o p^{ro} queimouse no Paris, mas ficou huma
coppia feita por mim q^{sta} em poder
da Ex^{ma} Sr^a Marguiera de Alorna em chelley

Monarchia
Lusitana

Fig. 8 – Retrato de D. Tomás de Almeida, Francisco Vieira de Matos [Vieira Lusitano], 1744. Museu Nacional de Arte Antiga © Luísa Oliveira. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

magnificência, como se esperava de quem devia assumir-se como materialização da própria majestade régia e, em particular, da pessoa do monarca. O qual, aliás, para esse mesmo fim, como refere Caetano de Sousa, *com a sua incomparável generosidade, e devoção, lhe fez uma ampla Doação (...) de diversas rendas, separadas das Ecclesiasticas, para poder manter uma Casa com grandeza, e apparatus da sua alta Dignidade, que elle conserva em luzida e numerosa família*⁵⁷. E, de facto, nas grandes cerimónias litúrgicas, como nas efemérides principais do reinado – como seriam os baptizados principescos, a fundação e sagração de Mafra, a celebração, em 11 de Janeiro de 1728, na própria Basílica Patriarcal, dos esponsais da Infanta D. Maria Bárbara com o Príncipe das Astúrias, Fernando de Bourbon, ou, já em 29, a celebração na Sé de Elvas do consórcio dos Príncipes do Brasil, D. José e Mariana Vitória de Bourbon, por ocasião da *troca das princesas*, ou ainda, em 1746, a sagração da nova Basílica Patriarcal –, o prelado e a sua cúria dispunham de ocasiões azadas para fazer brilhar, em todo o seu inultrapassável esplendor, a prodigiosa máquina cerimonial que o soberano construía em seu redor⁵⁸.

É, na verdade, esse lastro brilhante que perpassa, num registo quase doméstico, no interessantíssimo documento que constituem as *Memórias Paroquiais*, referentes ao seu domínio de Santo Antão do Tojal e redigidas pelo respectivo cura após o terramoto. Nelas se reporta um quarto de século de muníficas visitas que, justamente, deixariam no local uma memória viva⁵⁹. De facto, o seu natural gosto pela pompa e pelo cerimonial, que não escaparia ao registo laudatório dos cronistas, configurava-o como a personagem ideal para dar corpo ao projecto cenográfico idealizado pelo *Rei Magnânimo*, do qual viria a revelar-se, de resto, colaborador empenhado e criativo. Disso mesmo seria testemunho um dos mais vívidos documentos do quotidiano social, político e

⁵⁷ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 499.

⁵⁸ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 499-500.

⁵⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Memórias Paroquiais*, “Santo Antão do Tojal”, vol. 36, nº 58, fls. 365-534.

cortesão do Portugal de então, as *gazetas manuscritas* da Biblioteca Pública de Évora, ao reportarem sucessivas notícias do prelado, tais como: *Morreo hum. capellão do Patriarcha e o seu enterro foi com pompa extraordinária, e dizem que [com] ceremonias novas*; ou *A hospedagem que fes em Santo António do Tojal o Sr Patriarcha ao Sr. Cardeal da Cunha foi magnífica*; ou ainda *O Patriarcha deu a sua sobrinha a Sra. Condessa do Larradio joyas que se estimao em nove mil cruzados*; ou, mesmo, finalmente, que *foi El Rey de madrugada, e o Príncipe á nova quinta do Patriarcha em Sto. António do Tojal ver o baptismo dos grandes e novos sinos, jantaram magnificamente, apurandose Sua Jllustrissima e Reverendíssima quanto devia para receber tam grandes hospedes, e a Raynha fes a mesma jornada esta semana*⁶⁰.

No mesmo sentido e dando corpo à estreita ligação que sempre manteria com os seus mestres Jesuítas, o patriarca institui em S. Roque, a partir de 1718, no último dia do ano, uma esplendorosa função litúrgica, a que, segundo informa João Baptista de Castro, *assistiam publicamente as pessoas reaes, com todos os grandes da corte, e se cantava o Te Deum, a dous coros pellores meliores músicos, e instrumento*⁶¹. Tal como o monarca, aliás, e em continuação do que já operara em Lamego e no Porto, o prelado esforça-se de igual modo por espalhar em seu redor os frutos da uma munificência que – a par do exercício efectivo da caridade – deveria preservar a sua memória na vasta circunscção religiosa que lhe fora atribuída, onde as obras por ele patrocinadas quedariam como *eternos padroens do seu pio, e generoso animo*, como assevera Caetano de Sousa⁶².

Estariam nesses casos, onde piedade e generosidade se entrecruzam, os avultados contributos que daria para a Casa de S. Vicente de Paulo, que *com largas despeças tem tão adiantado*, assevera o cronista, ou para o mosteiro das religiosas

⁶⁰ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1: 1729-1731. Lisboa: Colibri, 2002, p. 97; e vol. 2: 1732-1734. Lisboa: Colibri, 2005, p. 104, 197 e 247.

⁶¹ CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. T. 3, Parte V. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 266.

⁶² SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 500.

Trinas de Campolide, interrompido havia mais de um século e que consegue fazer concluir em 1721, com a sua energia habitual. Ou ainda, noutra plano, a aquisição e doação aos seus moradores, depois da construção de um chafariz, da quinta de Alhandra, de que era donatário, com o único fim de fornecer água aos habitantes⁶³. Em particular, será esse o caso da edificação da vasta igreja do Senhor da Pedra, junto à vila de Óbidos, nos confins do seu domínio, e de que, ano e meio após haver começado a *resplandecer em Milagres*⁶⁴, em 1739, se inauguravam já solenemente as fundações.

O plano, grandioso, seria entregue ao arquiteto da mitra, Rodrigo Franco, que idealizaria um templo de planta centralizada, com um gosto (essencialmente decorativo) *agiomatto* em relação ao paradigma italianizante vigente na arte de corte de D. João V, situação que também espelham as pinturas dos altares, da autoria dos portugueses André Gonçalves e José da Costa Negreiros, ou as esculturas de Francisco Borjão. Mas com cedências ao gosto tradicional português, como o revestimento azulejar. A despeito, porém, do patrocínio patriarcal e das avultadas esmolos recolhidas (desde logo, do próprio monarca, que a visita em 1742), a igreja, inaugurada em 1747, ficaria inconclusa desde então⁶⁵. Idêntica dificuldade, aliás, terá o prelado sentido com relação às obras da nova igreja paroquial de Santa Isabel, no extremo ocidental de Lisboa, empreendida em 1742 e que, não obstante a solidariedade régia, que de novo se faria sentir, ainda em 1758 não teria passado o nível da cimalha (Fig. 9)⁶⁶.

⁶³ Vid. SOUSA, António Caetano de – *História genealógica ...* Vol. 10, p. 500 e 848; e *Provisão do cardeal-patriarca em que faz doação perpétua da quinta intitulada de Roqueanas à vila de Alhandra e aos seus moradores*, 1742 (29 de Dez.) Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL).

⁶⁴ MATOSO, Luíz Montês – *Anno noticioso e histórico*. T. I. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1934, p. 154 (fac-símile de 1740).

⁶⁵ Vid. PEREIRA, José Fernandes – *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*. Lisboa: Quimera, 1991; e GORJÃO, Sérgio – *Santuário do Senhor Jesus da Pedra, Óbidos: monografia histórica*. Lisboa: Colibri, 1998.

⁶⁶ Vid. ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: IPPAR, 1998, p. 55-56.



Fig. 9 - Igreja Paroquial de Santa Isabel, Lisboa © José F. Maciel.

Porém, *grande e magnífico senhor* como, na verdade, se esperava que fosse, seria nas suas próprias residências (recebidas com o domínio ocidental do velho arcebispado de Lisboa) que o prelado levaria a cabo a melhor exibição dessa sua dignidade, a par da sua apetência pelo fausto da vida quotidiana, que o próprio monarca – que no Paço Real lhe organizaria sumptuosas moradas, em articulação com a Basílica Patriarcal⁶⁷ –, de resto, directamente estimulava. São disso exemplo o Palácio da Mitra, na Quinta de Marvila, aumentado e restaurado no virar do século pelo arcebispo seu antecessor D. Luís de Sousa e onde os cónegos haviam empreendido obras entretanto interrompidas (e que D. Tomás de Almeida conclui com dignidade e coerência, ao redor de 1730 – não sem introduzir o gosto vernacular dos azulejos –, segundo planos, como esclarece a documentação, do seu arquitecto particular Rodrigo Franco⁶⁸); o Palácio Lavradio, em Lisboa, ao Campo de Santa Clara, empreendido em 1745, adquirido a seu irmão, conde de

⁶⁷ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 108-110.

⁶⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, fl. 498.

Avintes e ofertado ao sobrinho, 1º conde e 1º marquês de Lavradio (a propósito do qual Robert Smith aventaria o nome de Ludovice⁶⁹, em atribuição que valerá a pena tentar rever-se, em função do que começa a desenhar-se sobre o papel de Rodrigo Franco nos empreendimentos patriarcais); e enfim as obras que desenvolve no domínio saloio de Santo Antão do Tojal (Fig. 10), que mais popular tornaria a sua acção artística entre a historiografia da especialidade, em particular pela documentada presença, nesse contexto, do arquitecto romano António Canevari, que permaneceria em Lisboa entre 1728 e 1732, ao serviço de D. João V⁷⁰.



Fig. 10 – *Palácio Patriarcal* (vista parcial), 1728-1732. Santo Antão do Tojal (c. Loures)
© Paulo Guerra.

Obras complexas, de remodelação e refrescamento da velha residência estival dos arcebispos e da igreja adjacente, empreendidas a partir de 1730, haveriam de absorver o Patriarca por longos vinte anos. Aí modelaria, pouco a pouco, um conjunto residencial, onde a intervenção do arquitecto italiano –

⁶⁹ Vid. MATOS, José Sarmento de – Palácio Lavradio. In *DICIONÁRIO da arte barroca em Portugal*. Dir. José Fernandes PEREIRA. Lisboa: Presença, 1989, p. 257-259.

⁷⁰ Vid. CARVALHO, Aires de – *D. João V...* Vol. 2, p. 282, 311, 341, 357, 359, 362-364, 368, 369, 368 e 367 segs.; PEREIRA, José Fernandes – *A acção artística...*, p. 50-88; António Canevari. In *DICIONÁRIO da arte barroca em Portugal...*, p. 107-108; e GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Caminho, cop. 1988, p. 22-23.

essencialmente centrada na planificação do aqueduto e no palácio-fonte que a documentação esclarece destinar-se, na origem, a servir de casa da câmara, no âmbito de um domínio que o prelado buscava dignificar (também retoricamente) pela sua elevação a vila⁷¹ –, se diluirá, decerto, entre outros protagonistas⁷². Particularmente laboriosa é, aliás, a reconstituição das campanhas que D. Tomás leva a cabo na igreja paroquial (que dignifica no plano eclesiástico e converte em dependência palaciana), fortemente atingida pelo terramoto de 1755, mas de que valerá a pena destacar o conjunto de estatuária de origem genovesa, de provável realização de Francesco Maria Schiaffino⁷³. Nela, com efeito, se figura Nossa Senhora da Conceição – devoção militante do prelado – além da Rainha Santa Isabel e de S. João de Deus, santos portugueses que não deverão, talvez, deixar de se associar à dedicação que o prelado promove, à mesma augusta taumaturga, da nova igreja paroquial de Lisboa (Fig. 9): e, por essa via, a uma valorização subtil de um catolicismo *nacional*⁷⁴, que não poderá também deixar de interligar-se com os desígnios mediatos que teriam presidido à própria instituição da Patriarcal.

De facto, não poderia, seguramente, D. Tomás de Almeida, dotado como era – como asseguram os panegiristas (e parece demonstrar o seu *curriculum*) – de *profunda sciencia* nos Sagrados Cânones⁷⁵, ter-se envolvido no protagonismo de um projecto eclesiástico cuja modelação, de ano para ano, se fazia em clara apropriação (desde logo simbólica) das prerrogativas pontifícias, em ausência de solidariedade com os seus desígnios. E os memorialistas não deixam de encarecer as suas *letras* e superior cultura, encomiando, além das obras publicadas (fundamentalmente ligadas ao seu exercício administrativo e pastoral) uma

⁷¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, fl. 452.

⁷² Vid. PIMENTEL, António Filipe – Ascensão e queda de António Canevari: reflexões em torno de um problema historiográfico (no prelo).

⁷³ Vid. VALE, Teresa Leonor – As estátuas de Santo Antão do Tojal: contributo para um panorama da importação de escultura barroca genovesa para Portugal. *Artis*. 5 (2006) 259-264.

⁷⁴ ROSSA, Walter – *Além da Baixa...*, p. 56.

⁷⁵ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana ...* Vol. 3, p. 723.

produção escrita de que se poderiam *formar volumes*⁷⁶. É esse também o retrato traçado nas próprias notas das *gazetas manuscritas* ao relatarem (em dois registos): *Dia da Conceição foy El Rey a Patriarchal, ouve a novidade de que o Patriarcha diçe de memoria e com acções hum sermão latino ou homelia que durou quarto e mejo de hora e foi muy aplaudido; ou Os que querem introduzir a Opera tem ajustadas as cantarinas por 20.000 cruzados, e hua planta para o theatro no mesmo Patio, e o Patriarcha os não embaraça, mas faltalhe a licença delRey*⁷⁷.

Também por isso a biografia do prelado não deixaria de registar, a par do seu empenho na administração da diocese, que detalhadamente visita⁷⁸, algumas notas de conflitualidade que, a par das qualidades lendárias do seu exterior amável — *já mais se dificultou para ouvir geralmente a todos, achando nelle urbano trato os Grandes, e affavel acolhimento os pobres, que socorre generosamente, o Clero, e os Regulares, Pastor, e Pay*, registaria Caetano de Sousa⁷⁹ —, testemunham nele uma personalidade forte e realmente determinada em não abrir mão do que, em seu entender, acreditava serem inerências de um *grande e magnífico senhor*, a quem competia encabeçar (mas também defender) a Igreja *nacional* (Fig. 11).

De facto, abundam testemunhos do exercício, no cumprimento do seu múnus, da determinação disciplinar (fosse na ordem dos costumes ou na do decoro e lustre do seu clero) de que, já nos anteriores ministérios de Lamego e Porto, se habituara a fazer uso. Vão nesse sentido, alguns dos documentos conservados no próprio arquivo do Patriarcado⁸⁰, bem como as informações reportadas pelas *gazetas*, como as que referem que *A todos os curas mandou o Patriarcha intimar graves penas se os clérigos não trouxessem sobrepeliças com mangas e crespas; que O Patriarcha observa a ley que fes que nenhum clérigo daqui por diante seya admitido sem*

⁷⁶ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana* ... Vol. 3, p. 723.

⁷⁷ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas*... Vol. 1, p. 87 e 108.

⁷⁸ Vid. BARBOSA, Fernando António da Costa de – *Elogio histórico*..., p. 54 e segs.

⁷⁹ SOUSA, António Caetano de – *História genealógica* ... Vol. 10, p. 500.

⁸⁰ AHPL, fundo respectivo, especialmente os docs. de 1723 (4 de Nov.); 1730 (14 de Jun.); 1736 (24 de Jan.); 1747 (30 de Mai.) e 1750 (18 de Ago.).

ter oitenta mil reis de renda de patrimonio; ou sobre o desterro que ordena (e prisão do procurador do cabido) de quatro clérigos de Vila Viçosa, culpados de *descaminhos da Tapada*⁸¹. De igual modo, a notícia de que *Com grande deficuldade se conseguiu licença do Patriarcha para que fosse tomar banhos as Alçarias a Senhora Dona Ignes irmãa do Conde de Atouguia, e freira da Esperança, que continua ha quarenta dias na sua queixa, e se recolhe todos os dias do banho ao convento*⁸², indicia um temperamento austero e impermeável a pressões. E será, aliás, nesse sentido – bem como no da sua solidariedade com os desígnios regalistas do monarca – que deverá entender-se o papel que, com o cardeal da Cunha, desempenha na controversa matéria do combate ao sigilismo, em que se empenha frontalmente⁸³. Na verdade, algumas notícias parecem querer contradizer a bonomia veiculada pelo retrato oficial, como se depreende pelo episódio ocorrido em 1733, em que, por ocasião do nascimento da filha de D. António Henriques, *o Patriarcha foi vizitar a parida – referem as gazetas – e não quis fallar a sua jrmã e cunhado com que está quebrado ainda pelo casamento do Peixoto*⁸⁴. E que a defesa do que considerava serem as suas prerrogativas se não detinha com as altas instancias, é o que parece poder deduzir-se da informação, veiculada pela mesma fonte, referente ao ano de 1731, de que *O Sr. Infante D. Francisco ainda está em Quellus e, se conta que tem com o Patriarcha huã grande questão e que este se queixou a El Rey pella forma e pella matéria que continha huã carta que o Sr. Infante lhe escrevera por elle não querer colar hum clérigo a quem o Sr. Infante fes Prior de Buçellas com huã pençao de duzentos mil reis para Diogo de Mendonça o moço por ter pacado hum ano da morte do Prior e se necessitar de bullas para a penção*⁸⁵.

⁸¹ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas...* Vol. 2, p. 99, 134 e 156.

⁸² LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas...* Vol. 1, p. 159.

⁸³ Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...* Vol. 2, p. 611.

⁸⁴ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas...* Vol. 2, p. 204.

⁸⁵ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas...* Vol. 1, p. 151.

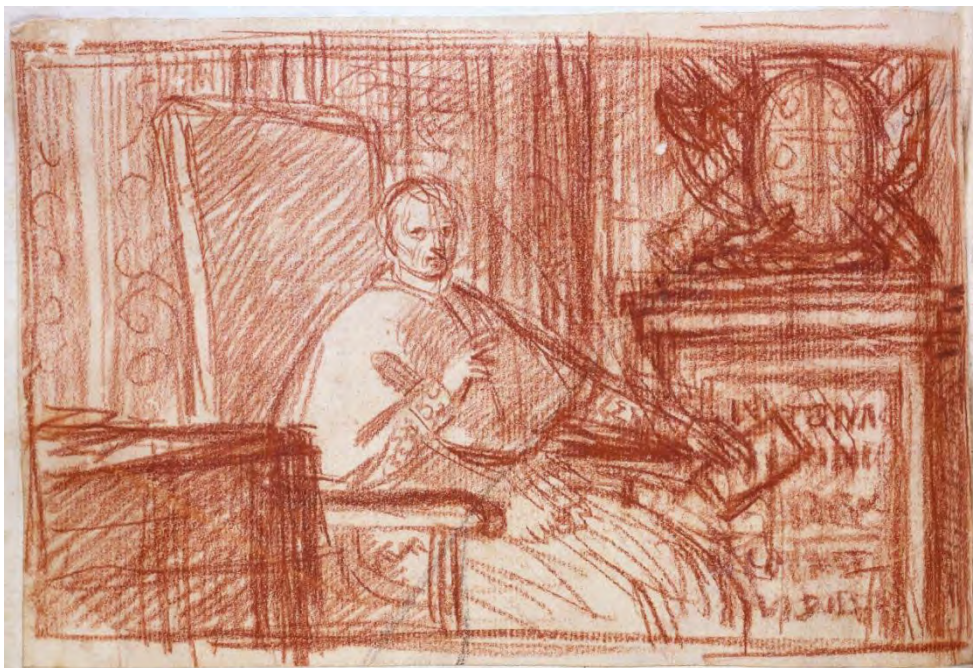


Fig. 11 – Retrato de D. Tomás de Almeida, Francisco Vieira de Matos [Vieira Lusitano] (séc. XVIII). Museu Nacional de Arte Antiga © Luísa Oliveira. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

De facto, o prelado teria entendido, em ampla extensão, o grandioso papel que o Rei lhe atribuía de ser nos seus estados *une espèce de pape*. O seu temperamento teatral, a sua natural urbanidade, mesmo a sua cultura e inteligência, vocacionavam-no do mais amplo modo para o exercício das faustosas funções. E mesmo os seus dotes de governo, desde cedo exercitados, não desagradariam ao monarca, ele mesmo constrangido – mais do que o espectáculo do Barroco permitia observar – a fazer vingar o seu poder sobre uma sociedade corporativa e preta de traços confitivos⁸⁶. Mas, ao menos com o tempo, terá tido a negligenciar a percepção do lado mais subtil desse mesmo papel: o de que *il a voulu qu'il fût partie de sa cour, qu'il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la*

⁸⁶ Vid. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e poder...*, p. 51-61.

*magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l'auroit établi et don't il seroit dépendant*⁸⁷.

Na verdade, era a si mesmo que o Rei reservava o supremo papel, como claramente indiciam notas como a de que O Patriarca se queixou de que o cônsul de Holanda que serve de rezidente, e tem as armas dos Estados á porta desse aos Domingos exercício aos protestantes, porem dizem que se assentou que ainda sem carácter, que tinha o privilegio e o mesmo succede a António Campos que fas os negócios del Rey em Inglaterra, ou a de que pretendendo o mesmo Patriarcha que o Marques de Abrantes recolheçe huã moça que como provedor das convertidas tinha despedido. El Rey rezolveo que se executaçe como o Marques ordenava por ser o recolhimento da protecção real⁸⁸. E a prova final do verdadeiro estatuto do prelado no quadro ideológico e jurídico do Portugal Joanino seria fornecida pelo processo originado com a sua resistência à inclusão do clero no tributo lançado para a construção do Aqueduto das Águas Livres, a que se opõe ameaçando interditar o Reino⁸⁹. O monarca reage intimando-o de que, persistindo, o faria desterrar e lhe suspenderia as temporalidades: ao que o prelado se vê obrigado a desistir – não sem lastimar-se de que se lhe insinuam degredos, e sequestros⁹⁰. E ainda em 1750 se confrontaria com a determinação real em matéria de beneplácito régio, ao levar a cabo o marquês de Gouveia a

⁸⁷ Veja-se *supra*, nota 3.

⁸⁸ LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas...* Vol. 2, p. 49 e 260.

⁸⁹ Na verdade, as *gazetas* testemunham, em diversos trechos, este episódio: “O Patriarcha continua em não aceitar o tributo, e tem havido muitos papeis de parte a parte e brevemente se teme um interdicto continuandose em cobrar as cinco imposições; hontem houve senado athe a noite, e este ha de ser o primeiro excomungado se não houver o ajuste que tanto se dezeja”; “O Patriarcha fez hum novo papel e sobre elle houve hua junta, de que dizem resultou hua carta em que El Rey confirmava a sua primeira resolução”; vid. LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago dos Reis; OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas...* Vol. 1, p. 73 e 78. A este episódio alude também, indirectamente, Diogo Barbosa MACHADO, ao referir a sua autoria de “vários Manifestos, e Apologias em deffensa da immuidade Ecclesiastica em que admira a profunda sciencia que tem dos sagrados Cánones, e Constituiçoens apostólicas”; vid. MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana ...* Vol. 3, p. 723.

⁹⁰ Cfr. GUSMÃO, Alexandre de – *Collecção de vários escritos inéditos políticos e litterarios*, Porto, 1841, p. 13. Veja-se também SANTARÉM, V. de, ob. cit., tomo V, p. CCLXX, nota.

prisão do seu impressor, por estar ele imprimindo – queixar-se-ia o purpurado – uma atestação que me mandou o papa, a quem farei repetidas vezes obediência⁹¹.

Partiria desta vida, D. Tomás de Almeida, na sua cidade patriarcal de Lisboa (já reunificada sob o seu domínio espiritual desde 1740⁹²), na propecta idade de oitenta e três anos, simbolicamente numa quarta-feira de cinzas, 27 de Fevereiro de 1754. Pouco mais de ano e meio antes de o terramoto de Lisboa reduzir a cinzas o que fora a opulentíssima sede do seu não menos magnificente sólio, a cinzas o que fora a opulentíssima sede do seu não menos magnificente sólio, a Basílica Patriarcal do Paço da Ribeira, que sagrara em 1746 e que Ludovice havia convertido, por imposição real, no luxuoso cenário da *Roma do Ocidente*⁹³. Por determinação sua, descansaria em campa rasa no cruzeiro da igreja de S. Roque, a casa-mãe dos Jesuítas, de que fora sempre confesso discípulo intelectual e aos quais, talvez por isso, deixaria em testamento a sua livraria⁹⁴. O seu túmulo, uma luxuosa e digna laje, ornada do imponente escudo das suas armas, coroadas da tiara *papal* (Fig. 12), seria obra da piedade de seus dois sobrinhos, o marquês de Lavradio e o homónimo D. Tomás, o *principal* Almeida, como membro, também ele, da sumptuosa cúria patriarcal.

E a instâncias de ambos comporia o lente de Coimbra Filipe Maciel o competente e extenso epitáfio latino⁹⁵, onde – contas feitas ao seu imenso e complexo percurso terreal; ao singular papel que lhe coube desempenhar; aos seus dotes naturais; às circunstâncias em que houve de exercê-los e à trajectória inalterável que soube manter de *grande e magnifico senhor* – se inscreve a afirmação,

⁹¹ Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...* Vol. 2, p. 333.

⁹² Vid. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...* Vol. 2, p. 14.

⁹³ Vid. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – La Patriarcale du Roi Jean V de Portugal. *Colóquio-Artes*. 83 (1989); La Patriarcale del re Giovanni V da Portogallo. In *GIOVANNI V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Ed. Sandra Vasco ROCCA e Gabriele BORGHINI. Roma: Argos Ed., 1995, p. 81-93.

⁹⁴ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana ...* Vol. 4, p. 243.

⁹⁵ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana ...* Vol. 4, p. 243.



Fig. 12 - Lápide sepulcral de D. Tomás de Almeida. Igreja de S. Roque, Lisboa
 © Paulo Cintra & Laura Castro Caldas.

provavelmente justa: *Estão de luto os príncipes, gemem os pobres, chora Portugal inteiro, entristece-se a religião. Só a impiedade exultaria, se não temesse, mesmo sepultado, este homem tão ilustre*⁹⁶.

⁹⁶ Devemos a informação sobre a transcrição deste epitáfio à gentileza da nossa amiga e colega Dra. Teresa Freitas Morna, directora do Museu de S. Roque, Lisboa.



Cadeiral da capela-mor. Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego

Lamego e a sua catedral entre 1679 e 1712 no *Códice 390* da Colecção António Capucho: espaços e dinâmicas segundo um livro de despesas do cabido

Nuno RESENDE

O *Livro dos Gastos e Despesas* do cabido da Sé de Lamego é um códice composto por 143 folhas numeradas que regista o movimento contabilístico desta instituição, entre Julho de 1679 e Julho de 1712. Foi adquirido em leilão, no dia 20 de Novembro de 2009, constituindo o lote 390 da colecção bibliográfica e documental de António Capucho (1918-2009)¹. Configura um livro formado por três cadernos de papel tecido, com marca de água², de 48 fólhos cada um, ligados por fio à lombada de uma capa de pergaminho (reaproveitada de uma folha de Antifonário). O dorso foi reforçado com duas pregas de couro. As suas medidas são 292 x 215 x 19 mm (Fig. 1).

No que concerne ao meio de fixação da linguagem, registamos, numa primeira fase, o uso de vários tipos de tinta, prevalecendo a ferro-gálica que, pela sua composição, originou alguns problemas de leitura e conservação. Numa fase posterior, que poderemos situar no século XX, assinalámos o acrescento de inúmeras anotações, quer na folha de rosto, quer à margem do conteúdo

¹ Demonstramos o nosso apreço a Sónia Monteiro pelo apoio concedido no acesso ao estudo do livro manuscrito aqui apresentado.

² Três círculos alinhados verticalmente ao centro da folha, o superior contém uma cruz floreteada, o central as iniciais C G [?] e o inferior a letra C.

primário. Estas anotações foram executadas a lápis, salvo um apontamento, na folha de rosto, realizado por bolígrafo de tinta vermelha posteriormente riscado pela mesma mão, ou outra, a tinta azul (Fig. 2).



Fig. 1 – Pormenor da lombada e capa pergaminácea do Códice 390 © Nuno Resende.

Sendo hoje um documento histórico, este códice foi produzido por uma entidade privada, devendo procurar-se a sua origem no contexto de produção intelectual e de actividade administrativa da mesma, ou seja, o cabido da Sé de Lamego. Tal instituição, coeva da primitiva ermida de S. Sebastião que, a deslodo da principal estrada de acesso à cidade amuralhada velava pela protecção colectiva, cedo se tornou um pólo cultural de assinalada importância, a avaliar pela referência a uma biblioteca capitular, datada de 1145³.

O cabido é o conjunto ou a assembleia de cónegos de uma catedral, com carácter corporativo, que radica a sua origem nos movimentos monásticos de Regra. Inicialmente composto por presbíteros, agrupados em torno de um claustro, mas sem a organização perfeita do monaquismo definida por São Bento ou por Claraval (apenas para referir as duas grandes linhas de orientação

³ A 30 de Novembro de 1145 a doação ao mosteiro de Tarouca de certas herdades «pro bibliotheca quam scripsistis nobis» é assinada pelo prior Pelágio «una cum canonicis nostris», Viterbo, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 1: *Idade Média: a mitra e o município*. Lamego: [s.n.], 1977, p. 243.

monástica na Europa), o cabido acabou por tornar-se uma estrutura simbólica da vida em comunidade. Tal deve entender-se à luz da crescente emergência do bispo, enquanto figura catalisadora dos interesses de uma diocese em expansão, e, obviamente, do próprio contexto de formação do cabido, no espaço urbano, à sombra da catedral, onde a multiplicidade de ofícios exigia muito mais do que a plena dedicação à meditação, à escrita ou às tarefas manuais⁴.

Em Lamego, desde a separação das mesas episcopal e capitular que tanto a complexidade como o poder da última foram aumentando ao longo da Idade Média. Para isso contribuiu a autonomia económica, ratificada ainda no episcopado de D. Mendo (1147-1173), e a crescente intervenção jurisdicional que a referida complexidade e a ausência de instrumentos normativos exteriores permitia. A este cenário acrescentaríamos, ainda, a ausência do bispo, que frequentemente e ao longo da Idade Média deixava a estrutura capitular em posição de liderança, acentuando o seu protagonismo como catalisador de interesses corporativos e de estratégias linhagísticas. Este desequilíbrio na balança dos poderes diocesanos resultou, não poucas vezes, em dissensões intra-institucionais, dirimidas por Roma ou pela Coroa. De resto, quer M. Gonçalves da Costa⁵, quer Anísio Miguel de Sousa Saraiva⁶ desenvolveram estudos sobre a origem, percurso e funcionamento do cabido lamecense ao longo da Idade Média e do período Moderno, onde transparecem tais dissensões.

Os primeiros estatutos capitulares conhecidos ou, pelo menos, os contributos para a criação de um conjunto de normas estatutárias, datam de 1223 e 1252. Interessam-nos, porém, como apoio à nossa análise, os acrescentos dos

⁴ Para além do artigo de síntese de RODRIGUES, Ana Maria – Cabido. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir Carlos Moreira AZEVEDO. Vol. A-C. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 278-279, remetemos para dois trabalhos de fundo sobre os cabidos e a sua organização: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Ed. Magno, 2003; e SILVA, Hugo Ribeiro da – *O cabido da Sé de Coimbra: os homens e a instituição (1620-1670)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

⁵ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 241-255

⁶ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*

bispos D. Martim Afonso de Melo (1613) e de D. António de Vasconcelos e Sousa (1692-1705), que reflectem já as preocupações de Trento e emergem em períodos de particular conflituosidade interna, como veremos. Outra fonte indispensável para um conhecimento da orgânica, funcionamento e atribuições do cabido, no período pós Tridentino, são as *Constituições Sinodais*⁷, promulgadas durante o episcopado de D. Miguel de Portugal (1636-1644†) e mandadas imprimir por D. Frei Luís da Silva (1677-1685), no ano de 1683. Finalmente, o *Censual da Sé de Lamego*⁸, embora redigido antes do Concílio de Trento (talvez na primeira metade do século XVI), abre com o *Título dos Benefícios da Sé*, onde se elencam as dignidades e demais cargos do cabido, juntamente com a indicação de provisões ou nomeações dos títulos, respectivas prebendas, padroados e taxas de confirmação.

Para já interessa-nos compreender em que contexto normativo foi produzido este modelo de livro contabilístico, quem foi o seu produtor e que preocupações conduziram à sua redacção.

O *Livro de Despesas da Sé*, redigido entre 1679 e 1712, é um de uma série de livros produzidos desde o ano de 1623, como atesta a existência no Fundo *Cabido da Sé de Lamego* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontram três outros exemplares, o n.º 86 (1623-1635), o n.º 93 (1648-1649) e o n.º 216 (1654). Para além destes e dos que respeitam aos hiatos (1636-1647, 1650-1653 e 1655-1678), de cuja existência podemos apenas suspeitar, sabemos terem subsistido outros volumes datados de 1733, 1734 e 1735, hoje desaparecidos.

O ano económico contava-se de Julho a Julho. Cabia ao secretário do cabido a abertura do termo e a redacção da contabilidade anuais trabalhando em colaboração com o prebendeiro na execução de pagamentos e na devida

⁷ *Constituições synodales do bispado de Lamego, feitas pelo illustrissimo e reverendissimo Senhor D. Miguel de Portugal, publicadas e accitas no synodo que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639*. Em Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, 1683.

⁸ *Censual da Sé de Lamego: século XVI*. Ed. A. de Almeida FERNANDES. Arouca: [s.n.], 1999.

organização dos papéis avulsos que seriam utilizados como prova dos abates monetários. Em praticamente todos os verbetes se utiliza a expressão *se passou escrito*, referindo-se, com certeza, ao recibo ou assinado que comprovaria a realização de determinado acto, e cujo teor seria posteriormente transvazado no respectivo livro de despesas.

Pela leitura do códice, identificámos os nomes e o período de actividade dos seguintes secretários:

Nome	Fl.	Ano	Notas
António da Fonseca Cabral	1	1679	Cónego
Matias dos Santos Coutinho	114	1704	
João Pinheiro da Fonseca	122v	1706	
João Pinheiro da Fonseca	127v	1707	
Dínis da Silva e Faria	131	1708	
Manuel Ribeiro de Moura	138	1711	Cónego

Conquanto conheçamos o estatuto de cónego para o caso de António Fonseca Cabral (que abre o *Livro de Despesas* em 1679) e para o de Manuel Ribeiro da Moura, cremos que os demais integrariam, igualmente, o corpo capitular. De facto, uma tarefa de tal importância, que exigia ao seu autor lidar quase diariamente com o registo de somas avultadas, não podia ser entregue a indivíduo de pouca confiança e, sobretudo, sem os conhecimentos necessários à sua correcta execução. O capítulo III, título 2.º do livro 3.º das *Constituições de 1683*, deixa entrever que o secretário assistia com o deão, sendo, com certeza, indivíduo de boa posição na instituição capitular. De resto, dos nomes inscritos, conhecemos a proveniência social de António da Fonseca Cabral, de João Pinheiro da Fonseca e de Manuel Ribeiro de Moura. O primeiro era filho do

Morgado de Samodães, o segundo advogado em Lamego, e o terceiro, a merecem crédito as palavras de Felgueiras Gaio, teria sido cavaleiro da Ordem de Cristo⁹.

Depois do seu encerramento, em 1712, o *Livro de Despesas* teria sido arrumado no arquivo capitular, que se situava na casa do cabido e que, tanto quanto sabemos, até 1882, albergou os fundos desta instituição. Naquele ano e segundo M. Gonçalves da Costa, foi transferido para o seminário¹⁰. O destino que o acervo seguiu nos anos seguintes é bem o paradigma de como o património em Portugal sofreu reveses, nunca sanados, promovidos pelos regimes, não em detrimento do seu valor intrínseco, cultural e pedagógico, mas em função da possibilidade de ser manipulado. Se o Liberalismo encontrara nos fundos monásticos uma forma de assegurar o seu domínio fiscal, a República apoderava-se dos arquivos eclesiásticos, que até aí detinham o conhecimento sobre o movimento da população. A restante documentação, como no caso do património móvel arrecadado para constituição das grandes coleções museológicas, foi esbulhada, escolhida e em parte rejeitada. O que não interessava, segundo os cânones estilísticos ou ideológicos da época, era recusado e deixado à sorte. Nesse sentido, para além dos registos paroquiais, integrados nos novos arquivos distritais, pouparam-se os códices medievais, que os intelectuais republicanos consideravam de suma importância para a história nacional. M. Gonçalves da Costa narra o impacto da republicanização em Lamego: no regresso do exílio imposto pelo novo regime, o bispo D. Francisco José Vieira de Brito (1901-1922) encontrou o património da Igreja lamecense em risco eminente. Entre as espoliações incluíam-se o paço episcopal e o seminário, ou seja, com os edifícios, o regime sequestrara o seu recheio, a sua administração e os seus

⁹ AMADOS, § 50, N15; PINTOS, § 70, N17; PINHEIROS, § 7, N16. In GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Carvalhos de Basto, 1989.

¹⁰ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 1, p. 4, nota 6.

rendimentos – parte deles aplicados nos templos que, a partir de então, iniciaram uma morte lenta¹¹.

Qual o destino dado aos arquivos do cabido e da mitra? Quatro remessas seguiram para a Torre do Tombo, em 1915. Constituem hoje um dos maiores fundos diocesanos daquela instituição e contam cerca de 3 centenas de volumes, ou seja, grande parte da documentação medieval e moderna da Sé de Lamego. O restante ficou algum tempo armazenado quer no paço, quer no seminário. Os *Livros de Registo Paroquial* (baptismos, casamentos e óbitos) sofreram a maior delapidação, num inenarrável processo que não acautelou nem a sua defesa nem a sua conservação, como explica, em tom crítico, M. Gonçalves da Costa¹².

Ora, neste núcleo da documentação que não seguiu para Lisboa e que não se perdeu entre as sucessivas mudanças de depósito, devia encontrar-se o *Códice 390*. Como referimos, este *Livro de Despesas* não foi incorporado, com a documentação similar, na Torre do Tombo. No entanto, e embora não possuamos registo sobre as movimentações que a documentação eclesiástica remanescente em Lamego sofreu entre 1915 e o episcopado de D. João da Silva Campos Neves (1948-1971) (a quem se deve a reorganização do Arquivo Diocesano que hoje subsiste), julgamos que a mesma tenha sido exposta a todo o tipo de ameaças, desde a deterioração física, até à acção irreflectida do homem. Tal infligiu hiatos irrecuperáveis na linearidade documental.

Mas, porque razão o *Códice 390* não foi recolhido aos fundos capitulares incorporados no Arquivo Diocesano e aparece, quase um século depois de ter sido confiscado pelo regime, no leilão de uma colecção particular? A característica deste livro enquanto fonte histórica de particular interesse para o estudo da arte e

¹¹ A catedral sofreu um rude golpe no seu percurso milenar após 1910. Como a República abolira os recursos do cabido, e o Estado nacionalizara património que não podia conservar, tudo o que se fazia em detrimento da conservação do imenso edifício era com a boa vontade dos capitulares, como se refere na primeira sessão do cabido depois da implantação da República, datada de 1923; vid COSTA, M. Gonçalves da – *Seminário e seminaristas de Lamego: monografia histórica*. Lamego: [s.n.], 1990, p. 383-384.

¹² COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 3: *Renascimento I*. Lamego: [s.n.], 1982, p. 275; e *Seminário e seminaristas de Lamego...*, p. 381.

da arquitectura locais poderá explicar o seu desvio da restante documentação. De facto, há notícia da sua existência em 1939, quando João Amaral, director do Museu Regional de Lamego (1917-1955), redige um artigo que será publicado postumamente. Nele e numa série de outros trabalhos, João Amaral explora aspectos caricatos da vida capitular e anota intervenções artísticas e arquitectónicas registadas nos *Livros de Despesas* daquela instituição para os anos de 1679-1712, 1733, 1734 e 1735, que o autor testemunha terem sido encontrados por ele *num desamparo consternador*¹³. Não revela, contudo, nem onde, nem quando os encontrou. Certo é que, no meio de tanta documentação disponível e ao abandono, estranhamos a casualidade do resgate, dado que tais datas testemunhavam uma intensa campanha de obras na catedral e, inclusive, a presença de Nicolau Nasoni na cidade.

Como apaniguado do regime, João Amaral manteve uma ligação ao mesmo tempo de distância e colaboração com a Igreja lamecense¹⁴. Coube-lhe organizar o Museu Regional com o espólio confiscado, onde se contaria não apenas mobiliário, mas material livro e manuscrito, como se infere da colecção de 36 pergaminhos que permaneceram no Museu de Lamego¹⁵. O *Códice 390* e os restantes livros citados por João Amaral, pelo contrário, desapareceram dos arquivos públicos. M. Gonçalves da Costa – que esquadrinhou a documentação disponível sobre a diocese para a realização da sua monumental obra *História de bispado e cidade de Lamego* – não o refere¹⁶. Ou não pudera aceder ao documento ou ignorava o seu paradeiro, percurso dificultado pela morte de João Amaral, em 1955.

¹³ AMARAL, João – Obras realizadas na Sé de Lamego no século XVIII. *Boletim da Casa Regional da Beira Douro*. 6 (1964) 185-187.

¹⁴ Escusamo-nos a transcrever os elogios que lhe são tecidos pelo feroz republicano Aquilino Ribeiro. Remetemos o interessado para o romance *Arcas encoiradas*. Lisboa: Bertrand, 1974, p. 217-218.

¹⁵ Vid. *Museu de Lamego. Pergaminhos*. [Lisboa]: IPM, 2002.

¹⁶ Não aparece citado por M. Gonçalves da Costa no capítulo que escreveu sobre a organização do cabido no período pós tridentino, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 5: *Barroco I*. Lamego: [s.n.], 1986, p. 77-181.

Talvez seja improvável ou difícil que algum dia conheçamos as razões que levaram à inclusão deste *Livro de Despesas do cabido da Sé de Lamego* no arquivo privado do coleccionador de arte António Emídio F. da Silva Capucho (1918-2009)¹⁷.

1. As potencialidades da fonte

A historiografia perdeu-se, nos últimos 50 anos, entre o excesso e a ausência de fontes. À força de se construir sobre estatísticas, exigiu, para se alimentar, séries e séries de números, de dados e de fólhos. Esta historiografia insatisfeita apenas se aproxima da saciedade quando se resume em gráficos, quadros e apêndices com listagens infindáveis de dados coligidos. Por outro lado, a “Nova História” quase erradicou o Documento da mesa de trabalho do historiador, reduzindo-o a um simples acessório quando, sem ele, não existem factos, somente conjecturas e generalizações teóricas.

Entre uma e outra abordagem o Documento, enquanto registo individual, importante *per se*, foi perdendo o interesse e adquiriu, ante o historiador, um papel menor quando descontextualizado de séries documentais. Resulta deste processo o ser cada vez mais raro o diálogo entre o historiador e a singularidade do registo escrito. Outrossim, a historiografia enferma, a nosso ver, de uma incapacidade de conseguir uma leitura abrangente dos factos. Centra-se no indivíduo (biografia),

¹⁷ Leilão n.º 225, lote 390. Informação disponibilizada pela leiloeira sobre o este item: «LIVRO DOS GASTOS E DESPEZAS que se fazem por mão do secretário que há-de servir este ano de 1679, o cónego Antonio da Fonseca Cabral. [Lamego], 1679-1712. § In-4º gr. de 143 fls. num. pela frente. Encadernação revestida de folha em pergaminho mole, de um antifonário da época. Caligrafia muito legível. Este manuscrito do Cabido de Lamego descreve as despesas efectuadas e as receitas havidas, durante 33 anos, deste bispado, assinalando-se também em Fevereiro de 1706 a nomeação de D. Tomás de Almeida para o Bispado de Lamego. Com centenas de despesas relevantes, como restauros de igrejas em Lamego, em bigorne, em Maqueija [sic], numerosos presentes para o bispo-conde, despesas com sermões e música, pagamentos de pedreiros, carvoeiros, carpinteiros, etc., etc. Valioso documento para a história do concelho lamecense, em especial para a sua história eclesiástica». O manuscrito foi adquirido por Sónia Silva Monteiro e pelo autor deste ensaio.

centra-se no objecto ou no edifício (análises formais), centra-se num problema (monografias) e, no entanto, ignora as relações entre todos.

O presente ensaio versa o estudo de uma fonte. Propõe-se sistematizar a informação nela contida e tratá-la de forma indutiva, ou seja, através de questões aos factos, da sua validação, do seu confronto. Dada a sua versatilidade e a riqueza dos seus dados, o *Códice 390*, enquanto fonte histórica, revela-se atractivo para uma plêiade de investigadores: para os historiadores da economia, para os historiadores da arte e para os historiadores da sociedade (passe a redundância). A informação numérica, passível de ser tratada estatisticamente, as referências a oficiais, materiais de construção e confecção artística, os registos de obras e encomendas, a possibilidade de se criarem bases de dados toponímicas, nominais e ideográficas constituem aspectos extremamente vantajosos na análise desta fonte. Por outro lado, visto tratar-se de um *Livro de Despesas*, apenas conhecemos parte do movimento de capital líquido do cabido de Lamego para o período em causa. A esta limitação cronológica, acrescentamos a restrição institucional, as lacunas culturais dos redactores¹⁸ e a possibilidade de existirem erros de cálculo ou indicações falseadas. Em suma, o *Códice 390* apenas nos permite vislumbrar parte da vivência do cabido de Lamego no período de 1689 a 1712, a partir dos olhos dos seus redactores. Compreender tais limitações é o passo fundamental para conseguir contorná-las ou supri-las.

Em termos metodológicos começámos por organizar a informação contida no livro através da elaboração de um quadro onde coubessem, apenas, as informações relativas aos nomes dos intervenientes e das instituições discriminadas nos verbetes, os locais, os títulos, as funções e os ofícios, seguidos da localização cronológica e por fólio. Esburgando a fonte de informações não relevantes do ponto de vista factual e excluindo as informações protocolares e

¹⁸ Como exemplo, a partir de 1704, sendo secretário Matias dos Santos Coutinho, a organização da contabilidade torna-se mais clara e sistemática.

(ou) de contexto, criámos um esqueleto que permite ler a informação registada, sem interferências.

Esta primeira base de dados permite uma leitura sistemática e sequencial do *Livro de Despesas* onde, a olho, se descobrem repetições de nomes, instituições e locais, todos de alguma forma relacionados. Um mundo ordenado, onde a rotina se repete semana após semana, mês após mês, ano após ano.

Em Julho, como dissemos, altura em que principia o ano económico do cabido, repetem-se os mesmos afazeres: paga-se a quem leve os bancos dos senhores cónegos à Misericórdia para estes assistirem às cerimónias da Visitação; recebem-se os procuradores das igrejas de Magueija e Bigorne que levam as porções anuais (uma pelo Natal e outra pelo S. João Baptista); abatem-se dívidas sobre papel, tinta, penas e, eventualmente, um ou outro livro; bens adquiridos quer para a secretaria, quer para a contadoria do coro; enfim, entre outros negócios, saldram-se as jornas dos caminheiros, procuradores e solicitadores. O mês de Julho é, aliás, o que regista o maior número de actos, de pagamentos. A azáfama é grande e apenas Janeiro se lhe aproxima. De resto, parece entrever-se uma oscilação no registo da actividade no livro que aponta para dois picos, um em pleno Inverno, outro a meio do Estio.

À medida que se aproximam os meses de Outubro e Novembro, começam as preparações para o tempo frio. Invariavelmente, a meio do Outono, inicia-se uma sucessão de contactos com carvoeiros com vista à compra de carvão. As transacções e o consumo deste bem, produzido nas serranias a sul de Lamego, sucedem-se e aumentam gradualmente até Março ou Abril, conforme invernias mais ou menos prolongadas. Com a Primavera, recresce a azáfama. Cremos que a melhoria das condições atmosféricas facilitaria as deslocações. Pelos caminhos vão, então, os obrigados, solicitadores e procuradores tratar dos negócios da canónica acompanhados, algumas vezes, por alguns dos próprios cónegos. Trilhos de pé picados e calçadas trazem a Lamego pobres, pedintes e romeiros, a quem o

cabido favorece com esmolas. Dentro desta actividade caritativa a corporação capitular não esquece os seus oficiais, nem os seus pares, bem como outros religiosos, sobretudo os das ordens mendicantes. Os pedidos de donativo vêm de religiosos e religiosas de Évora, do Porto, de Lisboa e de mais perto, da própria cidade, de Ferreira, de Caria e de São João da Pesqueira, conventos que o cabido apoia anualmente por altura da Quaresma, dando expressão maior à habitual benevolência cristã dos seus membros.

Depois, com o Verão, um novo ano económico e com ele o bulício das comemorações litúrgicas e profanas que se podem adivinhar pelos aumentos dos réditos auferidos e pelas referências, ainda que fortuitas, aos movimentos de cónegos, coreiros, capelães e sacristães que participam em tal afã.

Neste universo pautado por vários tempos – o das liturgias, o tempo pastoril ou agrícola e o tempo económico –, transcorre uma organização estável, num percurso cadenciado apenas perturbado por ausas e demandas. Embora a maioria dos conflitos seja externo e motivado por satisfação de encargos não cumpridos, ou disputa por poderes, registam-se algumas contendas internas como a que, a partir de 1701, colocou em confronto os cónegos e os meios cónegos e tercenários.

1.1. Uma fonte eminentemente contabilística?

Embora orientado para um tratamento contabilístico, o *Livro de Despesas do Cabido de Lamego* não é só um documento com valor para a história económica. De facto, aplicado ao conhecimento global da contabilidade capitular, o *Códice 390* apenas nos permite conhecer o valor da despesa para o período que abrange. Seria necessário confrontar este documento com a reconstituição rigorosa dos activos deste organismo para o mesmo período, o que nos permitiria adquirir uma imagem globalizante da liquidez de capital e compreender o alcance dos seus investimentos e da sua gestão.

O valor deste códice reside, sobretudo, na observação das dinâmicas dos actos registados, nos indivíduos e nas instituições nele participantes, ou referidos, e numa reconstituição cuidadosa do tempo, dos espaços e do território a que o cabido se remete nos seus negócios e na administração dos seus poderes.

As breves análises que fizemos no ponto anterior advieram de uma sistematização da informação subtraída aos verbetes contabilísticos. Nestes, é indicado, invariavelmente, um acto, o seu ou seus executantes, o valor daí decorrente, e a data. Consoante a actividade registada, poderá indicar um local que pode ser um espaço imediatamente próximo ou distante, micro ou macro espacial, sendo que a fonte não a distingue, pois organiza-se do ponto de vista cronológico e não territorial.

Tendo em consideração estes aspectos, constituímos uma base de dados que abrangesse a identificação dos indivíduos (nome), a designação da instituição ou instituições referidas, o local, o título ou a função individual, e a localização interna da informação (fólio, ano, mês e dia). Nesta primeira fase, deixámos, propositadamente, de fora a contabilização dos valores indicados, dado que, como referimos, de pouco nos serve (se não em estudos comparativos com instituições congéneres para o mesmo período) o conhecimento do movimento de despesa, sem a devida contextualização dos rendimentos e demais transacções.

A grelha proposta permitiu-nos detectar padrões nas actividades, nos tempos, nos indivíduos (por ex. quanto ao estatuto sócio-económico) e nas instituições, articulando a informação de uma forma célere, libertando-a de uma sequência meramente cronológica e completando-a, nos casos em que o redactor toma como dado adquirido uma mensagem que para nós, sem a devida comparação, desconheceríamos: ex.º nomes que, ora aparecem truncados nos seus apelidos, ora completos, mas sempre associados a um ofício ou função (e devem, portanto, tratar-se do mesmo individuo várias vezes citado); instituições uma vez denominadas e depois identificadas pelo local de implantação

(ex. mosteiro de Ferreirim, depois apenas referido *Ferreirim*). Ou seja, uma dinâmica que o investigador apenas conhece depois de efectuado o levantamento e tratamento rigoroso da informação.

Desse trabalho surgiram problemáticas impossíveis de compreender numa análise superficial ou numa busca temática dentro da fonte, como a questão da importância das demandas e a do consumo do carvão, dois domínios que nos interessaram particularmente. De facto, embora distintos, ambos estão perfeitamente circunscritos naquele quotidiano quase estável, que a estrutura capitular gere ao longo de trinta e três anos.

No primeiro caso, ainda que numa abordagem exploratória, é possível elencar e avaliar do peso (não económico, apenas simbólico) do conflito inter individual e inter/intra institucional. Sem recorrer a outras fontes podemos seguir o progresso de certas causas e demandas, o seu princípio e fim, os indivíduos nelas envolvidos, as estratégias implementadas pelo cabido para a sua progressão e, em alguns casos, o desenlace, favorável ou não aos cónegos. Embora não dispondo de informações específicas sobre o tipo de conflito, ou os motivos que a ele levaram, podemos identificar o estatuto dos réus ou autores, e adivinhar, por expressões utilizadas pelo redactor (ou pela referência mais ou menos explícita ao teor do caso), estar perante reivindicações do cabido sobre bens sonogados, nomeadamente tributações, legados não executados ou direitos de jurisdição. Num claro alinhar com outras estruturas capitulares congéneres, o *Códice 390* lança luz sobre conflitos internos que têm, a partir de 1701 e até 1706, uma expressão impossível de ignorar no contexto administrativo do cabido lamecense, de tal forma que a linearidade da contabilidade foi subitamente interrompida pela redacção da cópia de duas cartas (uma datada de 12 e outra de 18 de Janeiro de 1701) solicitando a intervenção episcopal na resolução dos diferendos entre os cónegos e os meios-prebendados.

A questão do consumo do carvão, levantada apenas a título de curiosidade por João Amaral, revela-se da mais elevada importância para o estudo desta proto-indústria que marcou a economia local e regional no Antigo Regime, assim como revela um aspecto muitas vezes ignorado na historiografia: o da evolução da climatologia. De facto, apenas tomámos consciência do carácter cíclico da aquisição do carvão, nas variações do volume comprado e na inconstância dos limites temporais para a sua recepção, imediatamente questionámos o valor de tais dados para a história climatológica. Um aumento considerável de carvão, durante um período mais lato do que o de inverno poderia significar um ano mais frio? Depois de compreendermos o processo de compra, armazenamento e utilização deste produto – destinado a vários braseiros da catedral, sendo o maior o do coro –, concluímos que é possível estabelecer uma relação entre a compra/consumo e a instabilidade do clima. Aliás, a 18 de Março de 1680 o secretário do cabido refere que *na sé se não necessitava de tanto carvão por estar já o tempo quente*, facto mais do que revelador de que aquele produto se adquiria mediante as necessidades ditadas pelo clima¹⁹.

1.2. Para lá dos números: organicidade e dinâmica

1.2.1. Indivíduos e instituições: os diálogos

A possibilidade de reconstituir a orgânica capitular, nas suas relações horizontal e vertical, interna e externa, através da indicação de um número considerável de cargos ou ofícios, assim como a avaliação do seu peso no funcionamento da instituição (através da quantificação do número de referências), permite-nos aceder a um conjunto muito mais complexo de funções e da

¹⁹ Remetemos para o Quadro, em anexo, “Compra e consumo de carvão no cabido de Lamego (1679-1712): uma proposta de tratamento”.

hierarquia capitular, do que aquele que aparece estipulado nas Constituições Diocesanas.

Reportamo-nos à edição de 1633 que, no Livro terceiro, título terceiro, cap. 3, no tocante às *dignidades da nossa Sé, e Conexias Doutoraes, Magistral, e Penitenciaria*²⁰, refere a seguinte composição: deão, chantre, arcediogo, arcediogo de Riba Côa, tesoureiro, sacristão, mestre-escola, arcepreste, cónegos prebendados (magistrais ou penitenciários) e cónegos doutorais. O conjunto destas funções estaria devidamente organizado, em competências e respectivos benefícios entregues a indivíduos cuja formação ou proveniência social assim o permitia. Embora depois do Concílio de Trento se tenha procurado conferir formação académica aos canonicatos, não podemos rejeitar a pressão clientelar expressa nos apelidos partilhados entre alguns cónegos.

Contudo, apesar de cada um destes indivíduos vir referido no *Livro de Despesas*, com maior ou menor frequência, outros há que não são referidos pelas fontes normativas. Referimo-nos aos *capelães*, aos *coreiros*, ao *escrivão*, ao *vestre-de-cerimónias*, ao *porteiro da maça*, ao *prebendeiro*, aos *procuradores* e *solicitadores*, ao *sub chantre* e ao *visitador*. Cada um deles está directamente dependente do cabido, sendo remunerado pelos serviços que presta a esta instituição²¹. Destaca-se, entre todos, o prebendeiro, por ser mais referenciado. A ele, tanto quanto nos é possível aferir pela análise do *Livro de Despesas*, cabia executar os pagamentos registados pelo secretário capitular.

²⁰ *Constituições synodales do bispado de Lamego...*, L. III, cap. 3º, liv. 2º.

²¹ M. Gonçalves da Costa chama-lhes *empregados da Sé* e acrescenta, para 1644, os cargos de sineiro, relojoeiro, aljubeiro, músicos leigos assalariados, armador, alfaiate, medidor, adegueiro e dizimeiros, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 176. Contudo, é necessário distinguir entre dependentes ou assalariados temporários. Dependentes seriam os que indicamos, que o frequente registo no códice atesta como sinal de vínculo regular. Na esfera do cabido gravitavam, porém, outros oficiais como os cirieiros (1680 e 1695) o livreiro (1690), o marchante (1698), o ourives (1703), os pedreiros (1680-1705), o pintor (1689), os serralheiros (1679-1693) e os vidraceiros (1680) – cada um deles participava no frenesi administrativo, construtor e reconstrutor da instituição e da sua engrenagem. Outro tipo de dependência era a que tocava os juizes, procuradores e os clérigos das igrejas do padroado, nomeadamente os que representavam as freguesias de Bigorne e Magueija, presenças regulares no *Livro de Despesas*.

Muito menor é a densidade das relações com a mitra, passível de ser extraída da fonte, embora o período de trinta e três anos documentado abranja os seguintes episcopados:

Nome	Datas biográficas	Episcopado	Ref.s Códice 390
D. Frei Luís da Silva	27-10-1626/13-1-1703	1677.02.08 a 1685.04.09	1679
D. José de Meneses	?-4-1642/16-2-1696	1685.05.14 a 1692.03.10	1685
D. António de Vasconcelos e Sousa	28-8-1645/23-12-1717	1692.10.15 a 1705.12.14	1701
D. Tomás de Almeida	11-9-1670/27-2-1754	1706.12.06 a 1709.07.22	1706, 1707
D. Nuno Álvares Pereira de Melo	?-7-1668/8-3-1733	1710.05.07 a 1733.03.08	

As poucas referências não se prestam, sequer, à constituição de um diálogo. São meros apontamentos sobre a atitude do cabido perante a chegada ou partida dos antístites. Nesse sentido, são expressivos os gastos com as luminárias por altura das festivas recepções e solenes entradas episcopais²², ou as referências à remessa de presentes de boas vindas. Esta cordialidade ao nível das relações entre as duas estruturas de gestão da diocese, registada a título meramente contabilístico, apenas foge à regra na questão da demanda com os porcionários, quando os cónegos apelam à intervenção de D. António de Vasconcelos e Sousa na contenda, em 1701, como adiante veremos.

A nossa fonte revela-nos uma instituição pautada por uma organização estável, onde é possível ler padrões, intervalos regulares entre determinadas funções, como o pagamento pelo ofício das horas de Nossa Senhora, assegurado pelos capelães e que era liquidado pelo mês de Julho. Por detrás desta regularidade estão, como não poderia deixar de ser, os tempos litúrgicos e os tempos agrícolas. Ao primeiro liga-se toda a função religiosa ocorrida dentro e

²² *Livro dos Gastos e Despesas (LGD)*, fls. 119v, 127v e 137: 1705 (26 de Ago.); 1707 (29 de Jul.) e 1710 (20 de Nov.) respeitante à promoção de D. António de Vasconcelos e Sousa a bispo de Coimbra e às entradas em Lamego de D. Tomás de Almeida (1706-1709) e de D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1710-1733).

fora da catedral, quando se exigia a presença dos capitulares em cerimónias como as da Visitação, na igreja da Misericórdia, ou do Corpo de Deus e do Espírito Santo. Pelo tempo agrícola, também ele definido no calendário religioso, geriam-se os negócios externos, como a colecta dos tributos, a compra do carvão ou, como já assinalámos, acautelavam-se as deslocações (jornadas), mais frequentes durante o Estio. Até as esmolas a outras instituições se pautavam por uma certa regularidade: entre Março e Abril contemplavam-se os Franciscanos de Arrifana do Sousa, os de Caria, os de Ferreirim, os de São João da Pesqueira e os de Lamego; em Janeiro, as freiras do Calvário, em Évora²³. Contudo, e apesar desta aparente imutabilidade, observam-se algumas arritmias neste pulsar, ocasionadas, sobretudo, pelos conflitos, a que aludimos. Estes, não só perturbavam a linearidade da vivência e da gestão capitular, mas consumiam, também, os recursos da instituição que investia avultadas somas na sua resolução.

De um conjunto de 82 referências a causas, demandas, autos, sentenças, apelações, monitórios, libelos e pleitos, apenas pela leitura do teor dos recibos, aferimos que 68% se tratam de conflitos externos, 18% são contendas internas e o restante questões indeterminadas.

Embora não seja possível aferir com rigor o móbil dos processos exteriores ao cabido, pleiteava-se, sobretudo, por questões materiais ou razões económicas derivadas do incumprimento de pagamentos, como a sonegação de ltuosas²⁴

²³ O cabido de Lamego esmolava, também, embora irregularmente, outros conventos e outras ordens religiosas, como o convento de São Francisco, em Mogadouro (1699, 11 de Mar.); Nossa Senhora da Nazaré, do Mocambo, em Lisboa (1709, 6 de Abr.); convento da Graça, em Lamego (1691, 4 de Dez. e 1692, Jan.); convento das Solores, no bispado de Miranda (1700, 9 de Mar.); convento dos Remédios, em Braga (1701, 14 de Jan. e 1708, 28 de Abr.) e o convento dos Carmelitas Descalços do Porto, presenteados com esmolas em 1682, 1685, 1708 e 1710. A actividade caritativa dos capitulares não se ficava por aqui. À parte a frequente indicação de ofertas a indivíduos (pobres, romeiros, etc.), o cabido providenciava apoio ao colégio dos Meninos Órfãos do Porto. Pela análise das datas, quer no caso das instituições, quer no caso dos indivíduos, quer, ainda, pela própria referência na fonte, podemos considerar que os benefícios aplicavam-se em épocas particulares do calendário litúrgico, sobretudo na Semana Santa e Natal. As esmolas para enterros são também referidas.

²⁴ A ltuosa era um tributo a que tinham direito as autoridades eclesíásticas após o falecimento de certo subordinado. Consistia ou no objecto mais valioso do falecido, ou em certo valor previamente estipulado. No Arquivo Diocesano de Lamego (ADL), num códice datado de c. 1629, apontam-se as

e heranças. Num dos casos que mais tempo se arrastou pelos tribunais (e que adivinhamos ter sido complexo, pois envolveu também a Inquisição), estavam em causa certos ornamentos – brocatéis de armação para a sé²⁵ – que deixara em legado um certo Nuno Fernandes Carvalho.

A causa, primeiramente documentada em 1693, desaparece depois de 1695. Mas já vinha de trás, pelo menos desde 1680, quando aquele Nuno Carvalho mandou dar dois mil cruzados como herança, destinados aos ditos brocatéis. O valor do legado (800 mil réis)²⁶ justificou o empenho dos cônegos que no período de dois anos gastaram 124.379 réis nesta demanda.

Mas se, fora da catedral, o contencioso se circunscrevia a questões económicas, no seu interior estavam em jogo outros valores.

Desde 1681 que se registam contendas internas, com o chantre (1681-1695), com o cônego António da Fonseca (1693-1695) e com o meio-prebendado João Fernandes Torres (1702-1706). Embora não possamos desenvolver o teor dessas contendas, esta última questão parece inscrever-se num conflito maior que, no início do século XVIII, acometeu a estrutura capitular. E fê-lo de tal forma que os ecos dessa pendência nos chegaram através do *Livro de Despesas* que, a 5 e a 17 de Janeiro de 1701, interrompe a sua regularidade contabilística para receber a transcrição das duas cartas já mencionadas, enviadas pelo cabido ao bispo de Lamego.

A primeira missiva, assinada por João Monteiro de Azevedo, é extremamente contundente. O cabido, reunido a 12 de Janeiro de 1701, acusa os meios cônegos e os tercenários da denegação em assistir ao coro, de desobediência ao deão e de instigação pública. O redactor fala mesmo em *motim*²⁷.

Igrejas que pagão censórias e Lutuosas por morte dos Abades e Reitores ao cabido, a saber: Barcos, Travanca (Santa Leocádia), Moimentinha, Fornos, Ester, Ovadas, Queimada, entre outras (ADL, Cabido, cx. 53, fl. 52v e segs.).

²⁵ Brocatel é um tecido adamascado, de linho ou seda.

²⁶ Segundo o códice, 1 cruzado equivalia a 400 reis (1680, 6 de Out.).

²⁷ LGD, fl. 94v.

Embora não saibamos a razão de tal impertinência, o desafio à ordem instaurada parece inscrever-se numa lógica de disputa por prestígio e poder. Nos dias que se seguiram à alteração, juntou-se aos insubordinados o arcediogo do Côa que, *não quis descer à estante, nem dizer missa alguma*, desrespeitando as admoestações do cabido e do próprio bispo, como esclarece o traslado da segunda missiva enviada a D. António de Vasconcelos e Sousa²⁸.

Os custos com as demandas dos tercenários deixam de constituir registo no *Livro de Despesas* em Março de 1701, embora a causa com o meio-prebendado João Fernandes Torres se prolongue até Abril de 1706.

Se este tipo de conflito intra-institucional não é exclusivo deste período, como refere o M. Gonçalves da Costa nos vários exemplos que apresenta²⁹, menos o é no caso das contendas externas, em que o cabido peleja com indivíduos ou outras instituições. Pouco investigada a nível historiográfico, a conflituosidade constituía uma forma de afirmação e de garante da estabilidade organizacional, servindo ocasionalmente interesses individuais ou colectivos. Mesmo sendo onerosa, a justiça podia constituir um arrimo ao poder e, ou mesmo, um investimento.

1.2.2. Jurisdições: espaços e território

Por se tratar de um *Livro de Despesas*, dificilmente penetraremos no mundo organizacional e de jurisdição do cabido. Ou seja, não sendo uma fonte normativa, não podemos alcançar a dimensão de gestão que implica um conhecimento extenso sobre a influência e disposições regulamentadas quer pela legislação civil, quer pela legislação canónica. O que temos é o que perscrutámos até este ponto: verbetes ou recibos sobre o pagamento de actos que, de alguma forma, reflectem a vivência e o funcionamento da estrutura capitular nas suas

²⁸ *LGD*, fls. 95v-96.

²⁹ Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vols. 1 e 3.

inúmeras relações. De resto, a fonte é, nesse sentido, redutora, pois exclui a administração de certos cargos como o deado e o chantrado que superintendiam, de forma autónoma, aos seus direitos temporais, como na questão dos padroados.

No entanto, o *Códice 390* permite visualizar vários níveis de influência directa ou indirecta do cabido, no tocante aos seus direitos, privilégios e funções. Convencionámos separar estes níveis em 3 graus de análise espácio-territorial: micro, intermédio e macro.

O nível *micro* corresponde ao espaço religioso e doméstico, onde se movem os membros da corporação, quer na execução dos officios litúrgicos, quer na gestão dos seus afazeres mundanos. Dado que se trata de uma fonte officiosa, apenas podemos fazer incursões no mundo público dos capitulares. Mas esta vida em comunidade espelha, por vezes, as relações privadas, expressas em redes de sociabilidade, susceptíveis de se desenharem, pela referência e cruzamento de nomes e actos revelados pelo código.

O nível *intermédio* coincide, do ponto de vista geográfico, com a cidade, o couto da Sé e o concelho. Aqui se desenrola a maior parte das actividades litúrgicas e se realizam os actos públicos que o cabido organiza (festividades ou procissões) ou assiste (outras celebrações religiosas ou civis), e que assumem formas de demonstração públicas de poder e estatuto, bem vincadas nas várias referências às deslocações dos bancos dos capitulares (Fig. 3) para a Misericórdia ou para assistir às comédias que pontualmente se organizavam. A solenidade da sua presença exigia um tratamento exclusivo, patente na transplantação dos assentos que demarcavam os espaços na catedral e, no exterior, acentuavam a diferença de estatuto dos cónegos e restantes beneficiados da Sé.

Por fim, o nível *macro* refere-se ao território que extravasa os limites da cidade, da diocese e, mesmo do país, dado que o cabido se inscreve numa lógica organizacional que responde ao metropolitano de Braga e depois a Roma, sede do



Fig. 3 – Banco de espaldar do cabido da Sé de Lamego (1ª metade séc. XVIII). Museu de Lamego © José Pessoa. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

Primado Pontifício. Os *negócios* (a palavra é do códice) capitulares não se resumiam à administração dos direitos e bens na diocese. Particularmente conflituosa, a estrutura capitular apelava frequentemente para a resolução das suas contendas aos tribunais centrais dispondo, para tal, de agentes (solicitadores, advogados, procuradores) em Lisboa e no Porto que asseguravam, por vezes com recursos a *mimos*³⁰, a boa prossecução dos processos a favor do cabido.

A cada um destes níveis do tipo espacial/geográfico, deve sobrepor-se o diálogo individual e colectivo. Em primeiro lugar, o da comunidade e dos seus elementos, dignidades e outros oficiais, internos ou externos, a quem o cabido pagava funções ocasionais; em segundo lugar, com a mitra a quem os capitulares, como membros de um senado consultivo, deviam obedecer e respeitar.

³⁰ A expressão é dos redactores. Os *mimos* eram ofertas que os capitulares enviavam a determinado indivíduo como expressão de agradecimento por auxílio em determinada causa ou negócio. Registámos a oferta de caixas de péras, lenços ou varas de pano de linho. Embora constituíssem valor extravagante aos custos judiciais ou aos honorários, cremos que tais *mimos* não pudessem enquadrar-se no que hoje poderíamos considerar suborno, dado que a maioria se destinava a representantes do próprio cabido.

E, embora não exista registo desse diálogo, convém referir que o concelho de Lamego entabularia colóquio com o cabido da cidade a propósito de vários assuntos, nomeadamente, no foro jurisdicional e judicial – dado que ambas as instituições intervinham no espaço urbano³¹.

A Sé

Ao cabido estava reservada a administração da prática religiosa e litúrgica da catedral e competia-lhe a superintendência sobre um número substancial de espaços, dentro e fora deste edifício. O *Código 390* é, aliás, particularmente minucioso na discriminação de áreas ou micro-espaços por onde se moviam os capitulares, ou onde chegava o braço da sua ingerência, a saber: os altares da Rainha Santa³² e de S. Bento; a apontadoria; as braseiras e braseiros (pequeno, do coro, da secretaria, etc.); a caixa dos óbitos; a capela-mor; a carvoeira; a casa do cabido; o claustro; a contadoria do coro; o coro; o coro de baixo; os fogareiros (do coro, pequeno, etc); a mesa das rendas e a presidência.

Embora algumas destas designações se sobreponham, nas funções e no espaço da catedral (como a apontadoria e a contadoria), é importante que, por se tratar da análise de uma fonte, tenhamos o maior cuidado em respeitar o vocabulário aplicado na redacção, de forma a não cometermos o erro de subverter as informações através da omissão de dados. Aliás, à simples alusão dos locais apenas podemos acrescentar a frequência com que são referidos. Nada mais podemos extrair do código que nos possa elucidar sobre a descrição e a localização dos sítios e microssítios. Para tal, carecemos fazer um exercício de

³¹ Recolhemos as referências ao *afetidor* e ao *escrivão da câmara* – LGD, fls. 66 e 82v (1693, 7 de Nov. e 1698, 16 de Jan.).

³² *Desta parte [Evangelho] descendo do cruzeiro para a nave do norte está o altar da Rainha Santa Isabel com a dita imagem, de vulto, grande, estofada; e vai fazendo meia volta por ambos os lados, por estar encostada ao pilar de um dos arcos, que divide esta nave da do meio; e em frente na noutra nave, da parte do sul outro altar semelhante de S. Bento com a imagem do dito Santo, na mesma forma, e ambos têm grades de pau preto, vid. DIAS, Augusto – Lamego do século XVIII. [Porto]: Beira e Douro, 1950, p. 85-86.*

reconstituição recorrendo a outras fontes, dado que o interior da catedral actual não corresponde ao do período em estudo. Desde então, o edifício sofreu transformações profundíssimas durante o século XVIII.

Por outro lado, devemos recordar a multiplicidade de interesses e jurisdições, laicas e eclesiásticas, que os templos católicos albergavam, através dos morgados e capelas privadas, de altares de irmandade ou confraria, dos locais de enterramento ou, ainda, do direito de padroado, que reservava para o padroeiro a alçada sobre a capela-mor. Na Sé, o panorama era mais complexo, não só pelas dimensões do edifício, mas por se tratar do templo mais cobiçado pela nobreza urbana e diocesana, que aí desejava firmar a sua marca individual e linhagística. Deste modo, o cabido sentiu, várias vezes, a necessidade de assumir a condição de autoridade máxima sobre o espaço da igreja, o que de certa forma não se podia considerar desacertado, dado o seu predomínio sobre uma vasta área do templo. Tal posição é particularmente notável no século XVIII, quando, durante um período de Sé vacante, entre os episcopados de D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1710-1733) e de D. Frei Manuel Coutinho (1741-1742), o cabido lidera o vasto programa de obras (1734-1751) que ficou famoso pela intervenção do pintor Nicolau Nasoni.

Uma das poucas descrições que possuímos do interior da catedral antes dessa campanha é a que vem publicada na obra do padre António Carvalho da Costa, datada de 1708, e que vale a pena transcrever, pois é contemporânea do *Códice 390*:

Tem esta Cathedral huma boa Capella mor, & bastante Coro para rezarem os Officios Divinos; huma Capella particular do Santissimo Sacramento com muitas reliquias, & bons ornamentos, & entre os mais Altares hum de N. Senhora do Rosario, que he privilegiado: tem hum relógio, & huma torre muito alta com doze sinos. A Sacristia tinha ricos ornamentos, & copia de prata lavrada antes que nella se ateasse o fogo, o qual não perdoando ao sagrado, lhe devorou hum grande Santuario de

reliquias. Tem o claustro duas Capellas, huma de Santo Antonio, & outra de São João Baptista, que he cabeça da Parroquia, & nella há um Cura annual, que apresentão os Bispos. No cruzeiro junto à porta da Sacristia tem particular Capella os insignes Martyres, & antigos Patronos desta Cidade São Sebastião, & São Vicente. Na Capella do Santissimo Sacramento desta Sé, da parte da Epistola, está embutida na parede huma sepultura ao antigo, na qual jaz D. Guiomar de Berredo [...].

Junto a esta Capella está outra, que he cabeça do Morgado de Balsemão, o qual lugar dista hum quarto de legoa de Lamego [...] He este Morgado hum dos principaes que há em Lamego; os Senhores delle, & descendentes do dito Bispo D. Affonso tem seu enterro na Capella da Sé, que hé de aboboda de cantaria lavrada, com o escudo das armas dos Pintos, & Fonsecas, e nella huma fermosa sepultura com este letreiro: *Aqui jaz Alvaro Pinto da Fonseca, Fidalgo da Casa del-Rey N. Senbor, & Morgado de Balsemão, & sua mulher Violante Borges de Tavora, & seus pays, & avós, o qual fez esta Capella, & a dotou de Missa quotidiana, na. 1562.*³³

Hoje, a catedral possui um coro alto³⁴, mas antes da grande reforma barroca e neoclássica, o coro a que se refere o texto seria do tipo médio, localizado imediatamente antes do cruzeiro, do lado do Evangelho, sobre a capela de São Pedro e o altar de São Miguel, como descreve uma obra anónima e não datada que deverá remontar à viragem do primeiro para o segundo quartel do século XVIII: *desta capela* [Santo António, que abre para o claustro], *passando pela sacristia, se sobe para o coro* [...]³⁵. Ao lado da entrada para a sacristia (que a actual decalca) ficava o altar de S. Miguel que se localizava *por baixo da casa do órgão*³⁶.

³³ COSTA, António Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares*. Vol. 2. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 241-242.

³⁴ Embora o actual coro alto não seja contemporâneo do LGD, não podemos deixar de assinalar a iconografia das telas que emolduram o cadeiral: a representação das doze obras de Misericórdia, com certeza a recordar uma das actividades mais relevantes do cabido: a caridade; vid. *supra* nota 23.

³⁵ DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII.*, p. 86.

³⁶ DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII.*, p. 85.

O *Códice 390* refere ainda um coro de baixo (1682, Ago. 8 - seria o retrocoro da capela-mor)³⁷ e que a memória de c. 1725 descreve nestes termos:

*Tem a capela-mor um retábulo dourado, e apainelado, por titular a imagem de Nossa Senhora da Assunção de vulto, estofada, com duas vidraças muito grandes aos lados; e da parte do Evangelhos a cadeira Episcopal, debaixo da qual está a sepultura em que foi enterrado o Bispo D. Nuno Álvares Pereira de Melo, com uma campa de jaspe, com um letreiro, que declara em como aí foi enterrado. Seguem-se as cadeiras dos cônegos, de uma e outra parte, pintadas, com remates dourados; e por cima apainelados com bons quadros, e o teto de abóbada com brutesco dourado e pintado.*³⁸

Fora do templo, toda a vida social, religiosa e administrativa, processava-se em redor do claustro: por aí circulavam os membros da canónica nos intervalos dos ofícios e para aquele espaço abria, quer a capela de S. Nicolau (que D. Manuel de Noronha instituíra para sustento de um colégio e de 8 capelães, em 1569), quer a casa do cabido, descrita em setecentos como *grande com três janelas pintadas, que caem sobre o ladrilho*³⁹.

Este era o edifício onde se concentravam os serviços da instituição: a secretaria, a apontadoria e a contadoria, a presidência, a mesa das rendas e, onde, eventualmente estava posta a caixa dos óbitos.

O *Livro de Despesas* de 1679 a 1712, que temos vindo a perscrutar, não é particularmente rico na discriminação e descrição de obras na catedral, embora aluda a ornamentação temporária⁴⁰ e alguns concertos no coro⁴¹. Mas revela-se

³⁷ LGD, fl. 20.

³⁸ DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII.*, p. 88-89.

³⁹ DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII.*, p. 88-89; acrescentou, em breves traços, as *duas janelas da mesma casa do cabido, que caem para o Rossio, com uma varanda do claustro que o fica dominando.*

⁴⁰ Os já referidos ornamentos – brocados ou brocatéis – legados por Nuno Fernandes de Carvalho. Em 1689 (Jul.) refere-se um *panno novo de veludo, que se fes para as exéquias dos reverendo capitulares e mais beneficiados*, LGD, fl. 2; em 1696 (26 de Jan.) pagaram-se *os gastos que se fazem em frontais dos altares da Raynha Sancta e S. Bento e tudo o mais que foi necessário*, LGD, fl. 83; e em 1698 (18 de Jun.), refere-se um recibo passado ao doutor Manuel Moreira Rebelo, pelos *ornamentos dos Altares*, LGD, fl. 85.

⁴¹ Em 1698 (25 de Abr.) *tres vintens para se pagar o concerto do ponteiro das tabuas do choro 60 reis*, LGD, fl.84v.

interessante para o aquilatar de actos que muitas vezes passam despercebidos noutro tipo de fontes, como no caso das memórias que temos vindo a citar, a de 1708 e a de c. 1725, respectivamente. De resto, ao memorialista não importa o funcionamento, nem a descrição do quotidiano, se não a exaltação dos espaços, da sua grandiosidade e do valor dos seus ornamentos. Ao contabilista, porém, cabia registar os gastos com os mais ínfimos detalhes e, por isso, podemos reter da leitura dos recibos de pagamento uma visão tridimensional da vivência capitular.

Um desses aspectos é-nos revelado pela aquisição e consumo do carvão, que atrás referimos. A circulação e o uso daquele material, devidamente registado no *Livro de Despesas*, com a regularidade imposta pelo rigor da meteorologia, completam a fotografia tirada pelos cronistas. Eventualmente, e com as descrições fornecidas pelo códice, podemos chegar, quase, a uma perspectiva cinematográfica (passe o anacronismo).

Quando o tempo mais frio se aproximava, um dos capitulares tratava de negociar, com um carvoeiro, a compra de carvão vegetal. Embora os preços e as dimensões das cargas variassem⁴², a transacção podia ser negociada, como refere o secretário, em 1680: *Em 21 do mesmo mes comprei ao mesmo carvoeiro outras duas cargas dos mesmo oytto sacos, que custarão trezentos E sincoenta reis, por apertar com elle as desse mais baratas*⁴³. O carvão era depois levado para a *carvoeira* e consumido regularmente em várias *braseiras* e *fogareiros* distribuídos pelo coro, pela secretaria, etc. Não sabemos a sua dimensão, nem da sua portabilidade. Mas, dado o volume de carvão

⁴² Vid. nota *supra* 19 e seguintes. Uma carga de carvão, em 1679, custava 700 reis; em 1711, registámos o valor de 400 reis pela mesma medida.

⁴³ *LGD*, fl. 13v. Na viragem de 1531 para 1532 o carvão estava tabelado da seguinte forma: *carga de mulo e rocim de três sacos cada carga de cinco alqueires cada saco não levarão mais por eles que 18 réis, sendo inverno, de Outubro até perto do mês de Fevereiro levarão por cada uma das ditas cargas 24 [réis]; no verão reduzia a 15 réis por carga de 3 sacos (menores de 5 alqueires) transportada em asno*, vid. FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas: 1531-1532*. Ed. crítica de Amândio BARROS. [Lamego]: Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, cop. 2001, p. 70. Em 1679, e segundo o *LGD*, 2 cargas correspondiam a 12 sacos.

adquirido pelos capitulares e tendo em conta os factores espaço e tempo, supomos que se tratasse de objectos com uma dimensão extravagante. A sua manutenção exigia, aliás, a presença constante de um homem, ou mulher, contratados para acender e manter o carvão incandescente e para cuidar da limpeza do fogareiro e do braseiro⁴⁴.

Lamego e o seu termo

Do espaço privado da comunidade passamos para o espaço público e este era aquele que, imediatamente, se sucedia ao pórtico da catedral, ou a todos os outros ponto de acesso. De resto, embora se considerasse o adro da Sé como espaço sagrado, já desde a Idade Média se tratavam ali de negócios e de muitas outras coisas mundanas. O adro seria, aliás, no âmago do Couto da Sé, um dos locais onde fervilhava maior actividade.

A norte, o complexo catedrático⁴⁵ confrontava com o Rossio e com o rio Coura que, em períodos de maior torrente, devia ameaçar o edifício da casa do cabido, a tal ponto que, entre 1697 e 1699, os cónegos pagaram uma campanha de obras para *encanar o rio*⁴⁶. Das varandas superiores do claustro, podia observar-se todo o espaço do Rossio, circuitado pelo hospital, pelo colégio de S. Nicolau e pelo paço episcopal (Fig. 4).

⁴⁴ Em 1689 passou-se um escrito para se dar ao *Coixo, para abanos rolo e braseiros que se lhe costuma dar* e lhe deram 230 reis para *comprar rolo et basoiras et hum brazeiro de barro para asender o do Coro*, *LGD*, fls. 44v e 48.

⁴⁵ A utilização recente, na historiografia portuguesa, do termo *catedralício*, importado do léxico castelhano, importa rever. Nenhum dos dicionários portugueses regista a palavra, sendo a designação mais aproximada a de *catedrático* que obviamente confunde pela relação com o léxico universitário. Contudo, não podemos deixar de salientar o uso deste termo em relação à catedral, nomeadamente no tributo designado *catedrático* que ao longo da medievalidade indicada o emolumento pago pelos bispos quando assumiam nas suas sés. Cremos, portanto, que a sua aplicação no que refere ao espaço da catedral pode ser preferível em detrimento do castelhanismo *catedralício*.

⁴⁶ 1687 (11 Out.) e 1689 (24 Jul.), *LGD*, fls. 81v e 89.



Fig. 4 – *Espaço do Rossio* © Manuela Cardoso. Rádio Clube de Lamego.

A Sul, a Sé confinava com as ruas estreitas, e a Oeste e Este com duas praças ou largos, respectivamente a praça e o adro.

Existem poucas referências sobre estes espaços no *Códice 390* e mesmo sobre outros interesses dos capitulares na cidade. Sabemos que o cabido senhoreava umas casas na Rua da Seara, sobre as quais pleita em 1680 e 1684 e, de resto, as indicações toponímicas surgem para identificar indivíduos de alguma forma ligados ou dependentes do cabido: Rua da Olaria (1693)⁴⁷, Rua da Pereira (1693)⁴⁸, Rua da Seara (1680, 1704, 1705)⁴⁹ e Rua Nova (1680)⁵⁰. A Praça de Cima, junto ao bairro do castelo, surge referida em Agosto de 1679, quando certas comédias lá atraíram a assistência dos capitulares⁵¹.

⁴⁷ 1693 (26 Nov.), *LGD*, fl. 66.

⁴⁸ 1693 (30 Jun.), *LGD*, fl. 63v.

⁴⁹ 1704 (17 Set.) e 1705 (29 de Jun.), *LGD*, fls. 115 e 118.

⁵⁰ 1680 (27 Out.), *LGD*, fl. 9.

⁵¹ *Em 27 do mesmo [1679, Ago.] se passou escrito de trezentos e sesenta reis que custarão a levar e a trazer os bancos do reverendo cabido ao tabollado da Praça de Sima, para os reverendos capitulares beneficiados verem as comedias, a saber cem reis que levou o canhoto de levar seis a primeira ves e quatro vintens, que se derão a dous homens, que troucerão quatro*

Ao chafariz do Rossio, obra emblemática do couto da Sé mandada executar pelo bispo D. Manuel de Noronha (1551-1569†)⁵², há uma referência em 1682, quando, a 5 de Maio desse ano, se passou *escritto de hum Cruzado para os homens que forão buscar a agoa para o chafaris do Roçio*⁵³.

Embora fosse competência dos capitulares participar em inúmeras procissões regulares durante o tempo litúrgico⁵⁴, a nenhuma se refere o códice. Apenas se alude a uma procissão extravagante, de preces, que se realizou em 1685⁵⁵. Talvez porque no estipêndio atribuído aos cônegos estivesse já contemplado tal encargo.

A intervenção dos capitulares na paisagem religiosa e na espiritualidade urbana de Lamego aparece de alguma forma documentada, nomeadamente através da sua presença, ou controlo, sobre duas ermidas: a do Espírito Santo e a do Desterro. Dado que, em termos jurídicos, sabemos muito pouco sobre as ermidas, a sua administração e o seu papel enquanto estruturas autónomas ou dependentes, os dados recolhidos permitem-nos conhecer estes espaços, não como edifícios isolados, mas num contexto administrativo eclesiástico.

A *ermida do Espírito Santo* situa-se num local outrora marginal ao rio Coura, que assinalava o limite ocidental do Couto da Sé. Não conhecemos escritura de fábrica, nem documentação que ateste a data da edificação do edifício, embora a tradição atribua a D. Manuel de Noronha a sua construção. De clara indução

para servirem no s. christão dia de Nossa Senhora d'Assumpção e nove vintens para hum homem que levou estes quatro asima a Praça e trouxe de la seis para a See, LGD, fls. 2v-3.

⁵² *No Roçio, ou terreiro do paço episcopal, mandou fazer um formoso tanque de mármore com duas taças e quatro bicas, conduzida para elle a agua de diversas partes de monte de Santo Estevao com muita despeza*, vid. AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. Jornal do Porto, 1877, p. 75. Embora a zona do Couto fosse particularmente aquífera, extrair a água do solo foi sempre um problema, como poderá evidenciar a nota do códice sobre o transporte de água para o chafariz do Rossio.

⁵³ *LGD*, fl. 18v.

⁵⁴ Ao longo do ano religioso partiam da catedral vinte procissões, a que assistia o cabido, segundo relação do pároco da Sé, em 1758, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Dicionário Geográfico de Portugal, Memórias paroquiais*, vol. 19, nº 42, p. 219-350.

⁵⁵ *Outro de mil e sete cento e sincoenta que se fes de gasto com sera na procissão das preces pello tempo passado a 31 de Agosto [de 1685], LGD, fl. 31v.*

eclesiástica, pela extravagância e significado do seu orago, a ermida tornou-se, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um dos principais palcos para ostentação da nobreza municipal e para controlo do território urbano por parte da Igreja. O *Códice 390* refere Manuel Monteiro, capelão do Espírito Santo, a quem o cabido pagou, em 1701, por uma certidão do *Livro dos Foros da Capela*⁵⁶. É, pois, provável que o tal Manuel Monteiro fosse capelão apresentado pelo cabido e a ermida do Espírito Santo um prolongamento das actividades litúrgicas que preenchiam o quotidiano religioso a cargo dos capitulares. A existência de um *Livro de Foros* sublinha o estatuto jurídico e autónomico do edifício a cujo espaço foram destinados bem imóveis para a manutenção da sua fábrica.

No extremo sul do Couto, uma outra ermida marcou a paisagem religiosa e o urbanismo lamecenses a partir de meados do século XVII: a *ermida do Desterro*. Fundada por voto de um Balio de Leça, constituiu um dos espaços de afirmação da Ordem de Malta e dos eclesiásticos da cidade que nela instituíram a Irmandade de São Pedro *ad vincula*. Apesar dos registos conhecidos para esta agremiação serem da segunda metade do século XVIII⁵⁷, o *Livro de Despesas do Cabido* já assinala o seu funcionamento a partir de 1706. Até 1712, tornam-se regulares (anuais) as referências à Irmandade de São Pedro e ao dispêndio com a celebração da festa do padroeiro, cujas despesas os capitulares parecem assumir, a avaliar pela referência de 8 de Julho de 1711: *huma moeda de ouro para se pagar o Sermão e muzica e Espadanas da festa de S. Pedro*⁵⁸. Pelas ofertas que lhe foram sendo destinadas e pelo cuidado votado pelas elites eclesiásticas na sua dotação e administração, aliado ao facto de se situar na entrada principal do Couto⁵⁹, e nela se sedear a confraria

⁵⁶ *Em senço de Janeiro de 1701 se pasou hum escrito para o noso perbendeiro quatro sentos e oitenta reis para huma sertidam que pasou o padre Manuel Monteiro capelam do Esprito Santo do Livro dos foros da capella 480, 1701 (5 Jan.), LGD, fl. 94.*

⁵⁷ Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 68

⁵⁸ *LGD*, fl. 138v.

⁵⁹ Aqui se paramentavam os bispos quando entravam na cidade para tomar posse do sólio episcopal.

eclesiástica de S. Pedro, supomos que bastante cedo a ermida se tornara num espaço de referência para a Igreja de Lamego.

Fora da esfera religiosa, um dos locais para onde converge parte da atenção do cabido é o açougue. Não lográmos situar este edifício na malha urbana, mas as 44 referências que lhe são feitas, entre 1680 e 1712 (a maioria relativa a concertos e outras melhorias), evidenciam o cuidado posto na sua conservação e bom funcionamento. Seria o açougue destinado, apenas, ao abastecimento de carne aos capitulares ou, além dessa função, serviria outros sectores da população do couto da Sé?⁶⁰ Qualquer que fosse o seu âmbito de fornecimento, constituía, com certeza, uma das infra-estruturas de apoio ao processo de colecta, armazenamento, transformação e também às transacções que o cabido executava como senhor de bens imobiliários e enfitêuticos.

Outra dessas infra-estruturas era a tulha, edifício onde se arrecadavam os tributos cerealíferos. A partir do *Códice 390*, conseguimos localizar três tulhas ao serviço do cabido, uma em Magueija, então sede de concelho vizinho de Lamego⁶¹, e outras duas, uma em Vila Cova⁶² e outra em Touro, no extinto concelho de Vila Cova a Coelheira⁶³. A primeira recebe beneficiações em Outubro de 1691 e em Agosto de 1705. Era a mais próxima da cidade, junto a locais onde o cabido tinha maiores interesses: Magueija e Bigorne. Estas paróquias, embora confinantes, tinham origens diversas: a primeira vinha da Idade Média, os seus limites coincidiam com termo municipal concedido por D. João I e o orago, São Tiago, testemunhava culto apostólico pós-Reconquista; a segunda

⁶⁰ No título do *Regimento das Carnes*, o cronista Rui Fernandes, embora não localize o açougue capitular diz que na cidade existiam dez ou doze carneiros e 3 açougues: *um da cidade em que há sete, oito carneiros, e outro do cabido que tem um carneiro, e outro dos mestres que tem outro carneiro*, vid. FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego...*, p. 65. Em 1685 foi concedido privilégio para que o bispo D. José de Menezes houvesse *açougue apartado sobre si, e carneiro que lhe corte nelle a carne de que tiver necessidade para despesa de sua casa*, ANTT, Chanc. D. Pedro II, Liv. 17, fl. 173v.

⁶¹ 1691 (26 Out.) e 1705 (2 Ago.), *LGD*, fls. 57 e 119v.

⁶² Referida como *casa da tulha*, 1700 (28 Jun.), *LGD*, fl. 92v.

⁶³ 1680 (28 Jul.), *LGD*, fl. 5.

nascera como resultado da pressão demográfica no início da Época Moderna, em torno de uma ermida dedicada a São Sebastião e fundada à vista de uma das principais vias de acesso entre o Douro e a Beira Alta.

Em qualquer dos casos, os capitulares nunca deixaram de dotar o necessário para o cumprimento dos seus deveres em relação às duas igrejas anexas. Conquanto nos seja possível determinar unicamente as despesas efectuadas ao nível da fábrica e provimento de ambos os templos, podemos supor que os impostos eclesiásticos ali arrecadados compensassem a dedicação e o interesse posto na sua boa administração⁶⁴.

Contudo, e segundo outras fontes, os cónegos não mantinham apenas o padroado das igrejas de Bigorne e Mageuça. No século XVI, o *Censual* refere as igrejas de Figueira, Moimenta do Douro, Longa, Pai Penela e Soutelo.

Sobre a posse da igreja de Figueira (c. Lamego), houve longas e várias contendas desde a Idade Média, entre os fregueses, o bispo e o cabido. Talvez por isso o códice seja omissivo quanto a investimentos naquela paróquia, ou estivesse a responsabilidade repartida por vários padroeiros⁶⁵.

Da situação da igreja de Moimenta do Douro (hoje c. Cinfães) sabemos que estava envolvida em litígio desde 1557 quando foi anexada ao arcebispo de Sé⁶⁶. No *Livro de Despesas de 1679-1712* aparecem algumas referências à *Causa de Moimenta*, nomeadamente dispêndio em apelações que apontam para a continuação dos litígios naquele período⁶⁷. Contudo, na transição para o segundo

⁶⁴ São abundantes as descrições de obras e compra de bens mobiliários para ambas as igrejas. Por volta de Abril e por volta de Dezembro, o cabido recebia os procuradores das respectivas freguesias para acautelar as porções dos cónegos e assegurar a liquidação de pagamentos respectivos a benfeitorias e compras de alfaias.

⁶⁵ Sobre este assunto, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 2: *Idade Média: paróquias e conventos*. Lamego: [s.n.], 1979, p. 75-81; Vol. 3, p. 556-560; e Vol. 6: *Barroco II*. Lamego: [s.n.], 1992, p. 140-146.

⁶⁶ Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 6, p. 413-415.

⁶⁷ É provável que os litígios se refiram aos prazos capitulares de Moimenta, como se infere dos documentos existentes no Arquivo Diocesano de Lamego e que versam certas apegações,

quartel do século XVIII já se refere que o arcipreste da Sé *comia* (a expressão é da época) os frutos daquela igreja⁶⁸. Era, portanto, padroado do arciprestado e não do cabido.

A igreja de São Paio de Longa (hoje c. Tabuaço) aparece referida no *Censual* como sendo de padroado misto, partilhado entre o mosteiro de São Pedro das Águias e o cabido de Lamego. Mas os primeiros perderam-no em virtude do longo tempo que passaram sem apresentar abade e, em 1612, o cabido adquiriu a posse plena da apresentação, ou julgou possuí-la pois, em meados do século XVIII, continuavam a surgir alegações entre os frades bernardos e a mesa capitular. Nenhuma referência a Longa se faz no *Código 390*, sendo certo que a irregularidade do estatuto da Igreja pode ter motivado tal *silêncio*.

Sobre Pai Penela (hoje c. Mêda) há uma nota interessante no *Censual: dizem que é do cabido*, apontamento interessante para a história da própria fonte que o reproduz, a qual tentava reorganizar o seu domínio no território diocesano, da mesma forma que a nível nacional e naquele período, D. Manuel I e D. João III lançavam uma campanha de reforma e conhecimento sobre o país. Era, porém, igreja anexa a Vale de Ladrões (hoje c. Mêda), como se refere em 1767, altura em que se diz pagar *catadrático* ao cabido⁶⁹. Este imposto eclesiástico, aplicado às igrejas (normalmente a favor do Bispo), poderá constituir a memória de antiga ingerência do cabido em Pai Penela que, na viragem do século XVII para o século XVIII, já se não recordava, nem significava direito de padroado.

Finalmente, Soutelo (hoje c. São João da Pesqueira) é, dentro das fronteiras diocesanas, um dos principais locais para onde converge a atenção do cabido. As referências sucedem-se (cerca de 20), entre 1687 e 1703, mas pela leitura dos verbetes de pagamento não é possível aclarar que tipo de interesses possuía a

contemporâneas do conflito [1697, 20 Dez., lugar da Sé, Moimenta do Douro, apegção de certos prazos (casas e terras do Casal da Sé) que o Cabido de Lamego possuía naquela freguesia], ADL, Cabido, cx. 33.

⁶⁸ Vid. DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII...*, p. 88.

⁶⁹ Vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 3, p. 386.

canónica naquela localidade, muito embora envolvam questões jurídicas, como depreendemos pela alusão à *Causa* e à *Demanda de Soutelo*⁷⁰. De facto, em 1687 faz-se referência a que os capitulares *mandarão pagar Tres mil outocentos trinta Reis aos Escrivães que forão a Soutello a fazer a Inquirição do Exame do foral do concelho a 7 de Agosto de 687*⁷¹. Em 1767, o *Portugal Sacro Profano*⁷², atribui-lhe o estatuto de igreja do padroado do bispo.

O Mundo visto do cabido de Lamego

Fora dos limites da diocese, que então se estendia até terras do Sabugal, os interesses do cabido dirigiam-se, sobretudo, para Lisboa, para o Porto e para Coimbra. Em que consistiam esses interesses?

Cada uma daquelas cidades possuía um tribunal específico onde corriam as demandas capitulares, fosse o Juízo da Coroa, em Lisboa, fosse a Relação do Porto, ou a Inquisição, em Coimbra. Para assistência e representação dos processos, o cabido enviava delegados como o chantre que, em 1703, recebeu [...] *dous mil reis para o dito Senhor acabar de satisfazer o aluguel de humas cazas, que no Porto alugou para assistir aos negocios, que la tivemos[...]*⁷³, ou suportava os custos de um procurador permanente, como André Rodrigues da Silva que, em 1704 e 1707, desempenhou essa função em Lisboa.

Viseu é outra cidade para a qual se viram as atenções dos capitulares. Em 1698 foi o próprio deão que se deslocou àquela cidade para tratar do *negócio da bula*⁷⁴.

⁷⁰ 1692 (14 Ago.), *LGD*, fl. 59v.

⁷¹ *LGD*, fl. 40.

⁷² *Portugal sacro-profano, ou catálogo alfabético de todas as freguezias dos reinos de Portugal e Algarve: das igrejas com seus oragos*. Vol. 2. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa, 1768, p. 232.

⁷³ 1703 (26 Set.), *LGD*, fl. 110.

⁷⁴ 1698 (8 Jan.), *LGD*, fl. 82v; a cujo negócio já se alude em 1696 (25 Set.), *LGD*, fl. 78v.

Embora o declínio de Lamego, enquanto entreposto comercial no contexto ibérico, fosse uma realidade no século XVI, quando Rui Fernandes descreve a estagnação comercial que então se vivia, o certo é que a urbe nunca deixou de ser um importante ponto de passagem. A disposição linear do seu urbanismo, ao longo de uma via que cruzava o Couto da Sé e a zona alta da cidade no sentido Sul-Norte, reforça esta ideia de ponto intermédio nas ligações entre a meseta e o litoral, acessível pelo vale do Douro. Por isso, ao longo dos séculos XVII e XVIII, passam aqui, desde o anónimo peregrino inglês a caminho de Santiago⁷⁵, a D. João Franco de Oliveira, arcebispo da Bahia, que ia tomar posse da catedral de Miranda⁷⁶. Embora sintamos a tentação de comparar a azáfama descrita no *Livro de Despesas da Sé* como o epicentro de uma actividade fervilhante, não o podemos fazer sem cair em anacronismos muito comuns na leitura da geografia actual. De facto, num tempo em que as centralidades se definiam não tanto pelas vias de comunicação, mas pela capacidade de gerar e sustentar poder, Lamego, enquanto sede episcopal, resguardo nos caminhos que levavam a Madrid e além Pirinéus, podia orgulhar-se do seu estatuto e da sua posição, mesmo apesar de o *cheiro da canela* lhe levar mão-de-obra e protagonismo...

Ainda assim, de mares longínquos, chegavam a Lamego notícias de cativos, como os irmãos e sobrinhos do arcebispo de Gandia, a quem o cabido manda dar a quantia de 8 mil réis para o seu resgate⁷⁷, ou o caso de Pedro Correia, cativo em Argel⁷⁸. Talvez viessem de Roma⁷⁹, da cúria⁸⁰ de onde chegavam apelações e ofícios que traziam méritos ou desaires⁸¹.

⁷⁵ Em 1683 (23 Mai.) se passou *escrito de duzentos Sincoenta reis a hum estrangeiro Ingres que vinha de S. Iago de Galíça que se lhe mandarão dar de Esmola*, LGD, fl. 19.

⁷⁶ *Em dezanove de outubro de 1701 se passou hum escrito pera o nosso prebendeiro dar vinte e hum mil outo centos e corenta de boas caixas de peras que se mandara ao senhor bispo de Miranda vindo por qui indo para o seu bispado*, LGD, fl. 100v.

⁷⁷ 1680 (29 Abr.), LGD, fl. 5.

⁷⁸ 1693 (26 Out.), LGD, fl. 65v.

⁷⁹ Referências a Roma, 1690 (4 Jul.), 1697 (31 Ago.), 1703 (20 Fev.) e 1704 (11 Set.), LGD, fls. 50, 81, 106v e 115.

Conclusão

O *Códice 390* é uma fonte histórica primária para o estudo institucional sobre o funcionamento e a dinâmica social de um cabido, de âmbito micro e macro espacial. Apesar de eminentemente estatística, revela-se valiosa para o conhecimento interno e funcionamento das lógicas de gestão e administração do cabido da Sé de Lamego e em sentido lato das demais organizações capitulares catedralícias no período pós-tridentino. A sua leitura isolada permite o registo de um amplo conjunto de dinâmicas (de que é exemplo a conflituosidade através do estudo das causas e demandas), das relações individuais e colectivas (endógenas e exogénas), dos comportamentos clientelares e das práticas sociais (individuais e colectivas, como a a caridade). Feito, ainda, o cruzamento com outros documentos, internos e externos à instituição, similares em contexto ou contemporâneos e inter-relacionados através dos assuntos nele registados, permite leituras abrangentes.

O presente ensaio constituiu, portanto, apenas uma hipótese de leitura e exploração que fornece elementos para outros estudos mais vastos a que o Códice estimula. Mas, mais do que possibilitar metodologias para o seu tratamento, leitura e exploração, pretendemos, outrossim, resgatar a memória e possibilitar com esta exposição trazer à luz um documento histórico que se pretendia perdido e hoje pode contribuir para o apaziguamento do próprio *sentir* de Património e a forma como ele foi entendido ao longo do tão conturbado século XX.

⁸⁰ Referência a Cúria Romana, 1692 (12 Set.), *LGD*, fl. 60.

⁸¹ Sobre a apresentação dos ofícios e dignidades capitulares, vid. COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 77-116.

**Compra e consumo de carvão no Cabido de Lamego (1679-1712):
uma proposta de tratamento**

DIAS	GASTOS (RÉIS)	ESTAÇÃO													ANO	CONS. ANUAL	
			VII	VIII	IX	X	XI	XII	I	II	III	IV	V	VI			
		1679														1679	7100
140	10800	1679														1680	7950
61	4250	1680														1681	8000
261	17660	1681														1682	9660
		1682														1683	16000
323	17800	1683														1684	7800
70	12000	1684														1685	12000
76	9100	1685														1686	3100
		1686														1687	3180
45	6180	1687														1688	3000
89	3780	1688														1689	6370
182	8710	1689														1690	8220
138	3785	1690														1691	5885
149	6300	1691														1692	5820
166	9820	1692														1693	12100
174	9600	1693														1694	7900
216	12050	1694														1695	13750
207	12760	1695														1696	10860
195	10400	1696														1697	11900
105	10410	1697														1698	9610
216	11390	1698														1699	14990
157	16940	1699														1700	8900
179	12910	1700														1701	19700
145	10628	1701														1702	7458
148	9090	1702														1703	10070
155	13250	1703														1704	15010
193	16400	1704														1705	21680
183	24000	1705														1706	24000
130	15000	1706														1707	9000
147	15000	1707														1708	9000
95	16480	1708														1709	23960
154	20370	1709														1710	24890
131	17400	1710														1711	10960
115	18740	1711														1712	13180
	13180	1712															

Fonte: *LGD/Código 390*. O diagrama deve ser lido da esquerda para a direita. Na 1ª coluna elenca-se o número de dias entre a primeira compra e a última na estação fria. Na 2ª coluna os gastos efectuados na compra do carvão nesse período. Na 3ª e 16ª colunas estão os anos analisados intercalados pelos meses ordenados de Julho a Junho. Ao centro, delimitados pelo tracejado, estão os meses de Inverno. Desta forma é possível obter uma leitura gráfica da distribuição das compras de carvão ao longo do ano, comparando esses dados com os períodos de maior rigor metereológico. A 18ª coluna contabiliza a compra de carvão (valores brutos em réis) pelo ano civil.



Abóbada da nave central. Frescos. Sé de Lamego © LABFOTO-Lamego

A fábrica barroca da Sé de Lamego e a pintura decorativa de Nicolau Nasoni

Duarte FRIAS

Falamos do Barroco, seja em que contexto for, traduz em nós o imediato reconhecimento dos seus elementos identificadores, como a exuberância visual, a luz, o movimento e a ostentação dos ornamentos, considerados essenciais para a desejada captação emotiva das imagens e das formas. Esta atitude reveladora de novos conceitos discursivos e técnico-artísticos, contrários ao neoclassicismo imposto pelas elites protestantes, apareceu entre nós na segunda metade da centúria de Seiscentos, quando a corte portuguesa e os altos dignitários eclesiásticos recorreram a artistas estrangeiros, especialmente italianos, para a reestruturação, edificação e ornamentação dos seus imóveis de carácter civil ou religioso. Esta tendência, desde logo muito bem recebida, ganhou uma maior dimensão no início do século XVIII, com a projecção dada pelo rei D. João V através da sua política de promoção artística. A sensibilidade cultural e o desafogo económico que então o país conhecia, alimentado pelas receitas do ouro e dos diamantes do Brasil, criaram o contexto ideal para que o poder político se pudesse projectar através da Arte, em primeira linha com o que vinha acontecendo por toda a Europa, sempre com o interesse e a concorrência da elite eclesiástica, também ela ávida em apostar na Arte como meio de divulgação da sua catequese contra-reformista e de concretização da sua estratégia de afirmação social e política.

Com efeito, depois do impacto do contacto mercantil com o norte da Europa durante os séculos XV e XVI, que resultou na difusão da arte flamenga no nosso país, Portugal passou a receber e a requisitar a arte italiana, a partir de meados do século XVII e de uma forma muito aberta durante quase todo o século XVIII. Essa aproximação ao modelo ultramontano surgiria como fruto do progressivo estreitar de relações com a Cúria Romana, que teve o seu apogeu na política fiel e persuasiva de D. João V junto do papa, alcançando, com isso, um importante poder de atracção dos mais notáveis artistas da época.

Com a chegada ao nosso país de importantes artistas da Arte Barroca, principalmente de origem italiana, e, algum tempo depois, de artistas portugueses instruídos em Roma, as novidades e gostos barroquizantes espalhar-se-iam como reflexo da adopção e difusão das novas linguagens artísticas a partir da corte portuguesa. A intensa reformulação de diversos espaços arquitectónicos registada nas primeiras décadas de Setecentos, na sua grande maioria esgotados de modelos há muito ultrapassados e descompassados face às novas atitudes e práticas, gerou um espírito transformador que chegou de forma imediata às principais cidades do reino, entre as quais se contam algumas das mais destacadas sedes diocesanas, como Porto e Braga.

No caso da urbe portuense, as obras de renovação da sua catedral ficariam para sempre vinculadas à introdução do Barroco na cidade e, de certa forma, em todo o norte do país. A participação de artistas de Lisboa e do estrangeiro, sobretudo italianos, e a divulgação das novas técnicas de execução que estes últimos possuíam, transfiguraram paulatinamente a criação e a decoração das igrejas do Porto e, em consequência, as de muitos outros templos da região nortenha¹. Para a rápida aplicação das novas leituras artísticas nestas catedrais e nas igrejas delas dependentes, muito contribuíram os períodos de sede vacante

¹ ALVES, Joaquim Ferreira – A Introdução do Barroco no Porto: alguns aspectos das obras da Sé durante a Sede Vacante de 1717-1741 segundo a “Memória” descritiva. *Museu*. 14 (2005) 30.

que ocorreram em muitas das dioceses portuguesas, nas primeiras décadas do século XVIII. Com efeito, na ausência do bispo, as decisões de gestão de cada diocese, que por direito pertenciam ao prelado, num claro respeito pelo exercício das prerrogativas inerentes às suas funções, acabaram por recair sobre as respectivas corporações capitulares. Em Lamego, o período de Sede Vacante que se verificou no terceiro e quarto decénios de Setecentos, entre o fim do episcopado de D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1733) e o início do governo de D. Frei Manuel Coutinho (1741), correspondeu a esse momento de mudança e de actualização estética, em que os cónegos chamaram a si a decisão de avançar com as reformulações necessárias dos espaços de culto, como conhecedores directos que eram dos problemas e dos mecanismos de decisão.

Nas últimas décadas do século XVII, ainda antes de Lamego, o Porto antecipara essa adopção por um novo gosto construtivo, que teve a sua maior expressão durante o período de Sede Vacante, que se estendeu de 1716 a 1741. A aplicação de novos conhecimentos aliada a uma conjuntura económica favorável resultou naquilo a que intitulamos de barroco portuense, caracterizado pelas formas ritmadas, túrgidas e intensas, revelando fachadas graníticas de apurado discurso ornamental². A intenção de dotar os templos lamecenses com estas renovadas necessidades espaciais e de acordo com as recentes orientações litúrgicas, começaram de algum modo por se registar já ao longo do século XVII, com a construção ou reforma de igrejas e capelas na diocese, muitas delas revelando os primeiros retábulos ou painéis de talha dourada, possuidoras de uma nova linguagem plástica, de que são exemplo as tribunas da igreja do Desterro ou das igrejas dos mosteiros das Chagas e de Santo António de Ferreirim. O manual de referência que seria as Constituições Sinodais do bispado de Lamego, publicadas em 1683, reforçou essa imposição de mudança e renovação, quer na escultura, ao referir: *e achando os Visitadores algumas imagens imperfeitas, ou que por serem*

² ALVES, Joaquim Ferreira – A Introdução do Barroco no Porto..., p. 31.

mui antigas ou gastadas ou disformes nas feições (...) e nellas se acharem abusos ou erros contra a vontade dos Mystérios Divinos (...) as mandarão enterrar nas igrejas ou Adros...; quer na pintura: e os retabulos das pinturas, ou se pintem com outras reformadas,...ou as quebrem e queimem em lugar secreto, o mesmo sucedendo com as pinturas parietais, anunciando uma atitude que prevaleceu durante todo o século XVIII³.

A catedral de Lamego, por seu turno, apresentava desde as últimas décadas do século XVII avançados sinais de deterioração, que pontualmente foram sendo resolvidos. No início do século XVIII, esta situação agravou-se significativamente, tendo para isso contribuído a intermitente ou fugaz passagem pela diocese de alguns dos seus bispos, que resultou no sucessivo adiamento das decisões quanto às obras de fundo que eram necessárias empreender neste templo. Não obstante isso, entre os prelados que nesse período registaram uma breve passagem pela cátedra de Lamego, mas que fruto de alguma sensibilidade ou perspicácia promoveram algumas das necessárias intervenções na Sé, devemos salientar D. Frei Luís de Silva (1677-1685) e D. Tomás de Almeida (1706-1709); o primeiro, pela reconstrução da capela do Santíssimo Sacramento; o segundo, por obras marcantes como o gradeamento do adro e a abertura de seis grandes janelas na Sé⁴.

O avolumar dos problemas de conservação na estrutura da catedral e o sucessivo adiamento da sua resolução acabaram por conduzir o edifício a um estado parcial de ruína, como o cabido reportou, em 1721, em carta dirigida ao ausente D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1710-1733†), com o intuito de sensibilizar o bispo para a urgência da reformulação arquitectónica da Sé⁵. A inconsequência deste e de outros apelos fez aumentar a degradação do templo, até

³ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 3: *Renascimento I*. Lamego: [s.n.], 1982, p. 316.

⁴ COSTA, Américo – *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Vol. 7. Porto: Liv. Civilização, 1940, p. 279-280.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 83, fls. 195v-196.

que em 1733, com o falecimento deste prelado e a prolongada vacatura que daí em diante a Igreja de Lamego conheceu, o cabido acabou por tomar a decisão de se organizar, de modo a prover as necessárias soluções para o edifício.

Recorrendo à proximidade existente entre os cabidos do Porto e de Lamego e à afinidade de preocupações que estas duas corporações mostravam com a renovação das suas catedrais, os cónegos de Lamego encontram junto dos seus congéneres portuenses a mão-de-obra necessária para as empreitadas que decidiram promover na igreja duriense. Assim parece ter acontecido, pelo significativo e numeroso cardápio de artistas que viriam a plasmar o seu nome nas fábricas das duas catedrais. Tanto quanto podemos saber, o primeiro responsável reconhecido na esfera artística do Porto a chegar à Sé de Lamego foi o arquitecto Miguel Francisco da Silva, no ano de 1733. De facto, a primeira decisão do cabido, logo após a morte de D. Nuno Álvares Pereira de Melo e a vacatura da diocese, foi proceder ao restauro da Sé, e Miguel Francisco da Silva, segundo nota desta corporação, terá idealizado ou co-colaborado num primeiro projecto, ou pelo menos, foi delegado do seu autor ou autores para o acto de arrematação das obras⁶. Estas intervenções, pese embora não tenham surtido grande efeito, não deixaram de assinalar uma nova e determinante atitude dos responsáveis religiosos em relação à igreja sede da diocese e ao seu património edificado. Na verdade, a grandeza e a riqueza que a catedral lamecense ainda hoje nos apresenta, reflecte vincadamente essa orientação e o fôlego que o cabido impôs na reestruturação deste edifício, desde 1733 até 1751, ano em que foi consagrado pelo bispo D. Frei Feliciano de Nossa Senhora (1742-1771†).

Em 1734, e perante a reconhecida dimensão do estado de ruína da Sé, o cabido reiterou a necessidade de uma vasta intervenção, para a qual se exigia o entendimento entre artistas de comprovada experiência. Através dos seus

⁶ FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego*. Vol. 1. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 98 (tese de mestrado policopiada); e COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 5: *Barroco I*. Lamego: [s.n.], 1986, p. 582-583.

contactos, os cónegos conseguiram requisitar António Pereira e Nicolau Nasoni, que tinham acabado de trabalhar na reformulação arquitectónica da Sé do Porto, que se afigurava um cenário quase idêntico àquele que lhes era proposto intervir na catedral de Lamego. Isso mesmo nos é corroborado pela acta da reunião capitular de 9 de Setembro de 1734, onde os cónegos descreveram a situação ruínosa da Sé como: *aruínada toda de tectos, telhados, madeyras, e ainda de paredes, e necessitar de m.ta reforma p.a o culto divino; e p.a se ajunctarem os feis christaons, a orar a d.a, e ser o templo principal não só desta cidade, mas de todo o Bispaço.* (acrescentando) que *...nos termos em q se achava acordarão de pleno consentimento a fazerem se algumas obras, a q estas fossem conforme a planta, q fez Nicolao Nazoni do cruzeyro p.a bayxo p.la ruína, q se ameaçava; e p.a cujo ef.to vierão, e consentirão, q se observase a d.a planta, e na fr.a dela se principiase as obras ajustandose com o Arquitecto por ser m.to do serviço de d.as acrescentando, ou diminuindo, o q for ne.rio p. a perfeição e segurança das obras conforme a Arte⁷.*

Esta acta dos acórdãos do cabido revela-nos a calamitosa situação da Sé e a urgência do convite endereçado a Nasoni para elaboração de uma planta de reestruturação que, como poderemos depreender destas linhas, apenas foi seguida parcialmente na realização de algumas obras. Aproveitando esta corrente empreendedora, os cónegos decidiram igualmente aplicar o dinheiro das comutações dos degredos em obras da casa do cabido e cartório, por também considerarem ser da maior urgência⁸. Este acórdão esclarece-nos ainda que o risco de Nasoni não recolheu a aceitação de todos os membros da canónica⁹, o que talvez explique o facto de se ter procedido a uma reformulação mais comedida face à planta apresentada, onde a prioridade parece ter radicado no espaço compreendido entre o arco cruzeiro e a entrada. No entanto, e como conclui M. Gonçalves da Costa, também pela leitura do *Livro de Acórdãos*, essa falta de

⁷ ANTT, Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 84, fl.77.

⁸ ANTT, Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 84, fl.78v.

⁹ ANTT, Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 84, fl.77v

consenso terá tomado outras proporções, a ponto de ter obrigado à suspensão das obras entretanto iniciadas. O *assento sobre a determinação das obras* foi redigido em forma de acta pelo cabido, e descreve a hesitação de alguns capitulares em relação ao facto de os muros degradados não resistirem às obras segundo a forma desenhada anteriormente. Sendo os arquitectos de opinião que se reedificasse tudo de novo, ficou responsável pela nova empreitada o arquitecto António Pereira¹⁰. Porém, foi de acordo com a opinião dos arquitectos que o cabido decidiu a realização de nova planta, por *acharem as paredes da See incapazes pella sua ruína de nellas se poderem fazer as obras ... e assim afirmarem os Arquitectos, e q. era preciso fazer a See de novo, e de presente o afirmar o arquitecto Ant.o P.ra, q a disse mesmo se fizesse e o sobre dito Ant.P.ra fizesse a planta da nova See e q com ella se desse conta a sua Mag.te p.a ver se approvava a factura della...*¹¹. Ou seja, existia um contacto directo, ou mesmo permanente, entre os arquitectos António Pereira e Nicolau Nasoni e o cabido, tendo aqueles sido obrigados a alterar a sua posição quanto às obras na Sé, expressas pela voz de António Pereira em reunião capitular. Após a cessação das obras anteriores, e aprovação do novo risco de António Pereira, ambas com o aval régio, no início de 1735 foram efectuados os primeiros pagamentos a António Pereira pelo seu trabalho e pelas suas deslocações entre o Porto e Lamego. No ano seguinte, e fruto de um conhecimento e de uma assumida flexibilidade entre os artistas em questão, o mestre pedreiro António Mendes Coutinho assumiu a direcção das obras da Sé, que após o seu estreito contacto com os grandes artistas que trabalhavam na Sé portuense, chegara à categoria de arquitecto. Em Lamego, António Mendes Coutinho foi co-adjuvado pelos mestres João Martins e António Ribeiro¹², que intervieram igualmente na fábrica

¹⁰ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego...* Vol. 5, p. 582-583.

¹¹ ANTT, Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 84, fl.87v.

¹² COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego...* Vol. 5, p. 583.

de renovação da catedral portuense, na qual ficaram reconhecidas as qualidades artísticas e o grande espírito colaborativo entre ambos.

Parece-nos que o foco prioritário estava, uma vez mais, direccionado para a estrutura que ia do arco cruzeiro para a entrada, onde claramente residiam as maiores preocupações. Em contraponto à obra nasoniana, onde predominava a efusiva decoração ornamental, surgiu a nova planta de António Pereira, caracterizada pelo desenho sóbrio, quase desprovido de decorações arquitectónicas, e pela preocupação com a sua eficácia, evidente na sustentabilidade das novas paredes e na funcionalidade dos novos espaços (Fig. 1). Fazer a *Sé de novo...* obrigou a uma maior amplitude dos trabalhos, decidindo, para isso, o cabido *fazer de novo o corpo desta Catedral, concluindo a obra dela na última perfeição: com a mesma conclui a maior parte do cruzeiro e alguma da capela mor*¹³. Esta fábrica construtiva, como atrás referimos, só seria finalizada anos mais tarde, no tempo do bispo D. Frei Feliciano de Nossa Senhora, que *sem atender a trabalho, nem despesas, concluiu a dita obra do cruzeiro, capelas e sacristia*¹⁴. Esta referência mostra-nos que os trabalhos se estenderam muito para além das naves erigidas desde o cruzeiro, incluindo a capela-mor, o próprio cruzeiro (zimbório) e a sacristia, descrevendo-nos ainda a extensão temporal a que o programa de renovação da Sé esteve sujeito. O mesmo foi referido na *Gazeta de Lisboa*, a 7 de Dezembro de 1751, ao noticiar a consagração da nova Sé, onde se refere que uma década antes, aquando da entrada de D. Frei Feliciano em Lamego, em Dezembro de 1742, este terá dado ordem para se continuarem as obras do cruzeiro, e fazer a capela-mor, respeitando a planta que anteriormente tinha sido elaborada¹⁵.

¹³ AMARAL, João – Obras realizadas na Sé de Lamego no Século XVIII. *Boletim da Casa Regional da Beira Douro*. 33 (1964) 220.

¹⁴ AMARAL, João – Obras realizadas na Sé de Lamego...

¹⁵ AMARAL, João – Obras realizadas na Sé de Lamego no Século XVIII. *Boletim da Casa Regional da Beira Douro*. 32 (1964) 292.



Fig. 1 – Sé de Lamego. *Pormenor da primeira abóbada da nave lateral sul* © LABFOTO–Lamego.

Sabemos que Nasoni manteve um estreito contacto com todos aqueles que dirigiram as obras, tendo sido autor de uma das plantas de reformulação da Sé, destacando-se pelas pinturas decorativas nas naves e no coro, executadas, na sua grande parte, em 1738. Aliás, é precisamente de Novembro desse ano que existe a indicação de Nasoni e João Martins terem estado a avaliar a obra da qual estavam encarregues António Mendes e Francisco da Cunha, entre outros¹⁶. Tratava-se de obras de pedraria, referentes a frestas, portas e vários assentamentos, a que a experiência e reconhecimento de ambos, principalmente de Nasoni como figura de destaque na fábrica lamecense, se manifestou no facto de serem eles próprios a definir a quantia a receber pelos diferentes obreiros. Este pormenor acaba por reforçar o paralelismo possível da presença de uma mesma gramática ornamental – de uma composição nasoniana, muito particular – entre a decoração

¹⁶ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 584-585.

arquitectónica existente nas capelas e portadas laterais do transepto e alguns pormenores da capela-mor, com a exuberante pintura das naves¹⁷.

A concepção de elementos de decoração arquitectónica em granito era uma inovação que o italiano já tinha criado no Porto, e que fazia já parte do entendimento de alguns pedreiros que com ele trabalharam na Sé desta cidade. A perfeita simbiose entre artistas, artesãos e demais obreiros fazia parte da orgânica de uma fábrica que tinha por finalidade a realização coerente de uma mesma linguagem plástica unificadora. Pelo que podemos concluir, que as obras de arquitectura e a presença de Nasoni em Lamego, no período em que pintou as abóbadas da Sé, não ocorreram em dois períodos distintos, como em alguns momentos se sugeriu, mas pelo contrário coexistiram e foram executadas em complementaridade (a possível), como, aliás, era apanágio do discurso barroco.

Um aspecto preponderante para o entendimento do contexto de realização de tão avultados investimentos, prende-se com o mecanismo desenvolvido pelo cabido de Lamego para reunir os meios financeiros que permitissem custear as obras, inicialmente pontuais, para, mais tarde, darem lugar ao fôlego da construção de uma nova catedral. É comum apresentarmos os períodos de sé vacante como momentos propícios para a realização de obras que, embora quase sempre justificadas, dependiam quase em exclusivo de uma decisão do bispo. No caso destas obras Setecentistas da Sé de Lamego, essa dependência, como vimos, transpareceu no momento em que o cabido procurou sensibilizar D. Nuno Álvares Pereira de Melo, ausente em Lisboa, sobre o estado de ruína da catedral, sem receber do prelado a resposta eficaz por que ansiava; fosse por falta de verbas ou vontade pessoal de as empreender. No entanto, este mesmo prelado, antes de falecer e como era habitual, deixou uma quantia para que no decorrer das obras

¹⁷ FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni...* Vol. 1, p. 220.

da Sé se fizessem alguns ornamentos¹⁸. Na verdade, este legado acabou por contribuir para o reforço dos cofres do cabido, que já previa tempos de grandes despesas. Na leitura que fazemos da documentação da época, em particular dos livros dos *Acórdãos do Cabido*, percebe-se que as somas usadas para os mais diversos pagamentos provinham das rendas da mitra. Casos houve, embora raros, que esta fonte de financiamento foi colmatada com os dinheiros provenientes da comutação dos degredos, mas sempre a título de empréstimo, ou seja, até que ocorressem novos ingressos nas finanças da mitra. Encontramos nas obras de reestruturação da casa do cabido e do cartório a única excepção a este mecanismo de financiamento, tendo a corporação capitular decidido neste caso fazer as obras usando as receitas que resultassem das comutações dos degredos¹⁹. A circunstância da cátedra se encontrar vaga e os cónegos desobrigados das decisões do bispo, e da capacidade deste conseguir ou não reunir os meios financeiros necessários para estas e outras despesas do seu bispado, exigia que o cabido encontrasse o consenso necessário entre os seus elementos para a prossecução das mais diversas tarefas, nomeadamente, os meios de suporte fundamentais a um projecto de grande envergadura e urgência como o projecto reconstrutivo da catedral. Tarefa que nem sempre se mostrou fácil ou mesmo possível. A chegada do bispo D. Feliciano de Nossa Senhora surgiu na melhor altura por coincidir com o início de falta de liquidez do cabido, face ao que ainda faltava cumprir da planta aprovada, tendo os cónegos encontrado no empenho e contributo do novo bispo a solução que necessitavam para a finalização dos trabalhos.

Uma vez concluída a reconstrução das naves, o cabido preocupou-se com o embelezamento do seu novo espaço. As capelas laterais e a pintura decorativa das abóbadas foram a primeira solicitação. Pese embora as cartelas que identificavam

¹⁸ ANTT, Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 84, fls. 190-191; e COSTA, Américo – *Dicionário Chorographico...* Vol. 7, p. 280.

¹⁹ ANTT, Sé de Lamego, *Acórdãos do Cabido*, Liv. 84, fl. 79.

a autoria das pinturas das abóbadas tenham desaparecido, esta é comprovada por um dos últimos pagamentos feito ao seu autor, Nicolau Nasoni²⁰. Por outro lado, as informações documentais coligidas por João Amaral²¹, além de atestarem a actividade de Nasoni em Lamego, pelos finais de 1737, após ter realizado alguns trabalhos no paço episcopal do Porto, permitem-nos datar o período em que realizou a campanha pictórica das naves da Sé de Lamego, que decorreu entre o final das obras de reestruturação da igreja, em 1737, e Março de 1739, data em que a conclusão das pinturas aparece inscrita em duas notas de pagamento dirigidas ao cabido²².

Conferida uma nova espacialidade e luz ao edifício, foi na criação das lunetas que residiu um dos factores determinantes para a projecção das pinturas então realizadas. Uma Sé outrora composta por paredes compactas e com luz deficitária, uma vez favorecida pelo rasgamento das amplas aberturas parietais, passaria a ter uma iluminação natural equilibrada, que permitia a leitura de todo o seu conjunto arquitectónico. As lunetas foram, decisivamente, criadas para oferecer essa leitura global; a penetração de luz consente uma maior visibilidade e leitura das pinturas nasonianas, elemento que, como foi prática na pintura ilusionista da época, seria, igualmente representado pictoricamente (Fig. 2).

A pintura decorativa de Nasoni na Sé de Lamego, realizada ao longo das duas naves laterais e da nave central que se prolonga até ao coro, é composta por um conjunto de abóbadas de arco cruzado, representando várias perspectivas ilusionistas, onde a profusão de elementos ornamentais quase nos absorve visualmente. Para essa emancipação visual, contribuiu a utilização de uma vasta gramática ornamental, na qual Nasoni recorreu, de uma forma quase incontável, a elementos como: folhas de acanto, rosáceas, grinaldas, festões,

²⁰ ANTT, Sé de Lamego, *Sentenças, Tomo V*, Liv. 43, fl. 721.

²¹ AMARAL, João – Obras realizadas na Sé de Lamego no Século XVIII. *Boletim da Casa Regional da Beira Douro*. 33 (1964) 218-220.

²² COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 585.

rosetas, concheados, máscaras, figuras híbridas, fitas ondeantes, formas naturais, capitéis de pilastras, cartelas, mísulas e cabeças de anjo.



Fig. 2 – Sé de Lamego. *Lunetas e abóbadas de uma das naves laterais* © LABFOTO–Lamego.

O destaque dado à gramática ornamental acaba por subjugar a limitada representação figurativa. Na maior parte, essa representação relata episódios bíblicos em cada cartela (Fig. 3). Noutras, de menores dimensões, são representados os Profetas e Evangelistas. No entanto, não deixam de ocupar uma posição quase secundária no contexto plástico de cada abóbada. Porém, e de uma forma bem intencional, é no aspecto iconográfico que as mesmas representações se destacam, enquanto elementos difusores da doutrina tridentina veiculada pelas Constituições Sinodais²³; quer no significado litúrgico e directo que cada cena bíblica propícia, quer na interligação de cada cena com todas as outras. Essas

²³ FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni...* Vol. 1, p. 151.



Fig. 3 – Sé de Lamego. *Vista do primeiro tramo da nave central* © LABFOTO–Lamego.



Fig. 4 – Sé de Lamego. *Pormenor da segunda abóbada da nave lateral sul* © LABFOTO–Lamego.

representações, que aqui se traduzem na recriação de outras tantas gravuras, retratam acontecimentos do Velho Testamento (Fig. 4) que, embora se apresentem de uma forma aleatória face à descrição bíblica, podem-se resumir a palavras/momentos-chave do discurso bíblico: Criação/Tentação, Vida de Moisés/Poder Divino e o Sacrifício/Provação²⁴. Entre os capítulos recriados, destaca-se o do Génesis como o mais representativo, seguido pelo do Êxodo, Tobias e Samuel. Na nave lateral norte, e uma vez nos ser possível a observação e análise dos episódios representados nas duas primeiras abóbadas, face ao estado de degradação da terceira abóbada da nave, enunciamos num primeiro momento a Tentação e a Expulsão de Adão e Eva do Paraíso e, na amostra seguinte, a Criação de Eva/Mulher. Por sua vez, a decoração da nave lateral sul começa por representar um episódio do Livro de Tobias, quando o filho deste seu homónimo procura o fígado de peixe que irá restituir a visão ao seu pai, numa alusão a Cristo que restituiu a “Luz” ao seu povo. Seguem-se mais dois episódios do Livro do Génesis que apelam ao Sacrifício e Provação – Sacrifício de Abraão, como provação da sua fé, e o Sonho de Jacob numa alusão à ligação da vida terrena ao Céu, e a criação por este de um pequeno altar, simbolizando todos os altares. Por fim, a nave central composta por quatro abóbadas, da capela-mor ao coro (Fig. 5), descreve nas três primeiras a vida de Moisés, numa clara prefiguração com a vida de Cristo – da infância à idade adulta, terminando com a representação de Saúl como exemplo da debilidade e proeza humanas.

Como referimos anteriormente, e numa clara complementaridade barroquizante, de que Nasoni foi acérrimo defensor, entre as várias artes decorativas e o espaço arquitectónico onde estão inseridas, destacamos os excelentes exemplos de decoração arquitectónica da reestruturada catedral, nomeadamente os que emolduram algumas portadas do transepto (Fig. 6).

²⁴ FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni...* Vol. 1, p. 153-154.



Fig. 5 – Sé de Lamego. *Vista geral da nave central* © Duarte Frias.



Fig. 6 – Sé de Lamego. Arco de uma das portadas do transepto © Duarte Frias.

Assim, e uma vez mais, podemos comprovar a existência de uma ideia globalizante para a reformulação arquitectónica e decorativa da Sé de Lamego, durante os trabalhos realizados durante o período de sede vacante, a que a experiência e o conhecimento dos principais intervenientes – certamente, familiarizados com o espírito nasoniano –, não terão sido inocentes: uma unidade criativa que transpôs tridimensionalmente, da pintura para o granito, elementos como frontões interrompidos ou de enrolamento, grinaldas, festões, arcos ou rosáceas²⁵.

O programa reformador e globalizador passaria, igualmente, pelas obras de suporte aos actos religiosos, como seria o caso do mobiliário, dos sinos e dos órgãos (Fig. 7). Estes últimos, e na sequência do esforço que o cabido exerceu na tentativa de adoptar uma nova e equipada Sé, vieram a ser substituídos pela encomenda de novos exemplares para a catedral; um primeiro requisitado ao mestre organeiro Francisco António Solha, e, um pouco mais tarde, um segundo a António Mendes Coutinho, mestre pedreiro das obras da catedral²⁶.

Importa ainda referir, que estes artistas de Setecentos, na condição de privilegiados interlocutores do clero para tão importante empresa como a da persuasão doutrinária pelas Artes, desde há muito que haviam absorvido a directiva tridentina, como nos mostram os tratados de arquitectura e pintura publicados entre os séculos XVII e XVIII, que atendiam, de uma forma mais ou menos directa, às preocupações de enquadramento e desenho artístico à luz das novas directrizes da Igreja. Estes compêndios, muitas vezes redigidos pelos próprios eclesiásticos, traduziam a nova atitude intervencionista pós-tridentina, que não se limitava às encomendas, mas procurava participar nas opções artísticas, insistindo na sua função pedagógica através da descoberta pelas imagens.

²⁵ FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni...* Vol. 1, p. 220.

²⁶ COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado...* Vol. 5, p. 391.



Fig. 7 – Sé de Lamego. *Orgão de tubos da capela-mor* (século XVIII) © LABFOTO–Lamego.

A ponderação final, ou melhor, a aprovação ou não das imagens a utilizar em determinado espaço sacro da catedral, era da competência do bispo ou da

corporação capitular que na sua ausência assumia o governo da diocese, como sucedeu em Lamego, na terceira década da centúria de Setecentos, recorrendo os seus cónegos à nomeação de examinadores sinodais, de forma a garantirem a fiscalização das obras no estrito respeito pelas normas do Concílio de Trento²⁷.

²⁷ FRIAS, Duarte – *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni...* Vol. 1, p. 113.

Restaurar e Recriar



Torre sineira, obras de colocação de fresta. Sé de Lamego. José Marques Abreu Júnior, 1968 © IHRU/SIPA



Torre sincera, pormenor de fresta nova. Sé de Lamego. José Marques Abreu Júnior, 1968 © IHRU/SIPA

A Sé de Lamego no século XX: restauro e conservação

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

Iniciada na década de 1930, sob a tutela da DGEMN (Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais), a intervenção de restauro na Sé de Lamego centrou-se, numa primeira fase, na recuperação das coberturas e na reconstrução de parcelas do claustro. Em Fevereiro de 1936 foram disponibilizadas as primeiras verbas para as obras de beneficiação e restauro, ao mesmo tempo que a Comissão Concelhia de Lamego da União Nacional apelava, em carta remetida à DGEMN, para o início urgente das obras de restauro tanto na Sé como nas igrejas de Santa Maria de Almacave e de S. Pedro de Balsemão¹. Em Agosto do mesmo ano, Baltazar de Castro, já então no cargo de Director dos Monumentos, depois de uma intensa actividade de restauro desenvolvida na Direcção de Serviços do Norte², deu início ao processo de apresentação de propostas para a realização das obras na Sé de Lamego. O cargo de Direcção de Monumentos do Norte foi entretanto ocupado por Rogério de Azevedo que assumiu a responsabilidade pela intervenção na Sé, até 1940, data em que foi substituído por Joaquim Areal. A partir de 1949, seria Alberto da Silva Bessa a ocupar o cargo da Direcção dos

¹ A documentação escrita e gráfica das obras de restauro da Sé de Lamego encontra-se no Arquivo do Forte de Sacavém. Está disponível online no site do IHRU: <http://www.monumentos.pt>, PT011805210001, Arquivos e Coleções.

² NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001, p. 221-222.

Monumentos do Norte, lugar que manteve durante vinte e nove anos³. Na década de 1960, quando foi restaurada a torre da Sé e substituído o altar-mor, a responsabilidade da direcção das intervenções no conjunto catedralício coube a Alberto da Silva Bessa.

As primeiras obras de restauro da Sé de Lamego, orçamentadas em 1936, previam a reparação de guardas e colunas da galeria norte do piso superior do claustro, a construção de placa de betão armado na cobertura das alas ocidental e norte da mesma parcela do conjunto monumental e o apeamento do telhado de zinco que encimava a torre sineira. No ano seguinte, foram apresentadas as propostas de três construtores civis para a execução de outras obras que continuavam a incidir no claustro, como o apeamento da passagem de madeira e estuque de comunicação entre o claustro e o coro, incluindo o entaipamento de duas portas, a reforma do lanço superior da escada de cantaria para novo acesso ao coro, incluindo a abertura de uma porta com cantaria lavrada, a execução de cantaria moldurada, com uma e duas faces à vista, em paredes de silharia e a demolição do pavimento superior do claustro⁴. Dois anos depois, em 1939, foram projectadas e orçamentadas novas obras no claustro e dependências adjacentes, como a armação de castanho aparelhado incluindo forro, a execução de cachorros de madeira de castanho, o assentamento de telha mourisca em cobertura e o entaipamento de janelas com silhares de cantaria apicoada assente em argamassa de cimento e areia⁵.

A documentação escrita relativa ao restauro não permite, no entanto, saber exactamente o que foi realizado. Apesar de estar documentada a aprovação das obras discriminadas nas propostas, não existem registos da sua real execução.

³ TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002, p. 325-326.

⁴ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

⁵ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

Contudo, a documentação fotográfica ilustra os vários momentos por que a obra passou⁶.

O claustro foi a parcela mais intervencionada devido ao seu mau estado de conservação e ao tipo de alterações que patenteava. A galeria superior da ala sul tinha sido dividida por arcadas assentes em parcelas de muros, que seccionavam a galeria em vários tramos, tendo estes elementos sido demolidos durante as obras (Fig. 1). A galeria superior da ala ocidental terminava, junto à correspondente fachada da catedral, numa construção em taipa que funcionava como elemento de comunicação entre o claustro e o coro (Fig. 2). A sua demolição esteve prevista nas propostas apresentadas em 1937, bem como a reforma da escada de cantaria para um novo acesso ao coro, que incluía a abertura de uma porta em cantaria lavrada e a substituição de silharias. Estas obras, bem como a reforma das coberturas e dos pavimentos das duas galerias, foram realmente realizadas como testemunha a documentação fotográfica.

O ritmo da intervenção sofreu constantes interrupções por falta de verbas. Na verdade, onze anos depois do seu início, as obras mencionadas não se encontravam concluídas. Em 1945, o então bispo de Lamego D. Ernesto Sena de Oliveira (1944-1948) solicitou, em carta datada de 21 de Maio, a conclusão das mesmas, há muito começadas na sala capitular e no claustro superior da Sé, para aí poder instalar uma exposição de arte sacra que o cabido pretendia inaugurar em Agosto desse ano, conforme estava previsto no programa das comemorações do VIII Centenário da Restauração da Diocese de Lamego⁷.

À lentidão dos trabalhos e à falta de verbas para a obras da Sé de Lamego não foram certamente alheios o *esforço de restauro* centrado nas Comemorações dos

⁶ Fontes documentais e gráficas disponíveis em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

⁷ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].



Fig. 1 – Sé de Lamego. Galeria superior (sul) antes das obras de restauro © IHRU/SIPA.



Fig. 2 – Sé de Lamego. Claustro em 1937 © IHRU/SIPA.

Centenários. O plano para as comemorações estabelecido em 1938 elegeu cinco lugares simbólicos da lusitanidade que se constituíram como cenários de algumas das mais importantes celebrações: Guimarães, como sendo o berço da nação; Braga, o seu centro religioso; Porto, o núcleo da formação da nacionalidade; Lisboa, a capital do Império; e Vila Viçosa, o símbolo da restauração da independência. Durante os dois anos de preparação das comemorações estes centros urbanos receberam importantes campanhas de obras, sendo objecto de transformações⁸ e de profundos restauros, sobretudo nos monumentos que melhor ilustravam as épocas gloriosas da história de Portugal.

Contudo, o empenho posto no restauro dos monumentos ultrapassou largamente os cinco lugares mencionados. Segundo Maria João Neto as verbas gastas com obras, sempre em ritmo crescente desde 1938, atingem o seu valor mais elevado em 1940 com cerca de 15.000 contos para um total de 180 intervenções⁹. Nos anos seguintes, apesar da diminuição das despesas, o número de intervenções não parou de aumentar. Em 1947, a obra da DGEMN é destacada na Exposição *15 anos de Obras Públicas* (patente em Lisboa, no Instituto Superior Técnico) com o objectivo de demonstrar que o esforço do regime na recuperação dos monumentos havia ultrapassado largamente as intervenções motivadas pelas comemorações de 1940¹⁰.

Nesse mesmo ano de 1948, a Câmara Municipal de Lamego solicitou à Direcção dos Monumentos Nacionais a definição da Zona de Protecção da Sé. A salvaguarda da envolvente dos monumentos estava prevista desde 1924 pela Lei n.º 1700, na qual se referia a definição de territórios de protecção em torno dos edifícios, o que permitia regular a construção ou transformação das edificações no interior dessa zona. Assinada por Alberto da Silva Bessa, a planta da zona de

⁸ TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal...*, p. 93.

⁹ NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder...*, p. 248.

¹⁰ NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder...*, p. 248.

protecção da catedral de Lamego e da área vedada à construção só ficaria definida em 1957, recebendo alterações no ano seguinte de modo a que o Palácio da Justiça pudesse ser construído em terreno adjacente ao Museu de Lamego, instalado no antigo paço episcopal¹¹.

No que diz respeito ao estado de conservação do interior da catedral e às intervenções que aí possam ter ocorrido a documentação nada nos indica de concreto. Sabemos que, em 1965, ocorreram várias solicitações de cidadãos reclamando o novo douramento do altar de Santa Isabel e de outros altares, que foram claramente recusadas, por se considerar estarem os altares em bom estado e por mostrarem a época em que foram fabricados e a patine dos anos. Recomendou-se que fosse realizada uma cuidadosa limpeza dos retábulos, tendo ficado reservada a aplicação de novos douramentos unicamente com pequenos retoques e em pontos que a limpeza deixasse a descoberto¹². Relativamente ao interior da Sé, a documentação fotográfica apenas nos fornece informações a partir de 1950, altura em que a igreja aparentava um razoável estado de conservação de quase todos os seus elementos, à excepção de algumas parcelas da pintura mural da abóbada registadas em 1961¹³.

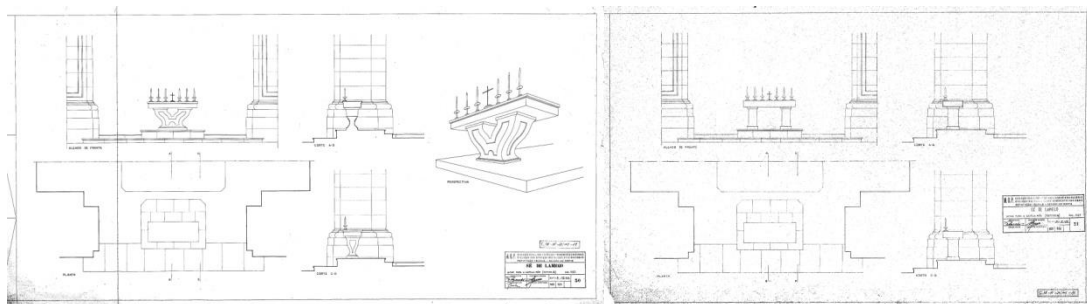
Em 1966, logo após o final do Concílio Vaticano II, Rogério de Azevedo desenhou duas propostas para a construção de um novo altar-mor. Uma delas apresentava uma solução que glosava alguns dos elementos formais do púlpito da igreja (Fig. 3), enquanto outra adoptava um vocabulário mais neutro e mais habitual no desenho dos altares das igrejas românicas, solução tantas vezes preferida e utilizada pela própria DGEMN (Fig. 4). Foi esta última a proposta escolhida, ficando o altar construído em 1968, como nos confirma a

¹¹ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

¹² Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

¹³ Fotos 079895/1950 e 079932/1961. Disponíveis em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

documentação fotográfica (Fig. 5)¹⁴, embora não tenha sido a solução definitiva, uma vez que a Sé receberia, posteriormente, um novo altar que corresponde àquele que hoje conserva.



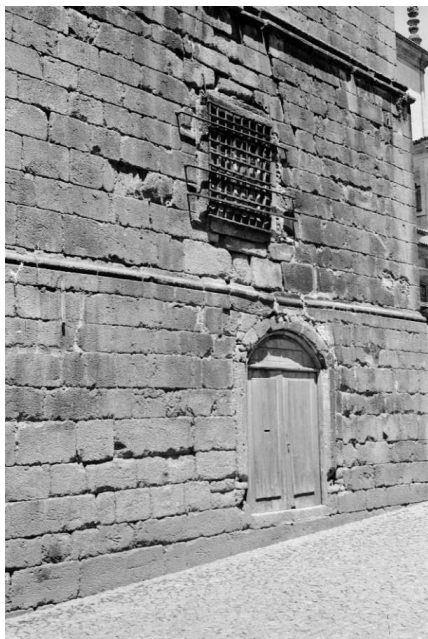
Figs. 3 e 4 – *Propostas para a construção de um novo altar-mor em 1966.* Rogério de Azevedo © IHRU/SIPA



Fig. 5 – Sé de Lamego. *Altar construído em 1968 segundo projeto de Rogério de Azevedo* © IHRU/SIPA.

¹⁴ Foto 079976/1968. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

Ainda na década de 1960, e ao mesmo tempo que começavam as obras de restauro do castelo de Lamego, foi a vez da torre sineira da Sé receber um restauro mais interventivo, quando comparado com as obras efectuadas no claustro. A torre, habitada até 1964, foi então desocupada por intervenção do cabido e por insistência do ministro das obras públicas, tendo as obras sido realizadas em 1968¹⁵. Como nos mostra a documentação fotográfica, a fachada norte da torre apresentava a abertura de dois vãos, um ao nível térreo e outro ao nível do primeiro piso, claramente realizados em época posterior à construção medieval (Fig. 6). Os vãos foram então entaipados, abrindo-se, ao nível do primeiro piso um novo vão de iluminação que seguiu o modelo do vão equivalente situado na fachada ocidental da torre. A fresta ao nível do segundo piso viria a ser recomposta com peças que mimetizam as formas românicas (Fig. 7).



Figs. 6 e 7 – Sé de Lamego. *Torre* © IHRU/SIPA.

¹⁵ Fotos 079469/1968 e 079974/1968 Disponíveis em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6431 [consultado a 22/03/2013].

A qualidade do conjunto monumental da Sé de Lamego, definido por importantes alterações ao longo do tempo, constituiu uma pré-existência determinante nas opções de restauro e conservação realizadas no século XX. A manutenção das sucessivas alterações da Época Moderna impôs-se, tanto pelo seu razoável estado de conservação e qualidade artística, como pela impossibilidade de realizar um restauro em estilo, uma vez que a igreja apresentava diferentes elementos construtivos e espaciais, resultantes de sistemas formais distintos (Fig. 8). Em casos semelhantes de obras dirigidas pelas DGEMN era frequente uma atenção especial aos elementos medievais de um edifício e a sua decorrente valorização através do restauro, como veio a acontecer na torre da Sé.

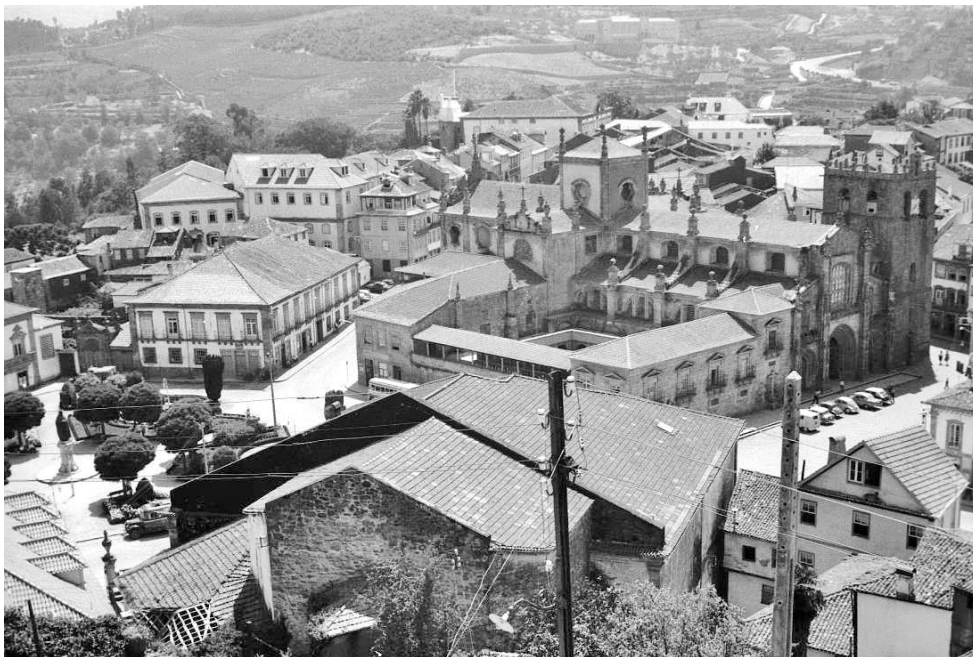


Fig. 8 – Sé de Lamego © IHRU/SIPA.

As demais obras de restauro incidiram principalmente no claustro, pelo facto de este constituir uma das partes do conjunto catedralício em pior estado de

conservação. A torre, como vimos, foi a única parcela que recebeu uma intervenção assente em critérios de reposição estilística, certamente ditado pelo facto de somente este elemento se reportar à época românica, constituindo um valor de memória com fundas raízes na formação da nacionalidade.

A percepção das obras em monumentos conduzidas pela DGEMN, no quadro político do Estado Novo, está muito marcada pela quantidade de construções românicas então restauradas. As catedrais do Porto e de Lisboa, as igrejas românicas, principalmente as do Entre-Douro-e-Minho, e os castelos, como o de Guimarães, são exemplos marcantes de um tipo de restauro em estilo que, frequentemente, se generalizou para toda a actividade interventiva então exercida. Contudo, aquele tipo de restauro não deve ser entendido como uma prática comum a todas as obras. A Sé de Lamego é disso um exemplo. Aliás, o próprio restauro das construções medievais conduzidas pela DGEMN, nas décadas de 1930 e 1940, como já notou Miguel Tomé, tem sido erradamente interpretado pela historiografia como uma aplicação generalizada e homologada de critérios orientados por motivações políticas e portadores de mensagens extra-artísticas¹⁶. Segundo este mesmo autor, embora o factor político tivesse sido o motor para a quantidade de intervenções, a verdade é que a prática contradiz aquela interpretação. No entanto, há factores que contribuíram para uma certa unidade metodológica dos restauros, como a semelhança das características arquitectónicas e das patologias das construções a serem restauradas, a centralização das decisões e o pesado controlo institucional¹⁷.

A preferência dos técnicos por edifícios que acusassem limitadas transformações relativamente ao estado primitivo, e cuja intervenção lhes acentuasse o sentido de exemplaridade, criou um conjunto de monumentos restaurados que, por generalização, se confundiu com um inexistente quadro

¹⁶ TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal...*, p. 29.

¹⁷ TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal...*, p. 29.

conceptual e programático. Neste sentido, Miguel Tomé conclui que o restauro em estilo resultou mais de uma questão de oportunidade do que uma condição apriorística¹⁸.

Coincidindo com o início da obra na Sé de Lamego, o primeiro projecto interventivo para a igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, elaborado por Rogério de Azevedo, em 1936 e 1939, procurou reconstituir o edifício medieval, demolindo as alterações realizadas no século XIX. A propósito desse projecto, escreveu Rogério de Azevedo: *Este Monumento (...) é um dos que mais se presta para restauro (...) visto que, as modificações executadas constituíram principalmente no entaipamento das suas colunas, arcos e paredes, com materiais de fácil demolição sem que para isso houvesse necessidade de fazer grandes mutilações, como se demonstrou nas sondagens executadas*¹⁹.

A igreja da Colegiada de Guimarães e a Sé de Lamego correspondiam, na verdade, a *monumentos* radicalmente distintos. A oportunidade de restauro da colegiada tinha como ponto de partida a existência da sua estrutura gótica original, enquanto a Sé de Lamego constituía o resultado de alterações estruturais e formais que alteraram completamente a construção românica inicial. Por esse motivo, o exercício de restauro como ênfase da memória e do valor de antiguidade restringiu-se apenas à intervenção na torre sineira da fachada.

¹⁸ TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal...*, p. 38.

¹⁹ TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal*. Vol. 2: *Catálogo analítico*. Porto: [s.n.], 1998, p. 211 (tese de mestrado policopiada).



Vista superior da nave lateral Evangelho. Sé de Lamego. Alberto da Silva Bessa, 1961 © IHRU/SIPA

Os limites da conservação e restauro: algumas considerações a propósito do restauro das pinturas murais da Sé de Lamego

Joaquim Inácio CAETANO

A pintura mural e a arquitectura formam um todo indissociável. Não podemos abordar o fenómeno da pintura mural e da sua conservação do mesmo modo que o fazemos para a pintura de cavalete ou de qualquer outro objecto artístico móvel. A sua ligação à estrutura arquitectónica, parede ou tecto, confere-lhe características específicas quer de leitura¹ quer de processos de alteração e, conseqüentemente, de conservação.

Com funções diferentes, sejam elas catequéticas, decorativas ou de modificação ilusória de uma sala, a pintura mural é pensada e executada em

¹ [...] Ligada ao muro, e conseqüentemente à arquitectura, a pintura mural adquire um outro estatuto diferente daquele que teria se estivesse ligada a um objecto. Não são só as condições materiais de execução que diferem mas, com o seu contexto, a natureza íntima da imagem, diríamos mesmo, o seu estatuto de realidade. Nada o mostra melhor, que o problema da moldura. Contrariamente ao quadro, a pintura mural não precisa de moldura que a ligue à arquitectura: a sua moldura é a arquitectura ela mesma, na qual está englobado o espectador. Sempre que aparece um emolduramento numa decoração mural, trata-se ou de separar as diversas cenas dum ciclo ao longo duma parede, ou de imitar pelo *tromp l'oeil* a moldura dum quadro. A moldura duma pintura mural é pois, sempre ou a arquitectura ou uma moldura fictícia feita pela própria pintura. Se esta ligação orgânica se perde, a pintura mural toma-se numa espécie de tapeçaria ou papel de parede. A arquitectura, por sua vez, sempre recorreu à cor e à decoração figurada, esculpida ou pintada, e é um erro recente, devido ao positivismo do século XIX ou ao purismo abstracto do século XX, conceber as artes divididas segundo as técnicas utilizadas. Em todas as épocas, a cor e a decoração pintada foram previstas ab initio como parte integrante do conjunto monumental, quer se trate do túmulo egípcio, do templo grego, hindu ou buda, da igreja bizantina, romana, gótica ou barroca, do palácio renascentista ou barroco, ou dos esforços monumentais do século XIX. Separá-los, é falsear essa aproximação, desvirtuando essa característica própria e, se se vai até à separação material, desmembrar uma totalidade estética e histórica, traduzido de MORA, Paolo; MORA, Laura e PHILIPPOT, Paul – *La conservation des peintures murales*. Bologna: Ed. Compositori, 1977, p. 1-2.

função de um espaço, com determinada relação com este em termos de conteúdo formal, escala e cromatismo.

É, pois, errado estudar a pintura mural olhando só para a área limitada de uma composição, como se de mais um quadro se tratasse, e tentar conservá-la desligando-a da sua estrutura arquitectónica.

Tal como todos os objectos, as obras de arte estão sujeitas a processos de envelhecimento e alteração, mais ou menos complexos, dependendo da natureza dos seus materiais constituintes e das condições ambientais a que esses materiais estão sujeitos. No caso das pinturas murais, e porque se trata, grande parte das vezes, de revestimentos de protecção da estrutura murária, mais do que os materiais constituintes, são as condições ambientais e as vicissitudes a que foram sujeitos os edifícios onde estão inseridas, as suas principais causas de alteração. Uma intervenção de conservação de uma pintura mural, devido à íntima ligação da pintura à arquitectura, é, frequentemente, um processo complexo. Muitas vezes não basta tratar a pintura, isto é, intervir só sobre os seus materiais constituintes, é também necessária uma intervenção profunda no edifício para eliminar as causas de alteração.

Na conservação e restauro, e especificamente na área da pintura mural, são imprescindíveis o conhecimento profundo das técnicas de execução da pintura e das técnicas tradicionais de construção, por um lado, e o conhecimento das causas e processos de alteração associado ao domínio das técnicas de intervenção por outro.

Todavia, só por si não são suficientes para que a conservação e restauro, como disciplina autónoma, contribua para o estudo e conhecimento da pintura mural portuguesa. Uma intervenção de conservação e restauro numa obra de valor patrimonial, não é uma operação que se faça todos os anos, ou com outra frequência mais espaçada. É um acto isolado, cuja decisão só deve ser tomada depois da análise de uma série de dados e da avaliação correcta das vantagens e

inconvenientes dessa intervenção. Mas esta intervenção é também a oportunidade única, que não deve ser desperdiçada, para um estudo mais profundo da peça, cabendo ao conservador-restaurador a observação e recolha de toda a informação técnica, e não só, que deverá partilhar e discutir com os outros intervenientes no património permitindo, assim, melhorar o conhecimento da peça em tratamento e fazer o estudo comparativo com outras obras.

É nesta relação orgânica da pintura mural com a arquitectura que se põem também alguns problemas de mais difícil resolução. Se a aprendizagem e domínio das várias técnicas e procedimentos de restauro, nomeadamente em situações de remoção de camadas sobrepostas, limpeza, consolidação e fixação de rebocos e camada pictórica, aplicação de novas massas é relativamente simples e consensual, a apresentação estética final, isto é, o tratamento da lacuna, exige um perfeito entendimento da relação da pintura mural com o espaço onde está inserida e da sua função enquanto elemento transformador da leitura desse espaço, não perdendo nunca de vista a dupla função de um revestimento pintado – protecção e decorativa. Assim, deve ser devidamente avaliado o efeito perturbador de uma lacuna (do reboco e da camada pictórica) na leitura do conjunto e, através de uma série de operações (aplicação de novas massas, reconstituição do desenho, valorização da cor e textura do novo reboco, etc.), restabelecer o plano do revestimento com as correspondentes funções de protecção e anular, do ponto de vista estético, o efeito perturbador da lacuna.

Naturalmente, os meios para atingir os objectivos imediatos que se vão estabelecendo ao longo da intervenção, que concorrerão para a prossecução de um grande objectivo final, deverão ser constantemente avaliados e confirmados, ou modificados, conforme os resultados obtidos concorram ou não para os objectivos estabelecidos.

Os dois momentos da intervenção de conservação e restauro

Depois destes considerandos e, retomando a linha de pensamento de Cesare Brandi², podemos considerar que em cada intervenção de conservação e restauro há dois momentos determinantes. O primeiro momento, onde se intervém ao nível da matéria constituinte da obra, de forma a parar ou diminuir o processo de alteração e acabar com a formação de produtos de alteração, repondo a coesão e estabilidade da matéria e, também, libertá-la das eventuais camadas sobrepostas (sujidade, repintes, vernizes oxidados, molduras, retábulos, entre outros materiais), e o segundo momento, que podemos considerar o da apresentação estética final, no qual se faz o tratamento das lacunas ou a recomposição de uma pintura fragmentada.

Se em relação ao primeiro momento, os critérios e as opiniões no meio profissional são mais ou menos consensuais, uma vez que, de um modo geral, se procura utilizar os produtos que melhor resposta dão para a resolução dos problemas presentes, produtos esses já suficientemente testados para se conhecer o seu comportamento e que são utilizados em técnicas e procedimentos largamente divulgados, já em relação à apresentação estética final as coisas são diferentes. Ainda que se possam definir com bastante objectividade os vários tipos de lacunas, que podem ir desde o desgaste da camada pictórica até à lacuna completa que abrange os vários estratos da pintura desde a superfície até ao muro de suporte, o seu tratamento nem sempre é consensual e, por vezes, as técnicas disponíveis para fazer reintegração cromática são mal dominadas o que leva a resultados finais cuja leitura é má.

Convém recordar, a propósito deste assunto, algumas passagens do capítulo XI do livro *La Conservation des peintures murales* referente aos problemas de apresentação:

² BRANDI, Cesare – *Teoria do restauro*. Amadora: Orion, 2006.

O retoque tradicional raramente se limita às lacunas e facilmente degenera em repinte, na convicção ingénua que a obra de arte deve estar completa para poder ser apreciada e que pode ser refeita sem problemas pelo homem do ofício. Este conceito não é senão o do artesão numa sociedade tradicional, aplicada à manutenção ou reparação de obras artesanais, sendo ainda hoje aceite. Mas trata-se, precisamente, de manutenção ou de reparação e não de restauro. (...)

Enquanto a consciência histórica reclama hoje o respeito pela autenticidade dos monumentos do passado, a estética moderna, pondo em evidência o carácter único da obra de arte como criação de uma consciência individual num dado momento histórico, mostrou por sua vez o seu carácter irreproduzível: ainda que feita pelo mesmo pelo artista que realizou a obra que faria uma réplica, isto é, um falso, ou criaria uma obra nova.

Estes princípios que estão na origem de toda a concepção moderna de restauro, levaram por vezes a uma atitude purista extrema, determinada por uma reacção contra as práticas tradicionais e conduziu à recusa radical de qualquer forma de intervenção nas lacunas. Ainda que constitua, em si mesmo, uma reacção saudável e por este facto, muitas vezes, uma etapa necessária, esta atitude, que por sua vez gosta de se reclamar de objectividade histórica e de imperativo ético peca, também ela, num ponto fundamental. Com efeito, recusa-se «a priori» e por princípio, considerar a obra de arte naquilo que é sua própria essência e o fundamento do seu restauro: a sua realidade estética. Realidade que deriva totalmente da sua aparência e cujo entendimento é indissociável da apresentação da obra. Donde, não podemos renunciar a tomar em consideração o efeito das lacunas no conjunto da obra mutilada sem renunciar a considerar a obra de arte como obra de arte, sem reduzir o ser ao conhecer e de se refugiar numa abordagem puramente arqueológica e documental. Por outro lado a não intervenção, afectando também ela a aparência e a leitura da imagem, é em si mesmo uma forma de apresentação: a que, precisamente, ilude o problema estético. (...)

Ora, o problema provocado pelas lacunas, numa pintura mural, apresenta um duplo aspecto ou, se preferirmos, dois níveis. Por um lado a lacuna perturba a percepção da imagem pelo facto (...) de tender a «tornar-se figura» no conjunto da pintura que ela, a lacuna, transforma em «fundo». Por outro lado apresenta-se, do ponto de vista formal, como uma «interrupção» na continuidade da forma. «Reduzir este problema para devolver à imagem toda a presença que ainda é capaz de protagonizar, respeitando a sua autenticidade de criação e de documento histórico»: é este o verdadeiro problema crítico da reintegração de lacunas³.

³ Traduzido de MORA, Paolo; MORA, Laura e PHILIPPOT, Paul – *La conservation des peintures murales...*, p. 347-351.

A intervenção de conservação e restauro das pinturas murais da Sé de Lamego

A oportunidade de voltar a abordar estas questões decorre de algumas considerações a propósito da intervenção de conservação e restauro das pinturas murais de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego, realizada em 1991.

Os danos existentes nas pinturas eram consequência de infiltrações continuadas pela cobertura onde, no corpo correspondente à nave central, havia um deficiente remate do telhado junto dos pináculos, o que permitia a entrada de água da chuva. Esta situação desencadeou um processo de formação de sais sobre a camada pictórica em áreas bem delimitadas, nos ângulos de cada abóbada dos tramos da nave central, provocando a perda da camada pictórica nessas zonas. O mesmo processo ocorreu nas abóbadas das naves laterais onde a entrada de água foi mais generalizada, sendo os danos da pintura do mesmo tipo, mas em quase toda a extensão das abóbadas laterais.

A intervenção desenvolveu-se segundo o esquema anteriormente referido. Depois de se terem resolvido os problemas de infiltração de água pela cobertura, no primeiro momento interveio-se ao nível dos materiais constituintes da pintura procedendo-se à consolidação do reboco e fixação da camada pictórica, remoção de camadas sobrepostas (poeiras e outros tipos de sujidade) e aplicação de argamassas de cal e areia nas lacunas profundas (Fig. 1). A segunda fase da intervenção ocupou-se da apresentação estética final, ou seja, de resolver o problema da interferência das lacunas na leitura da pintura.

As opções tomadas para a reintegração cromática seguiram os seguintes critérios: sempre que era possível recuperar linhas, formas e volumes dos elementos decorativos perdidos trabalhava-se nesse sentido; quando, devido ao tamanho e localização das lacunas, essa recuperação de formas era impossível, intervinha-se somente ao nível da cor, isto é, tonalizando a área com a respectiva



Fig. 1 – Sé de Lamego. *Limpeza das pinturas com aplicação de compressas húmidas* © Joaquim I. Caetano.

cor de fundo de modo que, numa primeira leitura a partir do solo, não houvesse faltas que interferissem na leitura do conjunto percebendo-se, no entanto, essa situação numa leitura mais atenta. Foi este o procedimento nas abóbadas da nave central, tendo-se conseguido uma leitura muito uniforme do conjunto (Figs. 2 e 3).

Nas naves laterais, isto é, nas suas abóbadas o resultado final é bastante diferente porque, sendo o seu estado de degradação mais avançado e, conseqüentemente, havendo uma perda significativa da matéria constituinte da camada pictórica, de tal modo que as cores da pintura ficaram muito desvanecidas e com uma área de lacunas muito maior, tendo-se apenas feito alguma tonalização das várias áreas cromáticas. Em duas abóbadas não se fez qualquer reintegração cromática porque pouco mais existiam que alguns vestígios de cor e de incisões de passagem do desenho.



Figs. 2 e 3 – Sé de Lamego. *A mesma abóbada antes e depois da intervenção* © Joaquim I. Caetano.



Fig. 4 – Sé de Lamego. *Aspecto final após a intervenção* © Joaquim I. Caetano.

Podemos dizer que o resultado final (Fig. 4), em termos de leitura de todo o conjunto pictórico que decora as abóbadas da Sé de Lamego, é diferente entre as naves laterais e a nave central, sendo nesta mais harmoniosa apesar da falta de alguns elementos decorativos, que foi visualmente anulada com a recuperação da sua cor. Já o mesmo não se pode dizer em relação às naves laterais onde, em algumas das abóbadas, apenas foi possível recuperar, em termos de leitura, as várias zonas cromáticas mas num tom mais claro que o original. Esta diferença deve-se não a diferentes critérios de intervenção para cada uma das naves mas antes ao diferente do estado de conservação entre elas do qual resultava a impossibilidade de atingir níveis de leitura iguais se quiséssemos respeitar os princípios que enunciamos sobre a autenticidade da obra de arte.

O problema da lacuna

Além das possíveis opções de intervenção no que diz respeito à reintegração cromática, em função do estado de conservação em que se

encontravam as pinturas, foi o resultado de um “acidente” que decorreu durante a intervenção que nos merece uma reflexão mais demorada.

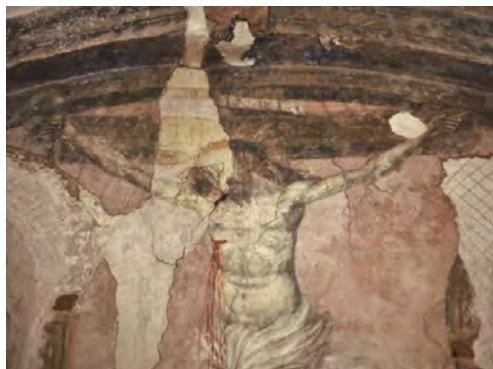
No decorrer da limpeza, que foi feita por aplicação de compressas húmidas com uma solução de bicarbonato de amónio, desapareceu, ou dizendo de um modo mais correcto, foi removido um dos elementos decorativos, mais precisamente uma pequena figura debruçada sobre a balaustrada de um lanternim fingido na abóbada do segundo tramo da nave central (Figs. 5 e 6). A causa de tal acidente deve-se, por um lado, ao facto de a figura ter sido pintada a seco tendo o aglutinante usado, com o decorrer do tempo, perdido o seu poder de fixar os pigmentos deixando a camada pictórica polvorenta e, por outro lado, à inexperiência da equipa que, apesar de acompanhada por um conservador-restaurador, que não estava presente a tempo inteiro, não se apercebeu de que aquele elemento se encontrava em diferentes condições de conservação. Como até aí a limpeza tinha decorrido sem incidentes e se estava a operar com tinha sido previamente definido, não se fizeram testes para avaliar o grau de coesão da camada pictórica daquele pormenor.

Que fazer? Reconstituir a figura que tinha sido removida ou, tendo em conta, uma vez mais, os princípios que enunciámos sobre a autenticidade da obra de arte não fazer qualquer reconstituição? Em casos como este cremos que devemos fazer uso de outra ferramenta da qual muitas vezes nos esquecemos – o bom senso. Tratando de uma figura icónica desta pintura e havendo bons registos fotográficos do pormenor antes da sua remoção, e ainda porque eventuais diferenças de traço ou de pormenor na reconstituição da figura não seriam perceptíveis vistos do chão, que é de onde a pintura pode ser vista, a opção foi reconstituir o elemento perdido. Apesar da introdução de novos materiais na sua reconstituição manteve-se a autenticidade da obra de arte não havendo quaisquer repintes sobre a pintura existente, mas tão só a reconstituição da figura. Aliás, a não reconstituição, essa sim, introduziria alguma alteração na leitura do conjunto.



Figs. 5 e 6 – Sé de Lamego. Figura da abóbada do segundo tramo da nave central que foi removida com a limpeza
© Joaquim I. Caetano.

Outras vezes, a decisão acerca do modo de tratar uma lacuna tem também que analisar outros factores além dos habituais, como no caso de uma intervenção na igreja de Santa Iria, em Serpa. Sob as camadas de cal encontravam-se pinturas a fresco que revestiam integralmente as paredes e abóbada da capela-mor. Após a remoção da cal ficou a descoberto, entre outras figuras representativas de santos, a representação de Cristo crucificado no centro da parede fundeira (Figs. 7 e 8). À recuperação da pintura enquanto obra de arte sobrepôs-se, pela parte da população local, a recuperação do seu valor cultural. Como na celebração da eucaristia costuma estar presente no altar uma representação de Cristo crucificado, habitualmente uma escultura de vulto, a pintura descoberta veio substituir essa imagem, não só porque seria uma duplicação, desnecessária, de uma representação de Cristo, mas sobretudo pelo valor de antiguidade e qualidade formal da representação. No entanto, havia alguma coisa que impedia que assim acontecesse. A figura encontrava-se mutilada no rosto e num braço e esta situação era impeditiva da recuperação desse valor cultural.



Figs. 7 e 8 – Igreja de Santa Iria, Serpa. *Pormenor da figura de Cristo antes e depois da reintegração cromática*
© Joaquim I. Caetano.

Estamos, uma vez mais, perante um caso de reconstituição, ou não, de uma parte da composição, neste caso um rosto, sem quaisquer elementos que o permitam fazer sem correr o risco de inventar, de criar um falso, num confronto

entre seguir os princípios éticos que orientam a actividade de conservação e restauro e ceder aos pedidos das pessoas que frequentam a igreja e para as quais a imagem tem, sobretudo, um valor cultural. Trata-se, em última instância, do problema recorrente de resolver a interferência da lacuna na leitura da pintura. Numa solução de compromisso entre nada reintegrar e fazer a reconstituição das partes em falta optou-se por dar um apontamento, pouco mais que desenhado, dos elementos em falta (parte do rosto e braço de Cristo e parte do braço da cruz) de modo a anular a interferência da falta e permitir uma melhor leitura da representação.

Cremos que nestes casos onde a obra de arte, a imagem, continua a desempenhar uma função (de intermediária) é legítimo sujeitar a forma a essa função, sem que isso signifique criar um falso, reconstituindo integralmente as partes em falta ou repintar para melhorar o aspecto. Não se pode perder de vista que cada obra tem um valor de autenticidade e documental que não pode ser alienado seja sob que pretexto for.

Ultrapassadas estas questões, o problema passa a outra ordem de resolução. Que meios tem o restaurador para o resolver, ou dizendo de outro modo, que tipo de técnica de reintegração cromática irá usar? É consensual a ideia de que a intervenção de reintegração cromática deve ser discernível quando o observador se aproxima da pintura. Isso pode conseguir-se usando a técnica do pontilhismo ou do *tratteggio*, que consistem em preencher as partes em falta com pequenos pontos ou traços verticais usando as cores puras, fazendo-se a mistura das cores apenas opticamente ou preenchendo as lacunas com mancha deixando a cor com um tom mais baixo para que seja perceptível a área reintegrada. Somos da opinião que qualquer destas técnicas é válida desde que se dominem bem, porque são desastrosos os resultados de um *pontilbismo* ou *tratteggio* mal feito, acabando por ter o efeito contrário ao que se pretende, passando a área reintegrada a sobressair relativamente à pintura original.

Tomada a decisão, dominada a técnica de reintegração cromática fica ainda por resolver o problema da interpretação da lacuna. Retomar desenhos e formas perdidas ou, fazer uma reintegração tendo em conta as cores dominantes sem recuperar as formas são, portanto, questões de enorme importância uma vez que uma opção errada pode alterar completamente a leitura de uma pintura (Fig. 9).



Fig. 9 – Colégio do Espírito Santo, Évora. *Reintegração cromática com tonalização de lacunas sem recuperação das formas* © Joaquim I. Caetano.



Fig. 10 – Igreja de São Francisco, Bragança. *Pormenor da pintura mural depois de restaurada onde não se fez qualquer reintegração cromática* © Joaquim I. Caetano.

Também a opção de não fazer qualquer reintegração cromática sob a justificação da autenticidade da obra de arte não nos parece uma boa solução

porque, em casos extremos de existência de uma grande quantidade de lacunas, a não intervenção pode transformar completamente a leitura. As lacunas passam a fazer papel de figuras sobre um fundo de cor, em que a pintura remanescente se transformou (Fig. 10).

Por fim, quando se usam determinados tipos de materiais, há outro factor a ter em conta e que não podemos evitar. As cores usadas envelhecem com uma rapidez muito maior que as da pintura, sobre as quais já passaram anos bastantes para que o efeito das radiações, solares ou outras, continuem a produzir alterações cromáticas significativas. Assim, é inevitável que passados alguns anos não se perceba a área reintegrada. Habitualmente a componente quente da cor (vermelhos e ocres) sofre um abatimento passando a haver uma predominância de tons frios, eventualmente uma predominância de azuis.

Conclusão

Como já referimos anteriormente, o problema da reintegração cromática das lacunas de uma pintura mural deve ser orientado pelos princípios éticos que preconizam a devolução à imagem de toda a presença que ainda é capaz de protagonizar, respeitando a sua autenticidade de criação e de documento histórico. Para isso o conservador-restaurador tem à sua disposição uma série de meios e técnicas que lhe permitem levar por diante os objectivos estabelecidos que, no entanto, não serão suficientes se a tomada de decisão relativamente ao nível da intervenção não for precedida por uma análise atenta da obra. É necessário conhecer a pintura não só do ponto de vista formal e da técnica de execução, entender as causas e processos de alteração mas perceber também o seu contexto histórico, estético e devocional no caso de se tratar de uma pintura de temática religiosa. Além de todos os conhecimentos relativamente aos materiais e técnicas usadas na conservação e restauro faz falta uma boa dose de bom senso e tempo analisar, entender, decidir e executar.



A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

Pretende-se com este trabalho dedicado à construção e da organização da diocese de Lamego depois da reconquista definitiva da cidade, no século XI, até à sua restauração como bispado de pleno direito, cerca de um século mais tarde, estudar este tema complexo, analisando as poucas informações disponíveis sobre o tempo da dependência de Lamego face à Sé de Coimbra e analisar a actuação de D. Mendo (1147-1173), primeiro prelado a governar a diocese depois da sua restauração.

Palavras-chave: Lamego; Dioceses Portuguesas; Idade Média; História religiosa; Episcopado.

The purpose of this work dedicated to the construction and organisation of the Lamego diocese – from the city’s definitive conquest in the 11th century to its restoration as a bishopric in its own right a century later – is to study this complex subject and analyse the limited information available about the time of Lamego’s submission to Coimbra’s cathedral and the government of D. Mendo (1147-1173), first bishop after the restoration of the diocese.

Keywords: Lamego; Portuguese Dioceses; Middle Ages; Religious history; Episcopacy.

La *Sé* medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido

Eduardo CARRERO SANTAMARÍA

A catedral medieval de Lamego é uma incógnita absoluta na arquitetura medieval europeia. O edifício foi substituído no século XVIII por uma catedral barroca, que dizimou completamente a igreja anterior, com a exceção da torre sineira sul, ainda preservada. Alicerçados nos seus parcos vestígios arquitectónicos e na informação documental, procuramos aproximar daquela que seria a imagem da catedral medieval de Lamego, tendo como ponto de partida o contexto material das restantes catedrais europeias.

Palavras-chave: Lamego; Catedral; Idade Média; Arquitectura; Urbanismo.

The late medieval cathedral of Lamego is an absolute unknown in European medieval architecture. In the eighteenth century the building was almost fully replaced by a baroque cathedral, with the complete destruction of the previous church, except for the south bell-tower, now preserved. Based on the cathedral's scarce architectural remains and its registers, as well as the material context of the other cathedrals in Europe, this article tries to come close to the image of the medieval cathedral.

Keywords: Lamego; Cathedral; Middle Ages; Architecture; Town planning.

O episcopado lamecense desde D. João Madureira (1502) a D. Miguel de Portugal (1644)

José Pedro PAIVA

Este estudo visa esclarecer quais eram os princípios normativos gerais que regularam a escolha dos bispos portugueses e os condicionalismos conformadores da decisão dos monarcas nas alturas em que era necessário prover uma diocese. Explicitados esses contextos que afectavam a escolha dos bispos de Lamego, proceder-se-á a uma caracterização sociológica e das carreiras do episcopado lamecense nos primórdios da Época Moderna, mais concretamente entre 1502 (data da preconização do primeiro

antístite para Lamego ocorrida no reinado de D. Manuel I) e 1644 (momento da morte de D. Miguel de Portugal, último prelado escolhido no período da integração do reino de Portugal na monarquia hispânica).

Palavras-chave: Diocese de Lamego; Nomeação episcopal; Sistemas clientelares; Sociologia do episcopado; Carreiras eclesiásticas.

The main purpose of this study is to clarify the mechanisms and rules of the Portuguese episcopal appointment system in general, and afterwards to analyse the sociology and careers of the Lamego bishops between 1502 (appointment of the first bishop of Lamego during the reign of Manuel I) and 1644 (death of the last bishop appointed during the period in which the Portuguese crown was integrated in the Spanish monarchy).

Keywords: Lamego diocese; Episcopal appointments; Patron-client networks; Episcopal sociology; Ecclesiastical careers.

Do *romano* ao *ouro bornido*: a arte da Sé de Lamego entre o Renascimento e o Barroco

Pedro FLOR

Este estudo pretende abordar os aspectos mais significativos da arte na Sé de Lamego durante o Renascimento e o Barroco. A partir de novos dados documentais e da releitura crítica de fontes e da extensa bibliografia sobre o assunto, procurámos trazer novas pistas para futuras investigações sobre a actividade artística em Lamego nos séculos XVI e XVII. Salientámos os principais artistas e obras que foram modernizando artisticamente a Sé de Lamego, actualizando o seu discurso através de sucessivas campanhas de obras e de renovadas gramáticas ornamentais que acentuaram a importância política, cultural e religiosa de uma das dioceses mais prestigiadas ao longo da Época Moderna.

Palavras-chave: Catedral de Lamego; Renascimento; Barroco; Pintura e escultura; Vasco Fernandes.

This study analyses the most significant aspects of art in the cathedral of Lamego during the Renaissance and Baroque periods. Based on new documentary data and a reassessed critical reading of sources and bibliography on the subject, we try to unearth new issues for future research on the artistic activity at Lamego in the sixteenth and seventeenth centuries. We highlight the major artists and works which artistically modernized the cathedral of Lamego through successive campaigns of works and the renewal of decorative grammars, as well as the major artists and works that stressed the political, cultural and religious identity of one of the most prestigious dioceses throughout the period in question.

Keywords: Lamego cathedral; Renaissance; Baroque; Painting and sculpture; Vasco Fernandes.

Um patriarca em Lamego: D. Tomás de Almeida

António Filipe PIMENTEL

D. Tomás de Almeida, primeiro Patriarca de Lisboa e efémero bispo de Lamego, entre 1706 e 1709, justifica que neste quadro lhe seja prestada a devida atenção, a despeito dos ténues vestígios que registou a sua passagem pela diocese de Lamego. Esta, contudo, surpreende-se no campo da política eclesiástica e da acção diplomática e, do mesmo passo que significaria um público reconhecimento a uma carreira já brilhante e em associação a magistraturas de elevado prestígio, seria determinante na meteórica ascensão que o haveria de guindar, sucessivamente, à mitra portuense e ao novo sólio lisboeta, de que muito significativamente seria eleito primeiro patriarca: com a conseqüente responsabilidade na definição de um estilo de exercício que, necessariamente, deveria impor-se aos seus sucessores.

Palavras-chave: Diocese de Lamego; Carreiras eclesiásticas; Patriarcado; D. João V; Barroco.

Despite the scarce traces of his passage by the diocese of Lamego between 1706 and 1709, due attention should still be given to D. Tomás de Almeida, Lisbon's first Patriarch and transient Bishop of Lamego. This passage is surprising as far as ecclesiastical politics and diplomacy are concerned. And just as it would imply public

recognition of an already brilliant career associated to high prestige judiciary members, his passage by the diocese of Lamego would be decisive for his swift rise leading first to the position in Porto and then to Lisbon's new solemn chair, where he would be most significantly elected first Patriarch, with the consequent responsibility in defining a style rule that would necessarily be imposed on his successors.

Keywords: Lamego diocese; Ecclesiastical careers; Patriarchate; D. João V; Baroque.

Lamego e a sua catedral entre 1679-1712 no *Códice 390* da Coleção António Capucho: espaços e dinâmicas segundo um livro de despesas do cabido

Nuno RESENDE

O *códice 390* - assim denominado segundo o número de série atribuído em leilão -, adquirido em 2009 à coleção particular de António Capucho, constitui uma das principais e mais privilegiadas fontes históricas primárias para perscrutar a vivência no cabido da Sé de Lamego. Trata-se de um dos livros de despesas daquela instituição datado entre 1679 e 1712 que já havia sido referido e estudado por João Amaral, director do Museu da mesma cidade, em 1965. Tendo desaparecido dos arquivos locais, reapareceu recentemente no acervo de um espólio particular. A nossa atenção ante este documento centra-se na exploração e análise da fecunda informação estatística e nominal constante dos seus fólhos que nos permitem confrontar a organização capitular com vários agentes e instituições, em inúmeros aspectos das suas intervenções temporais. O nosso objectivo principal é o de compreender a dinâmica do cabido lamecense, através do estudo e aprofundamento da sua actividade e dos indivíduos/elementos que a compõem no período delimitado pela memória conservada no *códice 390*, sublinhando a gestão do espaço da catedral em pleno período da Reforma Católica.

Palavras-chave: Diocese de Lamego; Cabido de Lamego; Reforma Católica; Contabilidade capitular; Redes sociais.

The *codex 390* – named after the serial number assigned by auction – acquired from the private collection of António Capucho in 2009, is one of the main and most distinct primary historical sources to the life of the Chapter of Lamego’s cathedral. This is one of the books of expenses from that institution, dated between 1679 and 1712, that had already been reported and studied by João Amaral, head of Lamego’s museum in 1965. Having disappeared from the local archives, it recently reappeared in a private collection. Our attention for this document focuses on exploring and analysing the abundant statistical and nominal information, which allows us to confront the organization of the chapter with a number of other national institutions in many aspects of their temporal interventions. Our main objective is to understand the dynamics of the Lamego cathedral’s chapter by studying and deepening the knowledge about its activity and its individuals/institutions within the period limited by the memory preserved in *codex 390*, as well as emphasizing the organization of the cathedral within the Catholic Reformation period.

Keywords: Lamego diocese; Lamego chapter; Catholic Reformation; Cathedral Chapter accounting; Social networks.

A fábrica barroca da Sé de Lamego e a pintura decorativa de Nicolau Nasoni

Duarte FRIAS

Nas últimas décadas do século XVI, a Sé de Lamego apresentava uma série de problemas arquitectónicos na sua ainda estrutura gótica. Eis que, num período de várias transformações culturais, em particular artísticas, como o período barroco nacional, a catedral lamecense assegurou e correspondeu à oportunidade de renovação, igualando muitas das suas congéneres. É neste contexto que, em 1734, o cabido lamecense convida artistas que sobressaíam na esfera artística portuense, nomeadamente António Pereira e Nicolau Nasoni, com a finalidade de projectarem uma reconstrução a *fundamentis* da sua Sé. Deste modo, destaca-se na catedral de Lamego, para além da nova espacialidade promovida por uma igreja criptocolateral de cariz barroco, a pintura decorativa perspectivada dos tectos das naves, tida como um

exemplo exclusivo no panorama da pintura portuguesa, autoria do pintor-decorador italiano Nicolau Nasoni.

Palavras-chave: Catedral de Lamego; Barroco; Pintura; Decoração; Nicolau Nasoni.

In the last decades of the sixteenth century, Lamego's cathedral presented a lot of problems in its architectural gothic structure. In a period of several cultural transformations, mainly artistic such as the national baroque period, Lamego's cathedral represented the opportunity for renewal, just as many other cathedrals of its time. In 1734, within this context, Lamego's chapter invites some artists who were excelling in Porto's artistic circle, most notably António Pereira and Nicolau Nasoni, with the purpose of designing a reconstruction of the cathedral *a fundamentis*. Beyond the new spatiality promoted by a criptocollateral baroque church, the decorative ceiling paintings by the Italian painter-decorator Nicolau Nasoni, considered a unique example in the panorama of Portuguese decorative painting, stand out.

Keywords: Lamego cathedral; Baroque; Painting; Decoration; Nicolau Nasoni.

A Sé de Lamego no século XX: restauro e conservação

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

A qualidade do conjunto monumental da Sé de Lamego, definido por importantes alterações ao longo do tempo, constituiu uma pré-existência determinante nas opções de restauro e conservação realizadas no século XX. Iniciada na década de 30, sob a tutela da DGEMN (Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais), a intervenção no monumento centrou-se na recuperação de coberturas, na reconstrução de parcelas do claustro e na definição da Zona de Protecção da envolvente (décadas de 40 e 50). Nos anos 60 a torre da igreja receberia um restauro mais interventivo, certamente ditado pelo facto de somente este elemento se reportar à época românica, constituindo o único valor de memória com fundas raízes na formação da nacionalidade.

Palavras-chave: Catedral de Lamego; Restauro; Conservação; Portugal; Século XX.

The quality of the Lamego cathedral's monumental buildings and the series of important changes they underwent throughout time was the key factor in the restoration and maintenance options that took place in the twentieth century. Starting in the thirties under the authority of the DGEMN (National Board of Buildings and Monuments) the work focused on the rehabilitation of roofs, the rebuilding of cloister sections and the definition of a surrounding Protection Area (forties and fifties). In the sixties the church tower would undergo a more thorough intervention, most probably determined by the fact that it was the sole architectural unit clearly dating from medieval times and therefore deeply linked to the memory of the country's foundation.

Keywords: Lamego cathedral; Restoration; Conservation; Portugal; Twentieth century.

Os limites da conservação e restauro: algumas considerações a propósito do restauro das pinturas murais da Sé de Lamego

Joaquim Inácio CAETANO

Podemos considerar que numa intervenção de conservação e restauro de obras de arte existem duas fases completamente distintas mas que, no entanto, se complementam. Trata-se, num primeiro momento, da intervenção sobre a matéria (directa ou indirectamente) para evitar a progressão dos danos e garantir a maior estabilidade física possível dessa matéria, sendo a escolha das técnicas e produtos utilizados feita em função da sua eficiência para resolver determinado problema. A segunda fase da intervenção pode enquadrar-se num problema de apresentação estética final, na qual se procura melhorar a leitura da obra de arte anulando os elementos perturbadores recorrendo, entre outras possibilidades, à reintegração cromática das lacunas existentes. Este não é um assunto pacífico havendo várias opiniões e critérios para resolver o problema. A abordagem desta questão parte da intervenção de conservação e restauro das pinturas murais da Sé de Lamego.

Palavras-chave: Catedral de Lamego; Pintura mural; Restauro; Lacuna; Reintegração cromática.

Any restoration and conservation intervention on a work of art has two completely different but complementary phases. The first phase deals with an intervention on the matter (directly or indirectly) in order to avoid the progression of damage and guarantee the work of art's greatest physical stability. The choice of techniques and products used in this phase is related to their effectiveness in solving a particular problem. The second phase of the intervention can be considered one of final aesthetic presentation, during which one strives to improve the readability of the work of art by cancelling out the disturbing elements, among other techniques with the chromatic reintegration of the existing lacunae. This is not, however, consensual and there are many opinions and criteria suggested to solve the problem. The approach to this issue comes from the restoration and conservation intervention on the murals of the Lamego cathedral.

Keywords: Lamego cathedral; Mural painting; Restoration; Lacuna; Chromatic reintegration.



Biobibliografia dos autores

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

Doutora em História da Idade Média e Professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Membro colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa. Membro de diversos organismos científicos, entre os quais se destacam: APICES (*Association Paléographique Internationale. Culture, Écriture, Société*); Associação Portuguesa de História Económica e Social; *Commission Internationale de Diplomatique*; Instituto Português de Heráldica; SIGILLVM: *Network for Research Seals and Sealing: History, Art, Preservation*; *Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*; *Société Française d'Héraldique et Sigillographie*. Principais interesses científicos: história religiosa e social da Idade Média portuguesa (em particular do clero secular e do ramo feminino da Ordem de Cister); paleografia; diplomática; sigilografia; codicologia; história do livro.

Entre as suas principais publicações mais directamente relacionadas com a temática deste livro contam-se: *Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge*. In *Identité et mémoire: l'évêque, l'image et la mort: de l'époque paléochrétienne jusqu'à la fin du moyen âge* (Roma, 2013, em colab., no prelo); *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Ed. de Anísio Miguel Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão (Lisboa, 2013, no prelo); *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria: 1080-1318* (Lisboa, 2010); *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1080-1325*. Coord. de Maria do Rosário Barbosa Morujão (Lisboa, 2010); *The Coimbra See and its chancery in medieval times*. *E-Journal of Portuguese History*. 4: 2 (winter 2006; disponível em linha); Os estatutos do cabido da Sé de Coimbra de 1454. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 4 (Porto, 2006, p. 85-108); *O báculo e a coroa na Coimbra medieval*.

Imagem à esquerda: Fachada. Sé de Lamego © Foto anónima da década de 1920/30.

In *Raízes Medievais do Brasil Moderno* (Lisboa: 2008, p. 43-66); A prelazia de Coimbra no contexto de afirmação de um reino. In *Sé Velha de Coimbra: culto e cultura* (Coimbra, 2005, p. 193-222); La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIIIe et XIVe siècles. In *A Igreja e o clero português no contexto europeu* (Lisboa, 2005, p. 77-91); A clergyman's career in late Medieval Portugal: a prosopographical approach. *Medieval Prosopography*. 25 (2004) 114-144, em colab.

Eduardo CARRERO SANTAMARÍA

Es profesor titular de Historia del Arte Medieval en la Universitat Autònoma de Barcelona, habiendo impartido docencia previamente en las universidades de Oviedo y de las Islas Baleares. Es académico correspondiente de la Real Academia de Historia y Arte de San Quirice de Segovia y de la Academia Mindoniense-Auriense de San Rosendo. Como investigador, se ocupa de distintos aspectos de la arquitectura, la iconografía y la historia de la Edad Media en la Península Ibérica, desde la perspectiva de la interacción de usos y funciones sobre la arquitectura, a partir de las necesidades generadas por la vida cotidiana del clero y la liturgia. Ha prestado especial atención a los cabildos catedralicios como entidad eclesiástica y social. Las relaciones entre éstos y la arquitectura de las catedrales han sido su objetivo de investigación más importante, destacando muy especialmente sus aportaciones al conocimiento de la topografía claustral en las catedrales peninsulares, desde los viejos cabildos *sub regula* hasta la secularización, tema del que ha sido precursor en la historiografía hispanolusa. También ha realizado estudios sobre la interacción entre iconografía, arquitectura y uso litúrgico y social en piezas de destacada importancia material, como la capilla del Sepulcro de la iglesia parroquial de San Justo de Segovia, la viga de Sant Miquel de Cruilles, o las portadas de los monasterios de Santa María de Sandoval en León y Santa Cruz la Real de Segovia.

Entre sus publicaciones se hallan las monografías dedicadas a las catedrales de Oviedo (2003), León (2004) y Salamanca (2005), o el trabajo de catalogación y síntesis dedicado a las cinco catedrales medievales de Galicia, editado en 2005. También es autor de decenas de artículos en revistas especializadas, libros colectivos y actas de congresos nacionales e internacionales. Ha participado en diferentes proyectos de investigación interdisciplinarios sobre arte e historia medievales y, hasta 2012, fue el investigador principal del proyecto *Arquitectura y liturgia: el contexto artístico de las consuetas de la Corona de Aragón* (Ministerio de Ciencia e Innovación).

José Pedro PAIVA

Fez estudos de doutoramento no *Instituto Universitário Europeu (Florença)*, é professor na Universidade de Coimbra desde 1986, investigador no Centro de História da Sociedade e da Cultura da referida Universidade e no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, académico correspondente da Academia Portuguesa da História, e director do Arquivo da Universidade de Coimbra. Já foi bolseiro da John Carter Brown Library (Universidade de Brown, Providence, Estados Unidos), professor convidado da Universidade de S. Paulo (Brasil) e investigador convidado na Universidade de Leiden (Holanda). Os seus interesses de pesquisa centram-se na História Religiosa, Cultural e Política de Portugal, nos séculos XVI a XVIII.

Entre outros livros é autor de: *Bruxaria e superstição num país sem «caça às bruxas»* (Lisboa, 1997); *Os bispos de Portugal e do império: 1495-1777* (Coimbra, 2006); *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)* (Coimbra, 2011); e, mais recentemente, em parceria com Giuseppe Marcocci, *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)* (Lisboa, 2013). Foi o coordenador científico de *Religious Ceremonial and Images: power and social meaning (1400-1750)* (Coimbra, 2002), dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (Lisboa, 2002-2013, 10 vols.) e integrou a comissão científica do *Dizionario Storico dell'Inquisizione*, dirigido por Adriano Prosperi (Pisa, 2010, 4 vols.). Actualmente, assume a direcção científica de uma *História da Diocese de Viseu*, cujo primeiro volume será editado em 2014.

Pedro FLOR

Doutorado em História da Arte Moderna pela Universidade Aberta em 2006, com a tese intitulada *A arte do retrato em Portugal: entre o fim da Idade Média e o Renascimento* (Lisboa, 2010). Desde 1998, lecciona várias unidades curriculares na área da História da Arte e da Museologia nos vários Ciclos de Estudo em História, na área dos Estudos do Património na Universidade Aberta. É Sub-Director e membro investigador do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena a linha de investigação “Estudos sobre Lisboa”. É o investigador responsável dos projectos *Lisbon in tiles before the 1755 Earthquake* e *ROBBIANA - The Della Robbia sculptures in Portugal: History,*

Art and Laboratory, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Colabora actualmente com o Departamento de História da Arte da mesma Faculdade na leccionação da unidade curricular de Pintura Portuguesa dos séculos XV e XVI do Curso de Licenciatura em História da Arte.

Tem desenvolvido diversos trabalhos de investigação no âmbito da arte do Renascimento e dos Estudos Olisiponenses, participando em diversos encontros de carácter científico nacionais e internacionais e publicando variados artigos da especialidade. É Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História e presidente da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.

Entre as suas principais publicações contam-se: Tommaso da Fossa: um escultor genovês em Lisboa em 1561. In «*Di buon affetto e commerzjo*». *Relações luso-italianas na Idade Moderna*. Dir. de Nunziatella Alessandrini [et al.] (Lisboa, 2012, p. 143-150); Dois retratos de corte no Palácio Nacional de Sintra. *Artis*. 9-10 (2011) 213-223; *A arte do Retrato em Portugal nos séculos XV e XVI* (Lisboa, 2010); *Nuno Gonçalves* (Matosinhos, 2010); Mármore em cerâmica: uma obra do escultor renascentista Bartolomé Ordoñez em Portugal. *Revista de Artes Decorativas*. 2 (2009) 9-18; O portal da igreja matriz de Arronches e a escultura do Renascimento em Portugal. In *O largo tempo do Renascimento. Arte, propaganda e poder* (Lisboa, 2008, p. 131-151).

António Filipe PIMENTEL

É doutorado em História, especialidade de História da Arte, pela Universidade de Coimbra (2003), de cuja Faculdade de Letras é professor auxiliar de nomeação definitiva, aí tendo exercido as funções de Director do Instituto de História da Arte (2005-2009), que acumularia com as de Pró-Reitor do Património e Turismo (2007-2009), que cessaria para exercer as de Director do Museu Grão Vasco em Viseu (2009-10), assumindo, desde Março de 2010, as de Director do Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). É membro do Centro de Estudos Arqueológicos das universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP). Galardoado com o Prémio Gulbenkian de História da Arte 1992/94, académico correspondente nacional da Academia Nacional de Belas Artes, membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa e membro permanente do Júri do *Prémio Dr. Vasco Valente* de artes decorativas, do Círculo Dr. José de Figueiredo do Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto). Colabora regularmente com instituições científicas nacionais e internacionais e conta com mais de seis dezenas de títulos publicados, a grande

maioria em prestigiadas publicações científicas nacionais e estrangeiras ou catálogos de exposições, em Espanha, França, Itália, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Brasil. Foi ainda coordenador científico da Candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade UNESCO. A sua investigação centra-se na arte e cultura do Barroco, em diversos domínios (arquitectura, pintura, escultura e artes decorativas) e muito especialmente na arquitectura áulica.

Entre outros, é autor dos seguintes estudos: *Histoire de L'Art, peinture, sculpture, architecture* (Paris, 18ª ed., 2010, em colab.); *A Morada da Sabedoria. I - O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade* (Coimbra, 2005); *Arquitectura e Poder, o Real Edifício de Mafra* (2ª ed., Lisboa, 2002); O Virtuoso Criador. In *O virtuoso criador: Joaquim Machado de castro (1731-1822)*, Cat. (Lisboa, 2012); D. João V e a imagem do poder: o terreiro ao revês. In *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano*. Coord. Miguel F. de FARIA (Lisboa, 2012); A arquitectura imaginária: em busca de uma exposição. In *A Arquitectura Imaginária: pintura, escultura, artes decorativas*, Cat. (Lisboa, 2012); O olhar do outro: porque tanto nos importa a escultura espanhola. In *Cuerpos de Dolor: a imagem do sagrado na escultura espanhola, 1500-1750*, Cat. (Lisboa, 2011); El ‘intercambio de las princesas’: arte y política en las fiestas de la boda entre Fernando de Borbón y Bárbara de Braganza. *Quintana, Revista do departamento de Historia da Arte* (Santiago de Compostela, 2010); As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga. In *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana* (Lisboa, 2010); D. Tomás de Almeida (1716-1754). In *Os Patriarcas de Lisboa*. Coord. Carlos M. AZEVEDO, Sandra C. SALDANHA e António P. de OLIVEIRA (Lisboa, 2009); De Lisboa ao Caia: em torno do programa político e artístico da ‘troca das princesas’. In *Lisboa e a festa: celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna*. Coord. Teresa L. VALE, Maria J. FERREIRA, Sílvia FERREIRA (Lisboa, 2009); Mateus Vicente de Oliveira, ourives na Universidade de Coimbra. Ou Mateus Vicente, ourives. In *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*. Coord. Gonçalo Vasconcelos e SOUSA (Porto, 2009); A Capela de São João Baptista: política, ideologia e estética. In *Museu de S. Roque*. Coord. Teresa F. MORNA (Lisboa, 2008); Os pintores de D. João V e a invenção do retrato de Corte. *Revista de História da Arte*. 5 (2008); Da ‘Nova Ordem’ à ‘Nova Ordenação’: ruptura e continuidade na Real Praça do Comércio. In *Praças Reais: passado, presente e futuro*. Coord. Miguel F. de FARIA (Lisboa, 2008); António Canevari e a Arcádia Romana: subsídios para o estudo das relações artísticas Lisboa/Roma no reinado de D. João V. In *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa*. Coord. Teresa L. VALE (Lisboa, 2007); À Flandres por devoção

e à Itália por ostentação ou ao invés. As razões do Manuelino. In *Ao Modo da Flandres: disponibilidade, inovação e mercado de arte na época dos Descobrimentos: 1415-1580* (Madrid-Lisboa, 2005); A Sagração do Reino: em torno do(s) projecto(s) da Sé Velha. *Artis*. 3 (2004); D. João V e a festa devota: do espectáculo da política à política do espectáculo. In *Arte Efémera em Portugal* (Lisboa, 2000); Cidade do Saber/Cidade do Poder: a arquitectura da Reforma. In *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coord. Ana Cristina ARAÚJO (Coimbra, 2000); Um olhar perspicaz: Robert Smith e o Monumento de Mafra. In *Robert C. Smith: a investigação na História da Arte/Research in History of Art* (Lisboa, 2000).

Nuno RESENDE

Licenciado em História, Mestre em Estudos Locais e Regionais pela Universidade do Minho e Doutor em História de Arte Portuguesa pela Universidade do Porto, é actualmente professor auxiliar convidado no Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi, entre 2005 e 2007, coordenador da segunda fase do Inventário de Património cultural Religioso da Diocese de Lamego projecto do qual resultou a edição do Catálogo *Compasso da Terra*, onde participaram 24 investigadores de universidades portuguesas. É autor de outras publicações sobre arte e sociedade na Época Moderna.

Duarte FRIAS

Mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada, com uma tese sobre *A pintura decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego* (2005). É investigador bolsheiro do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), onde prepara o doutoramento sobre a actividade artística de Nicolau Nasoni, entre Itália, Malta e Portugal. Nos últimos anos tem dedicado a sua investigação e produção científica às Artes Decorativas do período Maneirista e Barroco, em particular, à pintura a fresco mural e de tectos perspectivados e pintura em caixotão. Integrou a comissão de apoio científico e técnico do *Segundo Programa de Inventário do Património Móvel Religioso da Diocese de Lamego: Arciprestados de Lamego e Tarouca* (2005-2007); foi coordenador do colóquio e

curador da exposição *O Barroco Duriense sob o signo de Nicolau Nasoni: 270 anos de pintura decorativa da Sé de Lamego* (2008).

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

Professora Associada com Agregação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CEPESE/UP. Tem centrado a sua investigação na História da Arquitectura Medieval, História da Arte Medieval e na História do Restauro. Integra as equipas científicas dos projectos de investigação: Eurocore *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon* (desde 2010); *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional* (desde 2009); e integrou a equipa do projecto *Artistas e Artífices do Norte de Portugal, séc. XII-XX* (2005-2008).

É autora de diversos livros e artigos, entre eles: O mosteiro de Santa Maria de Pombeiro na Idade Média. In *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro* (Felgueiras, 2011, p. 13-78); A documentação das confrarias medievais como fonte para a História da Arte. In *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*. Coord. Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto, 2011, p. 315-323); *Arte Românico en Portugal* (Aguilar de Campoo, 2010, em colab.); Nossa Senhora de Guadalupe (Mouçós, Vila Real: encomendador e obra). In *A Encomenda: o artista, a obra*. Coord. Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto, 2010, p. 273-277); A génese dos monumentos nacionais. In *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Coord. científica Jorge AUGUSTO (Lisboa, 2010, p. 41-46); O Convento de São Francisco do Porto na Idade Média: arquitectura, liturgia e devoção. In *Os franciscanos no mundo português: artistas e Obras I*. Coord. Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto, 2009, p. 143-150); *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Coord. científica e autora de textos sobre Arquitectura Românica (S./l, 2008); A representação de São Cristovão na pintura mural portuguesa dos finais da Idade Média: crença e magia. In *Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Coord. Vítor Oliveira JORGE e J. M. Costa MACEDO (Porto, 2008, p. 365-373); The restoration of historic buildings between 1835 and 1929: the portuguese taste. *E-Journal of Portuguese History*. 3-1 (2005); *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval, património e restauro: 1835-1928* (Porto, 1995, tese de doutoramento policopiada).

Joaquim Inácio CAETANO

Conservador-restaurador de pintura mural. Doutorado em História, especialidade Arte Património e Restauro pelo Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa. Formou-se no antigo Instituto José de Figueiredo e ICCROM – Centre International d’Études pour la Conservation et la Restauration dès Biens Culturels – de Roma, vindo desde meados da década de 80 a desenvolver intensa actividade técnica, teórica e pedagógica no âmbito da pintura mural. É sócio fundador da empresa *Mural da História*, onde desenvolve desde 1991 a actividade de conservação e restauro. Integrou a equipa de restauro, como responsável local pelo grupo estrangeiro, no projecto UNESCO/Japan Trust Fund para o restauro do Mosteiro de Probota na Roménia. Leccionou igualmente em diversas escolas nacionais e internacionais na área da sua especialidade. Colaborou com a DGEMN na elaboração do Inventário Temático de Pintura Mural dos Distritos de Vila Real, Bragança e Évora.

É autor de diversos estudos e publicações sobre esta temática, entre eles: *Motivos decorativos de estampilha na pintura a fresco dos séculos XV e XVI no Norte de Portugal: relações entre pintura mural e de cavalete* (2 vols., Lisboa, 2011, tese de doutoramento policopiada); e *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI* (Lisboa, 2001).

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Licenciado em História (1994) e Mestre em História da Idade pela Universidade de Coimbra, com uma tese sobre *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349* (2000). Membro do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR) e investigador colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC), onde prepara o doutoramento sobre *A diocese de Viseu: espaço de religião e de poder na Idade Média: 1147-1425*. Tem centrado a sua investigação no domínio da história religiosa (elites eclesiásticas: episcopado e clero catedralício medieval português) e da história urbana, dedicando-se também à edição de fontes medievais portuguesas e a estudos no âmbito da sigilografia, da diplomática e da paleografia. Exerceu funções docentes na Universidade Católica Portuguesa (1996-1998); e funções de tutoria, na Universidade

Aberta (2010-2012). Integrou a equipa científica do projecto de investigação *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português: 1071-1325* (2002-2006), sendo actualmente investigador dos projectos: *DEGRUPE – A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas, sécs. XIII-XV* (2013-2015); e *Estudo Interdisciplinar de comunidades alto medievais (séculos V a XI): o caso de Viseu* (2013-2015). Foi coordenador do projecto de inventariação e classificação arquivística, acomodação, elaboração de sumários, análise crítica e investigação do acervo documental do Arquivo do Museu de Grão Vasco (Viseu, 2007). Teve a seu cargo a coordenação científica e técnica do catálogo digital deste mesmo arquivo, editado pelo Instituto dos Museus e da Conservação no âmbito da exposição *Monumentos de Escrita: 400 anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230-1639)* (Viseu, 2007-2008), da qual foi coordenador executivo, científico e autor. No presente é responsável pela investigação do período crono-cultural “Da formação da Nacionalidade ao fim da Idade Média”, do projecto interdisciplinar *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua, na perspectiva do estudo da relação do Homem com o território e a paisagem* (2011-2015). É sócio numerário da *Sociedad Española de Estudios Medievales*, membro da *Associação Portuguesa de História Económica e Social*, da *Association Paléographique Internationale: Culture, Écriture, Société*, da *SIGILLVM. Network for research Seals and Sealing: history, art, preservation*, da *Sociedad Española de Ciencias e Técnicas Historiográficas* e *The Medieval Academy of America*, registando a sua presença e participação em dezenas de cursos, seminários e reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro (Brasil, Espanha, França, Suíça, Itália, Áustria, Inglaterra e Finlândia).

Entre outros livros e artigos sobre o clero da catedral e a cidade de Lamego, é autor de: *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens* (Lisboa, 2013, no prelo, em colab.); *Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge*. In *Identité et mémoire: l'évêque, l'image et la mort: de l'époque paléochrétienne jusqu'à la fin du moyen âge* (Roma, 2013, no prelo); *L'héraldique dans les sceaux du clergé séculier portugais (XIIIe-XVe siècles)*. In *Héraldique et numismatique, Moyen Age-Temps modernes, n° 2* (Le Havre, 2013, em colab., no prelo); *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Coord. de Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Transcrições e revisão de transcrições Anísio Miguel de Sousa SARAIVA [et al.] (Lisboa, 2010); *Traditionalisme, régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge: les cas de Lamego et Viseu*. In *Régionalisme et internationalisme: problèmes de paléographie et de codicologie du Moyen Âge* (Viena, 2008, p. 304-309); *Nepotism, illegitimacy and papal protection in the construction of a career: D. Rodrigo Pires de Oliveira, bishop of Lamego (1311-*

1330). *E-Journal of Portuguese History*. 6-1 (2008); Fontières documentaires. Les chartes des chancelleries épiscopales portugaises avant et après le XIII^e siècle: Coimbra et Lamego. In *Frontiers in the Middle Ages* (Louvain-la Neuve, 2006, p. 441-466, em colab.); A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *Catedral y ciudad medieval en la Península Ibérica* (Murcia, 2004, p. 243-280); *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349* (Leiria, 2003; livro distinguido com o Prémio “A. de Almeida Fernandes: História Medieval Portuguesa 2004”); Pergaminhos do Museu de Lamego (séculos XV-XIX): características e conteúdos; Catálogo; Glossário; Bibliografia. In *Museu de Lamego. Pergaminhos [catálogo]* (Lamego 2002, em colab.); e Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do século XIV. *HVMANTAS*. 50-1 (1998) 587-624.

Alexandra BRAGA

Licenciada em História, variante em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1994), concluiu uma pós-graduação em Museologia e Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (1996), onde prepara a sua dissertação de mestrado subordinada ao tema “O Museu de Lamego entre a 1^a República e o Estado Novo. Da criação à consolidação de um espaço”. Integra desde 2000 os quadros do Museu de Lamego, onde exerce funções de técnica superior de 1^a classe, com a responsabilidade de coordenação nos domínios do inventário, estudo e gestão de colecções; organização de exposições; programação e promoção de eventos e serviço educativo. Foi coorganizadora e coordenadora de vários projectos e eventos científicos, entre os quais: o projecto *Conhecer, Conservar, Valorizar*, premiado pela Associação Portuguesa de Museologia (2012), na categoria de “melhor intervenção em conservação e restauro”; o projecto “O Barroco Duriense sob o Signo de Nasoni” (2008); e o Encontro Internacional “Espaço, Poder e Memória: A Sé de Lamego em oito séculos de história” (2010). Integrou a comissão de apoio científico e técnico e a equipa de inventário do *Segundo Programa de Inventário do Património Móvel Religioso da Diocese de Lamego: Arciprestados de Lamego e Tarouca* (2005-2007).

Entre as suas principais publicações contam-se: Bustos-relicário São Bernardo de Claraval, São Bento de Núrsia. In *Arte, poder e religião nos tempos medievais: a identidade de Portugal em construção* (Viseu, 2009, p. 166-169); Conjunto de esculturas e escultura relicário; Cruz de assento; Esculturas da Virgem com o Menino; Píxide. In *O Compasso*

da Terra: a arte enquanto caminho para Deus. Vol. 1 (Lamego, 2006, p. 130-135, 202-203, 204-207, 208-210); Naveta; Bustos-relicário São Bernardo de Claraval e S. Bento de Núrsia. In *O Compasso da Terra: a arte enquanto caminho para Deus*. Vol. 2: *Tarouca* (Lamego, 2006, p. 142-143, 144-147); Douro Românico. *Revista Evasões*, suplemento, Inverno (2005); Exposição Internacional de Artes Plásticas. Coord. do catálogo da exposição (Lamego, 2005); *Eiliv Hammer: pintura*. Coord. e texto do catálogo da exposição (Lamego, 2004); *Do Mar ao Culto... O Homem* Coord. e texto do catálogo da exposição (Lamego, 2003); Ourivesaria de Marrocos. In *Catálogo da 1ª Feira Internacional da Prata* (Porto, 2002); Pratas do tesouro da Sé de Lamego; e Um olhar sobre a colecção Serpa Pimentel. *Bienal da Prata*. 1 (2001) em colaboração; A Prata no Museu; e Um Olhar sobre a Colecção Silveira Pinto da Fonseca. *Bienal da Prata*. 0 (2000) em colaboração; Lamentação sobre o corpo de Cristo. In *Cristo fonte de esperança* (Porto, 2000, p. 500-501).





Lamego. Largo de Camões, década de 1950 © Arquivo do Museu de Lamego

Estudos de História Religiosa

Volumes Publicados

1. Pedro Penteadó – *Peregrinos da Memória: o Santuário de Nossa Senhora de Nazaré*
Lisboa, 1998. ISBN: 978-972-8361-12-9
2. Maria Adelina Amorim – *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*
Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-20-4
3. *Colóquio Internacional A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu – The Church and the Portuguese Clergy in the European Context*
Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-21-1
4. António Matos Ferreira – *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaiás Abúndio da Silva (1874-1914)*
Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-25-9
5. *Encontro Internacional Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (sec. XII-XIV) – Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th-14thc.)*
Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-26-6
6. Rita Mendonça Leite – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: da exclusão a liberdade de culto (1852-1911)*
Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-28-0
7. Jorge Revez – *Os «Vencidos do Catolicismo»: Militância e atitudes críticas (1958-1974)*
Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-29-7
8. Maria Lúcia de Brito Moura – *A «Guerra Religiosa» na I República*
Lisboa, 2010. ISBN: 978-972-8361-32-7
9. Sérgio Ribeiro Pinto – *Separação Religiosa como Modernidade: Decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*
Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-35-8
10. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (Coord.) – *Religião e Cidadania: Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*
Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-36-5
11. Ana Isabel López-Salazar Codes – *Inquisición y política: El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*
Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-39-6

12. Daniel Ribeiro Alves – *Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*
Lisboa, 2012. ISBN: 978-972-8361-42-6
13. Hugo Ribeiro da Silva – *O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670)*
Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-49-5
14. Anísio Miguel de Sousa Saraiva (Coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*
Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-57-0

